

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO EM HISTÓRIA**

**CÉLIA SILVA JACHEMET**

**TESE DE DOUTORADO  
À REDESCOBERTA DAS RAÍZES:  
RELAÇÕES ENTRE OS AÇORES E A DIÁSPORA (RIO GRANDE DO SUL, 1976-  
2016)**

**São Leopoldo, 2023**

**Célia Silva Jachemet**

**TESE DE DOUTORADO**  
**À REDESCOBERTA DAS RAÍZES: RELAÇÕES ENTRE OS AÇORES E A**  
**DIÁSPORA (RIO GRANDE DO SUL, 1976-2016)**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Máira Ines Vendrame.

**São Leopoldo**

**2023**

J12a

Jachemet, Célia Silva

À redescoberta das raízes : relações entre os Açores e a diáspora (Rio Grande do Sul, 1976-2016) / por Célia Silva Jachemet. – 2023.

177 f. : il.; 30 cm.

Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2023.

Orientação: Profa. Dra. Máira Ines Vendrame.

1. Açores. 2. Atlântica. 3. Açorianidade. 4. Diáspora. 5. Relações étnicas. 6. Rio Grande do Sul. I. Título.

CDU 981.65

Catálogo na Fonte:

Bibliotecária Vanessa Borges Nunes - CRB 10/1556

**Célia Silva Jachemet**

**À REDESCOBERTA DAS RAÍZES: RELAÇÕES ENTRE OS AÇORES E A  
DIÁSPORA (RIO GRANDE DO SUL, 1976-2016)**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maíra Ines Vendrame – UNISINOS (Orientadora)

---

Prof. Dr. Marcos Antônio Witt – UNISINOS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Bohn Martins - UNISINOS

---

Prof. Dr. Paulo Staudt Moreira – FURG

---

Prof. Dr. Marcelo Viana – IFRS

---

Prof. Dr. Alexandre de Oliveira Karsburg – UFSM

**São Leopoldo, 2023**

Dedico este trabalho aos meus netos Davi de Vargas Jachemet, Cecília de Vargas Jachemet e Anna Esin, bem como aos demais, se vierem. Uma herança meio inusitada, a qual será ou não atribuído um valor.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, que me dá força e vontade.

À memória de meu esposo, Ettore Jachemet.

Aos meus filhos Franco Boaventura Jachemet e Bruna Jachemet Esin e à família que eles constituíram, minha gratidão pelo apoio e compreensão.

Aos amigos, colegas e familiares que entendem minha opção entre as excursões e bailes de idosos e a de estudar um pouquinho mais.

À minha orientadora, professora Máira Ines Vendrame e, por extensão, aos demais professores da UNISINOS com os quais construí mais esta etapa da minha formação acadêmica.

Com imensa saudade e eterna gratidão, agradeço à professora Eloísa Capovilla da Luz Ramos, pela amizade e pelo respeito com que me animou a realizar o curso de pós-graduação em História.

E, ainda, aos possíveis leitores.

## RESUMO

Esta tese discute as relações entre o Rio Grande do Sul e os Açores, apontando ligações entre as partes em âmbito político e geográfico, especialmente após a autonomia político-administrativa do Arquipélago, em 1976. Ao longo do texto, será necessário retroceder no tempo para entender o caminho dos açorianos no Rio Grande do Sul, quando, em meados do século XVIII, ilhéus portugueses foram destinados a povoar os territórios da América Portuguesa, uma estratégia para assegurar a posse das terras pertencentes a Portugal. Tal digressão será suporte para se entender os desdobramentos dessa história, ao longo do século XX, da formação da identidade étnica, a “açorianidade”, que é evidenciada em temas intrínsecos à questão do povoamento do espaço. Trata-se, portanto, de uma história translocal e conectada, tendo como principal aporte metodológico a análise interpretativa de textos e de documentos gerados por instituições públicas e privadas. Apresenta como componentes a etnicidade, “açorianidade”, memória e tradição. Evidencia uma síntese do processo histórico sobre a autonomia do Arquipélago dos Açores, manifestações e principais movimentos que sustentaram a caminhada pela libertação e, depois, a conquista como Região Autônoma de Portugal. Por essa razão, a “atlanticidade” será analisada como fator importante, na história e na economia insular, evidenciada nas conexões com a diáspora açoriana. Salienta o apoio do Governo Regional dos Açores aos açorianos da diáspora, nas inter-relações que promovem a descoberta e redescoberta das raízes de base açoriana nas comunidades migradas para o continente português e para outros países. Conclui que memória e tradição são elementos que embasam ações e relações exemplificadas pelos rio-grandenses, na sustentação do movimento, ao promoverem o reconhecimento e valorização da açorianidade gaúcha, através de instituições constituídas no Rio Grande do Sul.

**Palavras-chave:** Açores, Atlanticidade, Açorianidade, Diáspora, Relações Étnicas, Rio Grande do Sul.

## ABSTRACT

This thesis discusses the relations between Rio Grande do Sul and the Azores, pointing out political and geographic links between the parties, especially after the political-administrative autonomy of the Archipelago, in 1976. Throughout the text, it will be inevitable not to go back in time to understand the path of the Azoreans in Rio Grande do Sul, when, in the mid-eighteenth century, Portuguese islanders were destined to populate the territories of Portuguese America, a strategy to ensure the possession of lands belonging to Portugal. Such a digression will be a support to understand the unfolding of this history, throughout the 20th century, of the formation of ethnic identity, the “Azorianity”, which is evidenced in intrinsic themes to the issue of the population of space. It is, therefore, a translocal and connected history, having as its main methodological contribution the interpretative analysis of texts and documents generated by public and private institutions. It presents ethnicity, “Azoreanity”, memory and tradition as components. It shows a synthesis of the historical process on the autonomy of the Azores Archipelago, demonstrations and main movements that supported the journey for liberation and, later, the conquest as an Autonomous Region of Portugal. For this reason, “Atlanticness” will be analyzed as an important factor in the island's history and insular economy, evidenced in the connections with the Azorean diaspora. It emphasizes the support of the Regional Government of the Azores to the Azoreans of the diaspora, in the interrelationships that promote the discovery and rediscovery of the Azorean roots in the communities that migrated to the Portuguese mainland and to other countries. It concludes that memory and tradition are elements that underlie actions and relationships exemplified by the people of Rio Grande do Sul, supporting the movement, by promoting the recognition and appreciation of the gaucho Azoreanity, through institutions established in Rio Grande do Sul.

**Keywords:** Azores, Atlanticness, Azoreanity, Diaspora, Ethnic Relations, Rio Grande do Sul.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Capitania de São Pedro.....	25
Figura 2 – Mapa da Capitania do Rio Grande do Sul.....	26
Figura 3 – Mapa político atual do RS – Regiões.....	27
Figura 4 – Mapa antigo dos Açores.....	28
Figura 5 – Mapa atual dos Açores.....	29
Figura 6 – Ponte de Pedra.....	50
Figura 7 – Monumento aos Açorianos Porto Alegre – 1974.....	51
Figura 8 – Texto publicado por ocasião da construção do monumento de Taquari.....	52
Figura 9 - Monumento ao Açoriano – Taquari/RS – 1949.....	53
Figura 10 - Capa de memorando, descrita no parágrafo anterior.....	58
Figura 11 – Festa de 2013. Resignificação do Quadrado de Varas.....	86
Figura 12 – II Congresso Internacional sobre as festas do Espírito Santo- Porto Alegre, 2006.....	91
Figura 13 – Bênção com a bandeira do Divino passa nas enfermarias da Santa Casa de Misericórdia.....	91
Figura 14 – Capas dos anais do VI Congresso do Espírito Santo.....	94
Figura 15 – Material de divulgação do evento “Raízes Açorianas no Brasil – 2003.....	96
Figura 16 – Resposta da Direcção Regional das Comunidades-Açores.....	112
Figura 17: Foto por ocasião da inauguração da Sala Açoriana de Gravataí, em 1991.....	115
Figura 18 - Anúncio da Casa dos Açores.....	118
Figura 19 – Cópia do convite expedido pela Secretaria Estadual de Turismo do para o evento comemorativo aos 250 anos do Edital Régio.....	122
Figura 20 – Apresentação de Livros.....	126
Figura 21 – Foto antiga do casarão.....	129
Figura 22 – 62° feira do livro de Porto Alegre (2016).....	134
Figura 23 – Programação da 62° feira do livro de Porto Alegre (2016).....	135
Figura 24 – Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul.....	138

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Participantes gaúchos no 3º Congresso de Comunidades Açorianas.....	79
Quadro 2 – IV Congresso de Comunidades Açorianas.....	81
Quadro 3 - 1º Encontro Estadual: A Açorianidade no Rio Grande do Sul.....	82
Quadro 4 - Programa do II Congresso Internacional sobre as festas do Espírito Santo.....	88
Quadro 5 – Lista do material oferecido à Sala Açoriana de Cidreira, em março de 1995.....	116
Quadro 6 – VII Semana de Cultura Açoriana, IV Feira de Integração das Comunidades Luso-brasileiras. Casa Rural/ Casa de Cultura de Viamão.....	119
Quadro 7 – Instituições e eventos de base açoriana no Rio Grande do Sul.....	136

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2. RIO GRANDE DO SUL E AÇORES: UM OCEANO OS SEPARA E OS UNE.....</b>	<b>25</b>
2.1 SITUANDO O RIO GRANDE DO SUL E OS AÇORES .....	25
2.1.1 Rio Grande do Sul.....	27
2.1.2 O arquipélago português dos Açores.....	28
2.2 PRIMEIRAS RELAÇÕES E AS POLÍTICAS DE POVOAMENTO.....	30
2.3 SOBRE O POVOAMENTO DO RIO GRANDE DO SUL: A ESCRITA	35
2.4 ENTRANDO NO SÉCULO XIX .....	41
2.5 ETNICIDADE E IDENTIDADE ÉTNICA.....	54
2.6 AÇORIANIDADE E GAUCHISMO.....	62
<b>3. PERÍODO DE “COSTURAS”: AUTONOMIA E INTER-RELAÇÕES.</b>	<b>66</b>
3.1 ATLANTICIDADE.....	67
3.2 O PROCESSO AUTÔNOMICO DO ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES.....	69
3.2.1 Primeiros movimentos.....	69
3.2.2 As manifestações pela autonomia.....	70
3.3 AÇÕES DE INTEGRAÇÃO ENTRE AS COMUNIDADES DA DIÁSPORA.....	76
3.3.1 Congressos de Comunidades Açorianas.....	76
3.3.2 Congressos do Espírito Santo.....	84
3.3.3 Ações preparatórias para multiplicadores culturais da diáspora.....	94
<b>4. À REDESCOBERTA DAS RAÍZES: CONTRAPARTIDA.....</b>	<b>98</b>
4.1 MEMÓRIA, TRADIÇÃO E NOVAS RELAÇÕES.....	98
4.2 UMA HISTÓRIA TRANSLOCAL – RELAÇÕES TRANSATLÂNTICAS.....	113
4.2.1 O Instituto Cultural Português (ICP).....	113
4.2.1.1 Projeto Salas Açorianas.....	114
4.2.1.2 Festival Internacional de folclore.....	117
4.2.1.3 Mais foco na cultura de base açoriana.....	119
4.2.1.4 Depoimento de um descendente de açorianos.....	125

4.2.2 A Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS).....	127
4.2.3 Relatório apresentado na Assembleia do Conselho Mundial das Casas dos Açores (CMCA), em Toronto, 2016/2017.....	139
4.2.4 Conselho Mundial das Casas dos Açores (CMCA).....	143
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>144</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>147</b>
ANEXOS – NOTÍCIAS QUE FORAM NOTÍCIA.....	154

## 1. INTRODUÇÃO

*“O que é tempo? Se ninguém me perguntar, sei; mas se alguém me perguntar e eu quiser explicar, já não sei”.*

(Santo Agostinho: Les Confessions)

Com a intenção de apenas fazer-me entender na exposição desta pesquisa, apresento um resumo minha vida pessoal e acadêmica, incluindo pessoas e instituições que fizeram ou fazem parte desta caminhada.

Sou Célia Silva Jachemet, natural de Glorinha (antes, Gravataí), filha de Boaventura Oliveira da Silva e de Maria Rita Corrêa Fagundes. Tenho 72 anos, sou viúva de Ettore Jachemet e mãe de Franco Boaventura Jachemet, professor de Inglês, e de Bruna Jachemet Esin, advogada, ambos formados na UNISINOS. Falo um pouco da minha formação e profissão.

Sempre quis ser professora de Língua e de Literatura e, por mais de trinta anos o fui, entre outras atividades culturais que exerci. Era e é um prazer lidar com isso, porque víamos que nas comunidades em que trabalhávamos havia muito a ser feito e valorizado para o reconhecimento das pessoas e da história delas. Neste caminho, trabalhamos com os alunos e suas comunidades, para observar o meio em que viviam e a importância disso para as suas vidas. Vim do curso de Magistério, de professora do ensino fundamental. Trabalhei como professora do Ensino Médio, em escolas públicas e privadas, e também na Universidade Luterana do Brasil, como professora de Português, nos cursos de Direito e de Administração de Empresas.

Quando concluí o curso de Letras, em 1984, na UNISINOS, meu TCC foi na área da Literatura, mas de um assunto que vinha ao encontro da História. Fiz um estudo comparativo entre as obras *Ruínas Vivas*, de Alcides Maya (1910), que fala da decadência das estâncias no Rio Grande do Sul, e a obra *Fogo Morto*, de José Lins do Rego (1943), através de seus respectivos personagens, retratando a agonia do coronelismo no Rio Grande do Sul e a do ciclo açucareiro no Nordeste. Tratamos dos falares, das famílias e sua decadência econômica, física e moral, dos costumes locais e das redes clientelares à época, entre políticos, fazendeiros, comerciantes e peões. Meu orientador foi o professor Dr. Luiz Marobin SJ.

Em 1988, concluí um curso de pós-graduação em Folclore na Faculdade de Música

Palestrina, de Porto Alegre, em que novamente percebi coisas interessantes da cultura popular, mas ainda não era a História. Minha atuação como professora de Língua e Literatura levou-me a fazer um curso de pós-graduação em Literatura Brasileira, que concluí em 1992, na Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, no qual o meu trabalho final foi uma análise sobre as mulheres românticas e as “anti-heroínas” em José de Alencar, mas ainda não era a História. Ao menos não era a intenção.

Em casa, falava-se da família e dos seus sobrenomes. Eu queria saber de onde vieram meus antepassados. De uma árvore genealógica, construída por um parente, descobri ser descendente, pelo lado materno, da família Fagundes, da Ilha Terceira, dos Açores. Aí, nunca cessou a vontade de lá ir para ver de perto o lugar de meus antepassados.

Finalmente, por envolvimento com as questões açorianas, desde 1988, quando fui aos Açores participar de um curso para professores de Língua Portuguesa e de História, passei a me interessar pela história cultural e a estudar sobre as festas do Divino Espírito Santo e sobre costumes açorianos na cultura popular no Rio Grande do Sul. A identificação das histórias que sabia, da linguagem oral passada através das gerações, facilitou e aguçou-me o sentido de “açorianidade”.

No final dos anos de 1990, apresentei projeto para cursar o mestrado em História na UNISINOS, concluindo-o no ano de 2000, publicando a dissertação sob o título: *Tempo de Festa: uma Análise das Festas do Divino (Espírito Santo) em Gravataí e Santo Antônio da Patrulha – 1859 a 1933*. Meu orientador foi o Professor Dr. Martin N. Dreher. Sou autora e co-autora de outras obras na área da História: *Cavalcadas: Uma tradição de Raiz Milenar – Santo Antônio da Patrulha e Gravataí*;<sup>1</sup> *Açorianos, Alemães e Negros: Assimilação e organização social numa comunidade mista – Glorinha, 1880 – 1960*;<sup>2</sup> *Paróquia Nossa Senhora dos Anjos de Gravataí: Da Igreja no Período Colonial à Comunidades Eclesiais de Base – contexto histórico*;<sup>3</sup> *Do Índio ao Padroeiro: Gravataí, o distrito do Barnabé, o bairro São Geraldo e a paróquia Nossa Senhora das Graças, em 80 anos*.<sup>4</sup>

A partir daí, houve outras publicações e participações em eventos de âmbito

---

<sup>1</sup> JACHEMET, Célia Silva; OURIQUE, Ana Zenaide. *Cavalcadas: Uma tradição de raiz milenar*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1997.

<sup>2</sup> JACHEMET, Célia Silva. *Açorianos, Alemães e Negros. Assimilação e organização social numa comunidade mista* (Glorinha:1880-1960). Glorinha: Cadernos Glorinhenses,1), 1996.

<sup>3</sup> JACHEMET, Célia. *Paróquia Nossa Senhora dos Anjos de Gravataí-Contexto histórico* (da Igreja no período colonial às comunidades eclesiais de base). Porto Alegre: Editora STC, 2017.

<sup>4</sup> JACHEMET, Célia Silva; SANTOS, Fabiano Glaeser. *Do índio ao Padroeiro: Gravataí, o distrito do Barnabé, o bairro São Geraldo e a paróquia Nossa Senhora das Graças, em 80 anos*. Gravataí: Gráfica Pallotti, 2021.

regional, nacional e internacional, indo para o Açores por várias vezes, mas também a Portugal Continental, ao Canadá e aos Estados Unidos, dentro da dinâmica das comunidades açorianas da diáspora. Devo, com imensa saudade e eterna gratidão, lembrar da grande professora Dra. Eloísa Capovilla da Luz Ramos, pela amizade e pelo respeito com que me animou a realizar o curso de pós-graduação em História.

Meu trabalho de pesquisa sobre a cultura açoriana no Rio Grande do Sul passou por momentos de grandes iniciativas e crescimento como diretora de cultura à frente da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Gravataí, destacando a criação da Sala Açoriana Vitorino Nemésio, em 1991. No início dos anos de 2000, foi criada a Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS), sobre o que falaremos no último capítulo deste trabalho. Trabalhei nessa instituição como sócia-fundadora, secretária, vice-presidente e presidente, até o ano de 2018, seguindo com as atividades de escrita e atuação junto às comunidades de base açoriana no Estado e priorizando os movimentos de divulgação dos Açores e sua ligação com o Rio Grande do Sul. Contudo, devo ressaltar que este estudo não se trata de uma autobiografia, mas de como enxerguei essa caminhada. Nunca tive vínculo institucional remunerado com a questão açoriana no Rio Grande do Sul. O envolvimento sempre foi espontâneo e os cargos ocupados na Casa dos Açores foram eletivos e voluntários.

Em 2019/2, apresentei projeto de pesquisa para o ingresso no curso de doutorado em História da UNISINOS. Aprovada, no decorrer do curso, meu projeto atual distanciou-se do inicial (que faria um estudo comparado entre as festas do Divino Espírito Santo no Rio de Janeiro e no Estado da Califórnia, situando três famílias de açorianos, em ambos os espaços). Considerei que a mudança significou crescimento. Passei a entender os interesses e dificuldades que o curso exige.

Daí renasceu a decisão de optar pelo tema das relações em uma história conectada entre o Rio Grande do Sul e os Açores, num espaço temporal recente, com a perspectiva de estudar a aproximação entre esses dois espaços, ao discutir as políticas que as envolveram nos âmbitos local e diaspórico, voltando ao tema que realmente pensei quando decidi pelo doutorado, mesmo considerando complexo dadas as abrangências a que me propunha para realizá-lo. Nessa mudança de direção, focalizei momentos desta história e a busca de analisar a conexão entre o Rio Grande do Sul e os Açores, a partir de ações culturais que envolveram pessoas e instituições nos espaços em questão e na diáspora, entre 1976 e 2016, através de congressos, cursos, seminários e intercâmbios e mesmo da vivência progressiva no contato

com os Açores. Realizei viagens aos Açores em treze oportunidades, para a participação em cursos, seminários, congressos, eventos comemorativos, lançamento de livros e para estudos junto à Universidade dos Açores. Na maior parte dessas viagens contei com o apoio do Governo Regional dos Açores.

Quanto à mudança de rumo do projeto de pesquisa, reporto-me a uma conversa em um café nos corredores da UNISINOS, no dia em que tomei a decisão de mudar o enfoque. Fui consultar minha orientadora, a professora Maíra Vendrame, que acolheu a ideia nessa mudança. Naquele momento, estavam juntos a professora Eloísa Capovilla e o professor Marcos Antônio Witt. Eloísa disse: “Estou pronta a te ajudar sempre. E sei que desse assunto conheces muito”. Witt olhou-me e falou: “Muito bom. Acho melhor. É um assunto ainda não explorado em tempo recente”. Tudo isso encheu-me de coragem.

Meu grande reconhecimento também aos açorianos e a todos que construíram essa história. Percebo o quanto ainda temos na memória essa relação de identidade. Sou grata ao Governo Regional dos Açores por acreditar nessa troca de relações, sendo que, pela 13ª vez, estive naquele arquipélago, em outubro/novembro de 2021; desta vez buscando elementos para a construção desta tese que trata, como veremos na sequência, das relações e da aproximação entre o Rio Grande do Sul e os Açores (1976-2016).

Minha intenção é a de continuar contribuindo com a pesquisa nesta área da História, especialmente no que respeita aos açorianos, em suas manifestações de memória, tradição e etnicidade, ou seja, procurar analisar a constituição da açorianidade na diáspora, no caso do Rio Grande do Sul.

A experiência que ora construo deverá deixar alguma marca, ao menos para mim. A vida continua sendo sempre um projeto, como migrante: cheia de partidas e chegadas. Portanto, o presente estudo tem como foco principal discutir vínculos entre o Rio Grande do Sul e os Açores, especialmente as relações ocorridas após o ano de 1976, quando o Arquipélago açoriano alcançou a sua autonomia administrativa perante o continente português. Essas relações são, via de regra, de ordem cultural que envolveram as comunidades da Diáspora açoriana e instituições representativas dos Açores no Estado, com base também na historiografia sobre o povoamento do então Rio Grande de São Pedro no século XVIII.

Esta tese, a qual damos o título de *À Redescoberta das Raízes*,<sup>5</sup> refere-se a um movimento proposto e sustentado pelo Governo Regional dos Açores, após a autonomia administrativa do Arquipélago, em 1976 e as políticas de aproximação das comunidades da Diáspora açoriana no mundo. O início da aproximação com o Rio Grande do Sul se dá nos anos de 1980.

A diáspora açoriana, expressão simbólica usada, no caso, para a dispersão de um povo na busca de melhores condições de vida em terras distantes, começa a ser utilizada por escritores, pelos meios de comunicação dos Açores e nos discursos políticos, no século XX. Refere-se às comunidades açorianas no mundo, a considerar desde o Brasil e o Avaí, as mais antigas, à América do Norte, Venezuela, Bermudas e mesmo as que estão no Continente Português. Essa expressão tomou força ao designar a grande “dispersão” de açorianos que emigraram, especialmente no século XX.

Apontamos o uso do vocábulo “diáspora” por alguns autores em textos de História, de Literatura e de Jornalismo, apenas a título de representação. Manuela Cardoso usa o termo diáspora apenas no título em que fala dos açorianos idos ao continente de São Pedro do Sul, que fundam a comunidade açoriana em São Carlos de Maldonado, no Uruguai, mas deixa a ideia de adesão ao termo para explicar o movimento de migração e dispersão de povos.<sup>6</sup>

Victor Dorez fala da açorianidade e chama o movimento migratório de açorianos no mundo de “errância açoriana”.<sup>7</sup> Reflete que, “apesar das consequências que a diáspora açoriana trouxe aos que partiram e aos que ficaram, entre perdas e ganhos, a açorianidade ultrapassou as fronteiras do entendimento do mundo”. Manuel de Oliveira Neto, referindo-se ao expressivo número de açorianos no mundo (cerca de um milhão), atenta para a importância de as comunidades da Diáspora serem incluídas nas decisões representativas na Assembleia Legislativa dos Açores, em apoio aos interesses dos açorianos que residem no estrangeiro.<sup>8</sup> Dentre as conclusões do IV Congresso de Comunidades Açorianas, sobre

<sup>5</sup> Este título foi inspirado em outro: “A DESCOBERTA DAS RAÍZES”, de um seminário promovido em 2002, pelo governo dos Açores, através da Direcção Regional das Comunidades, em Ponta Delgada, Ilha de São Miguel, destinado a professores de Língua Portuguesa e de História, da diáspora açoriana. Neste estudo, representará o próprio movimento de reforço da açorianidade. Redescoberta, portanto, indica rumo, busca, direcção, investigar o passado e suas ressignificações no presente, o que remete a raízes étnicas e culturais de base açoriana no Estado do Rio Grande do Sul – Brasil. Por isso justifico o uso da crase.

<sup>6</sup> CARDOSO, Manuela Techera. A Nossa Diáspora neste Sul da América do Sul. Revista *Andarilhagem*. Presidência do Governo dos Açores-Direcção Regional das Comunidades, Nova Gráfica Ltda., 2007, p. 16.

<sup>7</sup> DORES, Victor Rui. Da Condição Insular. In: *Povos e Cultura – A Ilha em Nós*. Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa. Universidade Católica |Portuguesa, n. 21, 2017, p. 257-259.

<sup>8</sup> NETO, Manuel de Oliveira. Uma necessidade: A Voz da Diáspora na Assembleia Legislativa dos Açores. 3º Congresso de Comunidades Açorianas. Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas – Presidência do Governo, Angra do Heroísmo, 1991, p. 413.

História, Realidade e Perspectivas, indica como primeiro item: “Incentivar estudos históricos atinentes a um levantamento completo da diáspora açoriana.”<sup>9</sup>

Peter Burke apresenta a questão do deslocamento, de exílios da Era Moderna, como a diáspora dos gregos, judeus e muçulmanos, a diáspora católica, a diáspora protestante e os tipos de expatriados: comerciantes, religiosos e acadêmicos, sugerindo “perdas e ganhos” no processo em que, nessas “fugas”, os países ganhavam e perdiam importantes cérebros, como se fosse uma troca. Não se refere somente à diáspora confessional dos séculos XVI e XVII, de religiosos e da contribuição desses exilados ou expatriados, mas de expatriados comerciais, religiosos e de letrados.<sup>10</sup>

No nosso entender, o termo diáspora, usado atualmente para representar a dispersão de açorianos, como de outros povos, trata da acomodação de uma atribuição forte, mas significando pessoas que buscam, por si, uma forma melhor de sobrevivência em outras terras, constituindo-se esta expressão aproximada a uma figura de linguagem, um eufemismo, para denominar a ideia de separação, distância e reinvenção de uma vida nova, porque expatriados ou exilados não o foram, nesta dispersão.

O termo entrou em uso corrente e, neste estudo, aparece constantemente como a determinar um movimento importante, sem esquecer a verdadeira origem do seu uso, aplicado a povos que sofrem esse processo; em geral por motivos de perseguição, o que não é o caso dos açorianos. A Diáspora Açoriana para o Brasil Meridional teve início no século XVIII, com a chegada dos primeiros povoadores vindos dos Açores.

A motivação do presente estudo evidencia-se, portanto, nas relações entre os Açores e a diáspora, no caso do Rio Grande do Sul, por apresentar reflexões sobre o povoamento do século XVIII e sobre os Açores na atualidade, com base em fontes mais recentes que trazem um novo entendimento acerca dos conceitos e resultantes do povoamento açoriano de há quase três séculos, no Estado e a construção das relações em tempos atuais. Para tanto, consideramos a escrita de autores açorianos sobre os temas propostos, o que será visto nos capítulos segundo e terceiro.

Em meados do século XVIII, grande número de ilhéus portugueses, do Arquipélago dos Açores, foi destinado a povoar o sul do Brasil, fundando Porto Alegre e espalhando-se por quase toda a então Capitania de São Pedro; notadamente no litoral e parte sul,

---

<sup>9</sup> CONCLUSÕES DO IV CONGRESSO DAS COMUNIDADES AÇORIANAS, Gabinete a emigração e Apoio às Comunidades AÇORIANAS – Presidência do Governo. Angra do Heroísmo, 1995, p. 617.

<sup>10</sup> BURKE, Peter. *Perdas e Ganhos: exilados e expatriados na história do conhecimento na Europa e nas AMÉRICAS, 1500-2000*. São Paulo: Editora UNESP, 2017, p. 55.

obedecendo à estratégia de povoamento para assegurar à Coroa Portuguesa a posse das terras pertencentes a Portugal, pelos Tratados de Madrid<sup>11</sup> e Santo Ildefonso<sup>12</sup>. O percurso dos açorianos no Rio Grande do Sul, iniciado nesse período, será suporte para desdobramentos deste estudo que tratará, sobremaneira, das relações recentes (1976-2016) entre o Rio Grande do Sul e os Açores, considerando os espaços políticos, geográficos e cultural para falar dos açorianos e descendentes, nessa intercontextualidade. Vale lembrar que a presença açoriana no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina está entre as mais antigas, após o Amazonas, Pará e Maranhão e, em grande escala, no século XX, no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Estado do Espírito Santo.

Entram na discussão, nessa construção, os espaços e mobilidades, ao considerarmos a relação entre história e geografia, o “palco” onde as práticas ocorrem e são investigadas. Situamos os espaços em questão quanto à localização geográfica relativa aos continentes em que estão inseridos e à formação do povoamento, como destacado nos mapas que antecedem o capítulo seguinte.

Estaremos falando de local e translocal que, no dizer de Angelo Torre, trata das relações entre dois lugares: “*Constatar la necesidad de una reafirmación de vínculos locales entre personas y grupos ligados a localidades más allá del Atlántico, calificaría estos mismos vínculos*”.<sup>13</sup> Essa assertiva, na nossa perspectiva de análise, faz-nos olhar os vínculos passados e presentes entre os dois locais propostos e pensarmos em atlanticidade como fator importante no contexto histórico-geográfico que buscamos atender.

Em se expondo local e translocal, pensamos numa história conectada, de mobilidade transoceânica, com uma perspectiva de análise de escalas não apenas local, mas de interdisciplinaridade de indivíduos ou grupos, de acordo com a micro-história italiana.<sup>14</sup>

A importância desta tese para a historiografia prende-se à ideia de acrescentar referências sobre os movimentos que nortearam essas relações, na perspectiva e relevância

---

<sup>11</sup> TRATADO DE MADRID: firmado em 13 de janeiro de 1750, entre o rei de Portugal, Dom João V e o rei Fernando VI da Espanha, para definir os limites entre as respectivas colônias sul-americanas.

<sup>12</sup> TRATADO DE SANTO ILDEFONSO: de 1 de outubro de 1777, entre Portugal e Espanha, para resolver disputas territoriais entre as possessões dos dois reinos, na América do Sul, na região do rio da Prata e a região dos Sete Povos.

<sup>13</sup> TORRE, Angelo. Micro/macro: ¿local/global? El problema de la localidad en una historia espacializada. *Historia Crítica*, Bogotá, n. 69, p. 37-67, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7440/historcrit69.2018.03>. Acesso em: 11 set. 2022.

<sup>14</sup> VENDRAME, Maíra Ines. Pensando o Problema das Conexões, do Equilíbrio e da Complexidade a partir da perspectiva da micro-história. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Maíra Ines (org.) *Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021, p. 260. Vendrame mostra como a metodologia da micro-história italiana auxiliou no desenvolvimento dos estudos ligados aos movimentos migratórios e no campo historiográfico das migrações históricas e contemporâneas.

em trabalhos acadêmicos recentes, precisamente no que se refere ao período pós-autonomia dos Açores. Consideramos conveniente esta discussão por reconhecer a necessidade de registrar ações que proporcionaram a aproximação entre esses dois lados do Atlântico, no período pós-autonomia: 1976-2016. Ações essas que demonstraremos nos capítulos 3 e 4 deste estudo, cujos alguns autores estão acima referidos.

Até o momento vimos, na historiografia, publicações referentes aos açorianos do século XVIII no Rio Grande de São Pedro e, posteriormente, a repetição do assunto foi e é recorrente, principalmente entre memorialistas. Apontamos, nos capítulos seguintes, alguns estudos em outras abrangências, como na área da Arquitetura, Artes, Folclore e Literatura, vinculados à cultura açoriana com foco no Rio Grande do Sul, em alguns casos, sem situar os Açores hoje. Fala-se do presente com os olhos num passado distante. Nossa intenção, portanto, é revisitar o tema em situações ainda pouco evidenciadas pela historiografia sul-rio-grandense, relativas ao período em questão, olhando para um passado/presente, exposto em ações destacadas nos capítulos 3 e 4, considerando a bagagem exposta, estudada e possível, no momento.

Destacamos a importância das pesquisas de Dante de Laytano,<sup>15</sup> Lílian Argentina Braga Marques,<sup>16</sup> Glenda Cruz,<sup>17</sup> Sônia Siqueira Campos<sup>18</sup> e Célia Jachemet.<sup>19</sup> Esses e outros autores fizeram parte do movimento de fortalecimento das relações entre o Rio Grande do Sul e os Açores evidenciando, com seus trabalhos e pesquisas, contribuição sobre a cultura de base açoriana no Estado do Rio Grande do Sul.

Todavia, destacamos estudos atuais sobre o povoamento açoriano, que lançam luzes para a compreensão do presente e os vemos como suporte na trajetória humana vivida nos espaços ocupados por povoadores açorianos, que dão conta da “dura vida nos pagos”, de

---

<sup>15</sup> LAYTANO, Dante de. *O Rio Grande Antigo*. Vol. 2. ed. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1946.

<sup>16</sup> MARQUES, Lílian Argentina Braga. Tradições no Rio Grande do Sul – Contribuições açorianas e influência portuguesa-açoriana na música sul-rio-grandense. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (org). *Presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1997, p. 70-74.

<sup>17</sup> CRUZ, Glenda Pereira. Arquitetura luso-açoriana no Rio Grande do Sul In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (org). *Presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1997, p. 51.

<sup>18</sup> CAMPOS, Sônia Siqueira. Literatura Oral no Rio Grande do Sul – Contribuições açorianas. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (org). *Presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1997, p. 61.

<sup>19</sup> JACHEMET, Célia Silva. *Tempo de Festa: Uma análise das Festas do Divino (Espírito Santo) – Gravataí e Santo Antônio da Patrulha – RS – 1859-1933*. Porto Alegre: Evangraf, 2002.

práticas políticas e estruturas familiares que fizeram parte da construção da sociedade na América Portuguesa.<sup>20</sup>

Importante registrar que a história dos açorianos no Rio Grande do Sul inicia no século XVIII, obedece a decisões e limites das políticas da época e faz parte das relações entre Portugal e Espanha, nos Tratados de Madri, 1750, e no de Santo Ildefonso, 1777.

A historiografia gaúcha alusiva ao século XVIII apresenta, via de regra, os povoadores açorianos, a motivação para emigrarem, ressaltando a sua religiosidade e as grandes dificuldades por que passaram e por terem vindo também de um contexto difícil. Apontamos exemplos desse processo e trazemos como referência Guilhermino César, em uma análise sobre a colonização açoriana no Rio Grande de São Pedro.<sup>21</sup>

Há ainda a corrente que apresenta as dificuldades dos açorianos nos primeiros tempos do povoamento, sua religiosidade e valorização familiar, como registra Rubem Neis.<sup>22</sup> Não nos contrapomos a essa corrente, mas é importante lembrar que outros povoadores à época também não tiveram vida fácil, e que a conquista de espaços e integração se deu, aos poucos, pelo convívio com outros habitantes e pela miscigenação. Das possíveis relações com a terra-mãe, com parentes e com as comunidades deixadas para trás, raramente conseguimos notícias.

Devemos lembrar que os estudos e publicações sobre os açorianos no século XVIII servem de alicerce para novas pesquisas que poderão contemplar as relações entre lá e cá, olhando a contemporaneidade e discutindo os novos perfis da história dos dois povos e de seus descendentes. Nesse sentido, serão apresentados, no segundo capítulo, dados sobre a história e a geografia dos Açores e do Rio Grande do Sul, a fim de situar tempo e espaço.

Discutir a questão da identidade étnica de açorianos e gaúchos nos conduz a olhar para a formação dos açorianos que primeiro habitaram as ilhas, pela sua diversidade étnica e apresentar à semelhança do que aconteceu também com a formação da população sul-riograndense. Então discutimos etnia ou etnias, uma vez que tratamos de povos de diferentes procedências e, não raro, que falavam idiomas diferentes. Ao desenvolver este estudo,

---

<sup>20</sup> KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

<sup>21</sup> CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul – Período Colonial*. Capítulo III – Colonização Açoriana: Portugal e a política dos casais. Chegada dos açorianos a Santa Catarina. Colonos açorianos para o Rio Grande de São Pedro. Penetração do Açorita. Sua contribuição cultural. Fundação de Porto Alegre. Controvérsias. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 2002, p. 125-127.

<sup>22</sup> NEIS, Ruben. *Guarda Velha de Viamão*. No Rio Grande Miscigenado surge Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre: EST, 1975, p. 161.

propomos repensar conceitos de etnicidade e apontamos como principal referência Eric Hobsbawm.<sup>23</sup> No capítulo 2, esse conceito entra em discussão.

Por hipótese, a etnia se faz pela unidade, pela similaridade e tempo decorrido e por aspectos em comum de um grupo étnico. Etnia seria um problema aleatório para os migrantes, quando o que lhes importava era a sobrevivência. Definição étnica, para os migrados nas condições que o foram os açorianos do século XVIII, não era linguagem corrente. Nós, historiadores, antropólogos, sociólogos é que passamos a nos ocupar com essa questão. Também, apontamos que a territorialidade não se constitui fator primordial para atribuímos etnicidade. E, do termo etnicidade, refletimos sobre uma distância curta entre a açorianidade e o seu uso nas chamadas “Décima Ilha”: as comunidades da diáspora.<sup>24</sup> Onésimo Almeida fala de equívocos quanto ao termo e atribui o seu uso, entre outros fatores, à “necessidade de identificação cultural que as pessoas sentem”.<sup>25</sup>

Partindo dessas hipóteses, analisamos a escrita sobre os açorianos na formação populacional do Rio Grande do Sul, considerando a perspectiva de identidade de açorianos e gaúchos. Essa escrita traz referências que norteiam esta pesquisa e nos empurram para a discussão do período recente, estabelecido para o tema principal: relações entre o Rio Grande do Sul e os Açores, após a autonomia administrativa do arquipélago. Acentuamos também, no segundo capítulo, a discussão sobre o termo “açorianidade”.

Situados o Rio Grande do Sul e os Açores, apresentamos, no terceiro capítulo, intitulado *Período de Costuras*, o processo autonômico do Arquipélago e defendemos que foi pela sua autonomia administrativa que os Açores se voltaram para a diáspora e, a partir de então, as relações diaspóricas se acentuaram, motivando a busca e a valorização das origens. O Rio Grande do Sul é acordado para essa possibilidade de “Redescoberta das Raízes”, depois de 250 anos. As motivações e fatores que deram sustentação e reforço a uma interculturalidade transnacional crescem após a Autonomia e são expressas através de congressos, cursos, seminários e ações de cunho cultural e político, nos municípios considerados de “origem açoriana”.

A integração dos Açores com as comunidades da Diáspora será evidenciada pelo convívio proposto nessas ações, que se iniciam a partir de 1976 e que são sustentadas pelo

---

<sup>23</sup> HOBBSAWM, Eric. *Nacionalismo*. Lisboa: Editorial Presença, 2021, p. 170, 218 e 324.

<sup>24</sup> Expressão usada como autoidentificação nas comunidades da diáspora, como uma atribuição de pertença, lembrando um adjetivo pátrio. Assim, todas as comunidades açorianas no mundo são, cada uma a “Décima Ilha”.

<sup>25</sup> ALMEIDA, Onésimo Teotônio. Usos e Abusos do conceito de açorianidade. In: *II Congresso de Comunidades Açorianas*. Direcção Regional das Comunidades, Angra do Heroísmo, 1986, p. 547-548.

Governo Regional dos Açores, através do GIACA (Gabinete de Imigração e Apoio às Comunidades Açorianas), órgão governamental, depois denominado DRC (Direção Regional de Apoio às Comunidades), do Governo Regional dos Açores. Esses órgãos atendem novas relações e fatores de sustentabilidade nas ações resultantes das políticas de aproximação entre as comunidades açorianas no mundo. Destacam-se, entre elas, oportunidades de convívio como atividades preparatórias para multiplicadores culturais, realizadas nos Açores e na diáspora, que sustentarão esse movimento, motivo do título desta tese: *À Redescoberta das Raízes*.

Por hipótese, poderíamos afirmar também que a escrita de autores e pesquisadores açorianos e gaúchos, em documentos e em descrições relacionadas e publicadas sobre o século XVIII, possibilita costurar uma relação de continuidade de costumes, ofícios e profissões trazidas pelos povoadores e aqui exercidas, como comerciante, marceneiro, ourives, sapateiro, práticas agrícolas e pecuárias, tecelagem em linho, o fabrico de vinhos, a construção de moinhos (azenhas, moinhos de vento), em costumes domésticos e mesmo nas suas festas e devoções e, ainda, na questão da genealogia. Consideramos que esses assuntos têm sido discutidos e apresentados em encontros de municípios gaúchos, dos quais destacamos o movimento Raízes<sup>26</sup>, importante como contribuição para o entendimento do perfil dos povoadores açorianos e seus descendentes, no Rio Grande do Sul. Esses temas foram evidenciados também nos encontros e seminários que apresentaremos no terceiro capítulo deste estudo.

Como autores de suporte à historiografia gaúcha, que marcaram época e que servem de base, destacamos César,<sup>27</sup> Laytano,<sup>28</sup> Francisco Macedo,<sup>29</sup> o viajante francês Auguste de Saint-Hilaire,<sup>30</sup> em se falando da escrita sobre o século XVIII e XIX e publicada no século XX. Essa escrita dá conta de políticas do processo de povoamento, da vinda dos açorianos

---

<sup>26</sup> RAÍZES de... Encontros criados e coordenados desde os anos de 1990, pela professora doutora Véra Lucia Maciel Barroso, iniciando em Santo Antônio da Patrulha e estendido aos municípios originados. Esses encontros registram a recolha de assuntos de história e folclore, por historiadores, professores de história, memorialistas e populares e têm objetivo de oportunizar a participação de membros da comunidade, com seus conhecimentos empíricos, vivenciais ou acadêmicos.

<sup>27</sup> CÉSAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul*. Período Colonial. 3. ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1981, p. 178.

<sup>28</sup> LAYTANO, Dante de. *O Rio Grande Antigo*. 1º. Vol. 2. ed. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1946.

<sup>29</sup> MACEDO, Francisco Riopardense. Açorianos para o Sul do Brasil. In: *Congresso Internacional de História das Ilhas do Atlântico*. O papel das ilhas do Atlântico na Criação do Contemporâneo. Instituto Histórico da Ilha Terceira. Actas do congresso realizado em Angra do Heroísmo de 24 a 29 de maio de 1999. Angra do Heroísmo, 2000, p. 731-759 (separa do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Vol. LVII (1999)).

<sup>30</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro – Editor, 1987, p. 46, 117-118.

para o Rio Grande e de como surgiram os núcleos populacionais no Estado, seus povoadores, costumes e festas da população.

Em pesquisas mais recentes, podemos constatar desdobramentos e reflexões sobre famílias de açorianos, festas, arquitetura e mesmo análise literária, como a análise crítica da obra do escritor gaúcho João Simões Lopes Neto. A escrita contemporânea funcionaria, assim, como reforço das relações, uma vez que oportuniza discussões com a escrita anterior e tem a possibilidade de ver e mostrar novas interpretações e, ao mesmo tempo, conhecer o que se produz na diáspora, sobre esses assuntos.

Acerca de estudos sobre famílias açorianas, destacamos o trabalho recente de Fábio Kühn.<sup>31</sup> Sobre festas do Divino Espírito Santo, apontamos Jachemet<sup>32</sup> e Cruz<sup>33</sup> e, na área da Arquitetura, consideramos a pesquisa de Luiza Rocca.<sup>34</sup>

No quarto e último capítulo deste estudo, partimos da hipótese de que o título *A Redescoberta das Raízes* é termo adequado para se discutir as novas relações evidenciadas através da continuidade de eventos sobre a cultura de base açoriana no Estado; agora promovida por comunidades gaúchas e por instituições representativas da memória, tradição e sustentação do que chamamos de “açorianidade”. Esse movimento sugere uma contrapartida ao Governo Regional dos Açores pelo apoio despendido neste processo.

Por esses aspectos expostos, podemos afirmar que o interesse despertado pelo movimento que sugere o título deste estudo tenha atingido o reforço e as relações entre migrados e seus descendentes com o local de origem – os Açores –, e os locais de destino, constituindo-se uma resposta à busca da identidade étnica e de continuidade de um processo de interação que proporcionasse, em âmbitos local e translocal, o estreitamento das relações entre ao Rio Grande do Sul e aos Açores de hoje e do futuro.

---

<sup>31</sup> KÜHN, Fábio. *Gente de Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa: século XVIII*. Tese de doutorado em História UFF, Niterói, 2006. p. 76. Acesso em: 23 mar. 2023.

<sup>32</sup> JACHEMET, Célia. *Açorianos, Alemães e Negros: assimilação e organização social numa comunidade mista*. Cadernos glorinhenses, n. 1, Gravataí: Impressos e Cia, 2008, p. 15-65.

<sup>33</sup> CRUZ, Jaínton Ortiz da. *A Festa do Divino Espírito Santo em Gravataí/RS ao longo dos séculos XX e XXI*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

<sup>34</sup> ROCCA, Luíza Durán. *Antecedentes da Formação do Espaço Urbano do Século XVIII: Relação entre migração e cultura e o mito da açorianidade*. (tese de doutorado em Arquitetura).

Dos autores açorianos dos séculos XX e XXI, damos ênfase a Meneses, Enes,<sup>35</sup> José Maria Dias,<sup>36</sup> Vitorino Nemésio,<sup>37</sup> Jonas Negalha<sup>38</sup> e Gilberta Rocha.<sup>39</sup> Esses falam da migração açoriana para o sul do Brasil e apontam as políticas de povoamento das novas terras e despovoamento das ilhas. Analisam os movimentos migratórios e as razões de eles acontecerem, mostrando mudanças nas relações entre os Açores, o continente português e as comunidades da diáspora; os Açores do passado e sua evolução em diversos períodos. Dentre os assuntos tratados por esses açorianos, além da história do povo dos Açores, destacamos a migração, a Autonomia dos Açores, a açorianidade e a atlanticidade. Esses assuntos não serão, necessariamente, discutidos nessa ordem.

No campo teórico, refletimos as questões da etnicidade e da diáspora, buscando apoio em Martha Hameister,<sup>40</sup> quando acentuamos a discussão em memória, tradição e etnicidade. Como elementos de sustentação identitária, nos apoiaremos em conceitos de Philippe Ariès,<sup>41</sup> Hobsbawm<sup>42</sup> e Aline Porto.<sup>43</sup>

Com relação a outras fontes,<sup>44</sup> primárias ou não, para o terceiro e o quarto capítulos, apresentaremos exemplares de fotografias, notícias de jornais, convites e programação de eventos, folders de instituições e correspondência oficial trocada entre o Governo Regional dos Açores e órgãos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, municípios e instituições representativas.

Diante dessas perspectivas e considerando as fontes a que recorreremos e outras que poderão ser utilizadas na construção do trabalho de pesquisa, acreditamos contar com

<sup>35</sup> ENES, José. *Portugal Atlântico*. Estudos de fenomenologia política. Lages: Companhia das Ilhas, 2015, p. 118, 119, 127, 213 - 234.

<sup>36</sup> DIAS, José Maria Teixeira. *A História do Povo Açoriano*. Ponta Delgada: Publiçor, 2008, p.43

<sup>37</sup> NEMÉSIO, Vitorino. Açorianidade. Autor do termo “açorianidade” dito e registrado por Nemésio em uma intervenção sobre os Açores, realizada em Cruz de Celas, Coimbra, em 19 de julho de 1932, evento comemorativo aos 500 anos da descoberta dos Açores. O texto foi publicado e o termo se tornou um adjetivo usado hoje nos Açores e na diáspora, significando o sentimento de ser açoriano.

<sup>38</sup> NEGALHA, Jonas. A Contribuição Açoriana para o Povoamento do Brasil. In: *Congresso de Comunidades AÇORIANAS*, Angra do Heroísmo, 1986, p. 285.

<sup>39</sup> ROCHA, Gilberta Pavão (Coord.); FERREIRA, Eduardo; MENDES, Derrick. *Entre dois Mundos: Emigração e Regresso aos Açores*. Açores: Nova Gráfica Ltd., 2011, p. 34-35.

<sup>40</sup> HAMAISTER, Martha Daisson. Notas sobre a construção de uma “identidade açoriana” na colonização do sul do Brasil no século XVIII. *Anos 90*, Porto Alegre, n.21/22, jan.-dez. 2005, p. 53-101.

<sup>41</sup> ARIÈS, Philippe. *O Tempo da História*. Lisboa: Relógio D’água: Antropos, 1992, p. 11-35.

<sup>42</sup> HOBBSAWM, Eric. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997; HOBBSAWM, Eric. *Nacionalismo*. Lisboa: Editorial Presença, 2021, p. 128-218.

<sup>43</sup> PORTO, Aline Carvalho. *O Brasil visto a partir do sul*. A perspectiva nacionalista de Simões Lopes Neto. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019, p. 97-110.

<sup>44</sup> Essas fontes, já localizadas, fazem parte do acervo da Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS), do Instituto Cultural Português (ICP) e de acervos particulares.

elementos suficientes para a resposta à problemática desta pesquisa: Relações entre o Rio Grande do Sul e os Açores-1976-2016.

Quanto ao nosso período de análise, propomos de 1976 a 2016, que são quarenta anos da autonomia dos Açores. No entanto, acentuamos o movimento no Rio Grande do Sul, após 1986, quando iniciam as participações de gaúchos nos eventos programados para a diáspora, como anteriormente citamos: congressos, cursos, intercâmbios e, ao mesmo tempo, as visitas oficiais de representantes do Governo Regional dos Açores, ao Estado do Rio Grande do Sul.

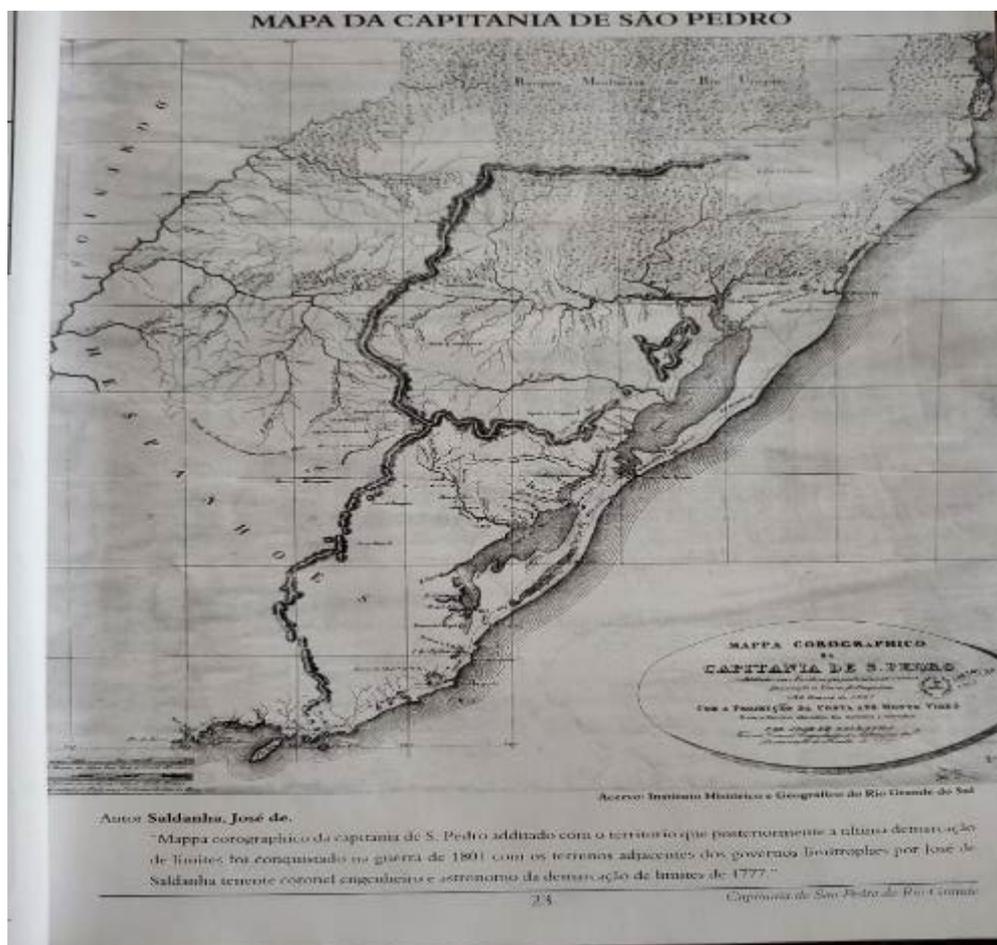
Ao apontar o povoamento do século XVIII faz-se necessário situar, nessa caminhada, a perspectiva da História sobre os açorianos no Rio Grande do Sul e, em razão da recuperação de uma afinidade cultural, no presente, estamos a falar de uma história conectada que tem seu reforço com a autonomia dos Açores e o consequente estreitamento das relações com a diáspora.

Por fim, nos permitimos usar, no último capítulo, um apanhado de notícias veiculadas em jornais e revistas locais, na diáspora, a que damos o subtítulo de “Notícias que foram notícia” muitas vezes se tratando de assuntos e ações de publicações que dificilmente serão encontradas impressas no futuro. Consideramos essa uma forma de registro, sem muitos comentários, que poderá facilitar e elucidar novas pesquisas e compreensões, mesmo porque as notícias escritas começam a escassear, em tempos plenos da era digital e seus avanços.

## 2. RIO GRANDE DO SUL E AÇORES: UM OCEANO OS SEPARA E OS UNE

### 2.1 SITUANDO O RIO GRANDE DO SUL E OS AÇORES

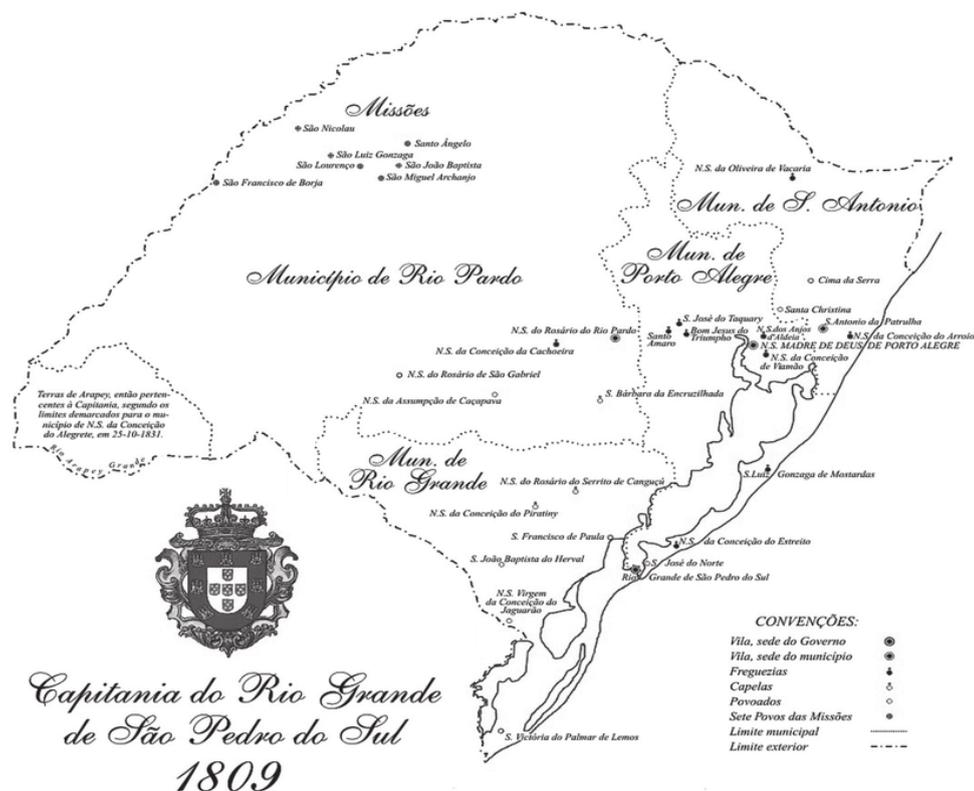
**Figura1: Mapa da Capitania de São Pedro**



Fonte: Miranda e Martins (2016)<sup>45</sup>

<sup>45</sup> SALDANHA, José de. Mappa corographico da capitania de S. Pedro aditado com o territorio que posteriormente faz última demarcação de limites conquistados na guerra de 1801 com os terrenos adjacentes dos governos limitrophes por José de Saldanha, tenente coronel engenheiro e astrônomo da demarcação de limites de 1777. In: MIRANDA, Márcia Eckert; MARTINS, Liana Bach (coord). *Capitania de São Pedro do Rio Grande: correspondência do Governador Paulo José da Silva Gama, 1808*. Porto Alegre, CORAG, 2016, p. 23.

Figura 2 – Mapa da Capitania do Rio Grande do Sul



Fonte: Scott (2017)<sup>46</sup>

<sup>46</sup> SCOTT, Dario. A população do Rio Grande de São Pedro pelos mapas populacionais de 1780 e 1810. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Belo Horizonte, v. 34, n. 3, p. 617-633, set. - dez. 2017. Disponível: [https://www.researchgate.net/figure/FIGURA-1-Mapa-da-capitania-do-Rio-Grande-de-Sao-Pedro-1809\\_fig1\\_321959949](https://www.researchgate.net/figure/FIGURA-1-Mapa-da-capitania-do-Rio-Grande-de-Sao-Pedro-1809_fig1_321959949). Acesso em: 15 set. 2022.

**Figura 3 – Mapa político atual do RS - Regiões**



Fonte: IBGE (2015)<sup>47</sup>

### 2.1.1 Rio Grande do Sul

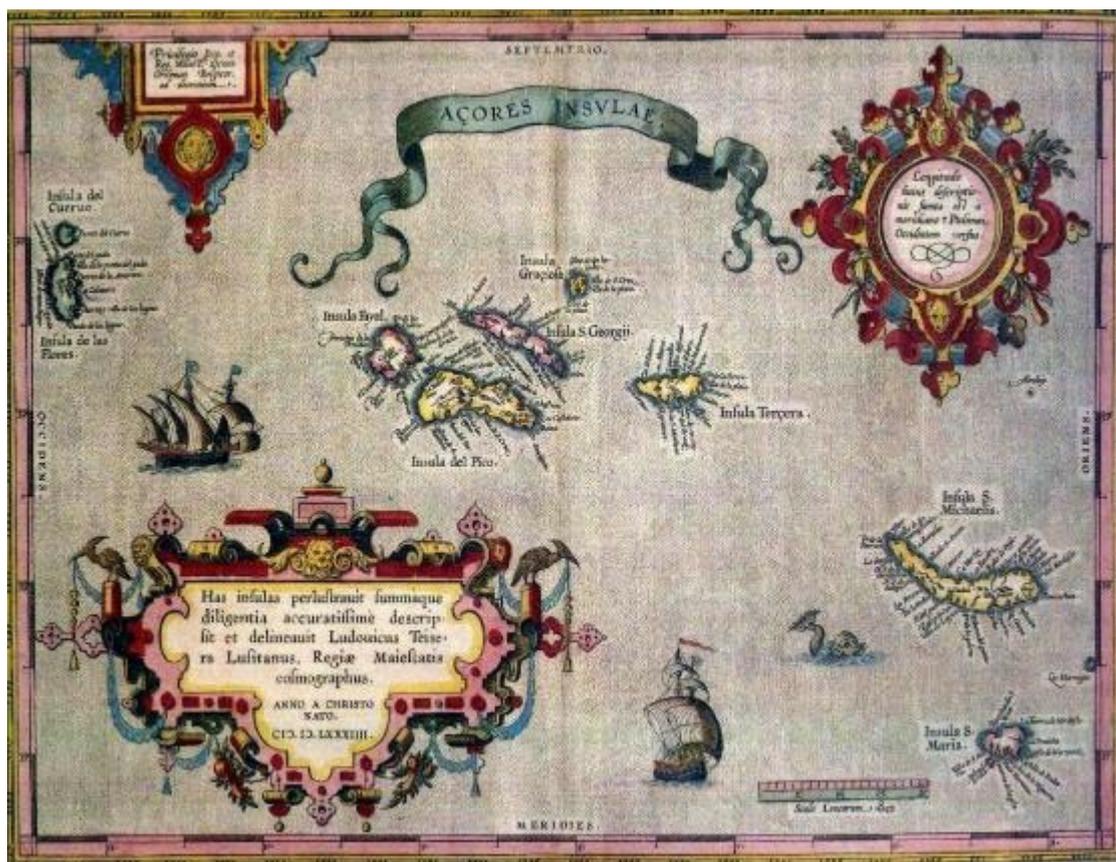
O Estado do Rio Grande do Sul está situado no extremo meridional do Brasil e faz fronteira ao Norte com o Estado de Santa Catarina; a Oeste, com a República da Argentina; ao Sul, com a República do Uruguai e, a Leste, com o Oceano Atlântico. Sua área territorial é de 281.707km<sup>2</sup>. (IBGE, 2019) e com densidade demográfica de 39,70 habitantes por Km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). A capital do Rio Grande do Sul é Porto Alegre. O Rio Grande do Sul possui atualmente 497 municípios divididos em 13 regiões, de acordo com o mapa acima. Os quatro primeiros municípios, Rio Grande, Porto Alegre, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha foram criados em 1809.

<sup>47</sup> Disponível em: <https://geofitp.ibge.gov.rs> – politico 950ok -2015. Acesso em: 10 set. 2022.

Nomes atribuídos ao Rio Grande do Sul: 1º nome: Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul; 2º. nome: Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, de 1822 até 1889 e Estado do Rio Grande do Sul, a partir de 1890.<sup>48</sup>

## 2.1.2 O arquipélago português dos Açores

Figura 4 – Mapa antigo dos Açores

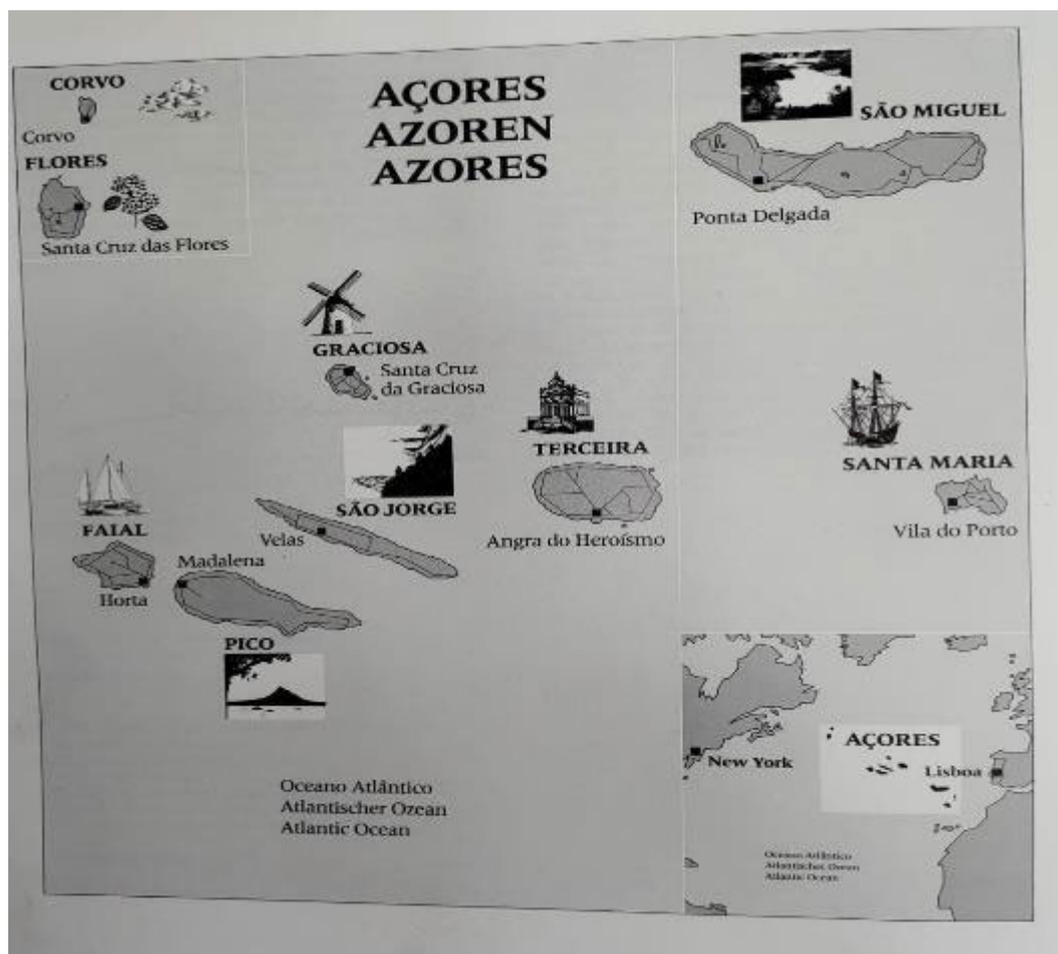


Fonte: Google.com/cireinsulae.<sup>49</sup>

<sup>48</sup> RIO Grande do Sul. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio\\_Grande\\_do\\_Sul](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Grande_do_Sul). Acesso em: 28 ago. 2022. No decorrer do texto, o espaço *Rio Grande do Sul* será grifado de acordo com a nomenclatura da época a que se refere o conteúdo do texto.

<sup>49</sup> Mapa desenhado em 1584. Acesso em: 10 dez. 2022.

Figura 5 – Mapa atual dos Açores



Fonte: Teresa Borges da Silva<sup>50</sup>

De acordo com Manuel Andrade<sup>51</sup>, a descoberta dos Açores é atribuída ao marinheiro Gonçalo Velho Cabral, em 1415, embora a existência das ilhas já fosse conhecida pela Coroa Portuguesa desde o século XIV. São nove ilhas situadas em meio ao Atlântico Norte, descobertas e denominadas por grupos. Grupo Oriental: São Miguel e Santa Maria; Grupo Central: Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial e Grupo Ocidental: Corvo e Flores. O nome Açores foi atribuído ao arquipélago quando, a 15 de agosto de 1427, foi encontrada a primeira ilha: Santa Maria, onde foram vistos muitos milhafres<sup>52</sup>. Às ilhas descobertas foram dadas, para a maioria delas, nomes de santos, epítetos e também atribuídas

<sup>50</sup> DA SILVA, Teresa Borges e RADASEWESKY, Werner. *Açores*. Fotografias; Günter Schneider e Werner Radasewsk. Berlin: Editora Nicolau Beuermann, 1993, p.14.

<sup>51</sup> ANDRADE, Manuel Jacinto de. *O Arquipélago dos Açores*. Cap. 1, Pasta Pedagógica 2. Direção Regional da Educação, Angra do Heroísmo, 1997.

<sup>52</sup> Espécie de ave de rapina, açor.

lendas. Santa Maria, a primeira ilha “achada”: (Ilha do Ovo); São Miguel, (Ilha das Cabras); Terceira (Ilha Brasil), Santa Cruz da Graciosa, (Ilha Branca), São Jorge, (Calheta); Pico (Ilha de S. Dinis); Faial (Ilha Azul); Flores: (Corvo Marini) e a Ilha do Corvo (Ilha do Marco). Ao longo deste capítulo, falaremos da sua formação populacional e das políticas de autonomia político-administrativa.

Situados os espaços em questão, apontamos motivos que levaram a Coroa Portuguesa a ocupar as terras conquistadas da América Meridional. Situamos as relações entre o Rio Grande do Sul e os Açores no século XVIII, procurando perceber a importância do Atlântico para Portugal e para as suas ilhas, na questão do comércio com o Brasil e o povoamento da então Capitania de São Pedro. Discutiremos sobre identidade étnica e “açorianidade”.

## 2.2 PRIMEIRAS RELAÇÕES E AS POLÍTICAS DE POVOAMENTO

Quando pensamos nas relações entre os Açores e o Rio Grande do Sul, de imediato lembramos os intercâmbios culturais de hoje. Porém, antes de os açorianos virem para o Rio Grande do Sul, no século XVIII, já havia comércio entre Portugal e o Brasil, o que nos faz pensar primeiro numa relação comercial, em que os Açores aparecem como ponto importante para as navegações.

Nas listas de arrendamentos dos contratos régios entre Portugal e suas extensões, o movimento comercial entre o Brasil e a Coroa Portuguesa passava pelos Açores, ponto estratégico para a reexportação de produtos brasileiros como o açúcar, o tabaco, a aguardente, madeira e ouro, desde os primeiros séculos após o descobrimento do Brasil. Conota-se que, desde então, a importância do Atlântico como meio de sobrevivência, especialmente para um país como Portugal com seus espaços insulares, os negócios entre o Brasil e a Metrópole já se constituíam algo sistemático, regulado pela Coroa.<sup>53</sup>

Com relação à participação do sul do Brasil na questão do comércio, atribuímos a Colônia do Sacramento, fundada em 1680, como ponto estratégico entre os Rios Uruguai e Paraná, que facilitava o acesso para as minas de Prata do Potosi e para o interior do Brasil. Seria, a Colônia do Sacramento, pelo fácil acesso ao Rio da Prata, o facilitador de conexão transatlântica para o comércio da Coroa, durante o Brasil-Colônia. É neste lugar que são assentados os primeiros migrantes, portugueses do Continente e de algumas ilhas e também

---

<sup>53</sup> DIAS, José Maria Teixeira. A Firmação da Sociedade Açoriana. In: *A História do Povo Açoriano*. Publicor: Ponta Delgada, 2008, p. 25.

mineiros, paulistas e baianos recrutados para a missão militar, proteção da fronteira e para trabalho na conexão comercial em atendimento ao porto fluvial da Colônia.

Estamos falando de uma relação transatlântica, o que não era novidade para a época, haja vista que o movimento pelos mares foi constante, resultado do período dos descobrimentos, sendo Portugal um dos países que mais conquistou fronteiras, especialmente o Brasil. A história de Portugal foi marcada por sua relação com o mar, ponto de apoio às conquistas pelas navegações, ao comércio com outros países, algo muito presente na historiografia. Não há como não reconhecer, em um estudo envolvendo especialmente as ilhas portuguesas, a importância da transatlânticidade, que vai do imaginário, incluindo as lendas que deram os primeiros nomes a cada ilha, ao real dos negócios e das interações políticas e econômicas.

Para Meneses (2011), as primeiras relações entre o Brasil e os Açores se dão, portanto, e principalmente, pelos fatores comerciais na importação de produtos tropicais para o consumo local nos Açores e para reexportação, sendo o São Pedro do Rio Grande destaque na produção e exportação de couro bovino, a partir da segunda metade do século XVIII.<sup>54</sup>

Sobre a Capitania de São Pedro do Rio Grande e a Colônia do Sacramento, em 1704, o sargento-mór português, Francisco Ribeiro, foi designado pelo governador da Capitania, Sebastião da Veiga Cabral, a noticiar a El Rei as características da terra a ser povoada. Veiga Cabral deveria apresentar a Sua Majestade vantagens em largar as terras da Colônia, então pertencentes a Portugal, disputadas e cobiçadas pelos espanhóis. O argumento deveria ser as despesas que geravam e a possibilidade de conquistar os índios, por serem em grande número e aproveitá-los como vassalos, pois que teriam os nativos conhecimento de causa, exaltando boas características destes em lidar com o gado e conhecerem bem o espaço.

Ribeiro relata,<sup>55</sup> porém, a Sua Majestade e às autoridades portuguesas, escrevendo como a Província se trata de uma terra rica e fértil, com bastante gado, os caminhos para Laguna e São Paulo, fala das “Aldeias dos Padres” (as Missões), fala da “bondade” das águas, do comércio, navegação e bons portos e argumenta que para se assegurar essas terras é necessário fazer as povoações apontadas para os presídios (fortalezas). Recomenda que para essas povoações é conveniente e preciso mandar Casais.<sup>56</sup>

---

<sup>54</sup> MENESES, Avelino de Freitas de. *Antigamente era assim!* Ensaio de História dos Açores. 2. ed. Ponta Delgada: Letras Lavadas Edições, 2011, p. 28-56.

<sup>55</sup> RIBEIRO, Francisco. A Colônia do Sacramento e o Rio Grande. In: CESAR, Guilhermino. *Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul – 1605 – 1801*. 2. ed. Porto Alegre: Editora URGs, 1981, p. 61.

<sup>56</sup> Casais (dos Açores).

As boas referências enviadas à Coroa Portuguesa, sobre a terra a ser povoada, dão conta de um espaço ideal para desenvolver a agricultura, o comércio e a comunicação com lugares já então desenvolvidos, como a província de São Paulo. A notícia é importante para o momento em que as ilhas já não atendem adequadamente à sobrevivência de famílias, e a ideia de povoar um espaço que dará a elas melhores condições de vida. Soma-se a necessidade de expansão portuguesa, com o povoamento do Brasil Meridional e vêm ao encontro das políticas de Dom João V e das ideias iluministas de Marquês de Pombal, que interferiram no processo que culminou com o Tratado de Madrid.

Tendo em vista os motivos e motivações de povoamento e das migrações de açorianos no século XVIII e posteriormente, se faz necessário falar sobre os Açores e mesmo de outras regiões insulares, circundadas pelo Oceano Atlântico. Acreditamos que a exploração colonial das possessões ultramarinas restantes ao Império português, foi como uma solução para resolver os problemas da metrópole, tendo em conta a atlanticidade dos Açores e a importância do arquipélago nos tratados entre Portugal e outros países, quando pesou a condição de fronteira atlântica.

Lembramos, no entanto, que a discussão do tema ‘atlanticidade’ não se justifica somente pelo fato de os Açores estarem dentro do Atlântico, mas de as migrações e as comunidades da diáspora, no presente, despertarem para essa inclusão como povos transatlânticos, haja vista que o Oceano Atlântico banha também parte dos Estados Unidos e do Canadá. A perspectiva de atlanticidade se insere neste contexto, apesar da consciência da lonjura e da largueza atlântica, que separa os Açores de comunidades açorianas originadas além-mar. Essa união-relação pressupõe o sentido de pertença, da ideia de conservação, de elo de identidade étnica, assegurada ou identificada com uma relação pretérita, reconsiderada no presente. Assim, o sentido desse termo, perpassa o espacial, a Geografia e se põe na História.

Consideramos que a exploração e os negócios durante o Brasil-Colônia, entre Portugal e o Brasil, alimentaram o sistema de comércio e contribuíram para a economia nacional e sua integração com outros sistemas internacionais, incluindo a migração dos portugueses das ilhas para o sul do Brasil. A exploração colonial das possessões ultramarinas restantes ao Império foi como uma fuga para resolver os problemas da metrópole, segundo José Enes:

Primeiro, o “ciclo brasileiro”. E, após os esplendores que o ouro emprestou à monarquia absolutista, é a própria soberania do Estado que, fugindo à ameaça francesa e espanhola, abandona a metrópole e se refugia na lonjura atlântica do Brasil. E esta fuga precipitou, pondo termo ao primeiro ciclo colonial de 180 anos, a Independência do Brasil.<sup>57</sup>

A possibilidade de povoar o Brasil cede novo espaço a ciclos diferentes que vêm ocorrer mais tarde no Rio Grande do Sul: o ciclo do couro, o desenvolvimento da pecuária, com destaques às estâncias de criação de gado muar, especial para cargas e de gado bovino, com o ciclo das charqueadas. Muitas dessas propriedades de açorianos e descendentes se encontravam situadas especialmente na parte meridional do Rio Grande do Sul.

Portanto, os motivos para a imigração oficial de açorianos no sul do Brasil são eminentemente mais políticos que sociais, no intuito de atender os dois lados: o povoamento do Sul do Brasil e a diminuição necessária do contingente populacional das ilhas. Conquistar terras, mesmo à custa de perder vidas, era coisa comum na formação dos países. Importante lembrar Daniel de Sá quando se refere ao povoamento das ilhas açorianas, “em que se fala das causas que levaram muita gente a sair das ilhas e de como era feita uma viagem para a Terra de Vera Cruz”:

Mal haviam os habitantes dela tomado o gosto à terra e perdido o medo de viver nela, e já saudades de outra não tinham porque esta haviam feito sua, quando as ilhas tão penosamente povoadas começaram a despovoar-se da mais forte gente, pois os fracos não seriam capazes de ir muito longe e limite veio a pôr El-Rei na idade e qualidades dos que, a seu mando, estivessem dispostos a colonizar o Brasil, porque era preciso ter nele portugueses bastantes para o chamar nosso.<sup>58</sup>

Pensando na “Terra Permitida”, para usar uma expressão do escritor português, Daniel de Sá,<sup>59</sup> os açorianos vão ocupando o sul e o litoral do Brasil e as gerações posteriores vão se estabelecendo no Rio Grande do Sul.

As motivações de Portugal ao apostar no povoamento das novas terras, encontra resposta no seu contexto do século XVIII, quando vê o crescimento da sua população nos

---

<sup>57</sup> ENES, José. *Portugal Atlântico e a Açorianidade*. Estudos de Fenomenologia Política. Companhia das Ilhas, Lajes do Pico, 2015, p. 121-169.

<sup>58</sup> DE SÁ, Daniel. *Crónica do Despovoamento das Ilhas e de outras cartas de El-Rei*. Lisboa: Edições Salamandra, 1995, p. 185.

<sup>59</sup> DE SÁ, Daniel. *Ibid.*

arquipélagos dos Açores e da Madeira, utilizados como “depósitos humanos”, como reservas de recursos demográficos que atenderão, assim, a finalidade de povoar o Brasil. A instalação dos casais açorianos na parte meridional da América tinha a finalidade estratégica de ocupar as terras então pertencentes à Coroa Portuguesa e, ao mesmo tempo, assegurar a conquista definitiva da fronteira e conter a expansão castelhana.

A contribuição dos casais açorianos para o Rio Grande do Sul e em outras regiões é destacada por Negalha, que afirma que a manutenção do Brasil foi um milagre português depois de repelir as invasões dos impérios espanhol, francês, holandês e inglês, sem falar em outras forças internacionais de épocas passadas. Diz que:

o povo açoriano é anterior ao brasileiro, resultante do cruzamento de portugueses e flamengos e outros germânicos, que o português falado nos Açores tem fonética germanizada, afrancesada, concluindo que este povo é um gênio assimilador, portanto de fácil adaptação.<sup>60</sup>

O que aponta Negalha não nos parece ser uma versão idêntica à que estamos acostumados a ler e ouvir: o relato sobre a vinda e as políticas de povoamento, a “saga” dos açorianos no século XVIII, as suas dificuldades e contribuições e pouco sobre a visão dos escritos produzidos por açorianos que refletem também as questões vistas pelo ‘lado de lá’ do Atlântico. Na verdade, a historiografia permite ver que, a partir da década de 1760, com a dispersão dos açorianos pela Devassa<sup>61</sup>, em Rio Grande, a consequente inserção deles pelo Estado e a formação de novos núcleos habitacionais, altera-se o perfil populacional da Capitania. Citamos como exemplo o núcleo de Rio Pardo, em 1795, adiante explorado neste texto, onde podemos perceber a existência de uma população diversificada: portugueses do continente, açorianos, indígenas, negros e de brasileiros vindos de outras capitanias já constituídas.

Sem abandonar as versões políticas e as estratégias de conquista e segurança das fronteiras, se faz necessário uma abordagem mais ampla das interpretações portuguesas e brasileiras. Isso pode enriquecer a escrita sobre o povoamento açoriano no Rio Grande do Sul e na diáspora. A escrita sobre a população da Capitania e, depois, Província de São Pedro do Rio Grande, desde incursões de reconhecimento da terra, os relatos de viajantes, para

---

<sup>60</sup> NEGALHA, Jonas. A Contribuição Açoriana para o Povoamento do Brasil. In: *Congresso de Comunidades Açorianas*, 2., 1986, Açores. Anais [...], 1986, p. 285- 291.

<sup>61</sup> DEVASSA. Investigação e ação dos castelhanos para a entrega da Villa de Rio Grande, em 1764, com a pilhagem e consequente dispersão dos moradores.

compreender o primeiro século do Rio Grande do Sul, dá suporte para situarmos os espaços físicos, a população, a produção natural e cultivada, as lutas de conquista, a propaganda feita pelos viajantes às autoridades portuguesas, os sistemas de propriedade e moradia, de convívios, o povoado fortificado e as mobilidades das gentes, fase em que se iniciava a consolidação da expansão territorial do Brasil.

### **2.3 SOBRE O POVOAMENTO DO RIO GRANDE DO SUL: A ESCRITA**

No século XVIII, após o Tratado de Madrid, vale lembrar que a Espanha, pressionada pela França, declara guerra a Portugal e entra em disputa pela posse dos Sete Povos das Missões, situados na margem oriental do rio Uruguai. Nesse período, a sede do governo da Capitania do Rio Grande era, em muitas ocasiões, itinerante e acompanhava as operações militares. As políticas desse primeiro estágio do povoamento não são objeto primordial neste estudo. Apenas situamos alguns autores que mostram o perfil dos açorianos no contexto da sua migração e de como foram percebidos pelos estudos, na formação da sociedade gaúcha em seus contextos iniciais e em estágios posteriores.

A população da Capitania do Rio Grande contava, em 1719, com um grupo de 30 homens saídos de Laguna e mais os índios das missões do Uruguai, considerados os primeiros povoadores. Esse grupo roteou a ilha de Santa Catarina e as terras vizinhas e dele faziam parte alguns paulistas e mineiros e alguns emigrados dos Açores.

O grupo oriundo de Laguna somou-se aos indígenas nativos e, as sugestões oferecidas por Ribeiro a Sua Majestade, em 1704, teve seu atendimento com a criação da fortaleza de Jesus-Maria-José que veio a pôr fim ao primeiro estágio de um processo de abordagem do Rio Grande de São Pedro. A expedição de Silva Paes, a partir de 1737, inicia a formação dos primeiros povoados, organização do comércio, a disciplina civil, núcleos urbanos e comandância militar. Porém, sabemos que o Tratado de Madri (1750) e o Tratado de Santo Idelfonso (1777) foram importantes marcos para a formação do território sul-riograndense. A própria ocupação territorial do interior é fator determinante para a revisão de fronteiras.

O segundo estágio vai até 1801, quando se dá a integração definitiva do território do Rio Grande de São Pedro, com a incorporação das Missões Orientais do Uruguai. Até então a região é atribuída a uma “terra de ninguém” composta por índios missioneiros, aventureiros de Portugal e Espanha, bandeirantes paulistas, todos em busca de um denominador comum:

estabelecer-se nas novas terras.<sup>62</sup>

Tendo em vista que antes da entrada oficial dos casais açorianos já se haviam radicado à terra rio-grandense agricultores procedentes das ilhas e do continente português, como minhotos e alentejanos, o ilhéu veio a somar-se a outros povoadores. A população que vivia no lugar era uma miscigenação de índios e espanhóis.<sup>63</sup>

Sobre a província do Rio Grande de São Pedro, encontramos descrições que destacam a grande vantagem que essas terras ofereciam a quem viesse habitá-las.<sup>64</sup> Vemos nesses materiais, a predominância espacial do Sul e do litoral, a largueza dos campos fronteiriços e grandes extensões de terras, o que constitui uma relação oposta à estreiteza espacial das ilhas, mesmo em se pensando em “Um quarto de légua em quadro”,<sup>65</sup> área prometida para o assentamento de cada família de açorianos. Percebemos como é vista a formação do povoamento em núcleos urbanos ou burgos, assim chamados os núcleos de povoados.

Neis complementa sobre a operação progressiva da ocupação das terras do Rio Grande e sobre o povoamento por açorianos. Ao falar da ocupação das terras sulinas, diz que “o colono açoriano, que veio em grande número, foi abandonado, vagueou vinte anos antes de receber o pedaço de terra prometido e formou diversas povoações de cunho nitidamente ilhéu”.<sup>66</sup> Augusto Meyer, por sua vez, aponta que, no início do povoamento açoriano no Rio Grande de São Pedro, o número de ilhéus era superior a outros povos aqui existentes.<sup>67</sup> Acreditamos, portanto, que certamente não superava o número de nativos, se eles tivessem sido contados e registrados.

Falamos sobre os nativos, ao pensar como exemplo que as aldeias formadas pelos índios Guarani, como o caso da Aldeia dos Anjos, contava com mais de três mil indígenas. Houve ainda outras formações de Aldeias, sem contar os nativos dispersos de outras nações

---

<sup>62</sup> RIBEIRO, Francisco. A Colônia do Sacramento e o Rio Grande. In: César, Guilhermino. *Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul 1605 – 1801*. 2. ed. Porto Alegre: Edições URGs, 1981, p. 61.

<sup>63</sup> DE SÁ, Simão Pereira. Os fundadores do Rio Grande de São Pedro lutam com os Tapes II – A Chegada de Silva Paes e seus Primeiros Atos. In: GUILHERMINO. *Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul 1605 – 1801*. 2. ed. Edições URGs, 1981, p. 98.

<sup>64</sup> PAIS, José da Silva. Notícias do Rio Grande. In: CÉSAR, Guilhermino. *Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul 1605 – 1801*. 2. ed. Porto Alegre: Edições URGs, 1981, p. 126.

<sup>65</sup> UM QUARTO DE LÉGUA EM QUADRO: Medida agrária equivalente a 1.650m<sup>2</sup>, ou seja, 1,65km<sup>2</sup>.

<sup>66</sup> NEIS, Ruben. Guarda Velha de Viamão. No *Rio Grande miscigenado surge Santo Antônio da Patrulha*. Porto Alegre, EST, 1975; NEIS, Ruben, Mons. Guarda Velha de Viamão. No *Rio Grande Miscigenado surge Santo Antônio da Patrulha*. Escola superior de Teologia São Francisco de Brindes. Livraria Sulina, Porto Alegre, 1975, p. 61-62.

<sup>67</sup> MEYER, Augusto. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, 1961, p.145-146. MEYER, Augusto. In: DREYS, Nicolau. *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro*.

e os negros escravizados. Essa é uma questão a ser discutida em outros estudos: a formação populacional do Rio Grande do Sul.

A ideia de motivação dos açorianos para as migrações, fixa-se em responsabilizar o fator de maior relevância que impulsionou o açoriano dos meados do século XVIII a emigrar para o sul do Brasil como a pressão demográfica decorrente do fraco desempenho econômico das ilhas. A escassez de produção nas ilhas registrava excedentes populacionais à margem do consumo de alimentos. Por outro lado, a região açoriana era assolada por cataclismas, erupções vulcânicas e abalos sísmicos, uma lembrança muito viva na memória açoriana, de acordo com Miguel do Espírito Santo.<sup>68</sup> Nessa mesma linha seguem historiadores e estudiosos atuais, apontando os motivos da imigração e discorrendo sobre os açorianos no Rio Grande do Sul, do século XVIII, como dos primeiros povoadores.

Esses fatores são apresentados como elementos causadores da emigração, por falta de provimentos que sustentassem grandes famílias com os produtos agrícolas gerados nas ilhas, sem condições de comércio ao excedente e sem perspectivas para alimentar e acomodar a população que crescia. Nos Açores, por haverem sustentado um regime feudal na prática, ainda no século XVIII era obedecida a Lei da Primogenitura, o que dificultava a exploração e a divisão das terras para os segundos e outros filhos, o que veio também a motivar a migração crescente ao longo dos últimos séculos.

Para Enes, a imigração para o sul do Brasil foi uma estratégia do Império Português, resultante de um plano político e econômico.<sup>69</sup> A Escola de Sagres foi a grande responsável pela expansão do Império e a estratégia lusa optou pelo Brasil para estabelecer um império duradouro, cercando o Brasil de um cinturão de fortes, barrando assim as pretensões de avanço da América Espanhola. Mas como seria possível manter o império e ainda povoar o Brasil? No século XVIII, Portugal viu um crescimento da sua população e os arquipélagos dos Açores e da Madeira foram utilizados como “depósitos humanos”, como reservas de recursos demográficos com a finalidade de povoar o Brasil.

Voltando aos escritos que deram suporte e efetividade histórica ao longo do tempo, sobre os açorianos no Rio Grande do Sul e a relação com os Açores, percebemos que os textos, na sua maioria, foram publicados no final do século XIX e na primeira metade do

---

<sup>68</sup> DO ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico. Açorianos no Sul do Brasil: Da Prata de Potosí ao Ouro das Gerais. In: 3º. Congresso de Comunidades Açorianas, Azores, 27 de novembro a 1 de dezembro, Angra do Heroísmo, 1995, p. 133.

<sup>69</sup> ENES, José. *Portugal Atlântico: Estudos de Fenomenologia Política*. Lages: Companhia das Ilhas, 2015, p. 167.

século XX. Conforme podemos constatar em notas na Introdução deste estudo, observamos que muitas publicações atuais continuam revisitando autores do passado, por serem eles base consistente para a História do Rio Grande do Sul. Dentre os estudos publicados, destacamos aqueles proferidos em eventos locais e regionais, com o intuito de promover a questão da “açorianidade” e o chamado “resgate” da cultura açoriana no Estado.<sup>70</sup>

Buscamos, também, autores açorianos que trazem análises construídas em períodos mais recentes, permitindo novas interpretações que nos fazem enxergar os Açores do século XX, enquanto olhávamos para um conteúdo estático, reprisado por mais de dois séculos e vimos que pouco mostra, na historiografia do Rio Grande do Sul, sobre as relações entre os descendentes dos povoadores açorianos, com a terra de origem de seus antepassados.

Percebemos que a literatura, via de regra, apresenta os açorianos no Rio Grande do Sul, os ilhéus povoadores, como personagem coletivo e, quanto à interação com os outros povoadores da época, fica em nível da miscigenação natural, o que percebemos nas narrativas de viajantes, sobre o cotidiano dos habitantes do Rio Grande de São Pedro. Seus convívios com os nativos e com outros migrantes, vimos em documentos de registros oficiais, citados por alguns historiadores, como Laytano<sup>71</sup> e Moacyr Domingues<sup>72</sup> e isso nos permite perceber um pouco mais do contexto social em que viviam. Podemos enxergar a constituição de famílias açorianas que, nos inícios do povoamento, deram sua contribuição na formação de núcleos habitacionais que constituíram bases da formação familiar e suas extensões econômicas. Enxergamos isto pelo viés de registros oficiais, normalmente através do nome masculino e sua família.

No entanto, citamos como exemplo de estudos atuais o trabalho de Kühn, que individualiza ao destacar a trajetória de quatro famílias que saíram da vila de Laguna, ainda em 1720, para habitar os campos de Viamão.<sup>73</sup> Essas famílias não são apresentadas simplesmente como povoadores. Lembra uma “elite colonial fronteira” e define família com uma concepção elástica, não somente por consanguinidade, mas com relações de parentesco, de residência, de vizinhança, de estratégias matrimoniais, de compadrio; uma elite local com

---

<sup>70</sup> DOMINGUES, Moacyr. In: *Anais do II Simpósio Estadual Sobre a Cultura Gravataiense*, Gravataí, do Êxodo à Composição Étnica. Porto Alegre: Evangraf, 1990, p. 110-123.

<sup>71</sup> LAYTANO, Dante de. O Rio Grande Antigo. In: *Enciclopédia Rio-Grandense*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1968.

<sup>72</sup> DOMINGUES, Moacyr. Primeiras Sesmarias Rio-Grandenses. In: *II Simpósio Estadual sobre a Cultura Gravataiense*, Gravataí: do Êxodo à Composição Étnica, julho de 1988. Gravataí -RS. Anais. Porto Alegre, Evangraf, 1990. p. 110-123.

<sup>73</sup> KÜHN, *Op. cit.*

suas redes de poder e relação. Lembra ‘fronteira’, não como limite político, mas de sobrevivência e de organização social.

Por essa atribuição de fronteira que lembra Kühn, refletimos sobre o conceito de Hartog, de “homem-fronteira”, na figura de Ulisses,<sup>74</sup> a relação com o mundo, a alteridade, o movimento de fechamento e/ou abertura para o outro, para o novo.<sup>75</sup> Para ser fronteira tem de reorganizar-se, aceitar novos costumes e, talvez, retornar às origens.

Também com a ideia de fronteira, apontamos a obra “DEVASSA do Rio Grande pelas tropas castelhanas”<sup>76</sup>, nome atribuído à invasão das tropas castelhanas, na vila do Rio Grande, em 1763. Uma fronteira política em definição, na qual seus habitantes vivem uma situação de limites. Pensamos em famílias organizadas na sua vida social e econômica; os açorianos que, mais tarde, fundaram Porto Alegre constam entre os principais povoadores registrados do Rio Grande de São Pedro, espaço cobiçado pelos espanhóis, a dividir com povoadores de outras procedências (fronteiras humanas). A obra analisa relatos escritos e correspondência da época, como interrogatórios, atas, cartas, títulos de propriedade e indica que, então havia igreja (a primeira do Rio Grande do Sul, em Rio Grande) casas de comércio, profissões de oficina, nomes de assentados, referindo-se aos ilhéus açorianos e a militares de outras partes do Brasil e mesmo do continente português e do continente espanhol. Destaca a violência dos castelhanos e a dispersão dos ilhéus para outras partes do Estado: a pé, de carroça, de barco ou a cavalo. Fala de roubos e indisciplinas de todas as partes. Fala da passagem de moradores da Vila de Rio Grande, para o “outro lado da Barranca” (do rio Uruguai): a “Banda Oriental” ou seja: a fronteira com o Uruguai.

No nosso entendimento, essa obra poderia ser explorada na raridade de suas descrições em que aparecem nomes de pessoas comuns, do povo envolvido naquele episódio, consequentes mobilidades e seus desdobramentos.

Em “Devassa”, por se tratar de documentos oficiais de fiscalização, pode-se perceber as atividades diárias de trabalho, de brigas, de dispersão de famílias, de abusos de autoridades, do comércio, de roubos, de rusgas familiares que parecem figurar nos bastidores, em cenas de caos, longe do romantismo comum atribuído a esse povo por suas qualidades, não as negando, mas colocando a todos, açorianos ou não, naquele tempo e suas

---

<sup>74</sup> Ulisses era um herói grego da obra Odisseia.

<sup>75</sup> HARTOG, Francois. *Memórias de Ulisses: Narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga*. Belo Horizonte: Humanitas, 2004.

<sup>76</sup> Devassa sobre a entrega da Villa do Rio Grande às Tropas Castelhanas, 1764. Rio Grande: Bibliotheca Rio-Grandense, 1937, p. 23-41, 219.

circunstâncias. Porém, é importante dizer que documentos oficiais podem não se constituírem em veracidade histórica, mas poderão ser confrontados a outros registros. A Devassa perpassa a vida social e privada dos habitantes e os desconstitui na sua organização, como a representar a insegurança das fronteiras.

Destacamos um trecho da “Devassa”, onde podemos perceber nomes e movimentos de indivíduos em questões judiciais, envolvendo negócios, propriedades, mobilidade de pessoas e suas deslocações para outros lugares, tanto ilhéus como oficiais e soldados.

[...] Joam Duarte Serran com o soldado aventureyreiro Manuel Laerte e o cabo de esquadra de dragões Claudio Antonio e logo ajuntar-se num grande ajuntamento de gente a sua porta chegara ali também e perguntara o que aquillo hera respondeu o dito Serran que ele queria repartir por aquelles camaradas a fazenda que ali tinha para que eles a levassem antes que os Castelhanos e perguntando-lhe ele testemunha se estava doido pois os Castelhanos ainda se não achavam na Villa e que ainda se podia passar a sua fazenda para a outra banda lhe respondera que sempre a vinha a perder porquanto dali não tinha modo de a conduzir para diante [...] e também ouviu dizer a um ilhéu que se acha hoje nas Barrancas a quem não sabe o nome [...] um chamado Luiz de Britto e que se achava na Barranca e outro Joaquim Manuel que assiste nesse Ryo Pardo explorar os ditos dois soldados perto da estancia do Bojurú [...] encontraram um nosso que também não sabe como se chama mas que assiste na Barranca o amarraram o dito homem e depois de terem uzado a mulher que se achava em e sua companhia uma nossa ilhoa com quem estava contratado para cazar os ditos dois Soldados, perto da estancia do Bojurú amarraram o dito homem e depois de terem usado da mulher como quizerem lhe tirarão algumas peças de ouro que levava e mais não disse deste. [...] Estevão da Sylva Monteyro escrivão desta devassa o escrevy – Capello – Domingos de Moraes Navarro.<sup>77</sup>

Com referência a Rio Pardo, no final do XVIII, núcleo urbano, habitado de início por soldados, índios e aventureiros de todo matiz, cresceu ordenadamente desde a instalação de famílias açorianas no vale do Jacuí. “O vale do Jacuí, poderoso fixador de gentes, aproximou ainda mais da cultura luso-brasileira a cultura hispano-guarani, permitindo que esta última fosse, em curto período, absorvida pela primeira”.<sup>78</sup>

No texto, observa-se o movimento da festa em várias nuances, lembrando os festejos que, de alguma maneira, permanecem nas comunidades açorianas do Rio Grande do Sul. Essa descrição de uma festa em Rio Pardo, no final de 1795, pode ser um dos mais antigos registros narrados sobre uma festa popular ainda no século XVIII. Passados apenas 22 anos

<sup>77</sup> Devassa na Villa de Rio Grande. Op. cit.

<sup>78</sup> CÉSAR, Guilhermino. Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul. *Apud.* ALMEIDA, Manuel Lopes de. *Notícias históricas de Portugal e Brasil (1751-1800) In: Gazeta de Lisboa*, 19 de julho de 1794, p. 178-181.

da “Devassa”, já um povoado consistente mostrava a sua organização e os seus costumes festivos. Nesse aspecto há que se pensar que havia organização familiar e de comunidade com a presença de famílias açorianas ou não e uma hierarquia social que transparece nos atos festivos.

## 2.4 ENTRANDO NO SÉCULO XIX

Em 1803, chega de Portugal Paulo José da Silva Gama para governar o São Pedro do Rio Grande e sente o desafio, onde tudo estava por ser organizado. Foi nomeado para “arrumar a casa”. Ainda, o Rio Grande estava subordinado à Capitania do Rio de Janeiro.

Para melhor organizar a administração, o novo governador sugere a criação das vilas de Porto Alegre, vila do Rio Grande de São Pedro<sup>79</sup>, vila de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo e vila de Santo Antônio da Patrulha. Essas vilas virão a ser os quatro primeiros municípios do Rio Grande do Sul, criados após a chegada da Família Real ao Brasil, em

---

<sup>79</sup> Homenagem ao primeiro município do Estado do Rio Grande do Sul: São Pedro do Rio Grande: Lenda de Rio Grande de São Pedro: “A imagem de São Pedro, no Rio Grande vem de uma lenda: ‘Era uma vez um navio que partira para longes terras’. Saíra de Palos (Espanha), rumo ao Prata. Depois uma calmaria em alto mar, eis que um temporal invade as costas sul-americanas. A esquadilha dissolveu-se e todos os navios voltaram, menos aquele que trazia em seu bojo a imagem de São Pedro. Descoberto o Brasil em 1500, dois séculos mais tarde, quando da entrada de Silva Paes, na barra do Rio Grande, chamada ‘barra diabólica’ trouxera em seu navio, sacerdotes, para que não faltasse aos soldados a assistência religiosa. Nenhum navio, àquelas eras, partia de Portugal e Espanha, quer em guerras de conquista, quer para tomar posse de nova terra, quer para conduzir povoadores, sem seu capelão e suas imagens para a ermida, capela ou Igreja a ser construída na nova Pátria. Certo dia, partiu de Espanha, rumo ao Prata, pequena armada, conduzindo um dos navios, bela imagem de madeira de um dos pescadores da Galileia, que seria o primeiro papa da cristandade: São Pedro. Naus pequenas e de pouco calado, em meados de maio de 1742, navegavam pelas alturas da ilha de Santa Catarina, quando um violento temporal dispersou as naus de Castela. Aportaram algumas e outras foram impelidas para o sul e para as costas da África. Depois de uns quinze dias as caravelas reuniram-se nas proximidades de Maldonado, mas faltava uma. Esperaram por ela dias e semanas, e nada. Um dia, esquecidos todos da sorte da nau espanhola, estando em visita a Rio Grande, o fundador do presidio Jesus, Maria, José, o brigadeiro José da Silva Paes, então governador de Santa Catarina, fato estranho movimentou a população daquele 27 de junho. [...] Na praia, pequenos grupos de homens e mulheres, imersos na saudade cantavam canções nostálgicas. Súbito, avistam um velho dragão, coberto de cicatrizes boiando sobre as ondas. ‘Parece uma tábua? Não é tábua. É algo como caixa!’ E um marinheiro remou ao encontro do vulto que se achava a cerca de meio quilômetro. O marinheiro rebocou o achado e o abriram. A caixa trazia em seu bojo, um naufrago: o pescador da Galileia. Em pequena choça, ali existente, colocaram a imagem, ficando os moradores em mudo culto a São Pedro que as ondas trouxeram da lonjura. E dali, no dia 29 de junho de 1742, transportaram, em procissão, a imagem do santo Apóstolo para a já então capela do presidio Jesus, Maria e José. São Pedro ficou sendo, desde então, o padroeiro do presidio, depois da vila de São Pedro, do Rio Grande, depois, de toda a Capitania, depois da Província e hoje Estado do Rio Grande do Sul. A imagem, de madeira está no altar-mór da catedral do Rio Grande. No alto da porta está incrustada uma placa de mármore com a seguinte inscrição, comemorativa da construção da Igreja: ‘Reinado El-Re’. Nesse quadro histórico se emolduraram as festas de 1794. “[...] Soldados e civis, irmanados no burgo rio-grandense, ouviram missa, sermão e música; puseram máscaras, praticaram equitação e acenderam fogos e luminárias; representaram comédias e dançaram, assistiram a touradas e corridas de cães. Uma festa grossa, em suma, para amenizar a sua rude vida de fronteiros”.

D. Jozé I.N.S e sendo Gor. E Capm. Gen. Das Caps. Do 1º. De Jan., e Minas Gers. o Ilmo. E Exmo. Gomes Freire de Andrade do seos Cons. MI. De Campo General de seus Exercitos Mandou fazer esta Igreja no tempo o conferiu, e executou desta parte como principal commisser do mesmo Rei e Senhor a Divisão das duas Monarchias. Rio Grande de S. Pedro XXV de Agosto anno de MDCCLV” (SPALDING, 1935, p. 204).

1808. Há, nessa obra, o quadro que mostra a distribuição da população, por freguesias e distritos, no ano de 1803, com um total de 36.721 habitantes tendo, em sua maioria, como base, açorianos e descendentes.

Na correspondência do governador Paulo da Gama encontram-se detalhes da história política do Rio Grande do Sul, na virada do século XVIII para o século XIX, quando açorianos já se destacavam tanto no governo, quanto nas forças militares e na economia como grandes proprietários de terras, especialmente na parte sul da Capitania.<sup>80</sup>

A partir do século XIX, surgem obras que identificam características dos povos que habitam o Rio Grande do Sul. Na identificação do tipo gaúcho, Simões Lopes Neto e Alcides Maya, já mencionados na Introdução deste estudo, exaltam e denunciam ao mesmo tempo a ligação do habitante rio-grandense com o campo e a vida fronteiriça. Caldre e Fião, em seu romance “O Corsário”, de 1849<sup>81</sup>, que foi considerado o primeiro romance histórico do Rio Grande do Sul, apresenta o envolvimento de um estrangeiro, o pirata italiano Vancini e o Atlântico, como via também de exploração da nova terra, sua chegada a Tramandaí e o romance com Maria, descendente de família açoriana.

A divisão em municípios, além dos quatro primeiros, proporciona à população a organização em freguesias, forais e paróquias: unidades administrativas que oportunizavam à população o uso da terra em propriedades e, conseqüentemente, o crescimento da economia, do exercício de profissões e mesmo a organização em âmbito militar. Atenuam-se problemas de fronteira e, então, pode-se ver um crescimento da cultura popular e de tradições, reconhecidas e registradas em nosso cancioneiro, o que se pode comparar com o cancioneiro açoriano. Trata-se da contribuição da cultura popular no rol das memórias. Observamos que em obras mais recentes aparecem estudos de caso sobre a cultura popular local, conforme referido no capítulo 1 – Introdução. Esses trabalhos contribuem para a questão de aproximação das comunidades com a cultura de base açoriana, utilizando-se da memória oral, embora muitos deles não apresentem carácter científico. Nesses estudos são apresentados aspectos ligados aos costumes, às tradições e ao folclore de lugares marcados pela ocupação açoriana em que, por vezes, a contribuição de outros povos não consta dessa soma e nem da divisão: “Passa *a lo largo*” e mistura-se no tempo.

---

<sup>80</sup> MIRANDA, Márcia Eckert; MARTINS, Liana Bach (coord). *Capitania de São Pedro do Rio Grande*: correspondência do Governador Paulo José da Silva Gama, 1808. Porto Alegre, CORAG, 2016, p. 11-42.

<sup>81</sup> CALDRE E FIÃO. José Antônio do Vale. *O Corsário*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1979. A Introdução de Guilhermino César vale ser lida e estudada como contribuição à História do RS e também pelo seu valor literário. Essa escrita permite conhecer e dá substância de análise sobre o povoamento, especialmente por apresentar uma relação com o mar; quando tanto se fala do habitante das fronteiras secas.

Reforçamos, com isso, a ideia de que uma imigração/povoamento coletivo, como consideramos tenha sido a imigração açoriana do século XVIII e, depois, passada por uma hibridização tanto física quanto cultural, terá perdido referências iniciais durante esse processo que vai se reinterpretando através das gerações. Nesse contexto, podemos considerar que a memória coletiva com suas crenças, saberes, fazeres e práticas, que um grupo desenvolve de forma espontânea, para sobreviver num espaço cultural diverso daquele de que procede, tem de assimilar, reverter e se revestir de uma nova força cultural. Isso poderá gerar interpretações em vários campos da História e de outras ciências.

Destacamos, numa perspectiva científica, o trabalho de Rocca, que nos fala de “migração, cultura e o mito da açorianidade”.<sup>82</sup> Essa profissional, arquiteta, ilustra alguns escritos que contêm observações sobre os descendentes dos ilhéus, diante da importância dada à presença das imigrações alemã e italiana no Estado, onde via-se os açorianos e seus descendentes “como cidadãos de segunda classe”. A escrita da primeira metade do século XX nos diz que, dadas as dificuldades econômicas dos primeiros imigrantes, passou-se a exaltar a origem insular e a intentar definir uma identidade cultural de base açoriana, diferenciada da matriz luso-brasileira. Pretendia-se estabelecer uma presumível superioridade étnica e moral dos descendentes luso-açorianos, sustentada nas particularidades da migração de famílias e em uma suposta origem nórdica e holandesa dos ilhéus, “conforme o General João Borges Fortes,<sup>83</sup> seu destacado difusor, após o movimento referido no livro ‘Os Casais’ de 1932”.

A partir daí, a escrita histórica, segundo Rocca, deu ênfase à cultura imaterial como as tradições, falares, festas religiosas e festas populares, a devoção ao Divino Espírito Santo, hábitos, forma de trabalho, arquitetura, trato com os animais, cuidados com a moradia atribuídas aos açorianos, com toques diferentes da tradição luso-brasileira que predominava nos outros Estados do Brasil.

Atribuímos a questões como o papel das mulheres nas relações de hereditariedade cultural, expressas na literatura popular e manifestas nos ritos de passagem, estudados no folclore, como sustentadas numa cultura trazida pelas açorianas, assuntos estes idênticos aos

---

<sup>82</sup> ROCCA, Luíza Durán. *Antecedentes da Formação do Espaço Urbano no Século XVIII: relação entre migração e cultura e o mito da açorianidade*. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009, p. 45-47, 91, 149.

<sup>83</sup> Militar, historiador e escritor brasileiro nascido no Rio Grande do Sul, que participou do movimento revolucionário de 1932. Em 1930, teve participação significativa na publicação da revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, com assuntos referentes ao período colonial no RS, destacando os açorianos, atribuindo a estas grandes virtudes e o destaque como famílias e feitos.

apresentados no cancionero açoriano, nas lendas, nos costumes domésticos, na religiosidade e papéis que, intrinsecamente, parecem estar incutidos ou relegados ao feminino. Nesse sentido, os folcloristas contribuíram para a valorização da memória, dos costumes, quando passam a registrar os fatos folclóricos e, através desses registros contribuem com outras áreas do conhecimento.

Ao que consiste na formação e na atuação feminina, no que se refere a negócios, percebe-se a presença da mulher como membro de família, mas raramente encontramos na escrita suas ações e mesmo referência a seus nomes, a não ser como viúvas ou herdeiras diretas, embora a escrita “casais” conote a família como elemento importante na formação populacional sul-rio-grandense, e atribua-lhe um peso social favorável.

De acordo com Beatriz Franzen, as mulheres que vinham dos Açores faziam parte de uma família como esposa, mãe ou sogra do casal e algumas agregadas como sobrinhas ou outra parente.<sup>84</sup> Em razão das dificuldades e perdas humanas durante a viagem, algumas dessas mulheres iniciavam a vida no Rio Grande como viúvas. A mulher viúva tinha que arcar com o peso de muitos filhos e filhas para casar. Nos primeiros tempos não recebia terra e muitas não conseguiam um novo casamento, única maneira de sobreviver nesta terra, além do que os deslocamentos prejudicavam o casamento das filhas solteiras.

Beatriz Franzen fala sobre casamentos, direitos e deveres da mulher açoriana na visão dos relatos de viagem, da vida social delas e suas dificuldades em manter a família. Apresenta-as como mulheres submissas como se fossem desfiguradas de personalidade. Devemos reconhecer que essas dificuldades apontadas por Franzen aparecem em outras famílias, de outras procedências e que se estenderam e estendem-se aos dias de hoje, mesmo com a regulação do Estado.

Destacamos uma análise de Leticia da Rosa e Claudia Schemes, sobre as imigrantes açorianas no Rio Grande do Sul, do modo como cronistas e historiadores se referem a elas no Século XVIII, o que foi continuado no imaginário da mulher gaúcha.<sup>85</sup> Isso foi tipificado por descrições generalistas de elevadas virtuosidades, como modelos fantásticos, em atributos positivos e, ao mesmo tempo, submissas, santas, belas e virtuosas, mas por uma “visão de cima”, por uma escrita preocupada em criar um mito. E essa imagem ainda pode

---

<sup>84</sup> FRANZEN, Beatriz Vasconcellos. Arquipélago (História): *Revista da Universidade dos Açores*, Coordenação de Avelino de Freitas de Meneses. Ponta Delgada: n. 2, v. 8, 2004, p. 11.

<sup>85</sup> Guia Regional, v. 27, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/indROSA>, Leticia Vieira Braga da; SCHEMES, Claudia. Imigrantes açorianos e o imaginário da mulher gaúcha. *Revista de Histórex.php/rhr/article/view/19617*. Acesso em: 11 set. 2022.

ser encontrada na forma como a mulher gaúcha é representada como boa companheira, que cuida da casa e cumpre as suas obrigações na condução da família.

Em contrapartida à visão de que as mulheres estivessem sempre submissas e neutras na sociedade, Saint-Hilaire apresenta passagens que falam sobre as mulheres açorianas, nos inícios da vida social de Porto Alegre, do século XIX. Diz ele sobre a população do Porto dos Casais:

Sobre a população de Porto Alegre já disse que se compõe, principalmente, de brancos, em geral, grandes, bem constituídos, de bela tez; acrescentei que as mulheres são muito claras, coradas e várias delas muito bonitas, não se furtam a conversar com os homens, possuindo maneiras delicadas e um tom distinto. Aqui não há tanta vida social como nas cidades europeias; porém há muito mais do que nas outras cidades do Brasil. São frequentes as reuniões nas residências, para saraus, e algumas senhoras tocam, com maestria o violão e o piano.<sup>86</sup>

Saint-Hilaire pode ter sido o viajante-testemunha que mais intensamente descreveu Porto Alegre em sua geografia urbana, arquitetura, no modo de ser de seus habitantes, reforçando que a maioria deles é originária dos Açores. Refere-se às formas de trabalho, de comércio e as relações sociais, bem como o fez por todos os lugares em que passou, como na Vila do Rio Grande, onde ficou alojado na casa de um sargento. Relata sua impressão sobre as mulheres que lá se encontravam:

Para lá nos dirigimos às dezenove horas, onde encontramos cerca de sessenta senhoras, reunidas em um salão forrado a papel francês. Todas muito bem trajadas; usavam vestidos de seda branca, sapatos e meias de seda; jovens e velhas, traziam a cabeça descoberta, os cabelos armados por uma travessa e enfeitados com flores artificiais. Estavam sentadas ao redor do salão, umas diante das outras. Os homens, em muito menor número, conservavam-se de pé. Todos os oficiais rigorosamente fardados, de calças e botas; os civis trajavam fraque, camisa com jabô de renda, colete branco, geralmente de seda, meias de seda brancas, sapatos com fivela, finalmente calça branca de seda ou casemira. [...] Uma jovem dançou um solo, mas, embora reconhecendo sua graciosidade, não pude deixar de lamentar que uma mãe honesta expusesse sua filha aos olhares de todos.<sup>87</sup>

Com relação à economia por ciclo, os açorianos destacaram-se com maior desempenho no ciclo da agricultura, evoluindo para o da grande propriedade rural. O açoriano veio não só para povoar, mas para o abastecimento, ocupação, produção e expansão

---

<sup>86</sup> Saint-Hilaire, 1987, Op. cit.

<sup>87</sup> Saint-Hilaire, 1987, Op. cit.

da terra sul-rio-grandense. Veio, em família, para ser agricultor, mas transformou-se, a partir da segunda geração e já como imigrante, em muitos casos, fazendeiro, criador de gado e senhor de estância.

Laytano fala sobre a influência dos açorianos no idioma de “um português ‘guardado’ no arquipélago, do tempo da Renascença, para um idioma português alterado com dialetos (falares), na fonética, nos gauchismos, constituindo um vocabulário à parte”.<sup>88</sup> Traços e resquícios da cultura açoriana ainda são visíveis no Estado do Rio Grande do Sul, como na arquitetura, na literatura oral e no cancionário popular. Nesse caso, os versos vieram a ser ressignificados junto com as danças dos Centros de Tradições Gaúchas, como a chimarrita e o pezinho. Elementos da cultura açoriana também são encontrados na música, na culinária e na gastronomia regional, bem como nas festas familiares e religiosas, obedecendo a fios de tradicionalidade e ressignificações, de acordo com a cor local, o que veremos no decorrer do quarto capítulo deste estudo.

Para ilustrar o que a História e a Literatura mostram sobre os açorianos no Rio Grande do Sul, dos séculos XIX e XX, a Literatura rio-grandense conecta-se com a História e corrobora ao traçar o perfil e o cenário do açoriano, já como povo alicerçado numa sociedade que, a cada época, abre-se para novas relações e perspectivas. Na Literatura e na História é possível perceber a manutenção de elos, de relações.

Manoelito de Ornellas, ao falar da contribuição do açoriano no Rio Grande do Sul, cita outros estudiosos da questão, como Caio Prado Júnior, João Pinto da Silva, Luccock (1808), e Alfredo Varela.<sup>89</sup> Acentua a importância das relações de convivência entre espanhóis e portugueses: as artes, as ciências, que chegam ainda ligadas as suas origens, trazem ao Novo Mundo, sua cultura, religião, leis e literatura, artes, ciências, indústrias, plantas e animais domésticos. Tudo isso passa a modificar o meio e a vida dos nativos e a provocar uma fusão e intercâmbio de influências. Ensinaram ao índio ideias e costumes europeus, adaptaram-se a eles e com eles aprenderam a preparar comidas, bebidas e o uso

---

<sup>88</sup> LAYTANO, Dante. Os Açorianos. O Rio Grande Antigo. In: *Enciclopédia Rio-grandense*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1968.

<sup>89</sup> ORNELLAS, Manoelito de. *Gaúchos e Beduínos: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956, p. 11-27. Ornellas reconhece que, antes da entrada oficial dos casais açorianos, já haviam se radicado à terra rio-grandense agricultores procedentes das ilhas e do continente português, como os minhotos e alentejanos, somando-se aos índios e aos que chama ‘espanhóis’, gente do Prata, já percorriam as terras sulinas. Discute o tipo ilhéu entre outros povoadores e sustenta que o gaúcho típico, à maneira antiga concebida já aqui habitava: uma miscigenação de índios e espanhóis. Atribui a Alfredo Varela a seguinte descrição: “o pesado minhoto e o tosco açoriano, quando aqui chegaram, encontraram vivo o centauro das fronteiras americanas”, isto é, o gaúcho mestiço.

de ervas medicinais. Um vocabulário da língua nativa entra nos falares dos imigrantes. Com os indígenas aprenderam a andar nas matas, rios e canais, praticar a caça e a troca de práticas domésticas e, finalmente, juntos formaram o jeito do gaúcho.

Moysés Vellinho apresenta análise de obras de autores gaúchos que lembram a contribuição açoriana na estrutura social sul-rio-grandense, desmistificando, por vezes, a elevada condição moral atribuída aos açorianos imigrantes/povoadores, no sul do Brasil.<sup>90</sup>

Começando por Alcides Maya, na obra *Ruínas Vivas* (1910), Vellinho sugere que o personagem Miguelito lembra a luta pela própria sobrevivência, sem reconhecer-se nem açoriano, nem índio, como resultante de um período de revoluções, do caudilhismo e decadência das estâncias. Entre a decadência moral e econômica, Miguelito salva, nos seus pensamentos, o viés da ascendência açoriana de sua mãe. Ou como refere Vellinho: “Tendo vivido em função de uma época, evoluiu com as condições históricas que o geraram, plasmando-se, pouco a pouco, no homem representativo do brasileiro que vive na Estremadura Meridional do país”.

Augusto Meyer adverte para o erro de “saturar de ilusões a memória dos povos”, que é a realidade que opera como os grandes e infalíveis estimulantes morais sobre os agrupamentos humanos. Quanto à obra de Érico Veríssimo, desenha o Rio Grande do Sul através de seus personagens representativos de todas as formações e etnias, em situações verossímeis. Como diz Vellinho: “um criador de vidas, um animador de histórias, o cronista de seu meio e dos costumes do seu tempo”.

A partir dessa análise e da leitura da obra de Veríssimo, poderíamos reconhecer que ele fala da história do Rio Grande do Sul à margem da História. Então, poderia se dar, ao encontro entre História e Literatura, o mesmo título dado a um dos romances de Veríssimo: “Caminhos Cruzados”.

Vellinho cita, ainda, o poeta Athos Damasceno Ferreira, que fala de Porto Alegre, em seus versos: “as crianças brincavam de roda na rua risonha que foi o início do burgo açoriano.”

O que se vê das fartas informações de Athos Damasceno, documentadas com tanta paciência de ânimo e agilidade de espírito, é que o burgo açoriano de outrora mal acordava sob os beirais dos primeiros sobrados, ainda nos seus começos de vida, e já se atirava à organização das

---

<sup>90</sup> MAYA apud VELLINHO, 1944, p. 33.

sociedades e grupos teatrais que no século passado, alternando com os conjuntos forasteiros, deram tanta vida à capital rio-grandense.<sup>91</sup>

Assim, vê-se em Damasceno, Porto Alegre como um “burgo” organizado que dava vida à futura capital gaúcha.

Não podemos esquecer a contribuição do escritor Luiz Antônio de Assis Brasil que, no conjunto da sua obra torna presente a participação açoriana na formação do Rio Grande do Sul, especialmente no romance “Um Quarto de Légua em Quadro”,<sup>92</sup> para citar autor da segunda metade do Século XX, quando então parte-se para desdobramentos de homenagens aos açorianos e também a outros povos imigrantes no Estado.

Assim, na literatura é reforçada a contribuição de povos imigrantes, como a população oriunda das ilhas dos Açores, na constituição dos diferentes aspectos e características da população gaúcha. Nesse sentido, consideramos importante olhar para obras literárias, diante de escritores apontados por Vellinho, por entender que esses literatos não estavam à margem dos acontecimentos e dos movimentos do povo, mas analisavam-nos com outras lentes que não aquela da História, mas contíguas à História, sendo esses autores, em geral, pessoas cultas, letradas.

A historiadora Aline Porto, ao analisar a obra de Simões Lopes Neto, também envolve o mundo da Literatura e da História.<sup>93</sup> Afirma que a gauchesca aparece como experiência ilustrativa. Reforça que “quando se fala em literatura gauchesca, o primeiro nome que vem à mente é o do próprio Simões” e o refere como crioulo sul-rio-grandense de um dialeto gauchesco. Cita o próprio Lopes como grande expoente do gênero; que deu voz ao gaúcho, deixando que o mesmo falasse a partir do seu ponto de vista, a partir do seu mundo. Aponta o personagem Blau Nunes, como “vaqueano” – aquele que conhece e sabe andar por todos os lugares –, e aí recupera uma linguagem campeira-regional e faz a narrativa parecer uma conversa, que fala sobre os primeiros tempos da história do Estado e da sua gente, uma sociedade em contínua formação.

Entendemos que o texto já referido, de Aline Porto vem ao encontro de uma proposta alentadora para se estudar o viés histórico na obra de Simões Lopes Neto, e de tantos outros autores que tiveram ou têm o Rio Grande do Sul como cenário. Romancistas escrevem o que

---

<sup>91</sup> MAYA apud VELLINHO, 1944, p. 22.

<sup>92</sup> ASSIS BRASIL, Luiz Antônio. *Um Quarto de Légua em Quadro*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1976.

<sup>93</sup> PORTO, Aline Carvalho. *O Brasil visto a partir do Sul: A perspectiva nacionalista de Simões Lopes Neto*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019, p. 97-110.

viram e/ou sentiram na sua época. E de que povos se falava no Rio Grande do Sul, de que bases familiares se sustentava a escrita da Literatura e da própria História?

E, nessa esteira, lembramos Jocelito Zalla que analisou a obra de Simões Lopes Neto como estabelecadora de identidades, tanto pessoal quanto coletiva. A obra que influenciou na construção do gaúcho, mesmo em nível empresarial com o empenho de viver e propagar as tradições, o culto à memória, reforçando a figura do gaúcho sul-rio-grandense como homem diferenciado e apresentado com superioridade em relação aos de outras unidades da Federação.<sup>94</sup>

Zalla atribui que parte da obra simoniana aposta na domesticação do passado, da educação, história, folclore e identidade regional, que eclode na valorização do lusitanismo, a partir da década de 1920; uma brasilidade defendida por Simões Lopes Neto: formar rio-grandenses; o gaúcho representando a Nação através da região. Reforça a nacionalidade com um regionalismo romântico, que representa uma parte do Brasil como um mosaico cultural.

Em certo sentido, há uma semelhança entre a linguagem de pertença e de ufanismo telúrico, comum entre os gaúchos de hoje e entre os açorianos, migrados ou não. Ambos carregam em sua bagagem paixão pela sua terra: ‘Primeiro são gaúchos ou açorianos; depois, brasileiros ou portugueses’. Esta prática está intrinsecamente ligada ao comportamento de gaúchos e açorianos, como uma relação consanguínea, cujo sentimento segue em crescimento.

As relações entre o Rio Grande do Sul e os Açores podem ser revistas a partir da segunda metade do século XX, quando estudiosos começam a incluir em seus escritos ações como visita ao arquipélago, contatos ligados à política de integração e reconhecimento de Porto Alegre como a maior cidade do mundo fundada por açorianos. Isso é evidente na construção de monumentos, no estudo das tradições e do folclore atribuídos à herança dos imigrantes/povoadores do extremo sul do Brasil. A própria obra do escritor Luiz Antônio de Assis Brasil e sua intimidade com os Açores, estabelece um reforço no vínculo das relações entre o Rio Grande do Sul e os Açores, no período acima referido, como uma resposta na busca de uma pretensa identidade étnica atribuída à ascendência açoriana.

Como relação de reconhecimento dos gaúchos àqueles ilhéus e a seus descendentes, destacamos a construção do Monumento aos Açorianos, em Porto Alegre, edificado junto à antiga Ponte de Pedra, construída em 1848, próximo ao atual Centro Administrativo do

---

<sup>94</sup> ZALLA, Jocelito. *Simões Lopes Neto e a Fabricação do Rio Grande Gaúcho: Literatura e Memória Histórica no Sul do Brasil*. 2. ed. São Leopoldo: Oikos; ANPUH-RS, 2022.

Estado. Santa Inêze da Rocha apresenta o Monumento aos Açorianos como uma obra de arte que foi construída entre 1973 e 1974.<sup>95</sup> O monumento sugere a chegada dos açorianos e assemelha-se a gigantes que marcham, levando ao alto um barco. Na medida em que as figuras (gigantes) avançam, crescem em dimensão, desligando-se aparentemente do chão. Essas figuras não representam os açorianos, mas a homenagem que a cidade lhes presta. A obra foi inaugurada no dia 25 de março de 1974, sendo que no dia 26 do mesmo mês comemora-se o aniversário de Porto Alegre que, no ano de 2022 completou 250 anos de fundação. No marco que dá entrada ao Monumento dos Açorianos está gravado o seguinte texto: *“Jamais sonharam aqueles casais açorianos que da semente que lançaram ao solo, brotaria o esplendor da cidade”*

### Figura 6 - Ponte de Pedra



Fonte: Devassa sobre a entrega da Villa de Rio Grande às tropas castelhanas, 1937, p. 287.

<sup>95</sup> ROCHA, Santa Inêze Domingues da. *Os açorianos na formação do Rio Grande do Sul*. Monumento aos açorianos. In: II Congresso de Comunidades Açorianas- Anais- Angra do Heroísmo. Direcção de Serviços de Emigração da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, 23 a 26 de novembro, 1986, p.186.

**Figura 7 - Monumento aos Açorianos Porto Alegre - 1974**



Fonte: Flickr.<sup>96</sup>

Antes, porém, da construção do Monumento aos Açorianos, em Porto Alegre, outro monumento já havia sido erguido no Rio Grande do Sul. Se trata do Monumento ao Açoriano, construído e inaugurado no dia 04 de julho em 1949, na cidade de Taquari, que foi fundada por açorianos em 1770 e que se tornou município em 1849. Esse marco histórico, inaugurado na Praça Dom Pedro II, sinaliza o centenário da criação do município de Taquari. O ato teve a presença do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.<sup>97</sup>

A construção desses monumentos foi uma manifestação orgânica do reconhecimento da presença açoriana no Estado do Rio Grande do Sul e podemos atribuir a ele gestos de apreço e reconhecimento aos açorianos que participaram da fundação e desenvolvimento de

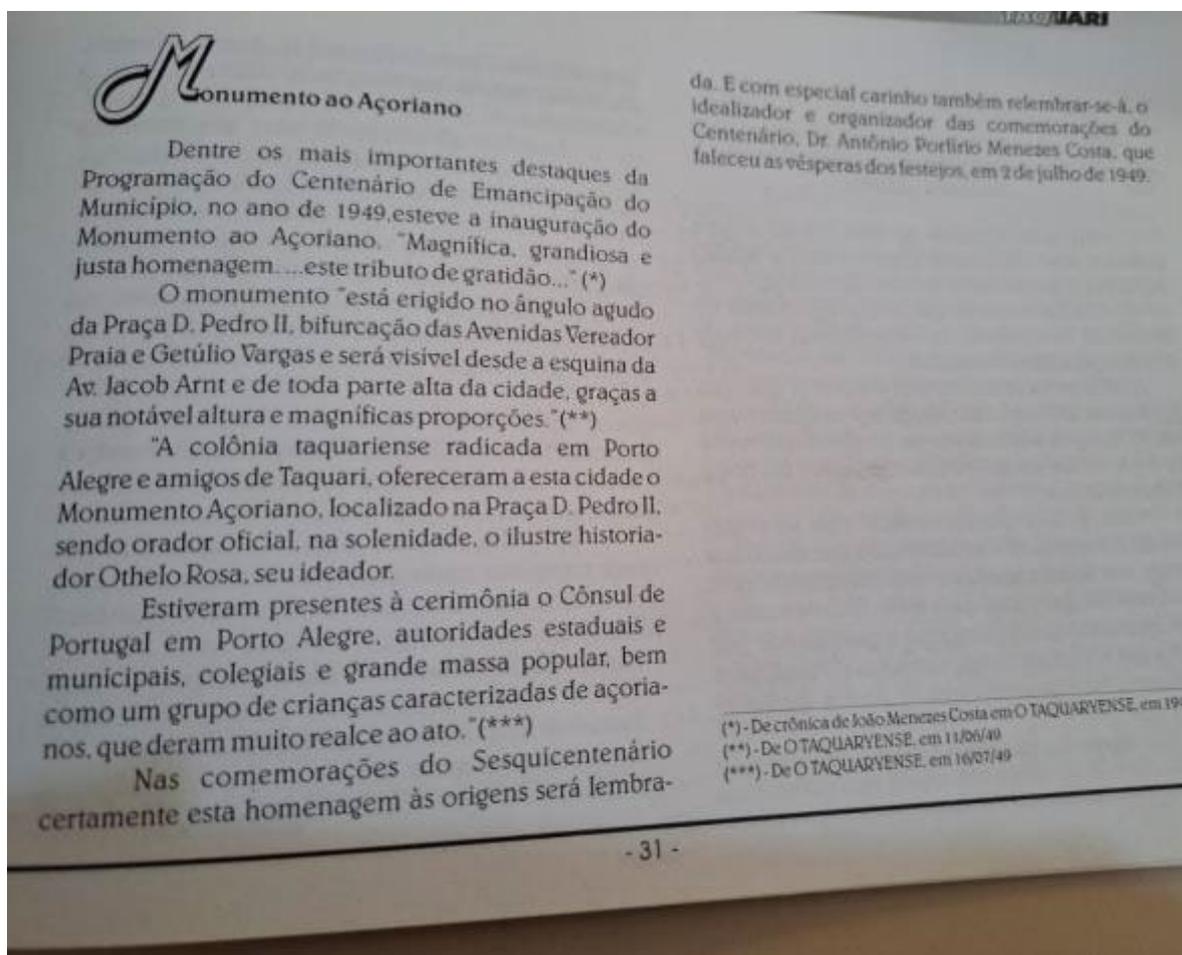
---

<sup>96</sup> Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/omarjunior/360073010>. Acesso em: 10 set. 2022.

<sup>97</sup> BALEM, Mons. *O Dr. João Maria do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. A Paróquia de São José do Taquari: No bicentenário da Colonização Açoriana no Rio Grande do Sul (1752-1952)*, Porto Alegre, Edições A Nação, Tipografia do Centro, S.A., 1949, p. 32.

muitas cidades do Estado, especialmente no Sul, no Oeste e no litoral.

**Figura 8 - Texto publicado por ocasião da construção do monumento de Taquari**



Fonte: Balém, *Op. cit.*, 1949, p.31.

**Figura 9 - Monumento ao Açoriano – Taquari/RS - 1949**



Foto solicitada e enviada pela Secretaria de Educação de Taquari, em novembro de 2022.

Nas placas do monumento, lê-se: “Monumento oferecido à cidade de Taquari no centenário da emancipação política do município, pelos taquarienses de nascimento ou de coração, residentes em Porto Alegre e outros pontos do Estado e do Paiz. À cidade de Taquari e ao colono açoriano as homenagens da Casa de Portugal de Porto Alegre.”

## 2.5 Etnicidade e identidade étnica

Ao falarmos da escrita e de outras manifestações como os monumentos, apresentamos razões para pensarmos na formação de uma população que busca conhecer suas origens e entender o sentido de pertença e a necessidade de aproximação do seu contexto histórico. Por isso, falamos de etnicidade.

Para falar de etnicidade faz-se necessária a atribuição à formação de um povo, suas procedências e bagagens possíveis de ser conhecidas ou reconhecidas em traços comuns entre seus participantes. No caso das ilhas açorianas, em razão da pluralidade de procedência de seus primeiros habitantes e pela separação geográfica que as ilhas impõem, as diferenças entre os seus povoadores podem ter sido importantes em suas características e modo de ser.

Ao discorrer sobre a temática da imigração, vem à tona também a questão da identidade étnica. A formação étnica arrasta consigo uma série de assuntos que envolvem e geram discussões que tentamos entender e explorar, no contexto que apontamos: o caso da presença dos “açorianos” no Rio Grande do Sul.

Eric Hobsbawm apresenta reflexões sobre etnicidade, nacionalismo e tradições.<sup>98</sup> As ideias desse historiador, apontando temas sobre esses conceitos, com exemplos de várias nações e países, nos últimos séculos, nos induzem a pensar o período da escrita sobre gaúchos e açorianos, no século XX, para exemplificar uma pretensa afirmação de nacionalismo e identidade étnica em razão da procedência espacial. Destacamos: “não podemos equacionar etnicidade e nacionalismo ou etnicidade e quaisquer outros interesses que visem a criação de Estados territoriais. No entanto, as duas coisas são, com frequência, confundidas”.<sup>99</sup>

No decorrer desta construção, observamos em grupos e em comunicações visuais, apelos e preocupações em apontar, conhecer e especular a identidade étnica, na tentativa de buscar respostas até mesmo para posicionamento mediante à sociedade, exibindo (ou não) sua origem. Considerando o tema identidade, chamamos atenção para a participação de açorianos como uma das bases das etnias formadoras do povo rio-grandense, reconhecidas no povoamento multiétnico do Estado. Refletimos acerca do contexto da direção que caminham os escritos sobre os açorianos e sobre os Açores.

Ao estudar a formação populacional dos Açores lembra a questão dos “antecedentes” dos primeiros povoadores e de suas diversas procedências, José Maria Teixeira Dias vê isso

---

<sup>98</sup> HOBSBAWM, Eric. *Nacionalismo*. Lisboa: Editorial Presença, 2021, p. 128-170.

<sup>99</sup> *Ibid.*, p.128.

como uma questão a considerar ao afirmar-se “identidade açoriana”, como se fosse única.<sup>100</sup> Esse autor apresenta mais sobre os Açores, além da Geografia. Fala da época mítica, lendas sobre a identidade das ilhas e da formação da sociedade açoriana, fazendo uma retrospectiva do que se passou no espaço continental português, para introduzir a história dos Açores: o reconhecimento, o povoamento e origem dos povoadores, a organização política e administrativa, produção econômica e a organização social do arquipélago. Lembra que Província e depois Estado do Brasil foi povoado por casais, na maioria açorianos descendentes de pequenos grupos que saíram das suas terras de origem para as diversas ilhas; o termo “açorianos” seria a eles atribuído de forma genérica, com relação à ascendência. Discute o nível do autorreconhecimento do termo, ao longo do tempo. Consideramos que o “autorreconhecimento do termo”, como refere Dias, ocorre por força de uma necessidade de autoafirmação da procedência para reforçar um sentimento de pertença, de origem, valorizados no ambiente social.

Luís Ribeiro apresenta uma síntese sobre a formação étnica dos Açores. Aponta como grande maioria portugueses vindos de diversas províncias, sendo o maior número deles de escravos, de negros e de mouriscos. Alguns vinham da Madeira e, a certa altura, começaram os cruzamentos e a saída de gente de umas ilhas para as outras a esses se juntaram os flamengos, italianos, espanhóis e, em diversas épocas, ingleses, americanos, franceses, dando origem a apelidos (sobrenomes) de algumas famílias; e mesmo do Brasil, como aparece em documentos do século XVI. Salienta que:

Em 1677 saíram do arquipélago os primeiros casais de açorianos para o Brasil e a emigração para aí continuou com variável intensidade, mas relativamente tão numerosa que naquele país, sobretudo nos Estados do Sul, se constituiu um importante núcleo de população ilhoa, o que levou o Governo a permitir que as ilhas enviassem a cada Rodada um certo número de navios seus. Assim começaram as relações diretas com a América do Sul.<sup>101</sup>

Em razão do insularismo, o açoriano não tem noção precisa ou mesmo uma intuição de nacionalidade. Sabe que é português, que faz parte de um reino que se chama Portugal sem mesmo saber o que isso seja, pois, via de regra, conhece apenas a ilha em que nasceu e

---

<sup>100</sup> DIAS, José Maria Teixeira. *História do Povo Açoriano*. Ponta Delgada: Publiçor, 2008. O autor discute como o reino colonizador efetuou o povoamento das ilhas, acentuando que “os Açores são nove ilhas habitadas, alguns ilhéus e ilhotas desabitadas. São de desigual tamanho e densidade populacional diversificada. As ilhas “não nasceram todas ao mesmo tempo e possuem características que as individualizam”.

<sup>101</sup> RIBEIRO, Luís da Silva. Subsídios para um Ensaio sobre a Açorianidade. *Etnogenia*. In: *Açorianidade e Autonomia*. Ponta Delgada: [s.n.], 1989, p. 25.

as que dela se avistam e que por mais que emigre, nunca perde o desejo de se repatriar. Parece irônico pensar que o açoriano nunca esquece a sua língua. E a usa de preferência à outra, mas, de volta à terra natal, para se dar os ares, fala americano, mistura palavras inglesas com portuguesas ou gosta de usar o sotaque brasileiro. “Desnacionaliza-se por fora. Por dentro é sempre o mesmo ilhéu e no país onde vive mantém os hábitos açorianos, que as circunstâncias lhe permitem conservar, como a prática de suas festas tradicionais”. Leite reforça a ideia de apreço dos açorianos a sua terra:

Nunca vi um ilhéu perder a sua condição e transformar-se em continental, ainda que tente. O contrário sim, acontece, mas com a diferença que um continental insularizado é recebido com aplauso e um ilhéu continentalizado é um traidor, porque assim, com injustiça, se constroem o juízo dos homens.<sup>102</sup>

A partir dessa discussão abordamos também a questão da formação, da construção do “gaúcho”, na possibilidade de o caldeamento étnico haver provocado uma definição do habitante, nato ou não, do Rio Grande do Sul. Tratamos esse assunto como relação de similaridade entre o povoamento dos Açores e o povoamento do Rio Grande do Sul. Ao pensar nessas questões, as consideramos como tentativas de construção da identidade e razões que permitiram chamar de “açorianidade”, no Rio Grande do Sul, às resultantes culturais atribuídas a uma herança açoriana, que são correntes e se poderia dizer consensual, nos falares e estudos mais recentes.

Marta Hameister<sup>103</sup> discute a formação da “identidade açoriana” no Brasil Meridional, durante o processo de colonização do Rio Grande de São Pedro. Concordamos com Hameister, que traz como base o acompanhamento de trajetórias familiares, o que daria suporte às hipóteses, lembrando que essa identidade atribuída não teria relação com a identidade açoriana contemporânea. Refere que a visão corrente estaria associada ao local de origem dos migrantes. Alerta que, no século XVIII, nem todos os nativos das ilhas que vieram a habitar o Rio Grande de São Pedro eram vistos como “gente das ilhas”. Reflete que o ser açoriano é aspecto comum nas obras publicadas sobre o período, resultante de uma construção. Obras que, na historiografia veem os açorianos como grupo coeso e homogêneo,

---

<sup>102</sup> LEITE, José Guilherme Reis. O Comércio Legal Dos Açores com o Brasil na 1ª. Metade do Século XVIII. In: *Arquipélago. Ponta Delgada: Revista da Universidade dos Açores*, 2ª. série, Vol. VIII, 2004, p. 25.

<sup>103</sup> HAMEISTER, Martha Daisson. Notas sobre a construção de uma “identidade açoriana” na colonização do sul do Brasil no século XVIII. IN: *Revista do programa de Pós-Graduação em História*, n. 21/22. *Anos 90*. Porto Alegre: UFRGS, jan./dez., 2005.

pela origem comum de procedência territorial, ou seja: de origem insulana, o que não seria suficiente para afirmar identidade étnica.

Entendemos que a origem geográfica comum conduz a intuir características necessárias de inclusão. Antes, nem eram vistos e nem se apercebiam dessa identidade por condicionamento de escolhas possíveis em um determinado local e momento histórico. Assim, o termo adotado, a lembrar um adjetivo pátrio, seria uma opção.

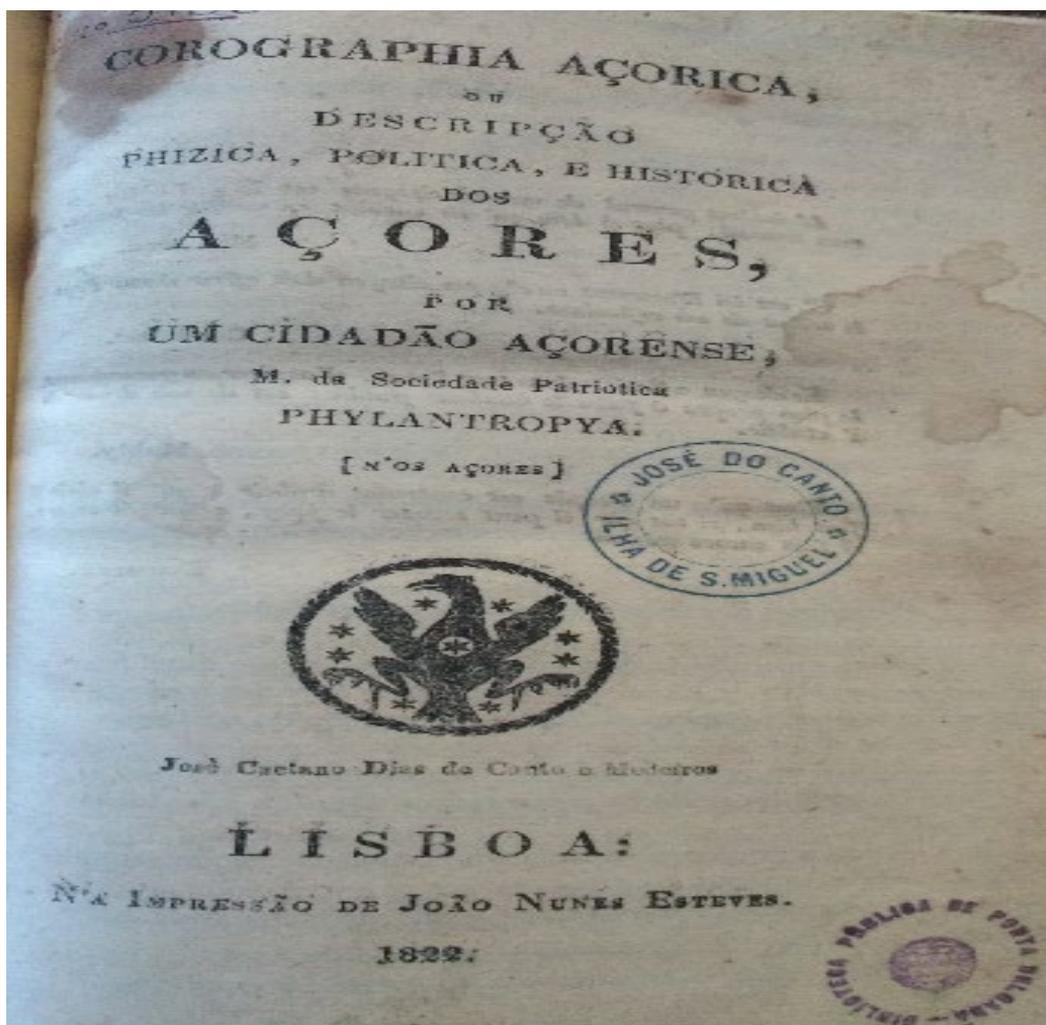
Em registros documentais do Rio Grande do Sul (Capitania de São Pedro), do século XVIII, é raro encontrar o termo “açoriano”. Com referência aos povoadores vindos do arquipélago, percebemos outras denominações: Ilhéus, ilhoas, casais das ilhas, casais de número, gentes das ilhas, casais de Sua Majestade, ilhéus portugueses, Casais del’Rei, insulanos.

O termo gentílico “açorense”, lembrado por Dias ao apresentar a imagem seguinte, foi, com o tempo, substituído por açoriano; não de modo oficial, mas pelo uso.<sup>104</sup> O documento que o autor reproduz se trata da capa de um dos memorandos da Junta Governativa de Ponta Delgada, em 1838, quando já se discutia a questão da Autonomia dos Açores.

---

<sup>104</sup> DIAS, José Maria Teixeira. *História do Povo Açoriano*. Ponta Delgada: Publiçor, 2008, p. 206-207.

Figura 10 - Capa de memorando, descrita no parágrafo anterior.



Fonte: DIAS, José Maria Teixeira, 2008, p. 207.

A questão da nomenclatura do adjetivo pátrio pode não constituir assunto relevante para a maioria das pessoas. Porém, como já dissemos, a necessidade de estar na sociedade, de ressaltar a origem, representa a busca de autoafirmação identitária. Não apenas de estar, mas de ser, de pertencer. Esse comportamento é comum entre açorianos e gaúchos. Antes de serem portugueses e brasileiros, como já referimos, são, respectivamente, açorianos ou gaúchos, mesmo tendo atrás de si origens em povos diferentes que, muitas vezes, procuram ressaltar, na intenção de destacar-se, pelo sobrenome ou por outras razões que os favoreçam.

Porém, essa identificação como açorianos, bem como o sentimento de açorianidade, que foi algo construído em determinado momento, não era compartilhado e nem existia entre os imigrantes que chegaram ao território sul-rio-grandense no século XVIII. Identificar em qual momento e como vai se constituindo, através de quais movimentos e atividades, uma identidade açoriana no século XX, é algo que o presente trabalho põe em evidência e que

aponta para a necessidade de outros estudos históricos e de outras áreas.

Ornellas fala sobre a contribuição do açoriano na formação étnica do Rio Grande do Sul, reconhecendo a presença de anteriores habitantes.<sup>105</sup> Fala da constituição étnica de forma paritária e descreve a formação do gaúcho típico, das heranças que o constituiu e da sua contribuição e interação com os outros povoadores: índios, negros, continentinos portugueses aqui estabelecidos. Destaca que Borges Fortes, em seu livro *Casais*, exalta três origens do açoriano: a portuguesa do Algarve ou da Madeira, já sob o caldeamento do mouro, a flamenga e a própria contribuição do mouro. Cita o escritor Alfredo Varela, ao estudar a adaptação do açoriano às terras rio-grandenses, quando refere que “o novo meio, o novo clima e o novo modo de vida, fizeram do imigrante um tipo original”:

O pesado ilhéu, em pouco tempo não era mais reconhecível no lesto gaúcho, dominando o cavalo com a máxima destreza trocando os hábitos sedentários, por um viver entre o arado e as aventuras da campanha semideserta, a índole refratária ao serviço militar, pelo entusiasmo guerreiro, o modo de ser pacato e tranquilo, pelo de livre franqueza espontânea.<sup>106</sup>

Assim, em razão da diversidade de procedência dos habitantes que aportaram no Rio Grande, consideramos o que refere Mayer, sobre os primeiros habitantes da Capitania sendo alguns emigrados dos Açores, alguns paulistas e alguns mineiros, pernambucanos e santistas, presos da Bahia e livres encontrados nas praças do Brasil.<sup>107</sup> Afirma Mayer que era “assim natural que o caráter nacional se tivesse formado das qualidades que mais eminentemente distingue os povos que forneceram seu contingente à nova população”.<sup>108</sup>

Posto as afirmações dos autores acima, atribuímos a elas o valor de provocarem a necessidade de uma “construção” de identidade, mesmo evidenciando as diversas procedências e procurando caracterizá-las e atribuir-lhes características. Então, para pensar nos açorianos de há mais de dois séculos, nos debruçamos sobre uma “escrita quieta”. Somos instigados a ouvir o silêncio e ler nas entrelinhas, buscando penetrar um pouco mais nos começos, nos costumes e no que parece ou pareceu, no que viram, leram, ouviram e

---

<sup>105</sup> ORNELLAS, Manoelito de. *Gaúchos e Beduínos: A origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956. p. 22-25.

<sup>106</sup> Ibid., p. p.22.

<sup>107</sup> MEYER, Augusto. Primeiros Habitantes da Província do Rio Grande. In: DREYS, Nicolao. *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1961, p. 145-146.

<sup>108</sup> Ibid., p.145.

escreveram sobre o assunto. Ariès alerta: “o historiador cedo se apercebe de que existem dois tipos de aparências, as que são manifestas e estão à vista de todos, e às ocultas, subterrâneas, apenas notadas por seus contemporâneos”. Há o olhar de perto e o olhar de longe. Segundo Ariès, “a origem tem pouca importância, porque o que vem dar sentido às coisas é a articulação do fenômeno, do sistema que não depende da origem dos elementos”.<sup>109</sup> A partir do pensamento de Ariès, podemos pensar os termos “açoriano” e “gaúcho” como produto cultural.

Diante do que chamaríamos de necessidade de dar nome a nossa construção da história, consideramos que estamos a falar de uma história conectada, já que contempla tempos, espaços e personagens distantes. Quanto a isto, concordamos com Regina Weber e Glen Goodman, ao dizerem que “histórias conectadas, expressão recente, que propõe novas abordagens à escrita da história, trata de novas conexões e relações nos diferentes contextos em escalas diferentes em tempo e espaço”. Os autores “prometem revelar a fragilidade e até a incoerência de certas categorias geográficas e civilizacionais de análise”.<sup>110</sup>

A escrita sobre os imigrantes/povoadores do Rio Grande do Sul, a partir do final do século XIX e primeira metade do século XX, fornece base para entendermos as conexões entre dois lugares separados pelo Oceano Atlântico e ligados pelo idioma português. Essa produção intelectual, feita por historiadores, viajantes e mesmo por literários, dá conta de como vieram e de como viviam, no Rio Grande de São Pedro, os antigos habitantes dos Açores e descendentes. Fornece dados e pistas sobre os contatos e relacionamentos com os habitantes que já se encontravam no território sul-rio-grandense e reforça a própria questão da miscigenação dos povos formadores do gaúcho, da sua cultura e sua expansão; lugar, desde os seus inícios, marcado pela diversidade étnica e geográfica, com relação à maioria dos estados brasileiros. Hoje, novas leituras são propostas e pode-se comparar contextos e resultantes.

No contexto do século XX, na situação do Rio Grande do Sul relativa às imigrações, ressaltou-se, a partir da década de 1970, a supervalorização dos imigrantes e descendentes de alemães e de italianos. Aí surgem comemorações atribuídas aos feitos desses imigrantes, através das festas e publicações que denotam o prestígio despertado na comunidade sul-rio-grandense, em reconhecimento à contribuição dessas etnias no desenvolvimento do Estado.

---

<sup>109</sup> ARIÈS, Philippe. *O Tempo da História*. Lisboa: Relógio D'água; Antropos, 1992, p. 21-22.

<sup>110</sup> WEBBER, Regina; GOODMAN, Glen S. Comparada, Conectada, Mundial/Global ou Transnacional. A história da imigração entre tantos rótulos. In: ELMIR, Cláudio Pereira (org.) et al. *Imigração nas Américas: Estudos de história comparada*. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 11, 22.

Isso fez com que as comunidades rio-grandenses de ascendência lusa buscassem ressaltar a sua colaboração, que reivindicassem posição de pioneiros ao chamar a atenção para o seu contributo ao Estado.

Da literatura que aponta o caráter ufanista com relação a etnias, podemos destacar o que se refere aos açorianos como “muito religiosos”, “famílias exemplares” e mesmo aos descendentes de alemães e de italianos a eles atribuído o progresso do Rio Grande do Sul. Especialmente, a partir da década de 1970, surgem manifestações a evidenciar Porto Alegre como a maior capital do mundo fundada por açorianos; a construção, na Capital, como já referimos, do Monumento aos Açorianos, e o sul do Estado sustenta e destaca a bandeira lusa, especialmente nas cidades do Rio Grande e Pelotas.

Surgiram nesse período de valorização étnica, já na primeira metade do século XX, comemorações como a FESTA DA UVA (1931), em Caxias do Sul; FESTA DO VINHO (1967), em Bento Gonçalves; a *OKTOBERFEST* (1984), em Santa Cruz do Sul. Da parte lusa, a FESTA DO MAR (1965), em Rio Grande; a FENADOCE (A Festa Nacional do Doce (1974), em Pelotas; a FESTA DO PEIXE (1974 em Tramandaí); e, em Taquari, o NATAL AÇORIANO EM TERRA GAÚCHA, teve sua primeira edição em 1991.<sup>111</sup> Por todo o Estado, ressignificada em suas festas populares, a cultura de base açoriana passa a ser valorizada. Já do outro lado do Atlântico, os Açores caminhavam para a Autonomia Regional do Arquipélago. Essa situação irá provocar maior interesse pelos lugares nas Américas que haviam recebido imigrantes açorianos, como é o caso do Rio Grande do Sul.

Ao falar de gaúchos e açorianos, atribuindo-lhes uma competição interétnica com as comunidades alemãs no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, João Leal afirma que:

Situado no extremo sul do território brasileiro, fazendo fronteira com a Argentina e com o Uruguai, o Rio Grande do Sul é um estado brasileiro usualmente tido por um grande número de particularidades. [...] O seu caráter de fronteira é também frequentemente referido. Mas a mais importante das expressões da singularidade do Rio Grande do Sul seria a existência de um tipo social específico: o gaúcho.<sup>112</sup>

A exaltação do homem do sul, divulgada com o surgimento dos centros de tradições, espalhou-se por todo o mundo. Esta é também uma ideia ufanista que promoveu o Estado sulino, mesmo não sendo representativa de todos os rio-grandenses. Nessa condição de

<sup>111</sup> Dados retirados das páginas das prefeituras municipais desses municípios. Acesso em: 9 set. 2022.

<sup>112</sup> LEAL, João. *Azorean Identity in Brazil and the United States: Arguments about History, Culture and Transnational Connections*. Lisboa: Portuguese studies and Culture. Tagus Press, 2011, p. 147.

“gaúcho” estão as pessoas nascidas no Rio Grande do Sul, mas deixa a impressão de que se trata de um gentílico em que são incluídas todas as etnias formadoras deste estado sulista.

Dadas as adversidades, considerando a principal que atribuímos à extensa fronteira com os países do Prata, os idiomas espanhol e português e a própria miscigenação de gentes e de costumes, adequar-se ao lugar, fazia-se necessário. Assim, para a escrita de um texto histórico, pensamos nos vértices que ele poderá apontar sobre as realidades em seus múltiplos espaços. Quando nos damos conta de que, ao falarmos em espaço e ocuparmos-nos da sua história, estamos falando também da sua geografia, das tradições, dos seus patrimônios material e imaterial, enfim, do que perpassa o físico e o social: pessoas e do trabalho que as move, as mentalidades, do que se deixa ver, ouvir e mesmo dos seus silêncios.

Esse sentimento de pertença e ajuste à terra em que nasceu ou em que vive, aparece no sentimento de açorianos viver/estar/ser de uma ilha. E, com os movimentos pela autonomia dos Açores e o crescimento das comunidades da diáspora, surge, em 1932, um novo termo a designar o ser açoriano: “Açorianidade”.<sup>113</sup>

## 2.6 Açorianidade e Gauchismo

O termo “açorianidade”, usado largamente hoje pelas comunidades da diáspora, completou, no ano de 2022, o nonagésimo ano do seu primeiro uso, proferido pelo escritor açoriano Vitorino Nemésio, na sua palestra em Coimbra, a 19 de julho de 1932, texto do qual destacamos:

Quisera poder enfeixar nesta página emotiva o essencial da minha consciência de ilhéu. Em primeiro lugar o apego à terra, este amor elementar que não conhece razões, mas impulsos; - e logo o sentimento de uma herança étnica que se relaciona intimamente com a grandeza do mar(...). Um dia, se me puder fechar nas minhas quatro paredes da Terceira, sem obrigações para com o mundo e com a vida civil já cumprida, tentarei um ensaio sobre a minha açorianidade subjacente que o desterro afina e exarceba.<sup>114</sup>

Ao usar o termo, Nemésio certamente não teve a intenção de o estar criando e, talvez, nem imaginasse que o vocábulo se tornaria de uso comum na diáspora, tanto na linguagem escrita quanto na linguagem falada. Esse sentimento de açorianidade perpassa, hoje, para

<sup>113</sup> NEMÉSIO, Vitorino. AÇORIANIDADE. *In*: Açorianidade e Autonomia: Páginas escolhidas. Ponta Delgada: SIGNO, 1989, p. 13.

<sup>114</sup> Id., *Ibid.*

além das “paredes” de cada ilha do Arquipélago, ou seja, de uso comum em cada uma das “Décima Ilha”.<sup>115</sup>

No contexto deste estudo, recorreremos a reflexões sobre o conceito de açorianidade, atualmente como definidor de pertença ou de relação com as comunidades açorianas pelo mundo. Relaciona-se à busca de identidade com a necessidade de identificação que as pessoas nutrem a esse sentimento e a uma imagem positiva de valores culturais do passado individual ou coletivo.

Almeida analisa algumas das possíveis utilizações do conceito ou ideia de açorianidade e usa o exemplo a uma busca de afirmação cultural que as pessoas em geral sentem em ser daqui ou dali, como relação de uma imagem positiva de reconhecimento de si própria e do seu passado, num contexto amplo, beirando a uma propriedade.<sup>116</sup>

Vemos isto como reciprocidade entre o indivíduo e o lugar de onde procede, ou procederam seus antepassados, uma afirmação de identidade. Almeida salienta que é um termo vago, que é aquilo que são ou querem ser os açorianos. Não deve acarretar consigo imperativos metafísicos de insularização para além do que o mar impõe. Ela deve ser, acima de tudo, a aceitação dos Açores como lugar de nascença e que viaja conosco não como freio, mas como presença afetiva. Ponto de partida e não de chegada. Reforça que “o estabelecimento de redes de contacto poderão contribuir imenso para reforçar todas as notas positivas, permitindo assim a criação de uma população açoriana que ultrapasse os limites geográficos dos Açores”.<sup>117</sup>

A partir desse senso, discutimos neste estudo a atribuição de “açorianidade” como elemento ressignificado, ao longo das gerações, especialmente na diáspora. Sobre este assunto, serão apresentados exemplos na relação de atividades desenvolvidas nas comunidades da diáspora, relacionadas a uma ‘herança açoriana’, beirando a um ativismo cultural. Mesmo assim, ser ilhéu é como uma condição que parece intrínseca a quem é nato nas ilhas, condição que carrega consigo para onde emigra.

Destacamos sentimentos de açorianos com relação à condição de “ser ilhéu”. Essa condição, que aparece como uma autodefinição, perpassa a História, a Geografia como um braço separado; e o é. Os sentimentos, as emoções estão carregados de insularidade e, ao

---

<sup>115</sup> Termo comum na diáspora açoriana, mas usado no Brasil, por primeiro, ao referir-se à Ilha de Florianópolis, por seu povoamento ostentar origem açoriana.

<sup>116</sup> ALMEIDA, Onésimo Teotónio. Usos e abusos do conceito de Açorianidade. *In: Congresso de Comunidades Açorianas*, 2, Angra do Heroísmo, 1986, p. 547, 553.

<sup>117</sup> *Ibid.*, p.553.

mesmo tempo, de distância, da necessidade de mobilidade, real para quem emigra e lenta para quem permanece no isolamento físico das ilhas. Por essa razão, nas comunidades migradas se reproduzem os costumes, as festas e o apreço à açorianidade; mesmo que seja somente nos períodos festivos, a lembrar a própria procedência e a de seus pais e avós. Até que se apague ou cresça essa linguagem afetiva, expressa em memórias.

Nas comunidades açorianas de países como os Estados Unidos e o Canadá, a Língua Portuguesa enfrenta uma fronteira de resistência para a sua continuidade nas gerações nascidas nesses países, apesar do esforço para que se mantenha viva. Não sendo mais possível sustentar o idioma no cotidiano, faz-se através de escolas, instituições, clubes recreativos e meios de comunicação em cujas lideranças estejam portugueses que mantêm esse elo. O uso do idioma português se restringe à família e, de certa forma, é preservado nas práticas festivas, na culinária e numa ligação com a terra de origem para aqueles que buscam e persistem nessa relação e a isso atribuem à açorianidade, um sentimento de ser e pertencer.

Ao nos reportarmos à formação populacional do arquipélago dos Açores e aos fundamentos da sua história conectada com a geografia, percebemos a idiosincrasia insular e lembramos a individualidade dos açorianos erguida por Nemésio em 1932<sup>118</sup> à condição de açorianidade: “É o resultado do cruzamento entre a evolução da história e a força da geografia. Por outras palavras, a açorianidade é fruto de uma vivência de meio milénio num ambiente diverso do continental”.<sup>119</sup>

“A Condição de Ilhéu” é sintetizada por várias reflexões expressas em textos de ilhéus, tanto dos Açores, como da Madeira e do Cabo Verde, que vivem ou viveram nas ilhas, bem como de cidadãos emigrados e ou retornados. Como diz o escritor e teatrólogo açoriano Álamo de Oliveira, na obra acima referida: “A noção de ilhéu está carregada de grande mobilidade”.<sup>120</sup>

Quanto à questão de “ser gaúcho” é mais por atitudes de pertença que se evidencia, a começar pela etimologia do termo “pampa”, região natural pastoril, de planícies e coxilhas, localizado ao Sul da América do Sul, na Argentina, no Uruguai e, por extensão, à metade

---

<sup>118</sup> Termo usado publicado pela primeira vez numa revista em Lisboa, pelo escritor açoriano Vitorino Nemésio, para referir-se ao jeito de ser açoriano.

<sup>119</sup> MENESES, Avelino de Freitas de Meneses (coord.). *Das Autonomias à Autonomia e à Independência: O Atlântico Político entre os Séculos XV e XXI*. Ponta Delgada: Letras Lavadas Edições, 2012, p. 16.

<sup>120</sup> CARNEIRO, Roberto; ALMEIDA, Onésimo Teotónio; MATOS, Artur Teodoro de. *A Condição de Ilhéu*. Coleção Estudos e Documentos 22. Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa. Lisboa. Universidade Católica Portuguesa, 2017, p. 12.

meridional do Rio Grande do Sul. A condição de ser gaúcho está atribuída a uma presença e a um apego telúrico que denota um sentimento que passa, no dizer de Ornellas, por uma origem moura, da qual também descendem açorianos. Segundo esse autor, o “gaúcho típico” tem hábitos semelhantes aos dos árabes na Espanha.<sup>121</sup>

O “gaúcho típico”, como já se disse, uma mistura do índio e do espanhol representava o homem da campanha que sabia lidar com o gado e ressaltava sua aptidão para as lutas de conquista do território. Ganhou, na literatura, os epítetos de “Monarca das Coxilhas” e “Centauro dos Pampas” por sua imagem, montado a cavalo, fazendo uma única figura, como se fosse um centauro.

Zalla apresenta uma análise da obra do escritor pelotense Simões Lopes Neto, conhecido como um dos “construtores” do gaúcho.<sup>122</sup> O aparato construído na escrita netiana, como refere Zalla, é recorrente e implícito nas mídias culturais, pessoal e coletiva da época dessa escrita, expressas no gênero, **o tipo gaúcho, que vira gaúcho típico**, (grifo nosso) assumindo o papel de etnia e se consolidando numa memória remontada e comemorada, onde o passado representa fator fundamental e a memória é fomento para a vivência das tradições. As comemorações trazem de volta lembranças como se fossem revivê-las, mesmo pela leitura.

Vinculado ao culto à memória e às tradições, em 1948, um grupo de rapazes originários da campanha lidera um movimento que tem como foco a valorização do gaúcho típico e funda o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) que, em pouco tempo, passa a ter adeptos, mesmo nas cidades e, os Centros de Tradições Gaúchas (CTG) se espalham por todo o Rio Grande do Sul. Com a adesão de homens, mulheres e crianças, o movimento, em poucos anos, proporciona a ressignificação de ser gaúcho, considerando todos os que nascem e vivem no Estado como gaúchos. E nessa constituição estão os descendentes dos ilhéus portugueses dos Açores.

A relação do Rio Grande do Sul com os Açores tem seus alicerces na formação populacional que sustenta, mesmo na sua diversidade, o jeito de ser de cada povo. E, à língua de Camões, deve-se a perenidade de tradições.

---

<sup>121</sup> ORNELLAS, Manoelito de. *Gaúchos e Beduínos*. A origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1956, p.268.

<sup>122</sup> ZALLA, Jocelito. *Simões Lopes Neto e a Fabricação do Rio Grande Gaúcho*: literatura e memória histórica no sul do Brasil. São Leopoldo: Oikos; ANPUH-RS, 2022.

### 3. PERÍODO DE “COSTURAS”: AUTONOMIA E INTER-RELAÇÕES

Neste capítulo, apresentamos uma síntese da caminhada que culminou com a conquista da autonomia político-administrativa do arquipélago dos Açores, resultado de um longo processo de reivindicações políticas e de força popular, iniciado ainda durante o Século XIX. Destacamos que, após a autonomia, em 1976, o Governo Regional dos Açores dirigiu esforços para a aproximação com as comunidades da diáspora e o fez através de ações preparatórias para professores, estudiosos e líderes, que viajaram aos Açores, com o incentivo financeiro do governo regional, para participarem de cursos, seminários, congressos, realizados também, posteriormente, na diáspora. A partir daí, o Governo Regional dos Açores se fez representar em visitas às comunidades açorianas no exterior, desde as mais antigas, como a do Rio Grande do Sul, envolvendo-as num processo de novas relações e de integração com o arquipélago.

Chamamos de Período de “Costuras” ao tempo dedicado a organizar e capacitar essa região insulana na construção da sua liberdade política e econômica, na valorização da sua gente e nas relações transatlânticas, primeiro pelo fator econômico-comercial e, posteriormente, com a aproximação das comunidades de base açoriana, espalhadas pelo mundo. Destacamos, deste processo, documentos que dão conta dessa relação entre os Açores e o Rio Grande do Sul, dentro do movimento pós-autonomia do Arquipélago.

Após a autonomia, em 1976, Porto Alegre era ainda sede do Consulado de Portugal no Estado do Rio Grande do Sul. Ainda nos anos de 1990, passa a ser vice-consulado. Desde os primeiros movimentos, o consulado divulgou as possibilidades de relacionamento e de estreitamento das relações entre o Rio Grande do Sul e os Açores, publicando as iniciativas de ações e orientando os candidatos selecionados para participarem de cursos, congressos e seminários realizados nas ilhas, bem como recebendo autoridades açorianas em Porto Alegre.

Com a extensão do movimento pró-açorianidade, dezenas de gaúchos envolvidos com a cultura e assuntos relativos aos Açores atravessaram pela primeira vez o Atlântico, com vistas a reforçar as relações com o arquipélago açoriano e com a diáspora. A continuidade e o interesse nestas novas relações significavam o despertar em um novo período em que descendentes de açorianos voltaram-se para a busca das origens que vieram pelo Atlântico. Surge, então, o outro lado: a visão dinâmica do processo que se apresentou estático por muitos anos e passou a ser reconstruída a noção de “atlanticidade”.

### 3.1 Atlânticidade

Podemos dizer que os Açores tiveram e têm papel importante na História Atlântica, haja vista ser a região mais ocidental da Europa e base de apoio da atlânticidade de Portugal nas relações internacionais. A partir do Atlântico, Portugal traçou a sua estratégia de integração europeia e proteção da sua soberania. O território do Estado português, composto pelo continente e pelos arquipélagos dos Açores e da Madeira, formam a atlânticidade portuguesa.

A sociedade estabelecida nas ilhas deve sua origem e sobrevivência às relações transatlânticas que tornaram possível o seu povoamento e as posteriores migrações. Por esse motivo, quando nos referimos aos Açores, não o fazemos sem pensar o mar, o Oceano Atlântico, as navegações de conquista, as explorações ultramarinas, os continentes e ilhas que ele envolve e as migrações. Os açorianos viveram e vivem junto ao mar e no mar. Cruzaram o mar para descobrir, viver, povoar, conquistar essa e outras terras. Dele se serviram para o seu sustento e seu comércio. A História Atlântica é, portanto, uma história conectada que pode se desdobrar em vários segmentos, em uma constante contraditória: o mar que separa as terras e, ao mesmo tempo, proporciona a união de seus povos.

Sobre autonomia e atlânticidade, José Enes destaca o Projeto Atlântico do Estado Português, e refere-se à autonomia insular, Governo Regional, diluição atlântica e não potencialização atlântica.<sup>123</sup> A novidade histórica e a validade da política da autonomia regional insular está em possuir, nos seus termos constitucionais, a virtualidade da projeção orgânica da soberania, à distância da territorialidade atlântica. O apelo e o acolhimento do regresso às origens dos povos de fala portuguesa emigrados, constituem-se elementos de avaliação da revitalização histórica da função de matriz civilizacional. As sociedades estabelecidas nas ilhas têm, portanto, sua origem e sobrevivência nos sistemas das relações transatlânticas. Lembra, ainda, que o Movimento Autônomico, no 3º quartel do século XX, surge pelas seguintes razões: o insucesso da monarquia liberal e o insucesso da República Carbonária<sup>124</sup> do Estado corporativista. Para Enes, o “25 de abril foi o colapso final”.<sup>125</sup>

As questões econômicas, de certa forma, condicionam e regulam os acontecimentos e as mudanças de planos e ações. Assim, a transição do carvão para o petróleo, no início do

---

<sup>123</sup> ENES, José. *Portugal Atlântico*. Estudos de Fenomenologia Política. Lajes do Pico: Companhia das Ilhas, 2015, p. 114-119.

<sup>124</sup> República Carbonária. Organização secreta que atuou durante o Estado Novo em Portugal.

<sup>125</sup> ENES, José. *Portugal Atlântico*. Estudos de Fenomenologia Política. Lajes do Pico: Companhia das Ilhas, 2015, p. 225.

século XX, proporcionou grandes modificações técnicas que fizeram com que o controle do Atlântico se alterasse com a aliança entre Portugal e Inglaterra. A mudança na política da Autonomia Insular fez com que alavancasse a tradição atlântica que envolve os Açores com sua capacidade portuária e as ilhas passaram a ser vistas como pontos por que passa a economia, dadas as condições portuárias que facilitam o comércio de navegação.

Destacamos que o papel dos Açores no Mundo Atlântico se evidencia, a partir do final do Século XIX, quando os sistemas de navegação se modificam, pela evolução da técnica e a consequente mudança das relações de forças de mobilidade das embarcações movidas a vapor. A partir daí, as ilhas passam a ser centros importantes de reabastecimento das rotas entre a América Latina e a Europa ou entre a América e o Mediterrâneo. As inovações do final desse século proporcionaram a construção de armamentos navais, com navios especializados em guerra no mar, para ofensiva e defensiva. Isso aumentou a importância dos Açores para o controle do Atlântico. O Atlântico, para os Açores, deixa de ser apenas rota de passagem de grandes navios e de explorações intermediárias entre países e, com a autonomia político-administrativa, é como se açorianos que vivem além-mar “retomassem” a sua terra de origem.

A análise de Enes, ao falar das sociedades estabelecidas nas ilhas, também originada na migração, a nosso ver guarda relação de similaridade com a imigração dos ilhéus portugueses para o Rio Grande de São Pedro e a formação populacional do Estado do Rio Grande do Sul, que faz parte de relações transatlânticas. Daí, podemos intuir que as migrações oficiais foram solução de recurso político emergencial para os dois lados, com os açorianos e com imigrações e regressos posteriores.

Questão a considerar dentro da perspectiva da imigração e atlanticidade é igualmente o reverso: o regresso dos emigrados, haja vista que o Arquipélago, ao longo dos séculos, foi porto de saída de milhares de açorianos, especialmente para o Brasil, Estados Unidos, Bermuda e Canadá. Entre os anos de 2006 e 2008 foram 3.500 imigrantes regressados aos Açores, relata Rocha. O autor apresenta dados estatísticos dessa mobilidade e da organização para recebê-los de volta, bem como apresenta o perfil dos que retornaram.<sup>126</sup>

Lembramos que a imigração do século XVIII para o Sul do Brasil foi diferente das mais recentes, respeitadas as fases dos ciclos migratórios posteriores, como decisão de partir,

---

<sup>126</sup> ROCHA, Gilberta Pavão Nunes (Coord.), FERREIRA, Eduardo, MENDES, Derrick. *Entre Dois Mundos. Emigração e Regresso aos Açores*. Edição do Governo dos Açores. Centro de Estudos Sociais. Ponta Delgada, 2011.

seleção de destino, integração no país de acolhimento, relações com a origem, o que não era possível quando da migração para esse destino no século XVIII, quando não havia perspectiva de retorno.

A dimensão da territorialidade atlântica no espaço português era composta pelo continente e pelos arquipélagos dos Açores e da Madeira, compreendendo hoje as dimensões *Zona Econômica Exclusiva (Zee) e a Geoestratégica (GE)*. Essas duas dimensões constituem a caracterização da territorialidade portuguesa no *mapa-múndi* atual. “A condição de fronteira atlântica alimentou a economia açoriana e fez dela uma valiosa contribuição para o desenvolvimento nacional e para a sua integração aos sistemas econômicos internacionais”.<sup>127</sup>

Nessa dimensão territorial incluímos os países que abrigam as comunidades da diáspora e, à distância, sustentam o que agora chamam de açorianidade. E não se pode pensar em Açores sem colocar o mar no contexto. A identidade insular é, portanto, de estreita relação com o Atlântico e essa perspectiva de atlanticidade, como qualificação insular de possibilidades econômicas e liberdade, foi traçada no caminho dos movimentos autonômicos.

## **3.2 O PROCESSO AUTONÔMICO DO ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES**

### **3.2.1 Primeiros movimentos**

No século XX, dada a importância da transatlanticidade para as ilhas açorianas e para a economia de Portugal e, passados cinco séculos entre os achamentos e povoamentos das nove ilhas, ganha espaço a ideia de autonomia administrativa. Dentro da ideia de autonomia despontam as questões econômicas e políticas descentralizadas da metrópole.

Faz-se necessário uma apresentação cronológica dos sistemas de governança dos territórios atlânticos dos Açores, desde os seus começos à época dos descobrimentos e da expansão das autonomias do passado até o presente. O fenômeno autonômico vem de uma construção secular, e a Constituição da República Portuguesa tinha um regime especial para os arquipélagos da Madeira e dos Açores.

Durante o Antigo Regime, entre os séculos XVI e XVIII, o povo não intervinha no governo. No século XIX, o liberalismo suscita o alargamento da participação política aos

---

<sup>127</sup> ENES, José. *Portugal Atlântico*. Estudos de Fenomenologia Política. Lajes do Pico: Companhia das Ilhas, 2015, p. 119.

homens mais ricos e mais instruídos e as ilhas conquistam uma determinada autonomia, em 1895.<sup>128</sup> No século XX, o sufrágio universal motiva a generalização da participação política, mas não corresponde ainda ao projeto de unidade, que virá a acontecer somente em 1976. As manifestações em prol da autonomia, com a ascensão de Salazar<sup>129</sup> e a vigência do Estado Novo,<sup>130</sup> provocavam o sufoco das aspirações e as ilhas se transformaram em pagadores do Estado: “A Constituição de 1933 define Portugal como estado unitário, que não admite a especificidade regional. Embora permitida e proclamado o exercício da autonomia, na prática persistem os constrangimentos financeiros”.<sup>131</sup>

As causas que levaram os açorianos a buscar a sua liberdade, face ao regime central, foram principalmente de ordem econômica, de sobrevivência. Mas esse povo, sozinho, não tinha forças para chegar à Metrópole; não tinha acesso aos caminhos, pois aqueles que chegavam ao governo central se faziam os beneficiados. Eram necessários líderes que buscassem aliar as necessidades e esperanças do povo e fizessem se mover e despertar entre a população lideranças que a representasse.

### 3.2.2 As manifestações pela autonomia

Sobre autonomia, soberania e descentralização dos Açores, são atribuídos aos escritos do Pe. Antônio Cordeiro, de 1717, como manifestação que apresenta propostas para os governantes das ilhas que, em sua maioria, são provenientes do continente europeu. Esses escritos propunham a criação de tribunais nos âmbitos eclesiástico, jurídico, militar e de comércio, que pudessem organizar o povo açoriano para governar a sua terra e livrar-se da tutela a que era submetido.

Dentre os problemas que levaram à luta pela autonomia, destaca-se também o grande movimento migratório ocorrido entre 1866 e 1900, quando saíram dos Açores mais de sessenta mil pessoas, dos cerca de trezentos mil habitantes. Nos motivos da migração estão os desafios e o insucesso dos ciclos econômicos como o decréscimo do comércio da

---

<sup>128</sup> Os Açores e a Madeira conquistam autonomia consignada na Constituição Portuguesa, por Decreto de 2 de março, emanado de Lisboa, em 1895.

<sup>129</sup> António de Oliveira Salazar, ditador nacionalista português, presidente do Conselho de Ministros do governo ditatorial do Estado Novo em Portugal.

<sup>130</sup> O Estado Novo, regime político ditatorial, vigorou em Portugal desde 1933, quando da aprovação da Constituição Portuguesa, até 25 de abril de 1974.

<sup>131</sup> MENESES, Avelino de Freitas de. O Governo dos Açores. Das autonomias do passado à autonomia do presente. In: *Das Autonomias à Autonomia do passado e do Presente*. Ponta Delgada: Publiçor, 2012, p. 15

laranja<sup>132</sup> e a frustração no comércio do álcool de batata doce diante da produção estrangeira que vendia o álcool mais barato.<sup>133</sup>

O processo de autonomia administrativa dos Açores ganha espaço ainda no século XIX. Em *Palavras de Apresentação*, diz: “Decidiu o Jornal de Cultura incluir nas suas edições um livro com os editoriais do jornal micalense, pedindo-me algumas palavras de apresentação”.<sup>134</sup> O jornal assume o papel de porta-voz das ideias dos autonomistas.

Nesse contexto surge uma comissão de ilustres que busca meios para criar um regime próprio e funda o jornal *Autonomia dos Açores*,<sup>135</sup> cujos opúsculos trazem como título: *O Monopólio do Álcool, A Emigração dos Açores, de como temos sido burlados, Autonomia Administrativa dos Açores*. A partir daí começam a surgir, no Parlamento Nacional, propostas de concessão de autonomia aos distritos açorianos. Em 1895, a entrada no Parlamento de um açoriano (Ernesto Rodolfo Heintze Ribeiro), possibilitou o Decreto de 2 de março deste mesmo ano, que concedia autonomia aos distritos que a requeressem.

Nesse Decreto enumeram-se as reclamações dos povos açorianos, como a “grande distância” dos centros de decisão e a “falta de comunicações”. O corpo do Decreto regula o funcionamento das instituições autonomistas, a eleição de seus membros e o relacionamento com as câmaras municipais.

Em 1910 é proclamada a República Portuguesa e há um espaço de espera, enquanto as lutas entre monárquicos e republicanos repercutem também nos Açores. Na década de 1920, surgem novos ideais autonômicos, incluindo o ideal separatista de ligar os Açores ao Novo Mundo americano. Em 1926 é criado o Estado Novo e, em 1933, é reconhecida a especificidade da Região Autônoma. Em 1940 é elaborado um Estatuto dos Distritos Autônomos das Ilhas Adjacentes<sup>136</sup> que vigoraria até a Revolução de 25 de Abril de 1974.<sup>137</sup>

Nos caminhos de busca da autonomia surgem manifestações como o Congresso Açoriano de 1938, semente da campanha lançada pelo “Jornal Micalense”, em 1908, intitulada “Pelos Açores” e, somente trinta anos mais tarde, a ideia se concretiza na

---

<sup>132</sup> Ciclo econômico dos Açores no final do século XIX e no século XIX, notadamente com grande produção na Ilha de São Miguel.

<sup>133</sup> DIAS, José Maria Teixeira. *A História do Povo Açoriano*. Ponta Delgada: Publiçor, 2008, p. 183.

<sup>134</sup> LEITE, José Guilherme Reis. *O Comércio Legal dos Açores com o Brasil na 1ª metade do séc. XVIII. Arquipélago: Revista da Universidade dos Açores*, Ponta Delgada, n. 2, v. 8, 2004, p. 180.

<sup>135</sup> *Jornal Autonomia dos Açores*. Fundado em 1893, foi o principal veículo de comunicação na divulgação dos movimentos autonômicos.

<sup>136</sup> Ilhas adjacentes é a denominação dada aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, pela sua proximidade.

<sup>137</sup> 25 de abril: a revolução de 25 de abril de 1974, que depôs o regime ditatorial do Estado Novo, conhecida também como Revolução dos Cravos, evento da história de Portugal.

realização desse congresso. Em 1938, uma comitiva de açorianos dirige-se, em um barco, para Lisboa e lá recebe o apoio do Grêmio dos Açores e da Casa dos Açores em Lisboa,<sup>138</sup> bem como de muitos açorianos que viviam no continente. Os trabalhos do congresso desenvolveram-se entre os dias 8 e 15 de maio de 1938.

As comunicações versavam dos mais variados assuntos: geologia e geofísica, imprensa, propaganda, justiça, religião, política administrativa, fomento e obras públicas, agricultura e pecuária, comércio e indústria, turismo, comunicações aéreas e marítimas, ensino primário, liceal e técnico, assistência, trabalho, higiene e emigração, dando conta de apresentar aos continentais o que se estava a fazer nos Açores.

O congresso de 1938 finalmente reuniu um grupo pensante de açorianos que viviam nos Açores e que conheciam e falavam com propriedade das carências e do potencial da região, haja vista a abrangência e a diversidade dos assuntos propostos. Em poucos anos, apresenta resultados: os mais favorecidos começam a enviar os filhos para os liceus; os remediados fazem-nos ingressar no ensino técnico e os mais pobres escolhem o caminho da migração para o Novo Mundo ou dedicam-se aos trabalhos da agricultura ou da pesca.

Dando sequência aos resultados do Congresso de 1938; em 1947, reúnem-se as conferências da Administração Pública em cada um dos distritos e se verifica que os problemas eram comuns: pesadíssimos impostos sobre a produção agrícola, desvalorização da moeda insulana, em relação a do continente e a conseqüente emigração em massa. Persistindo, em 1954, a Conferência Insular reúne-se de 25 de julho a 1 de agosto, na cidade de Ponta Delgada. Na oportunidade, foram discutidos os temas: Administração Pública, Assistência, Economia, Turismo, Imprensa e Rádio. O país passa por um governo ditatorial. Dias escreve: “Estávamos em plena ditadura e todas as palavras tinham que ser meditadas e todos os pensamentos pesados e medidos”.<sup>139</sup>

A iniciativa de pensar os Açores não parava. E, de 3 a 8 de abril de 1961, ocorreu, em Ponta Delgada, a primeira Semana de Estudos, dinamizada por um grupo de clérigos formados em Roma e alguns católicos laicos e os temas foram de índole religiosa. A segunda Semana de Estudos foi realizada em Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, entre os dias 3 e 10 de abril de 1963. Além de motivos religiosos, foram debatidas a arte e a agricultura. Já não eram discutidos apenas aspectos teóricos e o contributo desses “pensadores” começa a dar

---

<sup>138</sup> Casa dos Açores em Lisboa: associação fundada em 27 de março de 1927, por Decreto de Utilidade Pública. É a mais antiga Casa dos Açores, dentre as existentes no mundo da diáspora açoriana.

<sup>139</sup> DIAS, José Maria Teixeira. *A História do Povo Açoriano*. Ponta Delgada: Publiçor, 2008, p. 219.

frutos. A Terceira Semana ocorreu na cidade da Horta, ilha do Faial, entre 19 e 25 de março de 1964 e o tema foi “Mentalização das classes dirigentes”. Havia o ressurgimento das tradições das comunidades insulares, o desenvolvimento do turismo, a criação da zona franca e a inserção da história local (Açores), na História de Portugal. Todo o processo até então foi semente para reorientar a política açoriana. E a autonomia político-administrativa ainda estaria dez anos à frente.

A Revolução do 25 de Abril de 1974 teve efeitos profundos no Continente e nos Açores. A mudança dos representantes das diferentes instituições mexe com estratos do povo e destaca-se o movimento conhecido como Descolonização. Surgem, nos Açores, a exemplo do que ocorre no Continente, movimentos que buscam seus próprios caminhos. O movimento FRIA (Frente Revolucionária Para a Independência dos Açores) repercute na Diáspora e chega a ser discutida a união dos Açores aos Estados Unidos.

Porém, o movimento que adota a sigla FLA (Frente da Libertação dos Açores), traz o sentido de independência das ilhas. As ideias dominantes do movimento apontam para uma autonomia mais alargada que a de 1895. Em 25 de abril de 1975 dão-se as primeiras eleições livres em Portugal continental e nas ilhas. A 6 de junho de 1975, manifestações de lavradores em Ponta Delgada, ilha de São Miguel, pedem a demissão do governador António Borges Coutinho.<sup>140</sup> Foi, então, estabelecido um governo provisório para os Açores.

A Assembleia Constituinte inicia a discussão sobre a autonomia das ilhas e, feito isso, os Açores passam a ser considerados uma região. Os projetos apontam para a autonomia financeira, administrativa e política. É criado o Estatuto da Autonomia (provisório) promulgado pelo Decreto-Lei 318-b/76 de 30 de abril, a lei eleitoral para os Açores e as primeiras eleições regionais têm lugar a 27 de junho de 1976, no mesmo dia da eleição para presidente da República. Para Enes, “o 25 de Abril, nas suas relações com a Autonomia Regional, foi a última conjuntura política em que a sociedade açoriana tentou e conseguiu, com êxito até então não alcançado, como forma de governo próprio”.<sup>141</sup>

Entendemos que a dinâmica diaspórica ocorrida na história dos açorianos, antes e após os movimentos em prol da autonomia, deu-se, de forma acentuada, com a debandada de ilhéus para a América do Norte, especialmente para os Estados Unidos e para o Canadá. Isso foi perceptível pelos testemunhos que migrados e descendentes deram em encontros da diáspora dos quais participamos, e observamos análises políticas e culturais, registros da

---

<sup>140</sup> DIAS, 2008. António Borges Coutinho, governador civil de Ponta Delgada, depois do 25 de abril de 1974.

<sup>141</sup> ENES, *Op. Cit.*, p. 218.

cultura popular das gentes de cada ilha, de cada freguesia, sobre os Açores e sobre a atuação de ilhéus residentes nos lugares de destino. Ouvimos sobre o sucesso, a integração, as dificuldades e os regressos dos migrados. A aproximação entre as comunidades da diáspora deu lugar ao esforço para a consistência da autonomia.

Tendo como base de análise o período decorrente entre os dois últimos recenseamentos populacionais, constata-se uma perda de aproximadamente 46 mil habitantes, no que corresponde a uma variação percentual vegetativa de 10,8%. Este fato deveu-se simultaneamente à corrente migratória e ao envelhecimento da população das ilhas. Numa breve referência à década imediatamente anterior, observou-se uma perda populacional ligeiramente superior a 38 mil habitantes.<sup>142</sup>

Em novembro de 1974, o deputado da Assembleia Nacional Portuguesa, João Bosco Soares da Mota Amaral, apresentou no Parlamento as bases do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores. O processo de autonomia segue e em 8 de setembro de 1976 é eleito o primeiro Governador Regional dos Açores, que governou o Arquipélago de 1976 a 1995. A 26 de junho de 1980, a Assembleia Regional dos Açores aprovou o Decreto Regional 13/80/A, consagrando o dia da Região Autónoma dos Açores, a Segunda-Feira do Espírito Santo, feriado móvel do Pentecostes.

Em viagem recente aos Açores, em novembro de 2021, com a intenção de buscar documentos sobre a autonomia, as relações com o Rio Grande do Sul e a (re)aproximação com os Açores, entre 1976 e 2016, tivemos a honra de conversar pessoalmente com o Doutor João Bosco Soares da Mota Amaral,<sup>143</sup> que nos recebeu em seu gabinete, na Universidade dos Açores. Falamos a ele da pesquisa e da nossa preocupação em encontrar um documento que indicasse como havia iniciado o processo de aproximação dos Açores com a diáspora e se ele lembrava algo com relação ao Rio Grande do Sul

Disse-me que “*não havia nem Lei, nem Decreto, mas um programa de Governo que se cumpria. Uma decisão de ordem política, na busca da projeção açoriana espalhada pelo mundo.*” Lembrou que as relações com os açorianos na América do Norte eram já bastante avançadas, por terem sido contínuas e pelo número de migrados. Então solicitou ao professor Duarte Manuel Bettencourt Mendes, responsável pelo Gabinete de Emigração e Apoio às

---

<sup>142</sup> ANÁLISE DEMOGRÁFICA 1970 – 1981 – Açores Região Autónoma dos Açores, Presidência do Governo, departamento Regional de Estudos de Planeamento, Ponta Delgada, 1984, p. 99

<sup>143</sup> JOÃO BOSCO SOARES DA MOTA AMARAL, primeiro presidente dos Açores e professor da Universidade dos Açores. Observo que meu contato com o Dr. Mota Amaral não foi propriamente uma entrevista, mas uma conversa em seu gabinete, na Universidade, no dia 04 de novembro de 2021, das 15 às 16h.

Comunidades Açorianas e, referindo-se ao Sul do Brasil, disse: “*Temos de procurar essa gente*”.

Nesse intuito de reforço das relações com a diáspora, ordenou a busca de contatos e de relações com as mais antigas comunidades de migrantes. Cita o Rio de Janeiro, Santa Catarina, Bahia e, Porto Alegre como um “tapete”, onde está o Paço dos Açorianos e outros elementos visíveis da açorianidade, que provam que os açorianos no Rio Grande do Sul contribuíram na fixação das fronteiras do Brasil. Cita a chimarrita americana<sup>144</sup> e a chimarrita brasileira (gaúcha). Mota Amaral lembrou, em nossa conversa, que os açorianos criaram uma personalidade própria, resultante do caldeamento; pelo isolamento de 500 anos e pela inclemência da vida insular. Lembra que as ilhas estão viradas para o ocidente, projetadas para onde estão os açorianos. “*Fomos para a busca e o alicerce das origens redescobertas.*”

Mota Amaral é chamado de “O grande timoneiro da Autonomia”. E, sobre a consolidação da Autonomia, diz: “Considero que o segredo da resistência e sobrevivência no passado, em condições por vezes invisíveis de miséria e opressão e também da vitalidade no futuro, está para os povos insulares, na força da sua identificação cultural e na relação desta com a ilha.”<sup>145</sup>

Lembramos que, ao rever o passado, salta o presente. E sobre migração, consideramos pertinentes os dados publicados pela AIPA<sup>146</sup> (Associação de Imigrantes nos Açores) sobre comunidades migrantes nos Açores, entre os anos de 2000-2019. José Andrade, Diretor Regional das Comunidades – Açores, destaca esse assunto na edição da AIPA, quando aponta que, em 2019, residiam nos Açores cerca de 3.900 cidadãos imigrantes, provenientes de 95 diferentes nacionalidades dos cinco continentes, com destaque para o Brasil, com 717 pessoas. E acentua: “Contamos com eles. Respeitamos e valorizamos as diferenças, construímos uma sociedade plural, queremos que sejam felizes conosco”.<sup>147</sup>

---

<sup>144</sup> Chimarrita americana – Refere-se às variantes da(s) chimarrita(s) açorianas dançadas na América do Norte e no Rio Grande do Sul.

<sup>145</sup> AMARAL, João Bosco Mota. A Consolidação da Autonomia. In: *O Desafio Insular*, Horta, 1976, p. 16.

<sup>146</sup> CORVELO, Daniela VIEGAS, Leoter, AGUIAR, Marina. *AIPA – 18 anos ao serviço das comunidades Migrantes nos Açores*. EGA – Empresa Gráfica Açoreana Lda, 2021.

<sup>147</sup> ANDRADE, *Op. cit.*, p. 143.

### **3.3 AÇÕES DE INTEGRAÇÃO ENTRE AS COMUNIDADES DA DIÁSPORA**

A partir dos anos de 1980, novos contatos entre os Açores e o Rio Grande do Sul começaram a ser estabelecidos. No II Congresso de Comunidades Açorianas, em 1986, realizado em Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, o Rio Grande do Sul esteve representado junto às demais comunidades da diáspora, através do (ICP) Instituto Cultural Português.<sup>148</sup> O ICP foi a primeira instituição cultural, após a autonomia dos Açores, a promover movimentos de integração entre o Estado do Rio Grande do Sul, os Açores e, conseqüentemente, com a diáspora.

Ressaltamos a importância dos alicerces do povoamento do Rio Grande do Sul pelos ilhéus, mas sabemos do valor das relações presentes, num mundo que se tornou mais estreito e fraterno, quando o Atlântico é a “ponte”; ligação para um relacionamento que proporciona presenças recíprocas e constantes em muitas áreas. Uma persistência se seguiu após a autonomia, no esforço de reunir e discutir os Açores e a diáspora, depois de um quase silêncio de 200 anos. Inicia-se uma nova etapa, em jornadas de estudos entre os Açores e as comunidades da diáspora, com o objetivo de reforçar e dar novos rumos às relações dos Açores com as comunidades açorianas nas Américas e no continente português. Interessamos como isso se construiu – “costurou”, como foram essas novas relações. Apontamos, como exemplo, os Congressos de Comunidades Açorianas.

#### **3.3.1 Congressos de Comunidades Açorianas**

Para elaborar um resumo dessa caminhada, entendemos que os congressos, cursos, encontros, seminários e publicações organizados no período pós-1976, pelo Governo Regional dos Açores, através do seu Gabinete de Imigração e Apoio às Comunidades Açorianas, hoje denominado Direcção Regional das Comunidades (DRC), tenham sido forma de preparação para que pessoas e instituições viessem a replicar conhecimentos e aprimorar as relações com os Açores a partir dos seus lugares de destino: as comunidades açorianas espalhadas pelo mundo. O Governo Regional dos Açores oportunizou o reforço dessas relações transatlânticas entre origem e destino. Neste caso, damos destaque à aproximação entre o Rio Grande do Sul e os Açores.

---

<sup>148</sup> ICP (Instituto Cultural Português), fundado a 10 de abril de 1979, pelo português Doutor António Filipe Sampaio Neiva Soares e sua esposa, professora Santa Inêze Domingues da Rocha, com sua sede na Rua Plácido de Castro, bairro Partenon, em Porto Alegre.

Os congressos organizados pela DRC<sup>149</sup> seguiram por mais de três décadas, com o envolvimento de participantes de toda a diáspora. Essa foi uma forma de fortalecer as relações com os migrados e seus descendentes. situamos alguns documentos, desde 1988, dando conta da divulgação e aceite de candidatos para realizarem viagem aos Açores e participar desses eventos.

Destacamos os Congressos das Comunidades Açorianas, os Congressos Sobre as Festas do Divino Espírito Santo e outros eventos “preparatórios”, nos quais houve a participação de instituições e de estudiosos gaúchos, que viriam a dar contrapartida aos incentivos e investimentos do Governo dos Açores despendidos à comunidade do Rio Grande do Sul e a outras comunidades da diáspora açoriana.

O governo dos Açores incentivou ações das comunidades ao apostar nas evidências da cultura açoriana nos seus lugares de destino, mesmo passados séculos da imigração. O Rio Grande do Sul se fez representar em todas as ações de integração no Brasil, nos Açores, nos Estados Unidos, no Canadá e no continente português, no período em questão: 1976 – 2016. Em contrapartida, recebeu representantes açorianos em eventos realizados no Estado, desde os anos de 1980, como caravanas de cultura, de políticos e escritores, o que será destaque também no último capítulo deste estudo.

Sobre o Congresso Açoriano, assim intitulado, ocorrido em Lisboa, em 1938, encontramos referências em alguns autores atuais, o que está contemplado no início deste capítulo. O I Congresso de Comunidades Açorianas, decorreu de 16 a 19 de agosto de 1978, nas cidades de Angra do Heroísmo (Ilha Terceira), Horta (Ilha do Faial) e Ponta Delgada (Ilha de São Miguel). Não tivemos acesso aos textos ou falas desse congresso, mas referência a ele por Duarte Mendes: “Entre o primeiro congresso realizado em 1978 e esta reunião magna da diáspora, passaram-se naturalmente os anos e com eles o amadurecimento de conceitos e entendimentos sobre a nossa forma particular de estar no mundo”.<sup>150</sup>

O II Congresso de Comunidades Açorianas ocorreu na cidade de Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, de 26 a 30 de novembro de 1986, passados dez anos da conquista da autonomia político-administrativa. O Rio Grande do Sul esteve representado pelo Instituto Cultural Português<sup>151</sup> de Porto Alegre, na pessoa da sua então presidente, a professora Santa Inêze

---

<sup>149</sup> Órgão do Governo Regional dos Açores, que se ocupa das políticas culturais referentes às comunidades açorianas no exterior e no continente português.

<sup>150</sup> MENDES, Duarte Manuel Bettencourt. Nota introdutória da comissão Preparatória do II Congresso de Comunidades Açorianas. 1986, p. 8.

<sup>151</sup> Instituto Cultural Português, instituição fundada nos anos de 1970 em Porto Alegre, pelo professor Doutor António Soares e sua esposa, a professora Santa Inêze Domingues da Rocha.

Domingues da Rocha. Essa apresentou o Estado, destacando a sua situação geográfica em relação aos demais estados do Brasil, a organização política, a situação cultural, a capital e suas instituições culturais: museus, arquivos, institutos, bibliotecas, fundações, núcleos culturais e o monumento aos açorianos. Falou da colonização açoriana e dos primórdios do Continente de São Pedro, demarcação dos limites e sobre os casais açorianos, os núcleos de povoamento, a fundação de Porto Alegre e a contribuição dos ilhéus na formação étnica do Brasil Meridional. Esse evento fez parte das comemorações dos 10 anos do Governo Autônomo dos Açores.

Neste congresso estavam representados, através de seus congressistas, ouvintes e imprensa, os Açores, Bermuda, o Brasil, pelos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina; os Estados Unidos, pelos estados da Califórnia e Nova Inglaterra, o Havaí, o continente português, pelas cidades de Lisboa e do Porto, o Canadá e os Açores. Na sessão de encerramento do Congresso, o Presidente João Bosco Soares da Mota Amaral assevera que para os açorianos afastados do “berço insular”, a identificação com a terra de origem permanece. “Qualquer coisa de análogo se verifica até com aqueles que aqui têm apenas raízes ancestrais – como os brasileiros de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul ou os núcleos, tão miscigenados, do Havaí”.<sup>152</sup>

O 3º. Congresso das Comunidades Açorianas foi realizado na cidade de Angra do Heroísmo, ilha Terceira, de 27 de novembro a 1 de dezembro de 1991 e contou com representantes dos Açores, Bermuda, Brasil, Califórnia (Estados Unidos), Winnipeg (Canadá), Havaí, Lisboa, Nova Inglaterra (Estados Unidos) e Porto (continente português), perfazendo um total de 257 participantes entre comunicadores e ouvintes. Nessa oportunidade, apresentaram comunicações 53 congressistas dos Estados Unidos, 34 congressistas do Canadá, 36 congressistas do Brasil, 2 congressistas da Bermuda, 13 congressistas do continente português, 1 congressista da ilha da Madeira e 109 congressistas dos Açores em um total de 64 instituições dos Açores e da diáspora.

Nesse evento, o Rio Grande do Sul foi representado pelos seguintes congressistas:

---

<sup>152</sup>AMARAL, Mota. Discurso de Sua Excelência o Presidente do Governo Regional no Encerramento da II Congresso de Comunidades Açorianas. *In: Anais do II Congresso de Comunidades Açorianas*. Angra do Heroísmo, Edição da Direção Preparatória do II Congresso de Comunidades Açorianas, 1986, p. 658.

**Quadro 1 – Participantes gaúchos no 3º Congresso de Comunidades Açorianas**

<b>Congressistas</b>	<b>Título da Comunicação</b>	<b>Cidade</b>
<b>Newton Bopré Corrêa</b>	<b>Litoral Norte: região açoriana, p. 95</b>	<b>Tramandaí</b>
<b>Beatriz Vasconcelos Franzen</b>	<b>Núcleo de Estudos Luso-brasileiros, p. 107</b>	<b>UNISINOS São Leopoldo</b>
<b>Marli Merker Moreira</b>	<b>Importância dos Açorianos na Cultura/Língua no Rio Grande do Sul, p. 115</b>	<b>UNISINOS São Leopoldo</b>
<b>Miguel Frederico do Espírito Santo</b>	<b>Do Prata ao Potosi ao Ouro das Gerais, p. 133</b>	<b>Porto Alegre</b>
<b>Santa Inêze Domingues da Rocha</b>	<b>Açores Ontem / Açores Hoje - No Rio Grande do Sul – Brasil, p. 253</b>	<b>Porto Alegre</b>
<b>Antônio Carlos Maciel Monteiro</b>	<b>Os primeiros a chegar, p. 409</b>	<b>Santo Antônio da Patrulha</b>

Fonte: Anais do Congresso - 133

Destacamos das falas de congressistas gaúchos nesse congresso o que apresenta um trabalho de aproximação, ao mostrarem iniciativas que começam a ser desenvolvidas no Estado e que apontam para novos rumos, novas relações e políticas de aproximação, como a implantação da Região Açoriana - litoral Norte do Rio Grande do Sul, - em 1990, que engloba treze municípios da orla atlântica ou próximos dela. Soma-se à vontade política das prefeituras desses municípios, o desejo de afirmação de uma identidade étnica, a busca das origens e a “descoberta” do arquipélago dos Açores por gaúchos que lá têm participado de cursos, congressos, apresentando a “açorianidade” no Rio Grande do Sul.

As ações de aproximação com os Açores perpassam várias instâncias. As secretarias municipais de Educação dos municípios do litoral norte propõem e alteram os currículos no ensino básico das escolas da região, introduzindo estudos específicos sobre o Litoral Norte Gaúcho, com ênfase na colonização açoriana. Cria-se a Taça Região Açoriana de Futebol, que é disputada entre treze municípios do litoral e realiza-se a Semana Açoriana, cujo primeiro encontro contou com a participação do governador dos Açores, Doutor Mota Amaral. Na oportunidade ocorreu a instalação das Salas Açorianas,<sup>153</sup> nos municípios de Tramandaí, Santo Antônio da Patrulha, Osório, Capão da Canoa e Balneário Pinhal,

<sup>153</sup> Salas açorianas: Espaços organizados pelo Instituto Cultural Português, de Porto Alegre, junto a municípios de povoamento açoriano no Estado. Esses espaços denominados “Salas Açorianas” receberam do Governo Regional dos Açores um acervo constituído de peças do artesanato açoriano, trajes típicos, instrumentos musicais e livros que foram organizados em salas para visitação e estudos sobre a cultura açoriana. Foram 22 os municípios gaúchos a receberem o acervo.

município de Cidreira. As referidas salas foram equipadas com material doado pelo Governo Autônomo dos Açores e coordenadas pelas respectivas prefeituras municipais.

As ações desenvolvidas saem do currículo escolar e encontram a comunidade em suas festas, na arquitetura, na culinária, evidenciando o propósito de divulgar e ressignificar a cultura açoriana em terras gaúchas. Tramandaí realiza a Festa e Brilho nos Santos Reis e cria, no Parque Municipal de Eventos, uma vila açoriana composta por dez casas típicas.<sup>154</sup>

Atingir cidades e regiões pela cultura popular e manifestações educacionais e desportivas foram/são a tônica de mostrar-se “açoriano”, mas houve propostas partidas de instituições de ensino, como a da professora doutora Beatriz Franzen, que apresentou a criação de um Núcleo de Estudos Luso-Brasileiros, junto ao Curso de Mestrado em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, situada na cidade de São Leopoldo, coração da região de imigração alemã do Rio Grande do Sul.<sup>155</sup>

Nessa esteira segue o trabalho apresentado pela professora doutora Marli Merker Moreira, da UNISINOS, uma proposta de estudo de produções literárias sobre a obra do escritor pelotense Simões Lopes Neto, destacando a importância dos açorianos na formação cultural rio-grandense e na fixação das fronteiras linguísticas do Sul do Brasil. Traz, na apresentação, sugestões de autores brasileiros que usam o cancionário popular açoriano/gaúcho para ilustrar seus escritos. Cita a escritora e poetisa Cecília Meireles, descendente de açorianos.<sup>156</sup>

Em um texto que apresenta “Açores: Ontem/Açores Hoje”, Rocha diz que para o Rio Grande do Sul, “o ano de 1986 foi o início. O resto fez-se por continuar a crescer cada vez mais. Válido crescimento que, de ano a ano, nos sentimos cada vez mais enredados nas malhas emocionalmente gratificantes da açorianidade.”<sup>157</sup>

No texto, Rocha ressalta a importância da construção e da escrita da história dos açorianos no século XVIII e fala dos projetos em desenvolvimento dos “Açores-hoje”, que movimentam o Estado e das ações para criar a Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul. No contexto desse congresso, percebemos o crescimento do trabalho, liderado à época pelo ICP, e a repercussão pelo Estado que se volta para estudos e manifestações relativas ao patrimônio cultural açoriano, em nível material e imaterial.

---

<sup>154</sup> CORRÊA, Bopré. In: *III Congresso de Comunidades Açorianas*, 1991, p. 95.

<sup>155</sup> FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. In: *III Congresso de Comunidades Açorianas*, 1991, p. 107.

<sup>156</sup> MOREIRA, Marli Merker. In: *III Congresso de Comunidades Açorianas*, 1991, p. 115.

<sup>157</sup> ROCHA, Op. Cit., p. 253.

O IV Congresso de Comunidades Açorianas<sup>158</sup> foi realizado na cidade da Horta, Ilha do Faial, de 3 a 7 de novembro de 1995. Houve 15 representantes do Rio Grande do Sul, entre 67 congressistas dos Estados Unidos, 39 congressistas do Canadá, 1 congressista do Havaí, 1 congressista da Bermuda, 1 congressista da Venezuela, 36 congressistas do Brasil, 91 congressistas de Portugal e 60 instituições da diáspora, representadas.

#### Quadro 2 – IV Congresso de Comunidades Açorianas

<b>Congressistas do Rio Grande do Sul</b>	<b>Título da comunicação</b>	<b>Cidade</b>
<b>Adeline Maria de Amorin Marcelo</b>	<b>Todos Temos uma História: a minha é açoriana, p. 47</b>	<b>Porto Alegre</b>
<b>Santa Inèze Domingues da Rocha</b>	<b>Estratégias para Resgate da Cultura Açoriana no Rio Grande do Sul, p. 165</b>	<b>Porto Alegre</b>
<b>Maria de Lourdes da Rocha Piragne</b>	<b>As Influências Luso-açorianas nos Usos e Costumes e na Cultura do Povo Riograndino, p. 237</b>	<b>Rio Grande</b>
<b>Dulce Matos</b>	<b>Um Quarto de Légua em Quadro, de Luís Antônio de Assis Brasil, p. 261</b>	<b>Rio Grande</b>
<b>Regina Lúcia Reis de Sá Britto Fiss</b>	<b>A Participação dos Casais Açorianos no Município de Piratini, p. 271</b>	<b>Pelotas</b>
<b>Francisco Dequi</b>	<b>Deputado estadual</b>	<b>Porto Alegre</b>
<b>Célia Silva Jachemet</b>	<b>Cavalhadas: uma tradição de raiz milenar – Gravataí e Santo A. da Patrulha, p. 353</b>	<b>Gravataí</b>
<b>Antônio Carlos Maciel Monteiro e Newton Bopré Corrêa</b>	<b>Reflexos Músico-Culturais-Religiosos decorrentes do Intercâmbio Cultural Açores Rio Grande do Sul “, p. 425</b>	<b>Santo Antônio da Patrulha e Tramandaí</b>
<b>Yvanilda de Oliveira Belegante</b>	<b>1º Encontro Estadual: A Açorianidade no Rio Grande do Sul, p. 445</b>	<b>Viamão</b>
<b>Marli Merker Moreira, Eloísa Capovila Ramos e Célia Silva Jachemet</b>	<b>Apresentação do projeto “Subsídios pedagógicos para abordagem histórica, social e cultural de textos açorianos e gaúchos em escolas de 1º. Grau: atividades integradoras e de traços de união entre Açores e Rio Grande do Sul”, p. 467</b>	<b>UNISINOS – São Leopoldo</b>
<b>Dulce Helena Amaral Mendonça dos Santos</b>	<b>Ecomuseu da Picada, p. 589</b>	<b>Rio Grande</b>
<b>Lenora Horn Schneider</b>	<b>Os Caminhos do Açoriano no Rio Grande do Sul, p. 593</b>	<b>Porto Alegre</b>

<sup>158</sup> Anais do 4º Congresso de Comunidades Açorianas. Gabinete de Apoio às Comunidades Açorianas – Presidência do Governo, Angra do Heroísmo, 1995.

<b>Leinecy Pereira Dornelles</b>	<b>Ouvinte</b>	<b>Porto Alegre</b>
<b>Ivone Grassi Keske</b>	<b>Ouvinte</b>	<b>Porto Alegre</b>
<b>João Martins de Lima</b>	<b>Ouvinte</b>	<b>Porto Alegre</b>
<b>Ione Marisa Coelho Menegolla</b>	<b>Ouvinte</b>	<b>Porto Alegre</b>
<b>Adriana R.M. de Oliveira</b>	<b>Ouvinte</b>	<b>Porto Alegre</b>
<b>Maria de Lourdes da Rocha Piragine</b>	<b>Ouvinte</b>	<b>Porto Alegre</b>
<b>Maria Cecília Rocha</b>	<b>Ouvinte</b>	<b>Porto Alegre</b>

Fonte: Programação IV Congresso de Comunidades Açorianas.

Do IV Congresso, destacamos alguns temas abordados que vêm reforçar as novas relações entre o Rio Grande do Sul e os Açores, evidenciando, em várias áreas, o esforço na busca de uma aproximação constante. Tratamos, em suma, de abordagens culturais em amplo sentido e formas. Mas lembramos que a cultura não acontece como um implante e nem se a transporta em *container*, mas se dá pela vivência no cotidiano que recria e preserva suas raízes em terras diferentes, num apoio mútuo entre indivíduos e instituições públicas e privadas do Estado.

Daremos destaque à comunicação apresentada neste congresso pela professora Yvanilda de Oliveira Belegant que, em 1993, foi coorganizadora do 1º Encontro Estadual: *A Açorianidade no Rio Grande do Sul*, por estar esse de acordo com a proposta de busca e motivação para o estreitamento das relações Rio Grande do Sul – Açores. Esse encontro aconteceu na cidade de Viamão, no ano de 1993. Consideramos conveniente relacionar os assuntos tratados e os nomes de seus comunicadores.

### **Quadro 3 - 1º Encontro Estadual: A Açorianidade no Rio Grande do Sul**

<b>A Etnologia dos Açores</b>	<b>Prof. Doutor Rui Américo de Sousa – Açores</b>
<b>Em Busca da Terra Prometida</b>	<b>Profa. Eloísa Capovilla da Luz Ramos UNISINOS</b>
<b>A contribuição da cultura açoriana na etnogenia gaúcha</b>	<b>Profa. Vera Lucia Maciel Barroso Porto Alegre</b>
<b>Literatura Açoriana</b>	<b>Prof. Doutor Luís Antônio de Assis Brasil PUC/RS – Porto Alegre</b>
<b>Festas Populares de Origem Açoriana no Rio Grande do Sul</b>	<b>Profa. Célia Silva Jachemet – Gravataí</b>
<b>Criação das Salas Açorianas no Rio Grande do Sul</b>	<b>Profa. Santa Inèze Domingues da Rocha ICP – Porto Alegre</b>

<b>Vídeo sobre os Açores</b>	<b>José Carlos Goulart da TV Educativa, Prêmio Ari, 1992 – Porto Alegre</b>
<b>Folclore Açoriano: vestimentas, dança e música</b>	<b>Profas. Lílian Argentina Braga Marques e Ronete Esteves Elias – Porto Alegre</b>
<b>Apresentação das Salas Açorianas de Santo Antônio da Patrulha, Rio Pardo, Taquari, Gravataí, Rio Grande e Viamão.</b>	<b>Régis Albino Marques Gomes Gravataí</b>
<b>Relatos: Grupo de Estudos Luso-Brasileiros</b>	<b>Profa. Beatriz Vasconcelos Franzen UNISINOS – São Leopoldo</b>
<b>Programa de Ensino do Litoral Norte</b>	<b>Prof. Karen Adami Rodrigues, Maria Alice Kauer e Teresinha Favero Viamão</b>
<b>Projeto Grupo de Etnias</b>	<b>Profa. Dulce Helena da Silveira – Rio Grande</b>
<b>Açorianidade nas aulas de Língua Inglesa</b>	<b>Profa. Norma Oliveira Pires – Porto Alegre</b>
<b>Casa Açoriana Antero de Quental: Uma experiência dentro da Escola</b>	<b>Profa. Maria do Carmo Etges – Viamão</b>
<b>Coordenadoras do Encontro</b>	<b>Profas. Yvanilda Oliveira Belegante e Liege Maria Trentin</b>

Fonte: Programação 1º Encontro Estadual: A Açorianidade no Rio Grande do Sul.

Participaram da organização e promoção desse evento a Secretaria do Estado de Turismo, Secretaria do Estado de Cultura, Consulado de Portugal em Porto Alegre, Instituto Cultural Português, Casa de Portugal, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Mestrado em História), Instituto de História e Geografia de Pelotas, Universidade do Rio Grande e prefeituras municipais de Arroio dos Ratos, Barra do Ribeiro, Bom Retiro do Sul, Butiá, Camaquã, Canguçu, Capão da Canoa, Capela de Santana, Charqueadas, Cidreira, Eldorado do Sul, General Câmara, Gravataí, Guaíba, Imbé, Montenegro, Mostardas, Novo Hamburgo, Osório, Pelotas, Pinhal, Pinheiro Machado, Piratini, Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo, Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula, São Jerônimo, São José do Norte, Palmares do Sul, São Leopoldo, São Lourenço do Sul, São Sebastião do Caí, Tapes, Taquari, Tavares, Torres, Tramandaí e Viamão.

Observamos que neste encontro os assuntos se diversificam e que as “Salas Açorianas” já fazem parte do contexto gaúcho em vários municípios, tendo elas o objetivo de divulgar, replicar e dar a conhecer os Açores, através das escolas e de estreitar as relações com a terra de origem dos antepassados. Vemos a perspectiva de desenvolver o turismo nas duas regiões. A essa altura, um grande percentual de congressistas gaúchos já havia estado nos Açores, dentro das programações culturais lá desenvolvidas com o apoio do Governo

Regional, caminho de respostas que chegou na continuidade dos Congressos de Comunidades Açorianas, Congressos das Festas do Divino Espírito Santo e a cursos de formação para multiplicadores culturais sobre questões açorianas. Os Congressos das Comunidades Açorianas deixaram publicados em anais uma grande contribuição para a história dos Açores e para as comunidades da diáspora.

### 3.3.2 Congressos do Espírito Santo

Abrimos aqui um espaço para falar da festa do Divino Espírito Santo por constituir-se referência de costumes açorianos no nosso e em outros estados brasileiros. Se trata de uma das manifestações religiosas, culturais, teológicas e sociais mais expressivas do povo açoriano e de seus descendentes, onde quer que esse povo se tenha fixado. Sua permanência tem suscitado diversos estudos, pesquisas, informações e também dúvidas que surgem, à medida em que mais se busca conhecer sobre o tema. No quarto capítulo do presente trabalho apresentaremos quadro das festas do Divino continuadas e ressignificadas nos seus aspectos populares, em várias regiões do Estado do Rio Grande do Sul, nestes últimos 40 anos.

Com o crescimento das relações dos Açores com a diáspora, após a Autonomia, muitas manifestações culturais de base açoriana foram ressaltadas. Nesse rol, destacamos os congressos sobre as festas do Divino Espírito Santo, como eventos e ações que aproximaram a diáspora em encontros internacionais. E, neles, a participação dos gaúchos foi marcante como ouvintes e na apresentação de estudos relativos ao tema.

A exemplo do que apresentamos acima, sobre os Congressos das Comunidades, relacionamos os Congressos do Espírito Santo realizados até 2016, com o apoio do Governo Regional dos Açores. Destacamos que os gaúchos participaram de forma a mostrar como essa festa, atribuída a uma herança açoriana, está integrada em todas as regiões do Estado, nas suas 18 dioceses católicas.

Uma das ressignificações constatadas por nós, na festa do Divino da mais antiga paróquia de Gravataí - RS, tema da nossa dissertação do mestrado em História (2002), refere-se à participação das mulheres na organização da festa, nas suas diversas fases. O título desse trabalho é “SIM, SENHORAS”!<sup>159</sup> Citamos alguns trechos:

(...) retrocedemos a sua primeira fase, 1859 a 1868, em que como organizador da festa aparece somente o nome do imperador, no qual

---

<sup>159</sup> JACHEMET, Célia Silva. Sim, Senhoras! Texto apresentado no *IV Congresso Internacional sobre as festas do Divino*. Angra do Heroísmo. Ilha Terceira, 2010.

subentende-se a sua família: esposa, filhos, agregados e escravos. Nessa fase, os imperadores designados eram sempre grandes proprietários rurais e arcavam com as despesas da festa. Se a festa chegasse a ser realizada, mesmo sem que aparecesse os seus nomes no convite, as mulheres davam sustentabilidade à organização, no preparo de roupas e na distribuição de serviços ‘a criadagem da casa.

À participação das mulheres na organização da festa somava-se a ornamentação da Ramada do Império<sup>160</sup>, confecção da massa sovada<sup>161</sup> para consumo na festa e para os ex-votos. Para a ornamentação da praça, eram as mulheres que providenciavam as prendas para os leilões e ofertas a que elas mesmas concorriam para serem contempladas por marido, noivo ou interessado em namoro. A moça que não recebia nenhum mimo de um rapaz na festa, dizia-se que estava “no cabrito”. Muitas vezes os próprios pais faziam chegar à filha um mimo, se ela estivesse prestes a não o ganhar.

No final do século XIX e até a metade do XX, a participação das mulheres na procissão ganhava destaque pelo luxo das senhoras e moças de posse, cujo melhor dos três vestidos feitos para a festa era o da procissão, que ocorria no domingo à tarde. Com a criação do Apostolado da Oração, iniciado efetivamente na paróquia, em 1915, as mulheres ganham destaque na vida paroquial, como educadoras, catequistas e participantes dos movimentos Filhas de Maria, para as solteiras e Apostolado da Oração, para as casadas.

A partir de 1938, os homens passam a se ocupar mais dos negócios, acentuam-se os costumes urbanos e as moças e senhoras tornam-se uma “colmeia” em torno da paróquia e tomam, junto aos esposos ou não, a organização da festa do Divino que estava esmorecendo. Cada vez mais aparecem nomes de mulheres nos encargos e organização da festa, como o papel de juíza<sup>162</sup> e alferes da bandeira<sup>163</sup>, o que antes competia aos homens. A partir de 1965, com o Concílio Vaticano II e de acordo com outras mudanças na sociedade, a festa popular do Divino deixa de acontecer, mas permanece a festa de Pentecostes.

Em 2001, com o movimento açoriano agora em voga no Estado, a ideia de realizar a festa popular na paróquia de Nossa Senhora dos Anjos, de Gravataí, parte de uma mulher. A

---

<sup>160</sup> Ramada do Império. Ramada ou aramada do Império; Caramanchões de ramo verde e, às vezes, flores, construídos para abrigar da chuva, em frente o Império do Divino ou na porta da igreja. Às vezes cobrindo um tablado de madeira, chamado também de triato, o local dos discursos.

<sup>161</sup> Massa sovada: A massa açoriana, o pão levedado e sovado para servir na festa e para confeccionar os ex-votos, para o pagamento de promessas.

<sup>162</sup> Encarregada da arrecadação das ofertas para a festa.

<sup>163</sup> Aquele que que carregava a bandeira do Divino nas visitas a família e encarregado de guardar e portar a bandeira antes e durante os festejos.

professora Lizete Donga e seu esposo assumem a liderança para um novo recomeço da festa e, juntamente com o pároco, monsenhor Irineo Flach, ganham apoio do movimento açoriano na cidade. Providenciam bandeiras e partem para a pesquisa sobre as festas antigas. Alguns elementos são ressignificados e recupera-se a figura do imperador da festa; as mulheres passam também a ser alferes da bandeira, mordomas<sup>164</sup> e tomam frente na organização da festa, com a família e grande adesão da comunidade. A festa do Divino, há 20 anos, voltou a ser forte e contínua em Gravataí e é considerada também um evento de base açoriana que representa hoje o turismo religioso da cidade.

**Figura 11. Festa de 2013. Resignificação do Quadrado de Varas<sup>165</sup>**



Festa do Divino de Gravataí, 2013. Casal imperador e imperatriz - Gravataí -  
Foto: Julinho Barbosa

Com o movimento da açorianidade no sul do Brasil, é realizado em Santa Catarina o 1º. Congresso Internacional das Festas do Divino Espírito Santo, com a participação de açorianos e brasileiros, que ocorreu em 1999, em Florianópolis, por iniciativa do Núcleo de Estudos Açorianos (NEA), e dele participaram 40 congressistas.

No ano de 2002, paroquianos, com o apoio do pároco Mons. Irineo Flach, da Igreja Matriz Nossa Senhora dos Anjos, de Gravataí, retomam as atividades tradicionais da festa

<sup>164</sup> Moças ou senhoras que acompanham, precedem na procissão o imperador da festa.

<sup>165</sup> Quadrado de Varas: Quadrado ou triângulo de varas de madeira ornado com fitas e carregado por meninas ou por crianças vestidas de anjos. Dentro desta figura está o imperador da festa, como se estivesse em um castelo protegido. Esse quadro, em geral, segue em meio à procissão no dia principal da festa.

do Espírito Santo. A tradição é então ressignificada e se constitui uma das mais importantes festas religiosas do Vicariato de Gravataí.<sup>166</sup>

No ensejo da importância dada aos assuntos açorianos, a Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS) realizou o 2º Congresso Internacional sobre as Festas do Divino Espírito Santo, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil, de 24 a 26 de outubro de 2006, no auditório da Santa Casa de Misericórdia, promovido pela Casa dos Açores do Estado Rio Grande do Sul, com o apoio do Governo Regional dos Açores. Esse congresso contou com participantes de várias regiões do Estado, dos Estados de Santa Catarina, Piauí, estudiosos e imprensa dos Açores, palestrantes do continente português e representantes do Uruguai. Assim, Porto Alegre retoma a ideia da promoção dos Congressos do Espírito Santo, com o propósito, tirado na assembleia final do evento de, a cada dois anos, realizá-lo em uma cidade e país diferente, no contexto da diáspora.

O 2º Congresso teve por objetivo o levantamento e discussões acerca de temas relacionados ao culto e festa do Divino Espírito Santo, busca de estudos e informações sobre identidade açoriana, valorização de um contributo no âmbito espacial e temporal, bem como elucidação de teorias e práticas relativas ao tema em questão. O foco predominante no eixo dos assuntos tratados foi a reflexão sobre a festa e culto ao Divino no Sul do Brasil, como expressão religiosa-cultural, identificatória do povo açoriano e de seus descendentes.

Ao envolver, nesse Congresso, Portugal Continental, Açores, Brasil, Uruguai, Estados Unidos e Canadá, terras chamadas por Teresa Tomé<sup>167</sup> de “Terras do Espírito”, justifica-se a realização deste evento a somar-se à bagagem já existente, especialmente ao que tratou o I Congresso realizado em Santa Catarina, no ano de 1999.

A cerimônia de abertura deste evento contou com a presença das seguintes autoridades: Representante do Secretário Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul, Sra. Maria Helena Nunes, Diretora do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul; Dra. Alzira Silva, Diretora Regional das Comunidades – Açores, Deputado Vieira da Cunha; Régis Albino Marques Gomes – Presidente da Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul; Coordenador do I Congresso do Espírito Santo, Jói Clétison Alves e Dr. José Sperb

---

<sup>166</sup> O Vicariato de Gravataí é parte da Arquidiocese Metropolitana de Porto Alegre, tem Gravataí como sede e abrange os municípios de Gravataí, Viamão, Cachoeirinha, Alvorada e Glorinha.

<sup>167</sup> TERESA TOMÉ – Jornalista da RTP (Rádio e Televisão Portuguesa) que realizou, nesta mesma viagem ao Rio Grande do Sul, a cobertura do Congresso e sustentou uma reportagem filmando representações da Festa do Divino Espírito Santo, nos municípios de Osório, Santo Antônio da Patrulha, Gravata e São Marcos. Esse trabalho resultou numa produção para a TV Portuguesa, intitulada “Terras do Espírito”, incluindo todas as comunidades da diáspora açoriana e mesmo os Açores.

Sanseverino, Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Coordenação: Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul - Direcção Regional das Comunidades – Governo dos Açores. Apoio Institucional: NEA – Núcleo de Estudos Açorianos da Universidade Federal de Santa Catarina e Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre; Arquidiocese de Porto Alegre; RTP Açores (Rádio-Televisão Portuguesa).

Pelo programa apresentado abaixo e desenvolvido na íntegra no Congresso, podemos verificar a diversidade dos assuntos tratados, bem como os eventos paralelos relacionados ao tema. Os anais deste congresso não foram oficialmente publicados, mas há cópia dos textos.<sup>168</sup>

#### Quadro 4 - Programa do II Congresso Internacional sobre as festas do Espírito Santo

<b>Congressistas</b>	<b>Título da comunicação</b>	<b>Instituição/cidade</b>
<b>Abertura</b>	<b>Apresentação do coral da Santa Casa de Misericórdia de P. Alegre</b>	<b>Porto Alegre</b>
<b>Prof. Doutor João Lupi</b>	<b>Relato sobre o 1º Congresso</b>	<b>Cônsul honorário de Portugal em Florianópolis</b>
Bloco 1	A Festa: Origens e extensão	
<b>Célia Silva Jachemet</b>	<b>Origens e Temporalidade do culto e festa ao Divino</b>	<b>Casa dos Açores Gravataí</b>
<b>Jói Cletson Alves</b>	<b>O Culto ao Divino Espírito Santo nos Açores e na Diáspora</b>	<b>NEA - Florianópolis</b>
<b>Victor Manuel da Silva Alves</b>	<b>Irmandades do Divino Espírito Santo</b>	<b>RTP Açores</b>
<b>Teresa Tomé</b>	<b>Ideias e Filosofias Adjacentes ao Culto do Divino</b>	<b>RTP Açores</b>
<b>Véra Lucia Maciel Barroso</b>	<b>Mapa da Festa do Divino Espírito Santo no Rio Grande do Sul</b>	<b>Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras – Porto Alegre (FAPA)</b>
<b>Pe. Luciano Massulo</b>	<b>A Festa do Divino Espírito Santo em Viamão - RS</b>	<b>Paróquia Sagrada Família – Tapes-RS</b>
<b>Maria Regina Santos de Oliveira</b>	<b>As Festas do Divino Espírito Santo em Osório</b>	<b>Osório – RS</b>
<b>Sérgio Luís Ferreira</b>	<b>Festa do Divino em Santo Antônio de Lisboa: Espaço de Resistência e Valorização da Cultura Açoriana</b>	<b>Florianópolis</b>
<b>José Carlos Ourique</b>	<b>Resgate da festa do Divino em Gravataí</b>	<b>Gravataí – RS</b>

<sup>168</sup> Disponível em: [psicod.org/anais-ii-congresso-internacional-sobre-as-festas-dopdivino-esp-html](http://psicod.org/anais-ii-congresso-internacional-sobre-as-festas-dopdivino-esp-html). Acesso em: 20 mai. 2022.

<b>Lélia Pereira da Silva Nunes</b>	<b>Singrando Memórias: O Espírito Santo numa comunidade baleeira do século XX em Santa Catarina</b>	<b>Fundação Cascaes Florianópolis</b>
<b>Prof. Dr. Martin N. Dreher</b>	<b>A Restauração Católica e a Festa do Divino Espírito Santo no RS</b>	<b>UNISINOS São Leopoldo</b>
Bloco 2	Quem é o Espírito Santo e como se manifesta	
<b>Profa. Inês Bini</b>	<b>A Terceira Pessoa da Santíssima Trindade: O Espírito Santo no Evangelho</b>	<b>PUC – SP São Paulo</b>
<b>Profa. Doutora Dulce Matos</b>	<b>O Espírito Santo na Literatura Portuguesa</b>	<b>Universidade Nova de Lisboa – Lisboa</b>
<b>Darvi Lorandi e Lindomar Alves Mendes</b>	<b>A louvação na festa do Divino de Vila Seca e Criúva</b>	<b>São Marcos e Caxias do Sul</b>
<b>Roselaine da Cunha Santos, Maria da Braga Ney e Clarissa do Nascimento Peixoto</b>	<b>Herança portuguesa em São Lourenço do Sul</b>	<b>São Lourenço do Sul – RS</b>
<b>Márcio Darlan Rosa Knobeloch</b>	<b>Traços dos cristãos novos e a culturalidade nas festas populares</b>	<b>Glorinha – RS</b>
<b>Júlio Bernardes</b>	<b>O Divino e o Profano: A inserção de novos discursos na Festa do Divino Espírito Santo em Barra Velha</b>	<b>Barra Velha – SC</b>
<b>Fabiano Teixeira dos Santos</b>	<b>Arquitetura dos Impérios do Espírito Santo no Brasil Meridional: herança cultural açoriana</b>	<b>Florianópolis</b>
<b>Lélia Pereira da Silva Nunes</b>	<b>Folias e cantorias do Divino: entrelaçando versos e tecendo memórias</b>	<b>Florianópolis -SC</b>
<b>Álamo de Oliveira</b>	<b>O sagrado e o profano na festa do Divino</b>	<b>Direcção Regional das Comunidades – Açores</b>
<b>Frei Rovílio Costa</b>	<b>O Pentecostalismo e o culto do Divino na atualidade</b>	<b>EST Edições</b>
<b>Célia Silva Jachemet e Eloísa Capovilla da Luz Ramos</b>	<b>A simbologia e lúdica do Divino Espírito Santo: Rituais e festas agregadas</b>	<b>Casa dos Açores Gravataí – RS UNISINOS – São Leopoldo</b>
<b>Ana Zenaide Ourique e Rosa Maria Gil Massulo</b>	<b>Cavalladas: a festa dentro da festa</b>	<b>IHSAP – Santo Antônio da Patrulha – RS</b>
<b>Rosa Maria Gil Massulo e Maria Helena Gil Peixoto</b>	<b>Quadros de Mordomo e Imperatriz Coroadeira</b>	<b>Santo Antônio da Patrulha – RS</b>

<b>Gelci José Coelho</b>	<b>O Boi de Mamão e a Farra do Boi</b>	<b>NEA/UFSC Florianópolis – SC</b>
<b>Luciano Gomes Peixoto</b>	<b>Baile de Masquê</b>	<b>IHSAP – Santo Antônio da Patrulha – RS</b>
<b>Álamo de Oliveira</b>	<b>Tourada à corda</b>	<b>Açores - Ilha Terceira</b>
<b>Lézia Cardoso e Getúlio Xavier Osório</b>	<b>Folias e Bandeiras</b>	<b>IGTF – Porto Alegre</b>
<b>Álamo de Oliveira</b>	<b>O bodo e suas funções</b>	<b>Açores - Ilha Terceira</b>
<b>Nereu do Vale Pereira</b>	<b>O período festivo: Corpos Hierárquicos na organização da festa</b>	<b>Fundação Açorianista e IHG de Florianópolis- SC</b>
<b>Miguel A. de O. Duarte e Miguel Frederico do Espírito Santo</b>	<b>Irmandade do Divino de Porto Alegre</b>	<b>Instituto Histórico e Geográfico do RS Porto Alegre</b>
<b>Dom Dadeus Grings</b>	<b>Missa de encerramento</b>	<b>Arcebispo metropolitano de Porto Alegre - RS</b>

Após a Missa de encerramento foi realizada a entrega do bodo do Espírito Santo à instituição carente, pelas comunidades participantes e visita a enfermarias da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Os quadros acima – tabelas – foram montados para oportunizar o conhecimento da programação do evento, a diversidade de assuntos tratados e para evidenciar que esses temas fazem parte de uma construção relacional Rio Grande do Sul e Açores.

Consideramos que, a partir desse evento, em vários lugares os festejos e atos devocionais ao Divino Espírito Santo, no Rio Grande do Sul, foram reforçados e ressignificados nos aspectos populares, onde podemos destacar os festejos até mesmo em municípios como São Marcos, Caxias do Sul, região de predominância de descendentes de italianos. Em muitos outros municípios, a festa voltou a fazer parte do calendário oficial do município, em paróquias antigas que há muitos anos não realizavam a festa popular do Divino. Isso fez com que a busca da história da festa e da sua relação com os Açores fosse reforçada.

**Figura 12 – II Congresso Internacional sobre as festas do Espírito Santo- Porto Alegre, 2006**



Mesa com palestrantes: Professor Luppi, Miguel Duarte, Profa. Dulce Matos e Miguel Frederico do Espírito Santo (Foto da autora - aluna).

**Figura 13 – Bênção com a bandeira do Divino passa nas enfermarias da Santa Casa de Misericórdia**



Foto: Julinho Barbosa.

Conforme o acordado pela Assembleia do II Congresso, houve continuidade do evento, a cada dois anos, na sequência seguinte:

a) O III Congresso Internacional sobre as festas do Divino Espírito Santo ocorreu em Ponta Delgada, Açores, em 2008, e dele participaram 12 gaúchos com 5 comunicações.

b) O IV Congresso Internacional sobre as festas do Divino Espírito Santo foi realizado na cidade de São José – Califórnia – Estados Unidos, em 2010, e contou com participantes de toda a diáspora, dos Açores e do continente português, sendo em número de 9 pessoas do Rio Grande do Sul, com 5 comunicações apresentadas. Esse congresso aconteceu durante os festejos principais do Espírito Santo, naquela cidade do Vale do Silício.

c) O V Congresso Internacional sobre as festas do Divino Espírito Santo ocorreu na cidade de Angra do Heroísmo, Ilha Terceira – Açores, em 2012, com a participação de 23 gaúchos e 10 comunicações apresentadas. Vale lembrar que as comunicações dos gaúchos tiveram sempre como foco a festa do Divino no Rio Grande do Sul.

d) O VI congresso das festas do Divino Espírito Santo foi realizado na cidade de Winnipeg, Canadá, em 2014. Deste Congresso participaram 5 gaúchos e foram apresentadas três comunicações. O congresso ocorreu durante os festejos ao Divino Espírito Santo e foi promovido pela Casa dos Açores de Winnipeg, com o apoio do Governo Regional dos Açores. Este congresso foi mais uma oportunidade de aproximação e troca entre as comunidades da diáspora.<sup>169</sup>

Na oportunidade, os representantes do Estado do Rio Grande do Sul ofereceram à Casa dos Açores de Winnipeg, uma bandeira do Divino confeccionada por artesã de Gravataí. Essa bandeira foi carregada na procissão da festa, na cidade de San Jose e com ela feitos os ritos que se faz na festa de Gravataí; entre eles, a queima das fitinhas coloridas amarradas no mastro da bandeira e queimadas no fim da festa. A simbologia deste ato é que a fumaça saída nesta queima, leve ao Alto os pedidos feitos pelos devotos que deram os nós nas fitas. O costume rio-grandense foi integrado na festa do Divino de Winnipeg e está em vigor. Do período em questão, e de acordo com os resultados acompanhados nas comunidades, as festas do Divino apresentaram um crescimento na participação popular em todas as regiões da Diáspora. No Rio Grande do Sul, em paróquias onde a festa popular tradicional havia sido descontinuada, houve um restabelecimento do evento que se mostrou a novas gerações reconstituído e ressignificado. Houve, nos últimos tempos, por parte de

---

<sup>169</sup> Repositório da Universidade Aberta de Portugal – UAP.

açorianos, a ideia e o lançamento da candidatura a que a Festa do Espírito Santo fosse reconhecida como Patrimônio da Humanidade. Os resultados desse projeto estão a cargo da instituição competente.

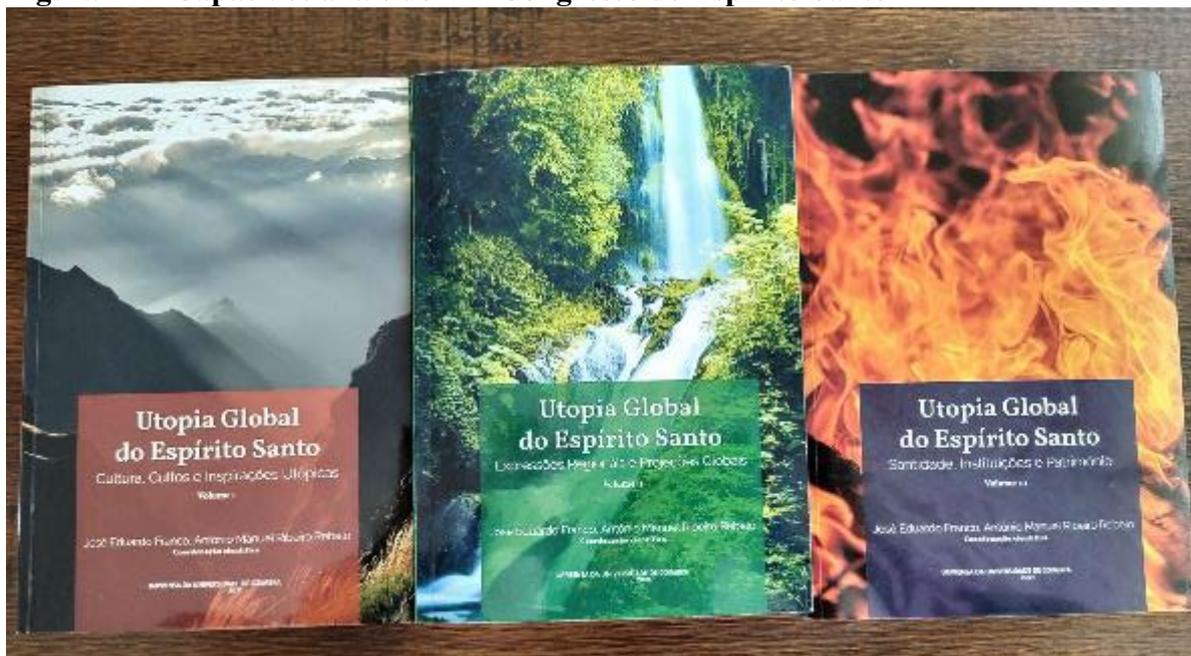
e) O VII Congresso Internacional do Divino Espírito Santo, intitulado Utopia Global do Espírito Santo, foi realizado no continente Português, em julho de 2016. Desta vez, por iniciativa da Câmara da Vila de Alenquer, lugar tido como berço da devoção e festas ao Divino, por atribuir-se à Rainha Santa Isabel, os seus inícios. Participaram deste congresso cinco gaúchos, com duas comunicações. Uniram-se à Câmara de Alenquer e sediaram partes do evento, a Universidade Nova de Lisboa, na Fundação Gulbenquian e a Universidade de Coimbra. Houve participação de toda a diáspora e os textos foram publicados. Do Rio Grande do Sul estiveram seis participantes com duas comunicações. Os anais desse Congresso foram publicados em três volumes de mais de 700 páginas cada um, em novembro de 2021.

Neste congresso foram apresentadas 123 comunicações por representantes de vários países. Do Rio Grande do Sul participaram com comunicações Delmir José Valentini, com o estudo “Tradição de Fátima nas missões populares dos Frades Menores Capuchinhos da província do Rio Grande do Sul: de Portugal para o Brasil” e Célia Silva Jachemet, com a comunicação intitulada “Da História da Igreja no Brasil nos Séculos XIX e XX e das suas implicações com a Festa do Divino Espírito Santo”. As comunicações apresentadas pelos congressistas registraram a importância do culto ao Divino Espírito Santo, atribuindo ao povo açoriano, dos Açores e da diáspora, a sua manutenção e expansão e o que ele representa no Cristianismo.

Do nosso estudo apresentado no VII Congresso, destacamos um roteiro das festas tradicionais e populares do Divino, nas 18 dioceses do Rio Grande do Sul. Por ser um número expressivo de comunicações apresentadas, optamos por não as destacar de forma individual ou coletiva, mesmo porque este não é o tema principal deste estudo, mas fez parte da aproximação e troca entre as comunidades da diáspora e consideramos oportuno demonstrar a sua expressão no Rio Grande do Sul.

De acordo com os resultados acompanhados nas comunidades, as festas do Divino apresentaram um crescimento na participação popular em todas as regiões da diáspora. No Rio Grande do Sul, em paróquias onde a festa tradicional havia sido descontinuada, houve um restabelecimento do evento que se mostrou a novas gerações reconstituído e ressignificado com a cor local.

**Figura 14 – Capas dos anais do VII Congresso do Espírito Santo**



Fonte: FRANCO, José Eduardo; REBELO, António Manuel Ribeiro. *Utopia Global do Espírito Santo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2021. Repositório da Universidade Aberta de Portugal – UAP.

### 3.3.3 Ações preparatórias para multiplicadores culturais da diáspora

Foi a partir dos anos de 1980, como anteriormente lembramos, que o Governo Regional dos Açores iniciou o “chamado” à diáspora, possibilitando a representantes das comunidades de fora dos Açores a participação em ações culturais destinadas ao conhecimento e reconhecimento dos Açores e mesmo para a integração entre as comunidades e o Arquipélago. O Governo regional proporcionava aos representantes selecionados de acordo com as exigências propostas a metade da passagem aérea e hospedagem durante o evento, que durava de 7 a 15 dias.

Apresentamos, na sequência, um dos principais eventos realizados em conjuntos pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro. Se trata do ciclo de palestras “Raízes Açorianas no Sul do Brasil.” No âmbito do movimento para “A Descoberta das Raízes”,<sup>170</sup> em 2003, unindo-se as Casas dos Açores existentes no Brasil, promoveram o Ciclo de Palestras “Raízes Açorianas no Brasil”. O evento ocorreu em São

<sup>170</sup> “A DESCOBERTA DAS RAÍZES”, Título do seminário promovido pela Direção Regional das Comunidades, do Governo Regional dos Açores, em 2002, em Ponta Delgada, Ilha de São Miguel, destinado a professores de Língua Portuguesa e de História, da Diáspora.

Paulo, de 24 a 27 de outubro, na casa dos Açores de São Paulo. No Rio Grande do Sul, o encontro foi sediado na Casa de Cultura Mário Quintana, no teatro Bruno Kiefer, em Porto Alegre, de 28 a 30 de outubro. Em Santa Catarina, o evento foi realizado no auditório do Conselho Regional de Contabilidade e, por último, no Rio de Janeiro, de 5 a 8 de novembro, na própria casa dos Açores do Estado do Rio de Janeiro.

Figura 15 – Material de divulgação do evento “Raízes Açorianas no Brasil – 2003

**"Raízes Açorianas no Brasil"**  
**Ciclo de Palestras**

São Paulo-SP - Porto Alegre-RS - Florianópolis-SC - Rio de Janeiro-RJ

**Conheça Mais a CULTURA AÇORIANA**

**São Paulo**  
 Dias 24 a 27 de outubro de 2003  
 Inscrições: Casa dos Açores de São Paulo  
 Rua Dentista Barreto, 1282 - Vila Carrão - São Paulo  
 Fone: (11) 296-4890 - (11) 6942-0487  
 e-mail: [casp@arprex.com.br](mailto:casp@arprex.com.br)

**Rio Grande do Sul**  
 Dias 28 a 30 de outubro de 2003  
 Local: Casa da Cultura Mário Quintana - Teatro Bruno Kiefer  
 Rua dos Andradas, 736 - 6º andar - Centro - Porto Alegre/RS  
 Inscrições: CAERGS - (51) 488-1929 - [caergs@terra.com.br](mailto:caergs@terra.com.br)  
 UFRGS - (51) 3316-3431 - [gap@ufrgs.br](mailto:gap@ufrgs.br)  
 ICP - (51) 3217-3487 - [santaineze@yahoo.com.br](mailto:santaineze@yahoo.com.br)

**Santa Catarina**  
 Dias 02 a 04 de Novembro de 2003  
 Local: Auditório do Conselho Regional de Contabilidade  
 Av. Beira Mar, 1900 - Centro - Florianópolis  
 Inscrições Até 30 De Outubro De 2003  
 Local CAISC  
 Rua Antônio Luz, 260 - Centro  
 Fone/fax: (48) 224-8514  
 e-mail: [caisc@bol.com.br](mailto:caisc@bol.com.br)  
 Caixa Postal 173 - Centro - 88010-970

**Rio de Janeiro**  
 Dias 05 a 08 de novembro de 2003  
 Inscrições: Casa dos Açores do Rio de Janeiro  
 Av. Melo Matos, 21/25 - Tijuca - Rio de Janeiro  
 Fone: (21) 2568-9535 - (21) 2567-9741  
 e-mail: [casadosacoresrj@zipmail.com.br](mailto:casadosacoresrj@zipmail.com.br)

*Patrocínio:*  
 PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
**COMUNIDADES**  
 DIRECÇÃO REGIONAL - AÇORES

*Apoio:*



Fonte: acervo da autora.

Em todos esses encontros houve participação de representantes dos estados-sede e palestrantes açorianos, portugueses do continente e de brasileiros envolvidos nos diversos temas apresentados, bem como grande participação de vários segmentos comunitários, da imprensa local e dos Açores. Vale lembrar que nos encontros referidos houve momentos de exposições artísticas como teatro, música, dança e mostras de artes plásticas, entrecruzando motivos locais e açorianos.

Essas ações, e outras que constarão no próximo capítulo, são por nós entendidas como construção e reforço nas relações da diáspora, tendo em vista que o Rio Grande do Sul, apesar de ser uma das mais antigas comunidades formadas com participação dos ilhéus açorianos, faz parte desse processo.

Todos esses movimentos vêm de uma dinâmica de preparação a ações futuras que serão apresentadas no quarto e último capítulo, a título de resultados de uma política de aproximação que geraria novas relações entre as comunidades da diáspora e o arquipélago dos Açores. A isso chamamos de “Costuras” no título deste capítulo, no que atribuímos a um movimento que denominamos “À Redescoberta das Raízes”.

#### 4. À REDESCOBERTA DAS RAÍZES: CONTRAPARTIDA

Neste capítulo apresentamos resultantes das relações construídas entre o Rio Grande do Sul e os Açores, conforme o anunciado nos capítulos anteriores, o processo que evidencia a aproximação entre as partes, quem são seus “atores”, grupos e instituições que, do lado de cá do Atlântico, passaram a evidenciar a cultura de base açoriana no Estado, como parte da diáspora.

##### 4.1 MEMÓRIA, TRADIÇÃO E NOVAS RELAÇÕES

Ao falarmos sobre resultados da interação e das relações construídas no período de 1976 e 2016, entre o Rio Grande do Sul e os Açores e a “Redescoberta das Raízes”, também lembramos a cultura popular que, no dizer de Roger Chartier, “é uma categoria erudita”.<sup>171</sup> Concordamos com essa afirmação por considerar a cultura popular e o seu peso na formação dos indivíduos, letrados ou não. Em algum momento da história que se estiver construindo, a cultura popular será elemento para entender a base e o vértice das ações de um grupo, comunidade e de populações em suas relações e circunstâncias. Memória e tradição são elementos significativos sustentados, em grande parte, nas bases da cultura popular, em considerando a carga do passado, de experiências e vivências.

Vincente atribui a Heidegger a afirmação de que “a raiz do passado está no futuro”,<sup>172</sup> que a ideia vale para a história coletiva e para a história individual. Reflete que seria impossível compreender o passado ignorando como os homens que o viviam se projetavam no futuro. Adverte que é fluida a fronteira entre a memória privada e a memória social. É a compreensão desse passado que chamamos, neste estudo, de “base açoriana”, quando usamos do passado para entender o presente (futuro) e do presente para entender o passado; não como elemento estático, mas dinâmico quando se o move, quando seu sentido pode ser ressignificado, representado e interrelacionado. Consideramos que, reprimida a cultura popular aqui, ela aparecerá acolá.

Neste aspecto, partimos do pressuposto de que o interesse despertado pelo movimento “À Redescoberta das Raízes” tenha atingido o reforço dos vínculos dos migrados

---

<sup>171</sup> CHARTIER, Roger. Cultura Popular da Idade Moderna: In: BARROS, José D’Assunção. A História Cultural e a Contribuição de Roger Chartier. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, V.9, N.1, p. 125-141, 2005. edisciplinas, usp.br. Acesso em: 25 mar. 2023.

<sup>172</sup> VINCENT, Gérard; PROST, Antonie (Org). Uma História do Segredo. In: *História da Vida Privada: da Primeira Guerra aos nossos Dias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 167.

e de seus descendentes com o local de origem e os locais de destino, constituindo-se uma nova relação de possível identidade étnica, na largueza cultural da diáspora, em seus convívios.

Sob o prisma de “identidade” dos migrados, nos itens abordados, buscamos interpretar a hibridez cultural e o ressurgimento de manifestações que, aos poucos, são expressas e ressignificadas nas práticas sociais, religiosas e de trabalho. Ao papel dos migrantes e descendentes, como depositários da cultura, em novos convívios, podemos chamar de reinvenção cultural, no conjunto de saberes, fazeres, costumes, tradições e organização social que ocorrem, de forma horizontal no presente e, de forma vertical com relação ao passado, nos indivíduos, em grupos e comunidades e suas representações, em tempos e locais diversos.

Nessa perspectiva, apelamos para a memória impregnada nos falares e fazeres das gentes que a mantém através de suas ações culturais; quer sejam festas, diversões, ritos de passagem, histórias públicas e privadas e que as querem demonstrar a outras gentes e às gerações presentes e futuras. Por isso as asseguram através de instituições formais representativas. No caso de imigrantes, viver a memória dos pais e do país de onde emigra, nos parece um jogo duplo, quando têm de ajustar-se a uma nova realidade, em outro país.

Viver “Entre dois Mundos”, para usar o título do livro de Gilberta Pavão Rocha,<sup>173</sup> quando fala dos migrantes e seus retornos à terra de origem, no caso dos açorianos, certamente reflete a posição e sentimento dos que têm um mundo no coração e outro na mente: a terra de origem e a terra de destino; o lá e o cá. Rocha discute a situação de migrantes açorianos retornados da América do Norte e apresenta as relações destes com o local de origem: os Açores, e como se reinventam na situação de retornados, divididos entre dois mundos.

O que está presente nas memórias desses migrantes? Têm eles de readequar-se às antigas-novas circunstâncias? Que memórias os ajudarão nesse recomeço? Nossa pergunta: o que se apresenta na memória dos descendentes de açorianos no sul do Brasil, passadas mais de dez gerações?

Considero que a busca de identidade açoriana entre nós, passa pela curiosidade procurada na genealogia, vista como a ciência que daria respostas prontas para atribuir ascendência, através dos sobrenomes. Há senso estendido que os costumes dos avós são

---

<sup>173</sup> ROCHA, Gilberta Pavão (coord). Eduardo Ferreira e Derrick Mendes. *Entre Dois Mundos*. Emigração e Regresso aos Açores. Governo dos Açores. Nova Gráfica, 2011.

reflexos “antigos” e, comumente considerando o que é antigo como de origem açoriana, no caso de que tratamos, como a memória que está fora da lembrança da sua geração. Neste caso, a dos avós imediatos. Há que se perceber que memórias são resultantes de processos e práticas de convívios interativos em sucessivas gerações. Além disso, a genealogia não se restringe à sucessão do nome, não é exclusiva de pessoa, mas há que se considerar também a ‘genealogia’ dos espaços, dos objetos, das ideias e das fontes.

Antes do movimento de “açorianidade”, que ganhou força após a autonomia dos Açores, havia no Rio Grande do Sul, uma espécie de rejeição aos sobrenomes de origem portuguesa e uma valorização de nomes alemães e italianos, destacando esses como de origens superiores. E os casos são inúmeros. No casamento, entre o sobrenome português e o de outra origem, escolhem o último. Ainda hoje, quando temos de soletrar o sobrenome não-português, ouvimos: “Que chique!”.

O interesse em ressaltar uma ascendência açoriana esteve, em algum momento das últimas décadas, ligado à possível oportunidade de viajar para os Açores, dentro das vantagens proporcionadas pelo Governo Regional do Arquipélago, haja vista que, em trinta anos, mais de 500 viagens foram subvencionadas a gaúchos para participarem de cursos, seminários, congressos e mesmo turismo nos Açores, sem um compromisso formal de contrapartida.<sup>174</sup>

No entanto, foi assegurada pelo trabalho de lideranças na fundação de instituições públicas e privadas para promoção açoriana, que foram ganhando força no Estado, como adiante apresentaremos. Contudo, devemos ressaltar que a memória, assegurada pelo idioma português, presente em todos os níveis de linguagem, na literatura, no cancioneiro, tenha assegurado uma relação de pertença, de origem comum que dá nome às coisas, mesmo para palavras de outras origens que são aportuguesadas, mormente na pronúncia informal dos falantes e pela relação de menor esforço. A Língua é, para falantes não-letrados, somente uma aprendizagem de memória que se coletiviza pela convivência e a prática de linguagem no meio em que vive e atua. À língua pode-se atribuir também a sua genética.

Halbwachs reflete que “a memória coletiva é um conjunto de lembranças ativadas pelo filtro do presente.” Aponta a memória como um patrimônio vivenciado por um grupo de pessoas e que se atualiza no momento de cada memorização. Lembra que a memória

---

<sup>174</sup> Sou testemunha de todo esse movimento porque participo dele desde o seu início, junto às instituições acima referidas e por ter sido subvencionada, no todo ou em parte, em dez das minhas treze idas aos Açores, entre os anos de 1988 e 2021 e, ainda, por haver participado de outras ações em Portugal Continental, Estados Unidos e Canadá, algumas com o apoio do Governo Regional dos Açores.

coletiva representa um espaço e um tempo em que manifesta a “tradição” de um determinado grupo.<sup>175</sup>

O exemplo que trazemos, das representações de base açoriana no Rio Grande do Sul, vem ao encontro das três palavras do subtítulo da obra de Conte e Aguiar,<sup>176</sup> três conceitos para exemplificar a ação de contar, de escrever, de manifestar-se, de atuar, de mudar, de ressignificar. Essas palavras representam relações culturais de ação e pensamento, expressas na história individual ou coletiva: tradição, movência e ressignificações. Essas expressões, a nosso ver, são indicativos da dinâmica que demonstramos no panorama das novas relações entre o Rio Grande do Sul e os Açores.

Quanto à tradição, como forma de expressão popular, quando grupos e comunidades usam do passado para representar seus costumes, suas ações culturais, parece que se está a tratar de um assunto simples, conforme popularmente o concebemos. Os costumes se reprocessam por um fio condutor antigo e os vemos como sustentáculos da tradição ou tradições. Atribuímos isso a elementos nascidos sim, da cultura popular, ou da cultura popularizada. Explicamos esse termo de acordo com o que identificamos nos processos de popularização e de folclorização, ao pensar que muitos costumes são originados na ponta da pirâmide e se estendem até a base ao se popularizarem. Esses processos podem ter sido ressignificados com o passar das gerações e, não raro, têm raízes inventadas, criadas por alguma necessidade ou acomodação, com carga sócio-política. Consideramos essa relação de invenção, com a afirmação de Hobsbawm.<sup>177</sup> Esse autor pondera que:

O termo “tradição inventada” é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as “tradições” realmente inventadas, como as construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisas de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez.

Dentro dos conceitos acima apontados, recorreremos ao nosso recorte ‘relações entre’; não somente no sentido de troca, mas, precisamente, nas circunstancialidades palco, público, tempo e interesses envolvidos nas ações e vivências das tradições que as comunidades representam, para ligarem-se aos antepassados, como forma de projeção social, no contexto

<sup>175</sup> HALBWACHS, Maurice. Espaço e Tempo. In: ORTIZ, Renato. *Cultura e Modernidade*. A França no Século XIX. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1991, p. 189.

<sup>176</sup> CONTE, Daniel, AGUIAR, HOFMEISTER de (Org.). *Vozes da Cultura Popular: Tradição, Movência e Ressignificações*. São Leopoldo: Trajetos Editorial, 2015, p. 9

<sup>177</sup> HOBBSAWM, Eric. *A Invenção das Tradições*. Lisboa, Paz e terra, 1997, p. 9-23; 271-315.

em que estiverem inseridas. Trazemos como exemplo o fomento do governo dos Açores à aproximação com as comunidades da diáspora e a recorrência destas para assegurar o que chamam de tradição, de herança e pertencimento, através de iniciativas de cunho cultural, afetivo e mesmo econômico.

Pensamos nas tradições sem esquecer o papel de historiadora, envolvida num processo que pretende evidenciar imagens do passado demonstradas e reivindicadas como tradições e costumes, no presente. Trazemos como exemplo de tradições institucionalizadas, os Centros de Tradições Gaúchas, sem esquecer que outras instituições aderem a tradições para alicerçar-se na comunidade; quer seja por interesse cívico ou mesmo comercial, quer seja para evidenciar-se e afirmar-se numa sociedade. Isso vemos nas instituições criadas para representar etnias, como o caso de que tratamos, ou em segmentos de diferentes interesses. Citamos exemplos: clubes de tiro, sociedades de canto, clubes esportivos, festas populares de cunho religioso, esportes envolvendo animais, como tiro de laço, corrida de cães, carreira de cancha reta, cavalladas, jogos e assuntos ligados à bestiaría<sup>178</sup> e mesmo à religiosidade.

Quanto à tradição, trouxemos o que refere Mohr,<sup>179</sup> quando diz que tradição, na linguagem comum, “é o conjunto de conhecimentos, atitudes, símbolos, instituições e fatos culturais, transmitidos de geração em geração.” Lembra ainda que na tradição teológica, é o processo pelo qual a palavra representa o conteúdo da verdade transmitida e revelada. Afirma que “a tradição é superior às ‘tradições’ que são mutáveis e sujeitas a transformações” e refere como exemplo interessante de tradição, o próprio elenco dos livros canônicos da Bíblia.

Os dizeres de Mohr, ao destacar “tradições”, vêm ao encontro do que chamamos de tradições ressignificadas, que podem sofrer livres recriações ao longo do tempo e, como já se disse, ligadas a um fio do passado, por palavras, objetos, acontecimentos escritos ou não. No nosso entender, a narração escrita de uma tradição pode limitar a liberdade de recriação; pode parecer uma receita culinária. Não há, em uma tradição, o certo e o errado, mas interpretações que dão visão a um fato ou costume antecedente, preservando-lhe vínculos de

---

<sup>178</sup> Diz-se da atribuição e da participação de animais em festas e folguedos de fundo religioso como “Boi de Mamão”, “Farra do Boi”, “Corrida de cavalos”, “Cavalladas”, “Corrida de Cães”, “Tourada à Corda”. No dicionário, a palavra que aparece é “bestiário”. Acreditamos que o termo no feminino seja uma analogia. “Bestiário” seria a representação de monstros, aquilo que assusta, estranho, mas que aparece no contexto festivo.

<sup>179</sup> MOHR, Egon Aloysio. *A Catequese como Ação Transformadora: a dimensão libertadora e sócio-política da Catequese na renovação catequética brasileira*. Tese de mestrado. Universidade Pontifícia Salesiana. Roma, 2000, p.103.

crença, de confiança, tácitos entre seus seguidores, sectários ou simpatizantes.

A tendência ou iniciativa de ir atrás das origens ou começos, parece pensar a História vista de diante para trás. Achar uma origem ou início seria como achar um tesouro, mas nunca será o achado definitivo.<sup>180</sup> Ao falar da origem, como conceito filosófico, diz que “gosta-se de acreditar que as coisas no início se encontravam em estado de perfeição; que elas saíram brilhantes das mãos do Criador, ou na luz sem sombra da manhã.” Entre o conceito filosófico de Foucault e o conceito popular de “origem” situamos o papel do historiador.

Não é fácil para o historiador desmistificar uma origem diante de pessoas ou grupos que acreditam e seguem fielmente regras ditadas pelas tradições e que se limitam a um tempo indeterminado, atribuindo tradições a uma origem coletiva ou não, ou mesmo afetiva e, em geral, perdida no tempo e “herdada” de antepassados distantes. Como provar isso baseado nas tradições? Se as tradições fossem particulares, haveria um autor. Pensamos que tradições não têm inventor ou autor, mas que surgiram de circunstâncias entre pessoas que aceitaram e continuaram um processo sujeito à mobilidade temporal e que obedecem a regras implícitas e, às vezes, tácitas.

Essa demonstração terá respaldo em documentos sobre eventos de expressão política, acadêmica e popular, memórias e tradições (re)inventadas e ressignificadas pelas instituições criadas e reconhecidas como base de sustentação da “açorianidade” no Estado do Rio Grande do Sul, espaço pensado neste estudo.

Por quantas gerações os ilhéus povoadores tiveram de guardar na memória as suas manifestações trazidas das ilhas? Não somente os açorianos, mas outros povoadores contemporâneos de outras partes do Brasil e mesmo os imigrantes posteriores? Atrevemo-nos a pensar que a movência das histórias do passado são representações exibidas no(s) “futuro(s)”. Com relação aos açorianos, acreditamos que o idioma português (arcaico ou não), foi o grande transmissor que assegurou a passagem dos costumes e tradições em terras brasileiras.

Foucault, quando fala do recuo e retorno da origem reforça a busca da linguagem desvendada, lembra que a linguagem perde a sua transparência e, com isso, perde-se o contato com seus começos:

Mais do que a simples duplicação da representação, como a teoria onomatopaica, a origem da linguagem se transforma em verdadeira questão

---

<sup>180</sup> FOUCAULT, Michel de. *Microfísica do Poder*. 25ª. Ed. São Paulo: Graal, 2012, p. 159.

histórica. Os começos da linguagem são encobertos de mistérios e recuos cada vez mais em direção ao passado, diante da investigação empírica.<sup>181</sup>

Ao pensar na linguagem, constatamos que os adereços e acréscimos no exercício das tradições são mutáveis, enquanto a raiz é fulcral, além de quê, a linguagem não estaria expressa somente em palavras escritas ou faladas, mas em símbolos e objetos. Portanto, lê-se uma casa, uma ponte, uma estátua, um automóvel e mesmo situações e objetos efêmeros, pois lemos os seus contextos.

Ariès traz o pensamento de transição e movência, ao dizer que “sem mudanças não teria me apercebido de nada”.<sup>182</sup> Essa é a ideia de que não podemos prender o tempo, pois as mudanças ocorrem. Lembra-me o caso de um conhecido que, durante vinte anos, tirou a fotografia do filho no mesmo lugar, no dia do aniversário desse filho e, no final, essa foto mostrava sempre paisagens diferentes. Como a água que corre no rio, não é sempre a mesma. Reforça Ariès que “o historiador tem de lidar com essas diferenças como um jogo de espelho.” Lembra que:

O historiador cedo se apercebe de que existem dois tipos de aparências, as que são manifestas e estão à vista de todos, e as ocultas, subterrâneas, apenas notadas pelos seus contemporâneos. (...) a origem tem pouca importância, porque o que vem dar sentido às coisas é a articulação do fenômeno do sistema; e esta articulação não depende da origem dos elementos.<sup>183</sup>

Ao articular a ideia de sustentar tradições hoje, baseando-se no que se vê, surge a questão do passado como um desafio possível pelos prováveis desvios e a necessidade de sustentar os fatos e fazê-los parecerem verossímeis. Aí se fazem necessários ajustes, pela pressão do presente. Ao mesmo tempo em que a tecnologia ajuda, substitui elementos indispensáveis em tempos idos. Citamos como exemplo que há grupos de danças de projeção folclórica que já não dançam ou representam com música ao vivo; por não haver suficientes músicos disponíveis. Vai o *playback*. Os traços tradicionais, como na indumentária dos participantes e dos próprios instrumentos musicais, não aparecem porque se valem de tendências e modelos inspirados em registros antigos. A visão de quem

---

<sup>181</sup> FOUCAULT, apud HUBERT, L Dreyfus; RABINOW, Paul. *O recuo e o retorno da origem*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 48.

<sup>182</sup> ARIÈS, Philippe. Uma Nova Educação no Olhar. In: *História e Nova História*. DUBY, George et al. Lisboa: Teorema, 1989, p. 24.

<sup>183</sup> Id. Ibid.

vê agora pode ser bem diferente daquela de quem que viu no passado. O espelho mostra a imagem do momento, aquela que está na sua frente. As imagens ‘de memória’ seguem pelo costume e mesmo pela tradição. Quanto à linguagem, existe sem pensar necessariamente em idiomas, mas no que nos dizem documentos escritos, memórias, objetos e mesmo fatos e silêncios. Buscamos presentificar o passado através das memórias e tentamos usá-lo como espelho retrovisor.

Trazemos uma experiência do folclorista e tradicionalista gaúcho Paixão Côrtes. Em suas pesquisas sobre a indumentária gaúcha chegou, num momento, nos anos de 1980/90, a influenciar nas vestimentas das prendas e peões, entre outras exigências, para participar dos concursos nos Centros de Tradições Gaúchas. Argumenta o pesquisador que as cáseas<sup>184</sup> para os botões das roupas devem ser feitas a mão e que as prendas não usassem saias de armação.

Porém, na tradição do vestuário representado por prendas e peões, prevaleceu também a moda inspirada em épocas mais antigas, nos trajes que seguem representando tanto o peão campeiro, quanto o capataz e o estancieiro/a, do tipo do calçado à roupa, com direito a todos se apresentarem no mesmo palco, como a tentativa de sociabilidade e igualdade. E o vestuário da prenda adere a mudanças constantes, de acordo com os figurinos do passado, mesmo aqueles de passado mais recente, a começar pelo tipo de tecido. Somam-se a isso os interesses econômicos da moda.

Vale lembrar que mesmo os trajes típicos açorianos sustentados em modelos antigos, pelo fato de custar muito caro, devido ao tecido natural que os compõem; em geral linho, algodão e lã tecidos em tear e bordados; hoje, especialmente em grupos novos, pela diáspora, já começam a ser confeccionados em modelos estilizados com outros tecidos. Os trajes típicos passam a representar os seus protótipos.

Trazemos ainda como exemplo, o contexto que visa a reforçar as conexões culturais entre o Rio Grande do Sul e os Açores, iniciado, na verdade, dentro do movimento tradicionalista, através das danças de origem açoriana como o Pezinho e a Chimarrita. Os CTGs representam o Estado em nível nacional e internacional e estão ligados a etnias formadoras. Dentro dos movimentos e ações mais recentes da Diáspora Açoriana, está expressa a intenção de reforçar o sentimento de açorianidade no Rio Grande do Sul, com elementos que apontem para o arquipélago açoriano, a fim de que seja possível sustentar

---

<sup>184</sup> Abertura na roupa para colocar os botões. Popularmente chama-se “casa”, do verbo casear.

uma rede de relações alicerçada numa interrelação temporal que conecte lugares e pessoas numa interação geográfica, histórica e cultural, a partir da autonomia política dos Açores e das relações interdiaspóricas e, é claro, transatlânticas. É o fazer ver-se num mundo ampliado.

Quando realizamos a escrita da história ou em quaisquer que sejam as áreas de pesquisa, de conhecimento, temos como referência ideias construídas, pré-concebidas, mentalizadas e buscamos alicerces para descartá-las ou aceitá-las e discuti-las. Muitas expressões que nos movem são ideias que “saem da boca do povo”, em geral, partidas de um acontecimento ou objeto fundador local que pode estender-se e desdobrar-se e, conseqüentemente, apresentar variantes, sempre sugerindo um local de origem ou de prática.

Ao analisar sobre o problema da localidade, Angelo Torre lembra que *“lo local no es lo global reducido al mínimo”*. Mesmo em se tratando de espaços reduzidos, os sistemas locais modernos são também globais. Lembrando que esses espaços podem ser de uma família, de uma comunidade, de uma instituição, dentro do âmbito de relações, localizados num contexto, pois *“um lugar no es um punto em lo spacio, sino um nodo de valores, prácticas, identificaciones, etc.”*<sup>185</sup>

Em arquivos nos quais buscamos suporte para nossas pesquisas, vislumbramos priorizar uma história cultural, fazer um esforço para, no contexto de memórias apresentado, buscar circunstancialidades humanas, geográficas e culturais das margens, o “social”, como lugar de produção socioeconômica, política e cultural. Lembramos que os textos e as questões se organizam a partir de um meio, que a história positivista da verdade, do documentado escrito, acabou. Não basta estar escrito para ser verdade. Neste sentido, quem pesquisa é investigador.

Com isso, todos passam a ganhar lugar na história. Cabe ao historiador saber valer-se das fontes, sem fechar os olhos à ilusão da verdade. A “verdade” poderá ter sido construída para um determinado momento ou fim. Citamos uma frase famosa de Le Goff:<sup>186</sup> “um documento falso é também um documento histórico.” Concordamos com essa afirmação por considerar que os documentos, na construção da História, estão além da escrita, do dito e do não-dito, do visto e do ainda não-visto, na largueza de possibilidades a considerar numa pesquisa e seus resultados. A própria memória se desgasta, se modifica com o tempo, porque

<sup>185</sup> TORRE, Ângelo. Micro/macro?: local/ global? El problema de la localidad en una historia especializada. Itália. Universidade de Piemonte Orientale, 2018, p.27.

<sup>186</sup> LE GOFF, Jacques. Lugar da História. In: *Reflexões sobre a História*. Entrevista de Francisco Maiello, Lisboa. Edições 70, 1982, p.19.

a fala é dinâmica e o vocabulário de um indivíduo se altera e sofre influências no seu conteúdo, talvez maiores do que aquelas do texto escrito.

Sobre o fim da história-memória, Pierre Nora diz que:

(...) fala-se tanto de memória, porque ela não existe mais. (...) Há curiosidade por onde a memória se cristaliza e se refugia e ela está ligada a este momento particular da nossa história, que é o sentimento de uma memória esfacelada, que se torna residual aos locais, havendo locais onde não há mais memórias.<sup>187</sup>

Nora reflete que a perda, o abandono da memória, ou das memórias, tornou-se um fenômeno mundial e que um dos motivos dessa perda é a descolonização interior, em que as etnias, grupos e famílias, com forte bagagem de memória e fraca bagagem histórica ocasionaram o fim das sociedades-memória que se asseguravam na transmissão de valores: Igreja ou escola, família ou Estado, substituindo uma memória voltada para uma herança de sua própria intimidade, para o efêmero da atualidade. Essa reflexão de Nora nos faz pensar sobre a necessidade e valorização que grupos e instituições dedicam às chamadas “raízes de tradição”, em cujos procedimentos a memória está sempre de roupa nova.

Acreditamos que uma das dificuldades para o historiador seria a investigação baseada somente na história oral, se olhar para o dizer do interrogado e somente dele. O entrevistado quase sempre apela para o romantismo, relatando os fatos em primeira pessoa, como protagonista e até mesmo como vítima. O circunstancial nunca está na média. Ou é contrário ou favorável a ele. É ele, o entrevistado, quem domina o ambiente e o qualifica. O que assevera Carruthers sobre a socialização e a obra da memória, tanto em uma sociedade alfabetizada como oral:

Tanto si pasan a través de las puertas sensoriales de los ojos como de los oídos, las palabras deben ser processadas y transformadas en memoria para ser nuestras. (...)La memoria no se refiere a como se comunica algo, sino a lo que pasa cuando uno recibe algo, que se produce entre las palabras de uno mismo y las de otros em la memoria se convierten em nostras.<sup>188</sup>

---

<sup>187</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História.*, São Paulo, 10, pp. 7-28, dez. 1993, p7. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 12 dez. 2022.

<sup>188</sup> CARRUTHERS, Mary J. The Book of Memory. In: *Historia, Antropologia y Fuentes Orales*. Memoria Rerum, 30, 3a Época, Cambridge, 2003, p.18-19.

Pode-se dizer que a apropriação da memória a torna conhecida por gerações futuras, mas por elas expressas, de acordo com o lugar em que se as usam, asseguradas por fios condutores da própria linguagem ou objetos, e mesmo através da escrita e pelos chamados *Usos e Costumes*.

Nora analisa ainda que os lugares de memória nascem e vivem dos sentimentos; que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, manter aniversários, elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. Daí, arguo que os registros narrados por escrito, por vezes, podem induzir à cristalização da memória.

Assim, um grupo ou comunidade ressignifica e reativa memórias nas suas festas, na religiosidade, nos seus sistemas de trabalho, muitas vezes de forma inconsciente, ao seguirem líderes e apenas repetirem práticas ainda possíveis ou assemelhadas às memórias do grupo, no segmento em que atua. Um exemplo disso são as danças chamadas folclóricas, ou melhor: de projeção folclórica, pois que, em geral, não são espontâneas; são ensaiadas para apresentações como espetáculos, como representações de uma memória longínqua. As coreografias, uma vez escritas, deixam para trás a espontaneidade dos passos.

Se as peças, o canto, as danças, os trajes fossem espontâneos, se as danças não precisassem ser ensaiadas, poderia se chamar de tradição autêntica, contudo são manifestações que vêm da cultura popular, de tradições distantes reinventadas e redefinidas como espetáculos. Neste sentido se alinham às danças e outros elementos praticados e atribuídos à tradição, e que são aceitas como danças folclóricas, mas que são de “projeção folclórica”, seguindo os conceitos do Folclore.

Embora muitas coisas estejam sempre a se reorganizar dentro dos movimentos culturais, para adesão de costumes e das tradições, trazemos novamente como exemplo as danças de internadas artísticas de Cetegês (CTGs), que usam os trajes para apresentação, como uniformes. No caso das representações de danças açorianas executadas por grupos gaúchos, apresentam, em desfile de entrada, utensílios agrícolas e domésticos que lá são ou eram usados. O dançar não é espontâneo como os de lá; em que qualquer pessoa, a qualquer momento, numa festa, entra numa roda e sabe dançar as danças do folclore. Dança e canta. E isso acontece também com as danças tradicionais do folclore, atribuídas a outros povos.

No movimento moderno, tratamos de representações alicerçadas em tradições antigas que foram pesquisadas, recriadas e tornadas de domínio intenso pelo movimento tradicionalista, criado no Rio Grande do Sul e difundido por todo o mundo, onde grupos de gaúchos se estabeleceram. E, em se falando de “gaúchos”, estamos a falar dos resultantes da

composição étnica do nosso Estado; índios, açorianos, brasileiros de outras regiões, negros, alemães, italianos, poloneses e muitos outros

Afirma Nora que, longe de serem sinônimos, memória e História se opõem uma à outra. A memória seria a vida suscetível e a História uma representação do passado; demanda análise e discurso, pertence a todos e a ninguém. É universal. Acresço ao pensamento de Nora a observação de que a memória está ligada ao sentimento da saudade ou nostalgia, que transformam as lembranças num imaginário, e que a História se vale dessas lembranças no sentido de realçar o escrito, de humanizá-lo e despertar outras imagens e mesmo na intenção de preservar um bem, através da escrita.

Um grupo representativo de uma etnia e da cultura que o envolve ou a envolveu, se diz dele, que “segue as tradições.” Aqui, vem outra questão. Há tradições que parecem antigas, mas que são recentes e quase nada têm de verossimilhança com os seus inícios. Ao longo do tempo, foram reinventadas, enquanto persistiam numa memória que foi-se readequando. Fica a pergunta: O que é considerado antigo num determinado contexto? O fato vem da tradição e o que é costume? Penso que o “antigo” será sempre relativo. Para expressar as tradições, é moderno cultivar o antigo e usá-lo como inspiração, quando se trata de objetos, como o faz a moda que, não raro, está sustentada em protótipos de peças de museu.

O termo “tradição inventada”, utilizado num sentido amplo, mas nunca definido, inclui tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo, nem sempre antigas. Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas. Tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente uma continuidade em relação ao passado, procurando estabelecer, se possível, relação com um passado histórico apropriado no momento em que feitos considerados relevantes ocorreram ou foram atribuídos.<sup>189</sup>

Podemos classificar um exemplo das situações aqui referidas. Trata-se mais uma vez do Movimento Tradicionalista Gaúcho, que foi recriado e “construído” sobre os costumes do campo, mas que ocorre também nas cidades e se reinventa nos Centros de Tradições

---

<sup>189</sup> HOBBSAWM, Eric. *A Invenção das Tradições*. Lisboa, Paz e terra, 1980, p. 9.

Gaúchas ou grupos chamados de Folclore Gaúcho, para falar do Estado do Rio Grande do Sul. Recorremos a uma expressão que fala do gaúcho que “vive” as tradições antigas e ou campeiras, somente na Semana Farroupilha, se diz: “Gaúchos de Apartamento.” Isso significa que as tradições representadas estariam para momentos comemorativos de lembranças vividas e reverenciadas, de um passado real ou imaginário e que significam lazer.

Considerando o exposto sobre Memória e Tradição, apresentamos instituições que se sustentam na tradicionalidade, refletida em suas festas, usos e costumes atribuídos em homenagem a um passado que mexe com a imaginação e suscita a ideia de respeito aos antepassados açorianos. Chamamos açorianidade, no sentido já comentado em capítulo anterior, termo admitido no Estado do Rio Grande do Sul, no espaço temporal compreendido especialmente após os novos convívios com os Açores. Isso se dá em resposta ao que apostou o Governo Regional dos Açores, no incentivo a novas relações com a diáspora, fazendo com que os gaúchos enxergassem o passado e reconhecessem o pertencimento às raízes açorianas e quisessem demonstrá-las.

À sustentabilidade desse movimento, o qual recebe, neste estudo, o título geral “À Redescoberta das Raízes” atribui-se ao ânimo com que os gaúchos responderam à iniciativa do Governo Regional dos Açores ao promover, apoiar e incentivar a participação de estudiosos, professores e grupos de tradição artístico-cultural em cursos, congressos, eventos, festivais que resultaram também em intercâmbio de estudantes, produções artísticas do teatro, artes plásticas, música e da cultura popular, homenagens e eventos turísticos e políticos, nos Açores e no Rio Grande do Sul. Esses elementos constituíram-se num estreitamento das redes de relações e conexões entre lá e cá e culminaram com a criação de instituições que sustentam o que chamamos de valorização da açorianidade no Rio Grande do Sul, como resposta ao empenho de busca da identidade de formas de estar e agir em uma sociedade em mudanças.

Um retalho que remete a analisar o processo de criação de uma instituição num contexto internacional, implica primeiro documentos institucionais que determinarão os processos de relação e pertinência, obrigações e em documentos oficiais construídos para regerem objetivos que nortearão ações coordenadas por comissões e conselhos ou pelo interesse de seus líderes. Com a sua efetividade entram as questões da história cultural.

Pensadas todas as questões acima expostas, chegamos a um momento em que, por se tratar de uma história recente (cerca de quarenta anos), não houve tempo adequado para

encontrarmos um arquivo constituído; oficial ou não, que pudesse nos amparar. As fontes que usamos constituem-se em documentos que fazem parte das próprias instituições estudadas, que ainda não possuem um arquivo formal, mas a guarda de documentos e textos sobre a cultura açoriana, uma vez que tratamos de instituições fundadas em períodos recentes. Com a finalidade de executar ações culturais atribuídas a um passado distante, com o objetivo de homenagear e reviver a memória dos imigrantes/povoadores açorianos no Rio Grande do Sul, a partir do Século XVIII, recorreremos também à memória e documentos particulares.

Neste contexto temporal de valorização do passado, muitos profissionais se viram envolvidos com cultura, nos últimos anos do século XX, viram e viveram nos Açores a possibilidade de despertar, aqui no Sul, a história e os costumes dos açorianos. Depois de passadas mais de duas centenas de anos, surge motivação para que houvesse no Estado um espaço institucional que suportasse o trabalho que vinha sendo realizado desde o final dos anos de 1980. As primeiras manifestações vieram do Instituto Cultural Português (ICP),<sup>190</sup> de Porto Alegre, espaço criado para edição de livros e divulgação da cultura portuguesa do Continente, no Estado do Rio Grande do Sul.

Porém, com os programas e incentivos do Governo Regional dos Açores, no âmbito da Autonomia, conquistada pelos arquipélagos dos Açores e da Madeira em 1976, a atenção do Instituto voltou-se para o Arquipélago. Em 1986, ocorreu nos Açores, na Ilha Terceira, o II Congresso das Comunidades Açorianas e a presidente do Instituto Cultural Português foi convidada a participar, levando consigo palestra e texto sobre os açorianos no Rio Grande do Sul e a proposta de continuar divulgando os Açores, com a intenção de restabelecer a cultura açoriana no Estado, 250 anos depois da imigração/povoamento por açorianos, desde a segunda metade do século XVIII.

A partir de 1986, todos os anos, gaúchos, catarinenses, paulistas e cariocas, participaram de cursos, seminários, congressos nas ilhas, subvencionados pelo Governo Regional dos Açores, como já demonstrado no capítulo anterior deste estudo.

A importância atribuída pelos gaúchos aos temas relacionados aos Açores e a sua ligação histórica com o Rio Grande do Sul, chamou a atenção para uma grande parcela da população que se voltou ao estudo e às práticas da cultura açoriana no passado e no presente, o que motivou a criação de instituições que visaram à divulgação, ao fomento e ao que

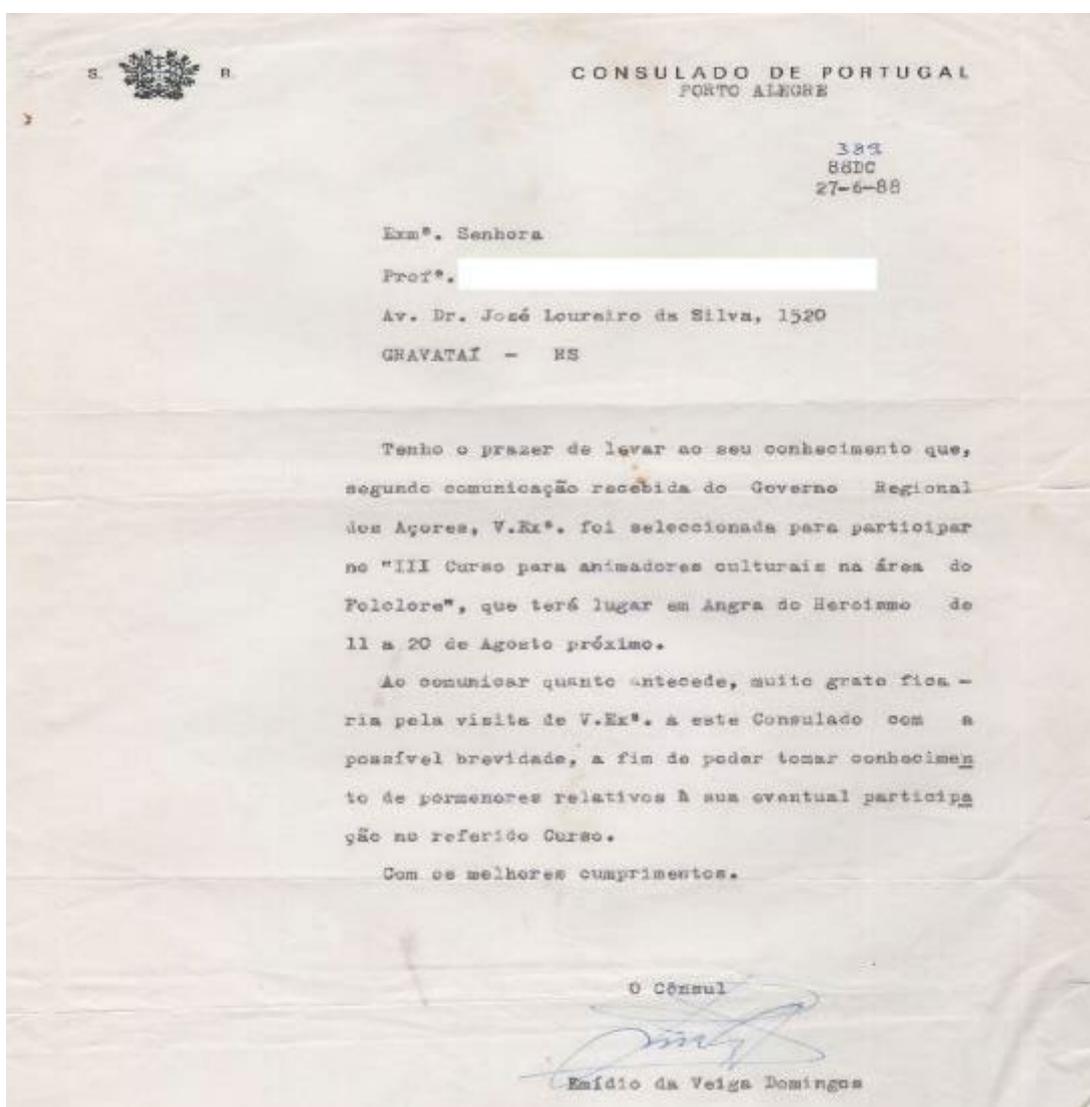
---

<sup>190</sup> ICP (Instituto Cultural português) de Porto Alegre – RS.

chamam de “resgate da cultura açoriana”, neste espaço da diáspora. Preferimos chamar a isso de “práticas de ressignificação e redescoberta” desenvolvidas em evidências locais com relações transatlânticas. Destacamos documentos (correspondências) que dão conta de relações entre órgãos do Governo Regional dos Açores e instituições e particulares.

O documento abaixo, de 1988, trata de uma resposta da Direcção Regional das Comunidades-Açores à minha candidatura para participar de um dos primeiros cursos oferecidos a pesquisadores da diáspora açoriana e está assinada pelo então cônsul de Portugal em Porto Alegre, Doutor Emídio da Veiga Domingos.

**Figura 16 – Resposta da Direcção Regional das Comunidades-Açores**



Fonte: Arquivo pessoal da autora – Gravataí – RS – Brasil.

## 4.2. UMA HISTÓRIA TRANSLOCAL: RELAÇÕES TRANSATLÂNTICAS

Por estar presente nos continentes americanos, a Diáspora Açoriana, com expressão na América do Sul e mesmo em lugares da Europa, é reconhecida no Brasil, no Uruguai, na Venezuela e, na América do Norte, nos Estados Unidos e no Estado do Havaí, no Canadá, em território britânico, nas Ilhas Bermuda e, mesmo na Europa, no continente português; para citar os locais de maior concentração de migração açoriana. Por isso, atribuímos a este estudo o *status* de estudo local, ao tratarmos do Rio Grande do Sul, se bem isso implique uma história translocal, pois que, conectada com a diáspora.

Embora presente na escrita e em outras manifestações políticas no Estado, a relação com os Açores, até a segunda metade do século XX, era acanhada e pouco extensiva em nível popular. Sabia-se, na escola, sobre a fundação de Porto Alegre, por açorianos, viam-se nomes relacionados em espaços urbanos, como “Largo dos Açorianos”, Monumento aos Açorianos”, mas faltava um impulso que despertasse o interesse popular abrangente e motivador para novas relações de aproximação.

A motivação e o interesse pelas relações entre os Rio Grande do Sul e os Açores estavam latentes nas comunidades de muitos municípios gaúchos e, entre 1986 e 2016, vemos o movimento de “Redescoberta das Raízes” transformar-se em realizações sustentadas por pessoas e grupos particulares, tendo a sua frente não órgãos do Governo, mas, sobretudo, professores, artistas e estudantes, na liderança do movimento; especialmente ao atingir escolas e despertar interesse de jovens e de adultos como seguidores da causa. Assim, surgem as instituições de base açoriana no Rio Grande do Sul, unidade da hoje chamada diáspora.

Apresentamos duas destas instituições: O Instituto Cultural Português e a Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul e suas principais atividades e desdobramentos em outras instituições coordenadas pelos municípios, órgãos estaduais e mesmo as de iniciativa particular. Todas elas são voltadas para a divulgação e sustentação da cultura de base açoriana, no Estado do Rio Grande do Sul.

### 4.2.1 O Instituto Cultural Português (ICP)

Como já exposto em capítulo anterior, foi pelo Governo dos Açores, após a sua autonomia político-administrativa, que houve o despertar para as novas relações com as comunidades da diáspora. No Rio Grande do Sul essa iniciativa foi acolhida, por primeiro,

pelo Instituto Cultural Português, fundado a 10 de abril de 1979, dia de Camões e Dia de Portugal, pelo professor Doutor Antônio Soares, português radicado no Rio Grande do Sul e pela professora Santa Inèze Domingues da Rocha, sob a denominação de “Centro Luso-Brasileiro”.

Em 1986, a presidente do ICP, conforme o exposto no capítulo três deste estudo, tornou-se a pioneira do movimento no Rio Grande do Sul, ao participar, nos Açores, do Congresso das Comunidades Açorianas, expondo sobre a presença açoriana no Estado. Em 1987, o ainda existente Consulado de Portugal em Porto Alegre (hoje, vice-consulado) e a Assembleia Legislativa do Estado, reuniram-se com o ICP para homenagear o Dia de Portugal e essa comemoração tornou-se permanente na instituição, abrangendo todos os municípios de origem açoriana, ao promover atividades relacionadas com os Açores e com as comunidades açorianas, na cultura do Rio Grande do Sul. O convite do ICP a participar foi estendido às secretarias de Educação e Cultura dos municípios e do Estado do Rio Grande do Sul e a universidades.

Em 1988, para comemorar o 22 de abril,<sup>191</sup> como uma data também dedicada a Portugal, o ICP realiza o “I Simpósio Internacional da Presença Portuguesa no Sul do Brasil”, com o apoio do Consulado de Portugal de Porto Alegre, instituições portuguesas do Estado, Secretaria Estadual da Cultura, Instituto de Língua Portuguesa de Lisboa, bem como as universidades de Porto Alegre, com a participação de conferencistas de Portugal, Canadá, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.<sup>192</sup> O ICP iniciou suas atividades na pinacoteca da APLUB e hoje tem sua sede própria na Rua Plácido de Castro, 154, no bairro Partenon (ou Azenha), em Porto Alegre.

#### **4.2.1.1 Projeto Salas Açorianas**

Temos como uma das principais iniciativas do ICP a criação de pólos culturais em municípios de base açoriana, em parceria com as prefeituras municipais: as Salas Açorianas, criadas com a finalidade de divulgar e incentivar estudos e renovação da cultura açoriana, através de um acervo oferecido pelo Governo Regional dos Açores, a ser exposto em sala

---

<sup>191</sup> Dia do Descobrimento do Brasil, por Portugal. Nossas Raízes AÇORIANAS: Rio Grande Cultura. (Porto Alegre: Feplan, setembro/outubro de 1996, ano 10, No. 20.

<sup>192</sup> Jornal RS LETRAS No. 151, Edições Caravela No.67, ab Revista Nossas Raízes AÇORIANAS: Rio Grande Cultura. porto Alegre: Feplan, setembro/outubro de 1996, ano 10, No. 20., p.52

pública, para visitação e motivação de novos trabalhos, livros, concurso de fotografias, redações, cursos de danças gaúchas de raiz açoriana e mesmo para motivar a participação de professores e estudiosos em eventos sobre a história e a cultura do Rio Grande do Sul e dos Açores, no sentido de estreitar vínculos entre esses.

Assim, em 1991, foram criadas cinco salas açorianas nos municípios de Capão da Canoa, General Câmara, Gravataí, Mostardas e Osório e, em 1992, foram criadas as salas de Rio Pardo, Santo Antônio da Patrulha, Taquari, Tramandaí, Triunfo e Viamão e em Porto Alegre (junto ao ICP). Posteriormente, até 2002, foram instituídas as Salas em Rio Grande, Piratini, Venâncio Aires, Ilha da Pintada em Porto Alegre, Mostardas, e no Balneário Pinhal.

**Figura 17: Foto por ocasião da inauguração da Sala Açoriana de Gravataí, em 1991**



Foto: Acervo da Prefeitura Municipal de Gravataí.<sup>193</sup>

Em outubro de 1993, em visita ao Rio Grande do Sul para reconhecimento do trabalho realizado através das Salas Açorianas, o Diretor do Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas é recebido pela comunidade e reforça o apreço do Governo Regional dos Açores pelo movimento em prol da açorianidade no Rio Grande do Sul.

<sup>193</sup> Na foto, da esquerda para a direita: Prefeito de Gravataí, José Motta; Diretor Regional das Comunidades, Duarte Manuel Bettencourt Mendes; Presidente do Instituto Cultural Português, Santa Inêze Domingues da Rocha; Diretora de Cultura de Gravataí, Célia Silva Jachemet; Cônsul de Portugal em Porto Alegre, Dr. Emídio da Veiga Domingos e esposa.

Salienta a necessidade do estreitamento das relações com os Açores. No esforço de evidenciar essas relações, ocorrem exposições de artes plásticas, concursos de redação e poesias, festivais de danças, lançamentos de livros, apresentações teatrais, encontros de trovadores gaúchos e açorianos e criação de espaços que evidenciam elementos culturais considerados de raiz açoriana. Essas atividades ocorrem de forma recíproca: açorianos vindos ao Rio Grande do Sul e gaúchos indo para os Açores.

Trazemos um resumo documental de uma das Salas Açorianas criadas no Estado. A Sala Açoriana do município de Cidreira, no Balneário Pinhal. (Pinhal emancipou-se de Cidreira em 1995, ficando com a Sala Açoriana). Em anexo à correspondência do órgão do Governo dos Açores, a relação dos objetos oferecidos a todas as Salas Açorianas do Estado do Rio Grande do Sul, que chegaram ao número de 22. Posteriormente, houve por parte do Governo Regional dos Açores, doação de instrumentos musicais (violões típicos “Três corações” e “Viola da Terra”), a grupos folclóricos de danças típicas açorianas (Balhos ou bailos) açorianos.

#### **Quadro 5 – Lista do material oferecido à Sala Açoriana de Cidreira, em março de 1995**

Toalha com guardanapos em linho bordado, paninho de tabuleiro em renda, mostruários em madeira, com bordados e rendas, mostruário em madeira, com miniaturas de chapéus típicos da Ilha do Pico, quadro em pedra vulcânica com o desenho em latão das ilhas do Arquipélago dos Açores, alguidar para alcatra envolvido num cesto de vime, boneca feita com folha (palha) de milho, casais de bonecos vestidos com trajes típicos dos Açores, peneiras pitadas, cabaça (porongo) envernizada, pequena lata de leite pintada, azulejos decorativos com motivos típicos da Ilha Terceira, *panneau* feito em tear com um motivo típico das festas do Divino Espírito Santo; o Império, colcha de cama tradicional da Ilha de São Jorge, caixa em acrílico com uma flor feita com penas, caixas em acrílico com flores feitas com miolo de figueira, campânula em acrílico com várias flores feitas com escamas de peixe, quadro em madeira com flores feitas com escamas de peixe, caixa em acrílicos com flores feitas com escamas de peixe, coleção de peças de louça da Lagoa - ilha de São Miguel - 1 cinzeiro, 1 boião para banha com tampa, 2 potes com tampa, 1 candelabro, várias peças de louça em miniatura, 1 tigela e 1 jarro de vinho. E mais: 1 bandeira da Região Autónoma dos Açores, 5 discos de música regional açoriana, 9 cassetes de música regional, 2 cassetes de vídeo do folclore açoriano e 200 livros para iniciar uma biblioteca.

Consideramos pertinente apresentar a lista do material oferecido pelo governo dos Açores a todas as salas açorianas criadas. O público poderá apreciar e acompanhar o que nelas está exposto e conectar o conhecimento desse acervo e suas relações com a cultura gaúcha.

#### 4.2.1.2 Festival Internacional de Folclore

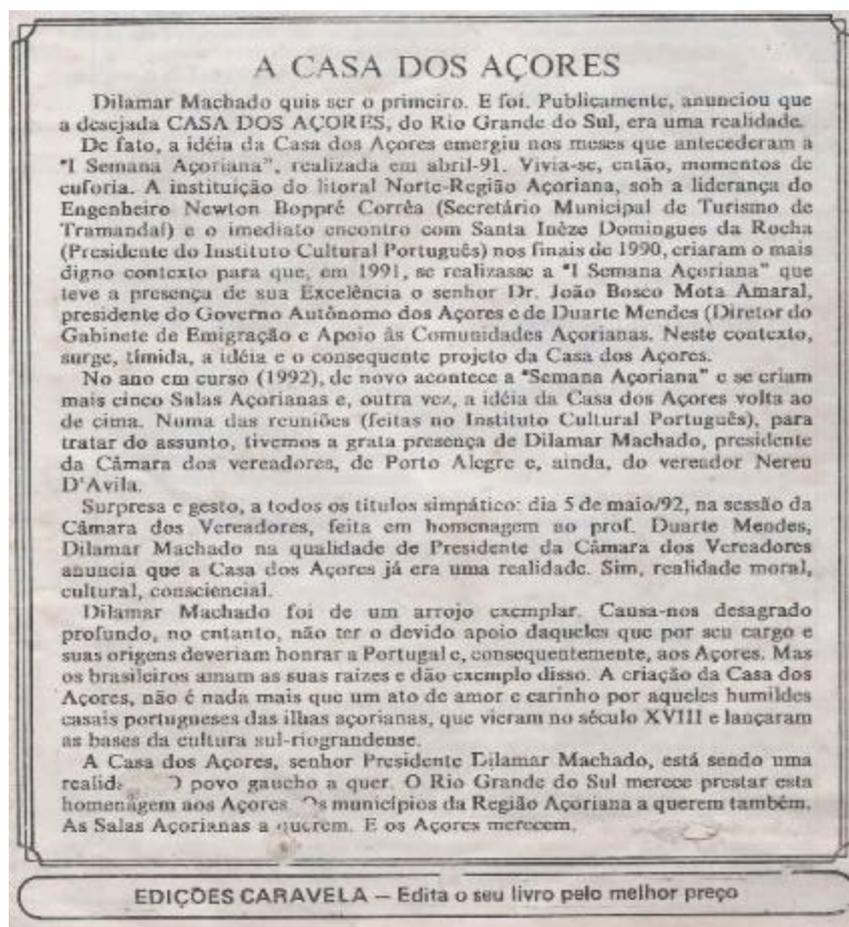
O ICP intermediou projeto para que grupos de danças gaúchas de raízes açorianas participassem do Festival Internacional de Folclore da Ilha Terceira - Açores, de 1990 a 1994, promovido pelo Gabinete de Apoio às Comunidades Açorianas, do Governo Regional dos Açores. Desses concursos foram escolhidos, para representar o Estado, grupos de danças de CTGs ou DTGs (Centros de Tradição Gaúcha ou Departamentos de Tradição Gaúcha), submetidos a júri, em concursos. Os vencedores foram premiados com a viagem aos Açores e participação no Festival Internacional de Folclore da Ilha Terceira.<sup>194</sup> Neste programa, viajaram aos Açores os seguintes CTGs: Aldeia dos Anjos, de Gravataí, Rodeio Serrano, de São Francisco de Paula, o CTG Gildo de Freitas de Porto Alegre, DTG Estância Província de São Pedro, de Gravataí e o DTG Grupo Candeeiro da UNISINOS.

Com o movimento liderado pelo ICP já estendido aos principais municípios de povoamento açoriano do Estado, surge, dessa mesma instituição, a ideia de fundar, em Porto Alegre, a Casa dos Açores; ideia essa abraçada por várias lideranças dos municípios de Porto Alegre, Tramandaí, Osório, Taquari, Gravataí e outros, conforme documento, que dá notícias do trabalho que vinha sendo realizado por essa instituição.

---

<sup>194</sup> Os grupos vencedores foram subsidiados com passagens e hospedagem na Ilha Terceira que promovia o festival. Os grupos constituíam-se de 30 pessoas entre dançarinos, músicos e acompanhantes representando a instituição vencedora em cada concurso.

Figura 18 - Anúncio da Casa dos Açores



Fonte: Acervo do Instituto Cultural Português (ICP).

Ainda em 1990, sob a coordenação do Instituto Cultural Português, instituições do litoral norte, juntamente com o ICP, criaram o contexto para que se realizasse a I Semana Açoriana, em abril de 1991. A comemoração contou com a presença de Sua Excelência o Presidente Regional dos Açores, Dr. João Bosco Soares da Mota Amaral, juntamente com o Diretor do Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas. A 2ª. semana Açoriana ocorreu em maio de 1992. Na ocasião, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre explanou seu apoio à ideia de criação da Casa dos Açores, com sua sede em Porto Alegre, única capital de Estado fundada por açorianos, há 150 anos.

Com esse intuito, em 1992, o grupo de danças gaúchas da Estância Província de São Pedro”, de Gravataí, cujo líder, Sr. Régis Albino Marques Gomes acompanhava e auxiliava o Instituto Cultural Português participou, nos Açores, de um dos cursos de danças açorianas, oferecido pelo Governo Regional. Depois do curso, o participante gaúcho voltou dos Açores com a firme intenção de reorganizar o grupo de danças gaúchas, já existente junto ao Clube

Estância Província de São Pedro, localizado em Gravataí e incluir no repertório as danças açorianas.

Nos anos seguintes o ICP continuava o seu trabalho com as salas açorianas e com outras atividades e realizou, junto com o grupo de Gravataí, na Estância Província de São Pedro,<sup>195</sup> o Festival de Folclore Internacional, de danças de grupos gaúchos de diversas etnias. Esse era o lugar que sediava o grupo de danças gaúchas com o mesmo nome da Instituição e que acabou acolhendo as danças açorianas.

As danças açorianas no Rio Grande do Sul, dentro do movimento em questão, iniciaram com as professoras Ronete Esteves Elias e Moema Marques, na Escola Mãe de Deus, de Porto Alegre. Essas professoras frequentaram, em 1988, nos Açores, o Curso para Animadores Culturais na Área do Folclore. Houve continuidade da difusão das danças açorianas no Estado, com a professora Lucélia Adami, Moema Marques, de Porto Alegre; Flávio Azeredo, de Montenegro e Régis Albino Marques Gomes, de Gravataí.

#### 4.2.1.3 Mais foco na cultura de base açoriana

O ICP coordenou a programação dos 263 anos do Município de Viamão, em parceria com a prefeitura municipal e a Escola Estadual Isabel de Espanha, com programação voltada para questões açorianas, tendo como foco o público escolar, cuja programação, nos dias 20, 21 e 22 de outubro de 2004, incluiu uma feira de integração. A programação foi estendida ao público local e aos demais municípios.

#### Quadro 6 – VII Semana de Cultura Açoriana, IV Feira de Integração das Comunidades Luso-brasileiras. Casa Rural/ Casa de Cultura de Viamão

<b>Oficinas de “Brincadeiras Açorianas”</b>	<b>Alunas do Magistério da Escola Estadual Isabel de Espanha de Viamão</b>
<b>Visitação à Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, de Viamão (segunda igreja mais antiga do RS)</b>	<b>Grupo de bandeiras do Divino Viamão</b>
<b>Painel: A Literatura Oral no Rio Grande do Sul: Contribuições</b>	<b>Profa. Sônia da Siqueira Campos Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore,</b>

<sup>195</sup> A Estância Província de São Pedro é uma instituição associativa e recreativa situada no município de Gravataí, em uma fazenda, possuindo sede campestre, atividades equestres e campeiras para o público associado.

<b>açorianas</b>	<b>Porto Alegre</b>
<b>Legado Açoriano</b>	<b>Profs. Lézia Cardoso e Getúlio Xavier Osório: Arquivo Histórico e Geográfico de Santo Antônio da Patrulha e Museu Agostinho Martha, de Gravataí</b>
<b>Hora do conto e cantares açorianos</b>	<b>Profa. Sônia Saraiva – Instituto Estadual do Livro e Antônio Penas: violão</b>
<b>Exposição: Bâneres do “Divino Espírito Santo”</b>	<b>Artista plástica Clarisse Jaeger</b>

A frequência de dezenas de gaúchos aos cursos oferecidos nas ilhas e mesmo aqui no Estado, fez com que o movimento iniciado pelo ICP ganhasse o reconhecimento da diáspora e o Rio Grande do Sul como uma de suas unidades. Em 1996, quando das comemorações dos 250 anos de Porto Alegre, destacamos a reportagem do Jornal Zero Hora,<sup>196</sup> cujo texto focaliza dizeres, por parte de historiadores locais e entrevistados, sobre o sentimento e visão da ascendência açoriana no Estado do Rio Grande do Sul e de como isso é expresso.

*“Os rio-grandenses não têm consciência que em grande parte descendem daqueles ilhéus.”* (Vera Lucia Maciel Barroso - historiadora).

*“... a causa disto é o sentimento contrário à colonização portuguesa existente no Brasil. Ninguém manifesta orgulho por ser descendente de portugueses’* (Beatriz Franzen - historiadora).

*“... o fato de alemães e italianos terem conservado mais suas tradições tem uma explicação: enquanto os açorianos que vieram para o Brasil estavam em um território pertencente ao seu país - Portugal -, as outras etnias encontravam-se em solo estrangeiro e precisavam cultivar crenças e costumes para manter a ligação com suas origens.”* (Miguel Frederico do Espírito Santo- historiador).

Nesta mesma ocasião, o Estado recebeu a visita do presidente recém-eleito Presidente dos Açores, Sua Excelência o Dr. Alberto Madrugada da Costa. O escritor gaúcho Luiz

<sup>196</sup> Reportagem do jornal Zero Hora de 01/09/1996. A POVOAÇÃO AÇORIANA (1) *As raízes que o Rio Grande esqueceu.* p.4, 5, 52, 53- Acervo da Secretaria do Estado de Turismo do RS.

Antônio de Assis Brasil diz: “*Teríamos muito a ganhar com acordos nos setores tecnológicos em que eles são mais avançados.*”<sup>197</sup>

Ao comentar as entrevistas e observar abordagens, os jornalistas encarregados da cobertura do evento mencionam que “A desinformação sobre os Açores ficou evidente.” Ao cobrir o descerramento da placa alusiva aos 250 anos, colocada, no ato, ao pé do Monumento aos Açorianos, perguntaram ao então secretário da Cultura do Rio Grande do Sul se os Açores eram um país independente, um Estado de Portugal ou uma ilha, ao que respondeu o secretário: “*Não sei.*” Essa confusão acerca dos Açores ainda é presente entre os gaúchos quando se referem ao Arquipélago, dizendo: “A Ilha dos Açores”.

Ainda sobre o desconhecimento dos Açores, a reportagem situa vários municípios gaúchos com vestígios da presença açoriana como Mostardas, Santo Antônio da Patrulha e Triunfo. Quando a reportagem lembra de Santo Antônio da Patrulha, cita o pesquisador Flávio Albano Rosa que fala desse “esquecimento” da presença açoriana nos primeiros núcleos de povoamento, ao dizer que Santo Antônio da Patrulha era apresentado até em livros escolares como fruto da imigração polonesa. Sobre a presença açoriana, nada. No entanto, diz o pesquisador que, “*Apesar disso basta olhar para as tabuletas dos estabelecimentos comerciais da cidade, para adivinhar sua origem: Farmácia Ramos, Barbearia Medeiros, Alfaiataria Marques ou Madeireira Pereira; sobrenomes típicos açorianos.* Essa pertença, esse sentimento de açorianidade, é descoberto, notado 200 anos depois da chegada dos açorianos como povoadores.

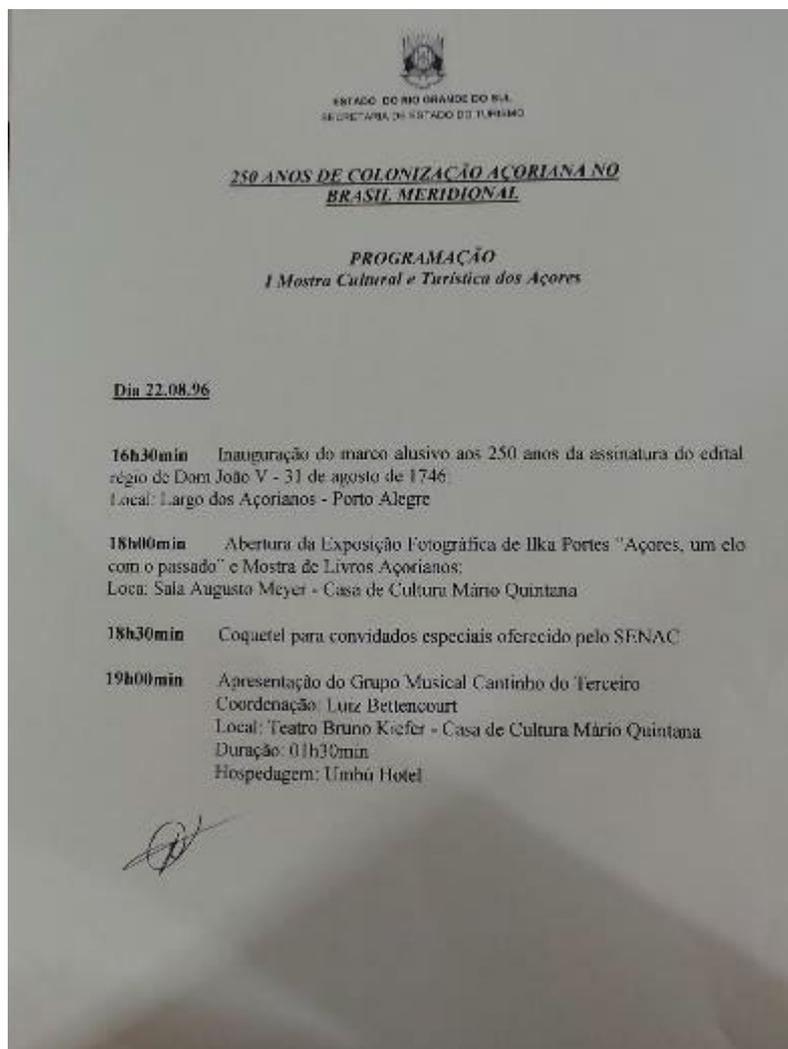
A professora de História Lézia Cardoso de Figueiredo, revela: “*Respiramos os Açores, mas só fomos despertar para isso com a publicação de livros sobre o assunto.*” A professora conta que, em 1991, veio para Santo Antônio da Patrulha um cozinheiro do Arquipélago para mostrar aos patrulhenses os pratos típicos dos Açores e constatou que não tinha nada a ensinar: a culinária era a mesma.<sup>198</sup>

---

<sup>197</sup> ZERO HORA, GERAL. Quarta-feira, 4 de setembro de 1996, p.55. Entrevista: Luiz Antônio de Assis Brasil. “Temos uma Visão Ridícula dos Açores.”

<sup>198</sup> Nota do Jornal do Comércio de agosto de 1996. relativa às comemorações do Edital Régio de 1746: “AÇORIANOS – Dia 31/8, às 16h30min, no Largo Açorianos, será descerrada a placa comemorativa aos 250 anos da assinatura do Edital Régio, por D. João V, em 31 de agosto de 1746, que possibilitou a colonização açoriana do Brasil meridional.”

**Figura 19 – Cópia do convite expedido pela Secretaria Estadual de Turismo para o evento comemorativo aos 250 anos do Edital Régio**



Fonte: Acervo Lenora Schneider.

Este evento constituiu-se um dos pontos altos da programação alusiva aos 250 anos do Edital Régio que autorizou o povoamento açoriano no Brasil Meridional. No ano de 1996, também se comemorava o aniversário de 20 anos da Autonomia Político-Administrativa dos Açores. O documento evidencia a ligação do Rio Grande do Sul com o Arquipélago, não somente com eventos artísticos e gastronômicos, mas reforça a homenagem dos gaúchos aos povoadores, através de um marco especial, junto aos outros já citados: a Ponte dos Açorianos (Ponte de Pedra) e o Monumento aos Açorianos.

Destacamos, ainda, outra notícia referente à programação acima, dando conta de que o presidente da Região Autônoma dos Açores à época, Alberto Romão Madruga da Costa, esteve presente ao evento com uma comitiva composta por autoridades e imprensa açorianas. O grupo de açorianos, após a inauguração da placa comemorativa, é recebido pelo secretário

de Turismo do Estado e demais autoridades, na Casa de Cultura Mário Quintana, onde permanece a exposição fotográfica “Açores, um Elo com o Passado”, da fotógrafa Ilka Portes. De Porto Alegre, a comitiva açoriana será recepcionada em Triunfo.<sup>199</sup>

Em 2012, O ICP coordenou as comemorações dos 260 anos da vinda dos casais açorianos para o Rio Grande do Sul, com programação envolvendo esferas do governo estadual, dos governos municipais e de instituições educacionais. Para a ocasião, foi criado o selo comemorativo com a imagem do Monumento aos Açorianos de Porto Alegre, referido no capítulo anterior.

Nas comemorações dos 241 anos de Porto Alegre, o fotógrafo Rodrigo H. Schneider apresenta o projeto “LEGADO AÇORIANO” Destinos D’além Mar; Povoamento, cultura e tradição, idealizado pelo Instituto Cultural Português, com o apoio da Secretaria de Estado da Cultura (SETUR). A programação contou com exposição de artes plásticas, fotografias, gastronomia, poesia, música e dança. Também houve o lançamento do livro “Roteiro Turístico e Gastronômico do Rio Grande do Sul: Receitas da Poética Cultura Luso-açoriana”, de Lenora Horn Schneider. Culinária regional luso-açoriana nas regiões turísticas do Rio Grande do Sul.

Além da produção artística local, esse evento teve a presença da artista plástica açoriana Catarina Branco, da ilha de São Miguel, com a exposição intitulada “Fez-se Luz”. Também ocorreu a oficina de danças folclóricas açorianas, com a professora Ronete Esteves Elias. E, envolvendo a questão turismo, houve, no dia 10 de junho de 2013, palestra proferida por Carlos M. Santos, professor da Universidade dos Açores, em Economia, Especialidade Economia do Turismo.

O evento realizou-se no Centro Cultural Érico Veríssimo e encerrou com sarau poético “Canta e Conta Portugal”, em homenagem ao poeta e escritor açoriano Vitorino Nemésio. Também fez parte da programação de aniversário da capital dos gaúchos, um show do cantor Erasmo Carlos, no Auditório Araújo Viana.

Por ocasião dos 260 anos do povoamento açoriano, destacamos a exposição fotográfica de Ilka Portes intitulada “Caminhos Açorianos no Rio Grande do Sul”, em 1992, com as seguintes fotos com suas legendas:<sup>200</sup>

---

<sup>199</sup> AÇORIANOS DE VOLTA DEPOIS DE 250 ANOS: Porto Alegre: Correio do Povo, 23 de agosto de 1996, p.7.

<sup>200</sup> Doc. Processo No 264.2300, folha 08 – SETUR, Porto Alegre: 1992.

1. **Paço dos Açorianos:** Porto Alegre (Prédio da prefeitura municipal de Porto Alegre. formou-se e expandiu-se nas áreas pertencentes a três sesmeiros; Jerónimo de Ornellas, Sebastião Francisco Chaves e Dionísio Rodrigues Mendes.
2. **Quadro do Museu Histórico Municipal de Taquari,** com o governador Borges de Medeiros e membros do seu governo.
3. **Getúlio Vargas:** Foto do acervo do Museu Júlio de Castilhos – Porto Alegre – RS.<sup>201</sup>
4. **Piratini,** sede do Governo da República Rio-grandense na Guerra dos Farrapos e porque na República Rio-grandense sediou seu governo nas vilas de Piratini, de Caçapava e de Alegrete e foi palco das discussões para a 1ª. Assembleia Constituinte, em 1842.
5. **Rio Grande:** foto da Igreja Matriz de São Pedro: Primeira capela do Rio Grande do Sul – 6 de agosto de 1736.
6. **Capela do Taim,** região pertencente a Rio Grande. Taim é uma região ao sul do Rio Grande do Sul, reserva natural da pampa gaúcha e, no seu interior possui uma antiga capela.
7. **Porto Alegre:** Foto do andor do Divino Espírito Santo (Igreja do Divino Espírito Santo), situada no bairro Bom Fim, onde ainda existe atuante a Irmandade do Divino Espírito Santo.
8. **Mostardas:** Casario típico em uma povoação, hoje cidade, entre areais, junto à costa do oceano Atlântico. Ali se tece o linho, a lã, festeja-se o Divino e seus habitantes preservam uma linguagem e costumes muito próximos dos antepassados açorianos que lhes deram origem.
9. **São Miguel das Missões** – RS – Ruínas das Missões Jesuíticas
10. **Canguçu:** Foto de cerca de pedras na zona rural. As cercas de pedras eram construídas para separar propriedades e na construção de mangueiras. Ao mesmo tempo, livrava das pedras, os terrenos para o plantio.
11. **Rio Pardo:** o Rio Jacuí banha o vale do mesmo nome. Ao longo desse rio foram construídos, ainda no século XVIII, armazéns e fortificações, cisterna e, anos depois, a Igreja e o Império do Divino, para a celebração da festa.

Os registros desse evento foram conservados pela turismóloga Lenora Horn Scheneider, então assessora Técnica da Secretaria de Estado do Turismo do RS (SETUR) e a exposição foi organizada pela SETUR e o Instituto Cultural Português. Ao destacar esta segunda mostra fotográfica de Ilka Portes, nesse contexto dos 260 anos do povoamento

---

<sup>201</sup> Muitas famílias de origem açoriana rumaram para as Missões após a desocupação da área pelos índios. Figuras eminentes da Pátria Brasileira, descendentes de ilhéus açorianos, tiveram berço no território missioneiro; entre eles os estadistas Getúlio Vargas e João Goulart, que chegaram à presidência da República.

açoriano no Rio Grande do Sul, reconhecemos que, mesmo uma pequena relação de lugares considerados de forte presença açoriana no Estado, representa um documentário de valor histórico como também fonte de consulta. Os quadros de Ilka Portes pertencem hoje à secretaria de Turismo de Porto Alegre, mas a sua guarda é do ICP, instituição para a qual a Secretaria fará, em breve, o termo de doação, segundo informa a presidente atual do ICP, turismóloga Lenora H. Scheneider.

#### **4.2.1.4 Depoimentos de um descendente de açorianos**

Muitas são as manifestações sobre experiências vivenciadas nessa relação entre o Rio Grande do Sul e a diáspora. Destacamos o depoimento do Professor-mestre em Antropologia e especialista em danças, Flávio Antônio de Azeredo, um ativista cultural de ascendência açoriana de pai e mãe. O seu trabalho é reconhecido no Brasil, nos Açores e no continente Português. Esse depoimento, feito a meu pedido, foi-me entregue em novembro de 2022 como parte deste estudo e não foi ainda publicado, embora tenha licença para fazê-lo, nesta tese. Não se trata, portanto, de entrevista, cuja abordagem e forma seriam diferentes.

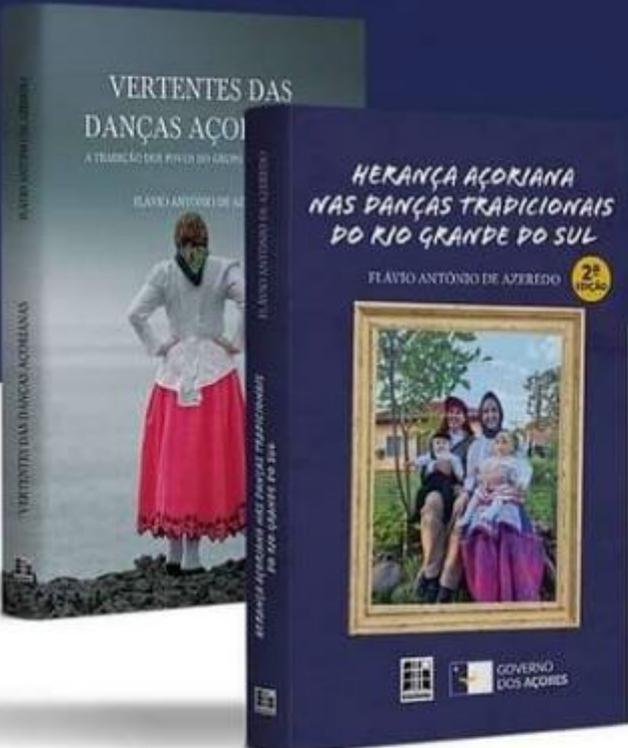
O texto narra a participação e a vivência do depoente no movimento de açorianidade. A intenção não é a de destacar a pessoa desse profissional, mas considerar a extensão do seu trabalho artístico-profissional abrangendo a cultura açoriana no Rio Grande do sul e a representando em outros Estados e países.

Nossa opção em destacar o trabalho de Flávio não se atém à amizade ou qualquer outro sentimento que não seja reconhecimento. Ele representa, aqui, muitos citados ou não, que se dedicam ou se dedicaram ao estudo e representação de nossas raízes culturais, que são muitas e, no caso, as açorianas. O professor Flávio foi pioneiro, junto ao ICP, na divulgação da cultura de base açoriana no Rio Grande do Sul e segue, há 40 anos o seu trabalho em nível local, regional, nacional e internacional.

Figura 20 – Apresentação de Livros

# Apresentação dos Livros

Vertentes das Danças Açorianas e  
Herança Açoriana nas Danças Tradicionais  
do Rio Grande do Sul



Flávio Antônio  
de Azeredo



**17 AGOSTO | 21H00**  
*Museu das Flores - Ilha das Flores*

**23 AGOSTO | 20H30**  
*Museu da Indústria Baleeira  
São Roque do Pico - Ilha do Pico*



#### 4.2.2 Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS)<sup>202</sup>

A ideia sustentada pelo ICP (Instituto Cultural Português), de fundar a Casa dos Açores em Porto Alegre, ganhou adesões e chegou ao Governo dos Açores, mas ainda não havia sido concretizada a sua instalação na Capital. O ICP estava em busca de um prédio que acolheria a instituição e, ao mesmo tempo, conversando com os municípios que já haviam aderido ao movimento e à instalação da Casa em Porto Alegre.

No ano de 2000 fora criada a Associação Amigos dos Açores em Gravataí e o grupo de danças gaúchas liderado por Régis Albino Marques Gomes já não mais estava na Estância Província de São Pedro e passa a se chamar “Província do Quero-Quero<sup>203</sup>”. O movimento açoriano estava forte no Estado e este mesmo grupo, que também executava danças açorianas, recebeu o nome de “Rancho Folclórico”.

Em 2001 houve o afastamento do grupo de danças, com o seu coordenador, da Estância Província de São Pedro, ficando na antiga sede todos os troféus que haviam conquistado nos anos anteriores. O grupo passou a exercer suas atividades em salas emprestadas, depois alugadas na sede do Grupo Escoteiro Murialdo de Gravataí.

Em janeiro de 2003, representantes da Direção Regional das Comunidades - Açores - vêm ao Rio Grande do Sul para visitar as cidades de origem açoriana e os trabalhos aí desenvolvidos. Estimulam a criação da Casa dos Açores, haja vista que já existiam outras casas no Brasil, bem como em comunidades da diáspora, no continente português, nos Estados Unidos e no Canadá. Em 23 de março de 2003 é fundada, então, a Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul - CAERGS -, a 11ª. casa a ser fundada, não na Capital, como as demais casas no Brasil, mas na cidade de Gravataí. De acordo com o que foi sugerido e, atendendo ao desejo do grupo Associação Amigos dos Açores, foi então decidido que iria-se procurar uma casa para sediar o movimento e que seria a sede da Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul.

Membros da diretoria da recém fundada Casa dos Açores fizeram contato com a presidente da Fundação Municipal de Arte e Cultura de Gravataí, com o intuito de conseguir, através da prefeitura municipal, o empréstimo de uma casa, na cidade, para servir como sede; assunto que foi levado ao prefeito de Gravataí e, no dia seguinte, veio a resposta positiva e animadora.

---

<sup>202</sup> CAERGS – fundada em 7 de dezembro de 2003 e inaugurada a 23 de março de 2007.

<sup>203</sup> Ave pernalta, de pequeno porte, símbolo do RS, que está sempre alerta ao invasor do seu espaço e grita de forma estridente ao perceber a aproximação do inimigo. Foi escolhido como símbolo da Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul.

Na cidade, junto ao centro, há um casarão de 1877, que fora construído por um neto de açorianos, o senhor Manuel Rodrigues da Fonseca<sup>204</sup>, que fizera morada em Gravataí. Esse cidadão teve somente um filho que faleceu ainda criança, mas o senhor Manuel tinha irmãos e sobrinhos. Construiu esse sobrado para morar e também era a sede de uma fazenda. Além de criar gado e de a casa ficar junto à estrada, na porta da cidade, servia essa fazenda para pousada dos carreteiros e tropeiros que por ali passavam. Junto à casa havia galpões, lugares para os escravos, ferraria para atender as necessidades com o campo e com o gado. O seu proprietário, o Sr. Manuel, dedicava-se à profissão de ourives. A casa foi ocupada por descendentes de seu herdeiro, que nela viveram até 1970.

---

<sup>204</sup> Manuel Rodrigues da Fonseca. Nasceu em Rio Grande a 22 de novembro de 1828 e faleceu em Gravataí em 27 de setembro de 1902, profissão ourives, casado, teve apenas um filho que faleceu ainda criança. Designou herdeiro da sede que mais tarde foi chamada “Casarão dos Fonseca”, seu sobrinho Bernardino Fonseca, pai de Edy Fonseca que dele herdou a propriedade. Ely era casada com Dario Gomes da Fonseca. Esse casal constituiu família e aí morou até 1970 Manuel era filho de José Ângelo da Fonseca, natural do Rio de Janeiro e de Zeferina Antônia de Jesus. Seus avós paternos; Ângelo da Fonseca Velho, natural do Rio de Janeiro e Maria Rosa da Encarnação, natural da ilha do Pico e Maria Úrsula do Nascimento, natural da ilha Terceira. Casaram-se no Rio Grande em 1762, mudando-se para a Aldeia dos Anjos. Maria faleceu na Aldeia (Gravataí), a 20 de julho de 1787. Este casal deu origem à família Fonseca de Gravataí. (Fonte: Árvore genealógica da família Fonseca).

**Figura 21 – Foto antiga do casarão**



Fonte: <https://historiaculturaepatrimonio.blogspot.com/2017/09/casarao-dos-fonseca-na-cidade-de.html>. Acesso em: 10 jan. 2023.

Nessa época, o casarão, ainda imponente na entrada da cidade, já não era mais a sede de uma fazenda. Ele havia sido vendido ou herdado e a cidade crescia ao redor. A cobiçada casa com vitrais franceses nas janelas, caiu em decadência. Primeiro, foi sede do Museu Municipal Agostinho Martha, depois foi alugada para uma clínica de reabilitação física. Aos poucos foi-se deteriorando, até ficar em ruínas. Nos seus galpões funcionaram tambó de leite, ferraria e, após a saída da família Fonseca, acabou ficando somente o sobrado, a casa-sede da antiga fazenda. O poço de pedras ficava dentro de casa, mas teve de ser aterrado e descontinuado.

Os seus herdeiros queriam demolir a casa para vender o terreno. Isto despertou um movimento contrário entre a classe artística da cidade, através da Associação dos Artistas de Gravataí, quando também viram moradores de rua invadir e, depois tentarem incendiar o prédio. Com isso, a prefeitura interveio, negociando com a família herdeira, em índices de construção nos terrenos do entorno e ficando o imóvel e o terreno em que estava o casarão, para uso da prefeitura.

O movimento artístico era forte e, quando iam começar a demolição da casa, um grupo de pessoas da Associação dos Artistas e da comunidade, numa noite fria de inverno,

postou-se junto ao prédio e, formando um abraço no imóvel, conseguiu impedir a sua destruição, com a promessa do senhor prefeito, aos artistas, afirmando que ali seria construída a casa de cultura que tanto pediam os artistas e a própria comunidade.

Isto ocorreu no final dos anos de 1980. Agora, passados quinze anos, nada tinha sido feito. Foi então que o senhor prefeito teve a ideia de oferecer aquele prédio, sem ônus, mas que haveria de ser recuperado, para servir como sede da Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul, (CAERGS). O grupo da CAERGS esperou o dia seguinte para tomar providências, nas negociações para o uso da casa, trabalho esse sendo liderado pelo Sr. Régis Albino Marques Gomes, diretor do grupo de danças e primeiro presidente da instituição.

Enfim, no documento de posse do imóvel consta que a propriedade seria cedida pela municipalidade por 99 anos, podendo ser renovado por igual período. No entanto, ficaria a cargo dos novos ocupantes a sua recuperação e todos os cuidados necessários e estaria isenta de impostos municipais. Isso animou os fundadores que logo trataram de recuperar o imóvel.

Primeiro foi feita uma tomada fotográfica, pelo Departamento de Arquitetura da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul); depois, chamada a Secretaria Municipal do Meio-Ambiente para verificar a condição do prédio devido às raízes de figueira agarradas às paredes e a orientação desse órgão para o que fazer com as mudas, já que a figueira é árvore nativa que deve ser preservada (Lei Estadual 9.519 de 21 de janeiro de 1922). Este casarão é ainda chamado de “Casarão dos Fonseca” e também “Solar da Magnólia”, devido a um pé dessa flor, que foi plantado ali quando da construção da casa e está, também, preservado.

O segundo momento foi chamar os bombeiros para orientar quanto à cobertura do prédio, com lona preta, já que o telhado estava muito quebrado. O edifício era coberto com telhas ocas ou telhas-canoa que, nessa altura, não eram mais fabricadas. E, assim, com a ajuda da diretoria da casa e dos componentes do grupo de danças, por alguns empresários da comunidade e o trabalho de muitos, nos finais da tarde, à noite ou finais de semana, sob a orientação de um mestre de obras, foi-se dando andamento na reconstrução, limpando, lixando paredes, janelas e portas, raspando pisos, trocando forro e assoalho, lavando telhas, pintando janelas, foi-se reconstruindo o prédio que dava outra visão à entrada da cidade.

As telhas para a nova cobertura, cuja maioria haviam-se quebrado, foram adquiridas na troca por telhas de fibrocimento, em propriedades do interior de Glorinha; restos de galpões, casas e atafonas que já não mais existiam e cujo telhado estava amontoado em algum lugar. Teve-se, assim, telhas originais para cobrir o casarão.

Bem, se há uma casa, ela precisa ser mobiliada de acordo com seu estilo. Então era a vez de recorrer ao comércio de móveis antigos. Mobiliiar a casa, para a sua inauguração não foi difícil, mas dois meses depois esses móveis teriam de estar pagos; se não, deveriam ser devolvidos. Em 8 de dezembro de 2007 houve a inauguração da então Casa dos Açores, com a presença do Presidente dos Açores, senhor Carlos Manuel Martins do Vale César que, ficando impressionado pela beleza do prédio e pelas ações ali desenvolvidas, doou um valor em euros, capaz de pagar todos os móveis que haviam sido tomados por empréstimo e ainda sobrou dinheiro.

O imóvel foi em parte recuperado e, em parte, restaurado, pois o material original ou estava quebrado, ou apodrecido, não sendo possível a restauração, mas salvaram-se quase todas as aberturas. A casa possui, no andar superior, uma varanda de 20 metros quadrados, de onde se olha direto para a praça central da cidade, uma sala de festas e reuniões, outra sala menor contígua àquela, escritório, uma cozinha, e um altar decorado com a coroa, o cetro e a bandeira do Divino Espírito Santo.

No piso inferior há uma sala de recepção e uma sala onde se guardam objetos de museu, *souvenirs* e instrumentos musicais. O acervo da Sala Açoriana de Gravataí, fundada no ano de 1991, foi acolhido na Casa dos Açores. Há uma biblioteca com mais de dois mil volumes e que recebeu o nome de Biblioteca Vitorino Nemésio<sup>205</sup>, uma pequena sala onde são guardados os trajes típicos das danças gaúchas e açorianas e uma peça maior equipada com cozinha e outros guardados. Há também dois banheiros e uma despensa. No pátio há um gramado com algumas plantas e árvores ornamentais, havendo lugar para estacionamento.

Recuperada a casa, precisava cercá-la. Recorreu-se à comunidade de Glorinha e obteve-se a doação de pedras naturais, de antigas taipas, tiradas dos campos. Esse trabalho foi feito pelo grupo de danças que, aos sábados à tarde amontoava as pedras para recolher posteriormente. Nessa aquisição teve-se a ajuda da prefeitura de Glorinha que, além de carregar as pedras no local, com a retroescavadeira, enviou 18 caçambas delas para se fazer a cerca de taipa no terreno da casa. A reconstrução da casa e da cerca de pedras foi realizada pelo pedreiro, Sr. Adélio Fries, o mesmo que reconstruiu o prédio. A presidência da Casa concedeu ao Sr. Adélio um título de sócio remido da instituição.

---

<sup>205</sup> Professor e escritor açoriano.

Em todo esse tempo, o grupo de danças, província do Quero-Quero e também o Rancho Folclórico, nunca deixou de apresentar-se, tendo realizado, desde os anos de 1990, 26 viagens internacionais por países da Europa, da América do Sul, da América Central, às ilhas dos Açores e da Madeira e, ainda, para outros estados do Brasil. Mas a CAERGS tem como uma das principais atividades a pesquisa do patrimônio cultural, no que abrange o material e o imaterial; promover a cultura açoriana de tradição ou de ressignificação e manter o elo com as comunidades da diáspora açoriana e a relação com o Arquipélago dos Açores.

Se trata de um trabalho que busca amparo na memória coletiva, no sentido de não deixar que se rompam essas redes de relações que, no total dos intercâmbios realizados há mais de trinta anos entre gaúchos e açorianos, certamente andam próximos para mais de mil pessoas que daqui foram e de lá vieram, alicerçando muitas amizades e aprendizagem, com fios entrelaçados, como diz o *slogan* da CAERGS: “Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul: um elo entre os povos e os tempos.”

Ortiz<sup>206</sup> lembra que “a memória coletiva fixa a lembrança nos seus grupos portadores. Ela é particular, sendo válida para aqueles que compartilham as mesmas recordações; o esquecimento é fruto do desmembramento do grupo.

Nesses 20 anos de existência, a CAERGS conta com um calendário de eventos e atividades que envolve tanto a comunidade local, regional, nacional e internacional, quer seja com a participação em congressos, como a realização deles; promove, a cada dois anos, o Festival Internacional de Folclore de Gravataí, em parceria com a Prefeitura Municipal e o Serviço Social do Comércio, onde recebeu grupos de danças de outros municípios, de outros estados e de países como: Argentina, Uruguai, Equador, Peru, México, Paraguai e Chile; da Europa: Portugal, Açores, Itália e Espanha e da América do Norte, Canadá. Também promove o festival de músicas inéditas “O Rio Grande Canta os Açores”, que teve sua primeira edição no ano de 2007, em Porto Alegre, no Teatro Dante Barone, da Assembleia Legislativa do Estado.

A Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul acompanha as ações e eventos junto às demais instituições que promovem a cultura de base açoriana no estado e promoveu palestras, seminários e congressos, com anais publicados. Congressos nacionais e internacionais sobre as Festa do Espírito Santo; Projeto Sul do Sul, com seminários em Pelotas e Rio Grande; Seminário “Raízes de Gravataí”, com edição em quatro volumes, em

---

<sup>206</sup> ORTIZ, Renato. Cultura e Modernidade. *A França no século XIX*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1991, p.191.

parceria com a Prefeitura Municipal, participação de associados nos congressos sobre as festas do Espírito Santo: na Ilha Terceira, em San José da Califórnia, em Lisboa, Alenquer e Coimbra, em Montreal, Toronto e Winnipeg e em Hilmar (Califórnia). E, representando o Conselho Mundial das Casas dos Açores, os então presidentes participaram em Santa Catarina, Rio de Janeiro, Nova Inglaterra (Estados Unidos), Porto, Quebec, Toronto, Ilha das Flores, Corvo e São Miguel, das reuniões e decisões do Conselho Mundial das casas dos Açores (CMCA) que, em 2022 completou 25 anos.

A CAERGS promove encontros e eventos como “Café no Solar”, “Noite no Solar”, Festa natalina e de Reis, sedia piqueniques para estudantes do ensino fundamental, no dia das crianças e no período natalino, promove cursos de artesanato, participa de feiras regionais, com apresentação de danças gaúchas e/ou açorianas, promove encontros dos representantes da cultura açoriana entre os municípios; participa de feiras de livros, tendo sido organizadora do *stand* açoriano da Feira do Livro de Porto Alegre de 2016, cujo país homenageado foi Portugal, representado pelo Arquipélago dos Açores. Na cerimônia de abertura dessa Feira do Livro foi servido coquetel regado a espumantes e vinhos oferecidos pela Vinícola Fazenda Santa Rita, denominada de Vila Açoriana, situada em Muitos Capões, região serrana do Rio Grande do Sul, propriedade da Família Lemos de Almeida, descendentes de açorianos.

Na ocasião, o coral da Escola Estadual Carlos Bina - SOGIL, abriu a programação, depois do Hino Nacional Brasileiro, cantou o Hino dos Açores. Nesta oportunidade, estiveram em Porto Alegre nove escritores açorianos e um escritor dos Estados Unidos, bem como artistas açorianos ligados ao teatro, ao cinema e à arte visual.

Figura 22 – 62ª feira do livro de Porto Alegre (2016)



Foto: Evanir Marcos

Figura 23 – Programação da 62ª feira do livro de Porto Alegre (2016)

**Governo dos Açores**

**+ Açores  
+ Cultura  
em:**

**01 de novembro | terça-feira**

**14H00 – 16H00**  
**"AMOSTRAM 'ISSE" – Mostra de Cinema Contemporâneo dos Açores**  
 - *Unnatural Selection* (André Matos, 2014)  
 - *Ponta dos Rosais* (Dinarte Branco, 2013)  
 - *Banana do Pico* (Luís Bicudo, 2012)  
 - *Herberto* (Bruno Sousa, 2013)  
**Local:** Auditório Barbosa Lessa CCCEV

**17H00**  
**"A livre administração dos Açores pelos açorianos"**  
 Exibição do filme *A Viagem Autônoma*, produzido e realizado por **Filipe Tavares**  
**Local:** Auditório Barbosa Lessa CCCEV

**04 de novembro | sexta-feira**

**16H00**  
**Escrever nos Açores**  
 Presença de **Paula de Sousa Lima** | *Ler/Escrever/Ler*  
 Mediação: **Cíntia Mascovich**

**18H30**  
**Açores: Mar Atlântico**  
 Presença de **Urbano Bettencourt** | *A poesia entre o espaço e o texto*  
 Mediação: **Luiz Antonio de Assis Brasil**  
**Local:** Auditório Barbosa Lessa CCCEV

**05 de novembro | sábado**

**18H30**  
**A Nova Literatura Açoriana**  
 Presença de **Nuno Costa Santos** | *Açores, Novos Escritores*  
 Mediação: **Márcia Ivana de Lima e Silva**  
**Local:** Auditório Barbosa Lessa CCCEV

**08 de novembro | terça-feira**

**10H00**  
 Conferência *Experiência de um Genealogista no Antigo Mundo Português* | **Jorge Forjaz**  
**Local:** Auditório do Memorial RS

**15H30**  
 Oficina *Como Construir uma Genealogia – Os Açores, em Especial* | **Jorge Forjaz**  
**Local:** Auditório do Memorial RS

**11 de novembro | sexta-feira**

**18H30**  
**Açores: Viver-se entre Línguas e Culturas e "Dialeto"**  
 Presença de **Francisco Cola Fagundes** | *Viver-se entre línguas e culturas e "dialeto"; os labirintos da tradução e auto-tradução*  
 Mediação: **Luiz Antonio de Assis Brasil**  
**Local:** Auditório Barbosa Lessa CCCEV

**12 de novembro | sábado**

**14H00 – 16H00**  
**"AMOSTRAM 'ISSE" – Mostra de Cinema Contemporâneo dos Açores**  
 - *Alabote* (João Botelho e João Garcia, 2013)  
 - *Varadoura* (Paulo Abreu e João da Ponte, 2013)  
 - *Tempos de Barro* (Sara Azad, 2014)  
 - *Corre Emanuel, Corre* (Emanuel Macedo e Bruno Correia, 2011)  
 - *Santa Maria Connection* (Eberhard Schedl, 2012)  
**Local:** Auditório Barbosa Lessa CCCEV

**18H00**  
 Presença de **Francisco Cola Fagundes** | "O meu primeiro encontro com Daniel de Sá e remembering o meu amigo"  
**Local:** Sala O Retrato da CCCEV

**13 de novembro | domingo**

**14H00 – 15H45**  
**"AMOSTRAM 'ISSE" – Mostra de Cinema Contemporâneo dos Açores**  
 - *O Funeral Artístico de um Projeccionista* (Luís Bicudo, 2013)  
 - *Adormecido* (Paulo Abreu, 2012)  
 - *Ser Ilhéu* (Francisco Rosas, 2013)  
 - *Montar a Tenda – Carnaval da Terceira* (Montserrat Ciges, 2012)  
**Local:** Auditório Barbosa Lessa CCCEV

**18H30**  
**Açores: A Melo Caminho entre Dois Continentes**  
 Presença de **Joel Nefo** | *REGRESSO A CASA – o díptico de "Arquipélago" e "A Vida no Campo"*  
 Mediação: **Gabriela Silva**  
 Apresentação: **Valesca de Assis**  
**Local:** Auditório Barbosa Lessa CCCEV

Fonte: acervo da autora

A Casa dos Açores também participou com *stand* na 42ª Feira do Livro de Gravataí, em 2017, sendo a instituição homenageada pela Feira. Intermediou a visita de estudantes açorianos de ensino médio em intercâmbio com escolas do Rio Grande do Sul. Em 2012, prestou homenagem ao Presidente Regional dos Açores, Dr. Carlos Manuel Martins do Vale César, “Cidadão Gravataiense” com outorga da Câmara Municipal de Vereadores de Gravataí. Possui cerca de 200 associados e uma diretoria que é renovada a cada três anos, sendo todas as atividades aí desenvolvidas de forma voluntária, pois falamos de uma instituição sem fins lucrativos.

Em considerando nossas dificuldades ao que nos propusemos, que foi o de usar arquivos, logo nos demos conta de que haveríamos de trabalhar com as memórias e com documentos da própria instituição que, em alguns casos, nem lá estão! Mas o que, enfim, apresentamos deixa-nos o espaço para organizar documentos, criando um arquivo e juntando fontes documentais de outras instituições contemporâneas e cuidando para que não aconteça com essas fontes o que aconteceu, no passado, com o prédio que hoje as abriga. Pedras são mais fáceis de preservar; documentos em papel, nem tanto, mas as tradições podem sim ser asseguradas, guardando protótipos e suas ressignificações.

No entanto, os propósitos da conexão, através das redes de relações, continuam dando resultados, não somente nas áreas de cultura, mas também em turismo e em relações comerciais, como é o caso da “Vila Açoriana”, construída na Fazenda Santa Rita, estabelecida no município de Muitos Capões, próximo a Vacaria - RS, onde as construções refletem a arquitetura açoriana, mesmo na fachada da vinícola de mesmo nome, que fabrica vinhos e espumantes premiados internacionalmente, também com castas trazidas dos Açores. Este é um dos resultados desse movimento no nosso Estado.

A Casa dos Açores é a representante oficial do Arquipélago no Estado do Rio Grande do Sul, mas a ela juntam-se outras instituições ligadas a secretarias municipais, escolas e instituições privadas, às quais passamos a relacionar, de acordo com a sua data de fundação:

#### **Quadro n. 7 – Instituições e eventos de base açoriana no Rio Grande do Sul**

Nome da Instituição	Data de fundação e cidade	Atividade Principal
Instituto Cultural Português	1979 Porto Alegre	Divulgação da cultura luso-açoriana

Salas Açorianas em Tramandaí, Santo Antônio da Patrulha, Osório, Rio Pardo, Triunfo, Taquari, Mostardas, Capão da Canoa, Viamão, Gravataí, General Câmara e Porto Alegre, Rio Grande e Sala Açoriana junto à Escola estadual Isabel de Espanha.	1991/92	Exposição de objetos do artesanato açoriano, vestimentas típicas. Visitas orientadas e oficinas sobre a cultura açoriana nos Açores e no Rio Grande do Sul.
Prêmio Açorianos de Música – Porto Alegre	1991	Criado pela Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre e considerado o principal prêmio da cidade, na área musical.
Natal Açoriano em Terra Gaúcha	Desde 1991 Taquari	Festa Anual que envolve toda a região.
Casa Açoriana Antero de Quental, junto à Escola Estadual Isabel de Espanha	1993 Viamão	Memorial, espaço pedagógico, oficinas, intercâmbios culturais e grupos de danças açorianas, gaúchas e de outros estados brasileiros.
Prêmio Açorianos de Literatura	1994 Porto Alegre	Promovido pela Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre, um dos prêmios mais importantes do Estado do Rio Grande do Sul.
Criação da Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul	2003 Gravataí	Instituição representante oficial do Governo Regional dos Açores no Estado.
Sala Açorianópole	2004 Cambará do Sul	Encontro açoriano de cultura (2004) Exposição permanente de objetos, mapas e livros gaúchos e açorianos, junto ao <i>Shopping</i> e hotel da cidade.
Rota Açoriana:- Ponto de Cultura Coração Tambor	2009	Agrega pesquisadores de culturas populares do RS e também tem cunho turístico com a Rota Afro-Açoriana no Litoral do Estado
Centro Luso-Açoriano da Região das Hortênsias/	Gramado 2004	Ponto turístico de divulgação da cultura luso/açoriana na serra gaúcha.

Casa Portuguesa		
Vinícola Fazenda Santa Rita- Inaugurada em fevereiro de 2015	Muitos Capões – Vacaria	Produção de vinhos de castas açorianas, casas, igreja e vinícola em arquitetura açoriana, com passeios turísticos aos parreirais e à produção de vinhos e espumantes premiados internacionalmente.
Geminação de cidades do RS, com cidades nos Açores.	Porto Alegre	Ribeira Grande, Ilha de São Miguel
	Gramado	Angra do Heroísmo, Ilha Terceira
	Gravataí	Cidade da Horta, Ilha do Faial <sup>207</sup>

**Figura 24 – Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul**



Fonte: foto do acervo da Casa dos Açores.

<sup>207</sup> A geminação da cidade de Gravataí – RS com a cidade da Horta – Ilha do Faial, proposta pela Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul e a Prefeitura Municipal de Gravataí, em 2016, concretizou-se em 2022.

#### **4.2.3 Relatório de atividades apresentado à Assembleia do CMCA, em Toronto – 2016/2017**

Os anos de 2016/17 foram, para a Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul, apesar das dificuldades por que passa o país, um período de muitas realizações, graças ao empenho de sua diretoria, associados e simpatizantes. Embora não tenhamos podido realizar todos os nossos objetivos e eventos, um saldo positivo temos a comemorar.

Passados oito dias do encerramento do XVI Festival Internacional de Folclore de Gravataí, evento realizado pela Casa dos Açores, em outubro de 2016, em parceria com instituições estaduais e municipais e com a presença de cinco grupos estrangeiros e seis grupos locais e regionais, contando com um público diário de 800 pessoas, durante cada um dos quatro dias de espetáculo, no Teatro do SESC – Gravataí, partimos para outro evento internacional: a 62ª. Feira do Livro de Porto Alegre – a maior feira do Livro da América Latina.

Foi este um dos eventos de maior destaque, projeção e abrangência de que participamos, o qual teve como homenageado estrangeiro, o Arquipélago dos Açores. Durante os 19 dias da Feira contamos com centenas de visitantes e com a presença de nove escritores açorianos, um genealogista açoriano e dois editores. Também estiveram presentes o Diretor Regional das Comunidades, Sr. Paulo Teves e o Diretor de Cultura dos Açores, Sr. Nuno R. Lopes.

A Casa dos Açores, representante do Governo dos Açores no Estado, junto à Câmara Rio-Grandense do Livro organizou o espaço representativo dos Açores, dentro do Memorial do Rio Grande do Sul e participou em toda a organização e durante a Feira, com sua diretoria, associados e outros colaboradores, aos quais agradecemos.

Nosso agradecimento a Vice-Cônsul de Portugal em Porto Alegre, Dra. Adriana Ribeiro, pela considerável ajuda na importação dos livros e à Câmara Rio-Grandense do Livro pela presteza e profissionalismo. Especialmente agradecemos o incansável trabalho das funcionárias da DRC e da Secretaria da Cultura dos Açores, presentes na Feira.

Creemos que este foi um grande passo no relacionamento fraterno entre os Açores e o Rio Grande do Sul, pois há convite para os Açores estarem presentes na 63ª. Feira do Livro de Porto Alegre, em 2017.

O evento Feira do Livro de Porto Alegre constituiu-se numa especial vitrina para a Casa dos Açores e despertou a curiosidade do público para conhecer o Arquipélago e aproximar-se das raízes açorianas evidenciadas através da Literatura e das imagens ali

apresentadas. Era toda a mídia do Estado voltada para aquele espaço.

Concluída a Feira, e logo nos primeiros meses de 2017, a Casa dos Açores passou a ser buscada por um maior número de pessoas que a procuram desde a intenção de fazer uma visita, pesquisar no acervo bibliográfico da instituição, buscar associar-se e, o mais importante: resgatar e promover em suas comunidades a essência do ser açoriano e ainda convidar-nos para prestigiar, acompanhar e orientar tais ações.

Isto fez com que despertássemos para uma nova realidade: sair do comodismo de estar em casa, e ir ao encontro, ir a novas descobertas motivando aqueles que buscam realizar no presente. Não podemos somente nos alimentar do passado, mas usá-lo como alicerce de novas ideias e, como diz o poeta, “sem perder a ternura”.

Por essa razão, os meses de 2017, até o momento foram de intensas atividades fora dos muros da casa, com vontades e manifestações de novos grupos e instituições juntando-se a nós, mesmo não se reconhecendo açorianos, mas como construtores aliados a uma causa que hoje é de todos: o crescimento cultural e econômico do Estado no convívio e na essência de suas etnias formadoras, sendo, delas, os açorianos a quarta na sua formação, na ordem cronológica.

Avançamos no nosso relacionamento com a própria municipalidade que nos apoia em vários setores e também fazemos parte dos Conselhos Municipais de Cultura e de Turismo. Neste momento estamos encaminhando o processo de geminação da cidade de Gravataí com a cidade da Horta – Faial, como a primeira cidade geminada com a nossa, tendo como principal justificativa a presença em Gravataí desde 1747, do açoriano João Garcia Dutra que, ganhando terras do governo Imperial, estabeleceu-se em Gravataí e aí viveu até 1790.

A Casa dos Açores é a instituição parceira homenageada pela 40ª. Feira do Livro de Gravataí, em outubro próximo e, pela primeira vez, haverá uma banca da CAERGS expondo livros na Feira. Com esta banca somos parceiros da Editora Tarca Comunicações que tem como prioridade a publicação de obras que tratam do regionalismo gaúcho.

Recebemos duas homenagens da Comissão Gaúcha do Folclore: Uma distinção para a entidade: a Medalha Lílian Argentina<sup>208</sup> e outra para o povo açoriano, como etnia formadora do RS. Fechamos parceria com o Shopping Gravataí para exposições de nossas atividades relacionadas com as temáticas açorianas, sempre nos festejos do Divino e na

---

<sup>208</sup> Lílian Argentina Braga Marques, professora de danças, folclorista e pioneira nas pesquisas sobre a cultura açoriana no Brasil, em destaque o Rio Grande do Sul. (*In memoriam*).

época de Natal, já as havendo realizado durante os festejos do Divino deste ano.

Enfim, destacamos núcleos e eventos que tiveram participação da diretoria da CAERGS, em outras cidades, durante este período:

**Gramado** – Exposição fotográfica de hortênsias na casa denominada Espaço Luso-Açoriano- Fotos de Lia Mara Ciarelli, associada e membro da diretoria da CAERGS.

**Porto Alegre (Ilha da Pintada)** – Formação de jovens orientadores para o turismo de percurso na ilha, destacando a identidade açoriana dos espaços e das gentes.

**Pelotas** – Publicação, pelo Instituto Histórico e Geográfico, de pesquisas sobre os charqueadores e fazendeiros açorianos desde o final do século XVIII.

**Balneário Pinhal** – Reunião dos municípios do Litoral Norte Gaúcho, pelas secretarias municipais de Turismo, para a criação do Museu Açoriano no Litoral Norte Gaúcho, com sede no Balneário Pinhal.

**Vacaria** – Trabalho extensivo da Vinícola Fazenda Santa Rita, na recepção de turistas, usando indumentária e temáticas açorianas para promover o seu produto que leva nomes açorianos. Trabalho este extensivo às escolas para o estudo das raízes açorianas na Serra Gaúcha, desenvolvendo pesquisas nas famílias, sobre os costumes e fazeres açorianos, nas diferentes áreas e aplicando-os no currículo escolar, no município de Muitos Capões, onde situa-se a Fazenda.

**Tramandaí** – Criação da Semana Açoriana, em janeiro, atendendo áreas culturais com vistas ao Turismo Étnico, dada a diversidade de visitação em alta temporada de veraneio.

**Santo Antônio da Patrulha** - Festas dos Divino e trabalhos ligados à agricultura e pecuária, desenvolvidos no currículo dos cursos dessas áreas, no pólo universitário da cidade, resgatando práticas de lides antigas para desenvolvimento sustentável. A cidade foi fundada e tem sua base populacional açoriana.

**Viamão** - Trabalho junto à Escola Isabel de Espanha, na Casa Açoriana Antero de Quental, destacando o grupo folclórico e repetição de coisas que se fazem ou fizeram nos Açores, em artesanato e material vindo dos Açores. Representações da Geografia e História do Arquipélago. Aconselha-se buscar a açorianidade latente, tendo como base o açoriano local contemporâneo.

O prédio da CAERGS: Melhorias, reformas e aquisições realizadas no período:  
Calçamento e embelezamento da área de acesso à entrada (troca de calçamento);  
Pintura externa do prédio;

Colocação de grade de proteção ao espaço lateral (fundos) do prédio;  
Desinsetização do prédio;  
Limpeza sistemática do jardim e plantio de novas flores;  
Aquisição de ventilador;  
Aquisição de suportes para bandeiras;  
Aquisição de armário para guardar os trajes do grupo folclórico;  
Conserto do telhado (goteiras);  
Poda de árvores que ofereciam riscos de queda. (Revitalização do jardim).

### **Consolidação de eventos**

Participação na 62ª. Feira do Livro de Porto Alegre, tendo Açores como homenageado; Realização da 16ª edição do Festival Internacional de Folclore, no mês outubro. 4º. Encontro dos Núcleos de Cultura Açoriana do Rio Grande do Sul (Anual, no mês de março)

### **INSTITUIÇÕES PARCEIRAS, NO PERÍODO:**

Câmara Rio-Grandense do Livro, Conforto Móveis  
Escola Estadual Carlos Bina  
Escola Estadual Isabel Espanha  
Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas  
Jackwal SA  
Paróquia Nossa Senhora das Graças  
Paróquia Nossa Senhora dos Anjos  
Polo Universitário de Santo Antônio da Patrulha Universidade de Rio Grande  
Prefeitura Municipal de Gravataí  
Sociedade de Ônibus Gigante Ltda.  
Secretaria de Estado da Cultura  
Vinícola Fazenda Santa Rita - Vila Açoriana  
Visual Toldos

Gravataí, 09 de setembro de 2017

#### **4.2.4 Conselho Mundial das Casas dos Açores (CMCA)**

As Casas dos Açores, hoje em número de 17, distribuídas na Diáspora pertencem ao CMCA (Conselho Mundial das Casas dos Açores). O CMCA foi criado em 1997, sendo o órgão que congrega essas instituições ligadas ao Governo Regional dos Açores. Anualmente, reúne os presidentes destas casas que apresentam relatórios das atividades do ano anterior e parte do ano em curso. A reunião anual do CMCA ocorre no quarto trimestre de cada ano, nos Açores e nas cidades da diáspora. A Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul sediou o encontro em 2004 e em 2018.

São 16 as Casas dos Açores que hoje pertencem ao CMCA: Casa dos Açores de Lisboa, fundada em 1927; Casa dos Açores do Rio de Janeiro, fundada em 1952, as duas mais antigas. Nos Estados Unidos temos Casa dos Açores em San Jose da Califórnia e Casa dos Açores na Nova Inglaterra; no Canadá, sediam a Casa dos Açores as cidades de Montreal, Toronto e Winnipeg; no Brasil, as Casas dos Açores situam-se nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; no Uruguai, a Casa dos Açores está na cidade de San Carlos de Maldonado. No continente português encontram-se as casas dos Açores de Lisboa, do Algarve e do Porto. Em 2007 foi admitida a Casa dos Açores da Bermuda e outras, aguardam o tempo de carência para a admissão ao CMCA. São elas: Casa dos Açores do Estado do Maranhão, Casa dos Açores do Estado do Espírito Santo e a Casa dos Açores da ilha da Madeira.

Para ilustrar, destacamos o relatório da Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul, apresentado no Conselho Mundial de 2017 e referente ao ano de 2016/17, em Toronto, Canadá. Aí, podemos ver a abrangência que ela assume na comunidade gaúcha e seu relacionamento com as demais comunidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De início, o eixo foi “relação”, sem mesmo pensar nas suas proporções no desdobramento da pesquisa e da escrita. O tema foi tomando peso e avançou para inferências necessárias. Foi-se aliando a aberturas e provocando novos conceitos. Tratava-se, então, de um plano imaterial. Recorremos a ideias e escritas novas e “usadas”, e muito usadas, mas não esgotadas. Buscamos construir uma escrita ainda mais nova, por tratar-se de espaço temporal recente. Mas o que daria substância a essa abordagem: “Relações entre o Rio Grande do Sul e os Açores – 1976 a 2016”? Vimos que os pilares que sustentariam, em destaque, a escrita sobre o tema, eram apenas alicerces, em parte cobertas de pó e que a edificação teria de ser pintada com as nossas tintas. Aí, passamos a tratar da “arquitetura” em plano material (de escrita), com a intenção da visibilidade. Precisávamos decidir o que escrever, sobre quem escrever, o que fizeram e como viveram nossos agentes? Que ambientes frequentavam? Como arquitetavam as suas decisões, seus feitos e relações? Em que palcos atuaram e como eram os seus camarins? Para que público representavam? Como se autoconcebiam como grupo? Como foram vistos, descritos ou imaginados? Que imagens históricas e geográficas podíamos perceber nesses escritos?

Passamos a buscar informações sobre suas origens chamadas étnicas e vimos que a identidade passa a ganhar nomes: açorianos e gaúchos; não como adjetivos pátrios, mas como afirmação e apreço, como sentimento de ser, de pertencer, o que se expressa nas palavras gauchismo e “açorianidade”, como estado de pertencer por afinidade. É nesta soma, nesta construção que se processam as novas relações. Os açorianos no Rio Grande do Sul, agora gaúchos, por muito tempo mencionados apenas como casais povoadores, passam a ser percebidos e destacados entre outros imigrantes.

Enquanto isso, os Açores buscavam a sua autonomia político-administrativa com relação ao Continente Português. Época também em que os meios de comunicação veiculam possibilidades de aproximação, com vistas à busca das origens de cada povo: sua cultura e expansão por novas terras. Então, a par dos destaques dados à imigração de alemães e de italianos no Estado do Rio Grande do Sul, eis que as questões lusas ganham espaço através de suas festas e mesmo ao evidenciar a cultura material e imaterial de base açoriana no Sul do Brasil, com pesquisas na área da História, do Folclore, das Artes e do reconhecimento do legado dos ilhéus açorianos.

Com a autonomia do Arquipélago, as novas relações partem mesmo do Governo

Regional dos Açores, que propõe a aproximação da Diáspora, investindo e apoiando ações culturais e intercâmbios que promovessem o reconhecimento e apreço à açorianidade. Proporciona a gaúchos e integrantes de outras comunidades que viajem aos Açores e participem de cursos e congressos para, em contrapartida, serem motivadores no reforço das novas relações. E, novamente, o Oceano Atlântico serve de ponte; agora pela navegação aérea que facilita esse intercâmbio. Ações culturais realizadas nos Açores e em outras unidades da diáspora unem os açorianos com o fomento às instituições de base açoriana que devem assegurar as relações entre lá e cá.

Concluimos que, ao defrontarmo-nos com o Século XVIII, percebe-se a distância temporal que separava os povoadores açorianos de seus descendentes atuais no Rio Grande do Sul. Tempo e distância foram como barreiras. O Atlântico assegurou, no passado, as relações dos povos migrantes e a atlanticidade esteve e está sempre presente no cotidiano dos açorianos; na sua mobilidade e economia. Este povo viveu e vive no mar, do mar e com o mar. Podemos dizer que o contraste da falta de perspectiva econômica e sustentável das ilhas fez com que os açorianos investissem em novos rumos além-mar. Os ilhéus e seus descendentes auxiliaram e auxiliam na construção do Novo Mundo. Ficou célebre nos Açores a frase “Fazer a América”, o que significa emigrar para novas terras: uma Diáspora espontânea; primeiro para o Brasil, depois, em grande volume, para a América do Norte.

Enfim, tendo em vista os aspectos trabalhados neste estudo, podemos afirmar, hoje, que as relações entre o Rio Grande do Sul e os Açores, passados mais de trinta anos da autonomia e 270 anos da imigração oficial de ilhéus açorianos no Rio Grande do Sul, está em progresso através das instituições de base açoriana no Estado, considerado unidade da diáspora. Essas relações são reforçadas em nível estadual e reconhecidas em nível diaspórico. Dado o exposto, permito-me citar ainda algumas referências relativas ao movimento que traduz o sentimento de apreço para que se efetive a concretização das boas relações, com vistas a maior horizontalidade nos convívios entre as comunidades de além-mar, com o arquipélago português dos Açores. José Maria Medeiros de Andrade, em entrevista a Lopes, no Ponto a Ponto, em 4 de julho de 2020, traduz o que considera hoje, o sentimento dos açorianos:

A vontade dos açorianos é serem felizes na sua própria terra, seja a Ilha de São Miguel, com mais de 130 mil habitantes, seja a Ilha do Corvo, com menos de 500, sem voltarem a ter necessidade econômica de emigrar para

o Brasil, para os Estados Unidos da América, para o Canadá. Para isso, desenvolvem a sua região com um parlamento e um governo que resultam da sua vontade livremente expressa e que fazem toda a diferença política no plano supralocal e infranacional da democracia portuguesa.

Com as palavras do atual diretor Regional das Comunidades, Dr. José Andrade, vemos respostas para compreender a busca da felicidade, do bem-estar na terra de origem e nas terras de destino de migrantes e descendentes, a valorização dos Açores e a permanência no Arquipélago.

A História tem como referência do passado a memória individual e coletiva, objetos, testemunhos, documentos, mas é necessário que o historiador saiba perguntar, explorar essas referências. As etapas da pesquisa não têm paredes divisórias, pois são flexíveis. Os documentos podem ser complementados e, muitas vezes, representar “monumentos” escritos. A noção de documento pode se estender a signos, paisagem natural ou humanizada. Aqui, a História se associa à Geografia, como se fossem espetáculo e cenário. O presente reflete-se no espelho do passado e vice-versa. Como refere Le Goff, “organizamos o passado em função do presente.”<sup>209</sup>

Enfim, por todos os aspectos apresentados, a construção a partir do título “À Redescoberta das Raízes” fez-me retornar a momentos vividos desde há mais de trinta anos, em constante relação com os Açores e com outras comunidades da Diáspora, acompanhando, promovendo e colaborando com as ações de reforço ao movimento. Após tantos anos nesta lida, muitas coisas podem ter passado despercebidas. Durante o decorrer deste estudo, percebi o quanto estava envolvida em todo o processo das relações entre o Rio Grande do Sul e os Açores, dentro do movimento animado na pós-Autonomia do Arquipélago, no recorte espacial escolhido. Também pude constatar o quanto é difícil falar de tempos recentes e problematizá-los em uma tese, mesmo que se tente fazer isso nas entrelinhas. Certamente, se começasse hoje este trabalho, haveria recortes e mesmo outras direções.

Considero, portanto, que esta pesquisa abre espaço para novas reflexões, pois há muito a ser estudado sobre essas relações e o impacto que elas tiveram e ainda têm. Acredito que contribuí para o debate e afirmo que, em alguns casos, uma perspectiva externa poderia ser mais confortável e eficaz do que uma interna. Percebi que olhar de dentro pode ser menos produtivo que olhar de longe ou de fora. Fica a discussão.

---

<sup>209</sup> LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *In: LE GOFF, História e memória*. Campinas: editora Unicamp, 2003, p.13.

## 6. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Onésimo Teotónio. Usos e abusos do conceito de açorianidade. *In: Congresso de Comunidades Açorianas*. Anais [...]. Direcção Regional das Comunidades, Angra do Heroísmo: 1986.
- AMARAL, João Bosco Soares da Mota. A Consolidação da Autonomia. *In: O Desafio Insular*. Horta: 1997.
- ANÁLISE Demográfica 1970-1981. Açores, Presidência do Governo. Departamento de Estudos do Planeamento. Ponta Delgada: 1984.
- ANDRADE, José Maria de Medeiros. Ponta Delgada: Publiçor, 2020.
- ANDRADE, Júlio. Bailhos, *Rodas e Cantorias*: Subsídio para o registo do folclore das ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo. Horta: Edição 1977.
- ANDRADE, Manuel Jacinto. *Autonomia, Açorianos e a Diáspora*. Pasta pedagógica 2. Angra do Heroísmo: Direcção Regional da Educação, 1997.
- ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges. *História da Vida Privada: Da primeira Guerra aos nossos dias*. 5. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.
- ARIÈS, Philippe. Uma Nova Educação no Olhar. *In: DUBBY, George et al. História e Nova História*. Lisboa: Teorema, 1989.
- ARIÈS, Philippe. *O Tempo da História*. Lisboa: Relógio D'água; Antropos, 1992.
- ASSIS BRASIL, Luiz Antônio. *Um Quarto de Léguas em Quadro*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1976.
- BRAGA, Letícia Vieira; SCHEMES, Rosa. Imigrantes Açorianos e o Imaginário da Mulher Gaúcha. *Revista de História Regional*. Disponível em: [http://www.revistas2vufgs.br/index.php\).rhr](http://www.revistas2vufgs.br/index.php).rhr).
- BURKE, Peter. *Perdas e Ganhos: Exilados e expatriados na história do conhecimento na Europa e nas Américas, 1500 – 2000*. São Paulo: Editora UNESP, 2017.
- CAMPOS, Sônia Siqueira. Literatura Oral no Rio Grande do Sul. *In: BARROSO, Vera Lucia Maciel (Org.). Presença Açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1977.
- CARRUTHERS, Mary. The Book of Memory. *In: História, Antropologia Y Fuentes Orales*. Revista Memoria Rerum, 30, 3ª. época. Cambridge, 2003.
- CASTRO, Pedro de Faria e. Os Açores e a Dependência da Soberania. *In: Portugal e o Atlântico: 60 anos de acordo dos Açores*. Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, 2003.

CENTENÁRIO DA AUTONOMIA DOS AÇORES:(1895-1995): Exposição biblioiconográfica organizada pela Biblioteca Pública e arquivo de Ponta Delgada. Ponta Delgada: 1995.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 3ª. edição. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul Período Colonial*. 3. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002.

CESAR, Guilhermino. *Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul: 1605 – 1801*. 2. ed., Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1981.

CHRYSTELLO, J. Chrys. *Bibliografia Geral da Açorianidade*. Vol. I. Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia, Cultura, Governo dos Açores, 2010 – 2017.

CORVELO, Daniela (Coord.). *AIPA: 18 anos ao serviço das comunidades migrantes nos Açores*. Ponta Delgada: EGA – Empresa Gráfica Açoreana Ltd., 2021.

COSTA, Antonieta. *O Poder e as Irmandades do Espírito Santo*. Lisboa: Editora Rei dos Livros, 1998.

CONTE, Daniel, AGUIAR, HOFMEISTER de (Orgs.) *Vozes da Cultura Popular: Tradição, Movência e Ressignificações*. São Leopoldo: Trajetos Editorial, 2015.

CRUZ, Glenda Pereira. Arquitetura Luso-açoriana no Rio Grande do Sul. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.), *Presença Açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1977.

CRUZ, Jairton Ortiz. *A Festa do Divino Espírito Santo em Gravataí/RS ao longo dos Séculos XIX e XXI*. UNISINOS. [www.repositório.jesuíta.org.br/handle/UNISINOS/5165](http://www.repositório.jesuíta.org.br/handle/UNISINOS/5165).

DE SÁ, Daniel. *A Terra Permitida*. Lisboa: Edições Salamandra Ltda, 2003. (Prefácio de Luiz Antônio de Assis Brasil).

DE SÁ, Simão Pereira. Os Fundadores do Rio Grande de São Pedro lutam com os Tapes: A chegada de Silva Paes e seus primeiros atos. In: CESAR, Guilhermino. *Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul 1605 – 1801*. 2. Ed. Porto Alegre: URGS, 1981.

DREYFUS, Hubert L., RABINOW, Paul. Michel Foucault. *Uma Trajetória Filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revista. Gen, Forense Universitária, 2010.

DUBY, Georges, ARIÈS, Philippe, LE GOFF, Jacques, LA DURIE, Leroi E. *História e Nova História*. 2ª. Edição, Lisboa: Teorema, 1989.

DEVASSA sobre a entrega da Villa do Rio Grande às Tropas Castelhanas, 1764. cidade do Rio Grande Brasil: Bibliotheca Rio-Grandense, 1937.

ENES, José. *Portugal Atlântico: Estudos de fenomenologia política*. Lages: Companhia das Ilhas, 2015.

ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico. Açorianos no Sul do Brasil: do Prata, do Potosi ao ouro das Gerais. In: BARROS, Véra Lucia Maciel (Org.). *Presença Açoriana em Santo Antônio da Patrulha e Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: EST, 1997.

FAGUNDES, Francisco Cota. *No Fio da Vida*. Uma odisseia açor-americana. (Autobiografia). Ponta Delgada: Ver Açor Lda., 2013.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Coleção Biblioteca de Filosofia e História das Ciências. São Paulo: Graal, 2012.

FOUCAULT, Michel de. *Uma Trajetória Filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. In: DREYFUS, Hubert L. e RABINOW Paul. Rio de Janeiro: forense Universitária, 2010.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. Mulheres Açorianas na Formação do Rio Grande do Sul. In: Arquipélago. *Revista da Universidade dos Açores*. 2ª. Série, Vol. VIII. Ponta Delgada: 2004

HAMEISTER, Martha Daisson. Notas sobre a construção de uma “identidade açoriana” na colonização do sul do Brasil no século XVIII. In: *Revista do programa de Pós-Graduação em História*, n. 21/22. Anos 90. Porto Alegre: UFRGS, jan./dez.,2005.

HOBSBAWM. *A Invenção das Tradições*. Coleção Pensamento Crítico v.55, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, Eric. *Nacionalismo*. Lisboa: Editorial Presença, 2021.

JACHEMET, Célia Silva; SANTOS, Fabiano Glaeser. *Do Índio ao Padroeiro: Gravataí, o distrito do Barnabé e a paróquia Nossa Senhora das Graças, em 80 anos*. Santa Maria: Gráfica e Editora Pallotti, 2021.

JACHEMET, Célia Silva. *Tempo de Festa: Uma Análise das Festas do Divino (Espírito Santo) Gravataí e Santo Antônio da Patrulha – RS – 1859-1933*. Porto Alegre: Evangraf, 2002.

OS EDITORIAIS DO JORNAL “Autonomia dos Açores” 1894-1895. *Jornal de Cultura*, Vol.2. Coleção Autonomia, Ponta Delgada, 1995.

JUAN PABLO II. *Memoria e Identidad*. Conversaciones al filo de dos milenios. México: Planeta, 2005.

KAHLER, Erich. *¿Qué es la Historia?* México: Breviarios del Fondo de Cultura Económica, 1966.

KUHN, Fábio. *Gente de Fronteira: famílias, sociedade e poder no Sul da América Portuguesa - século XVIII*. Tese de doutorado em História. UFRGS, 2006.

LAYTANO, Dante. *O Rio Grande Antigo*. 1º. Vol. 2. Ed. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1946.

LAYTANO, Dante de. *O Rio Grande Antigo*. In: Enciclopédia Rio-Grandense. Vol.1. 2. ed. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1956.

LEAL, João. *Azorean Identity in Brazil and the United States: Arguments about History, Culture and Transnational Connections*. Lisboa: Portuguese studies and culture. Tagus Press, 2011.

LE GOFF, Jacques. *Reflexões sobre a História*. Entrevista de Francisco Maiello, Lisboa: Edições 70, 1982.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, *História e memória*. Campinas: editora Unicamp, 2003.

LEITE, José Guilherme Reis. O Comércio Legal Dos Açores com o Brasil na 1ª. Metade do Século XVIII. In: *Arquipélago*. Ponta Delgada: Revista da Universidade dos Açores, 2ª. série, 2004. Vol. VIII.

LIVRO DO PRIMEIRO CONGRESSO AÇORIANO, que se iniciou em Lisboa de 8 a 15 de maio de 1938. *Jornal de Cultura*, Coleção Autonomia 1ª. ed. Da Casa de Cultura dos Açores, 1940.

MACEDO, Francisco Riopardense de. Açorianos para o Sul do Brasil. In: *V Congresso Internacional de História das Ilhas do Atlântico*. O papel das ilhas do Atlântico na Criação do Contemporâneo. Instituto Histórico da Ilha Terceira. Actas do Congresso realizado em Angra do Heroísmo de 24 a 28 de maio de 1999. Angra do Heroísmo: 2000.

SEPARA do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira Vol. LVII (1999).

MARQUES, Lílian Argentina Braga. Tradições no Rio Grande do Sul: Contribuições açorianas e influência portuguesa-açoriana na música sul-riograndense. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel (Org.). *Presença Açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1977.

MEYER, Augusto. In: DREYS, Nicolau. *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Introdução e Notas de Augusto Meyer. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1961.

MENDES, Duarte Manuel Bettencourt. Nota Introdutória da Comissão Preparatória do II Congresso de Comunidades Açorianas. In: *II Congresso de Comunidades Açoriana – Anais – ANAIS -*, Angra do Heroísmo: 1986.

MENDONÇA, Luís. *História dos Açores: Visão Geral (Sécs. XV – XIX)*. Ponta Delgada, 1996.

MENDONÇA, Renato. *Pilares da Tradição*. Porto Alegre, Edição Independente, Gráfica

Pallotti, 2011.

MENESES, Avelino de Freitas de. *Antigamente era assim!* Ensaio de História dos Açores. 2. ed. Revistada e comenta. Ponta Delgada: Letras Lavadas Edições, 2011.

MENESES, Avelino de Freitas de. *A Utilidade da História*. As condições da colonização açoriana (SC e RS). Ponta Delgada: Letras Lavadas Edições, 2011

MENESES, Avelino de Freitas de. *O governo dos Açores: Das autonomias do passado à autonomia do presente*. Ponta Delgada: Publiçor, 2012.

MENESES, Avelino de Freitas de. *Das Autonomias à Autonomia e Independência: O Atlântico político entre os séculos XV e XXI*. Ponta Delgada: letras Lavadas Edições, 2012.

MENESES, Avelino de Freitas de. Os Açores nas Encruzilhadas dos Setecentos (1740/1770). *Poderes e instituições*. Walter Fernando Piazza. Ponta Delgada: Letras Lavadas Edições, 2011.

MENESES, Avelino de Freitas de. *Os Açores e o Brasil: As Analogias Humanas e Econômicas no Século XVIII*. Curitiba: Revista da SBPC, número 10, 1995.

MIRANDA, Márcia Eckert. MARTINS, BACK, Liana (Orgs.) Capitanias de São Pedro do Rio Grande: Correspondência do Governador Paulo José da Silva Gama. 200 anos de organização e gestão. *A Construção do RS*. Porto Alegre: CORAG, 2008.

MOHR, Egon Aloysio. *A Catequese como ação Transformadora: A dimensão libertadora e sócio-política da catequese na renovação catequética brasileira*. Dissertação de mestrado. Universidade Pontifícia Salesiana. Roma, 2000.

NEGALHA, Jonas. A Contribuição Açoriana para o Povoamento do Brasil. *In: II Congresso de Comunidades Açorianas*, - ANAIS -, Angra do Heroísmo: 1986.

NEIS, Ruben. *Guarda Velha de Viamão*. No Rio Grande Miscigenado surge Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre: EST, 1995.

NEMÉSIO, Vitorino. *Festa Redonda*. Décimas, cantigas de terreiro, oferecido ao povo da ilha Terceira. Lisboa: Livraria Bertrand, 1950.

NUNES E ZENO CARDOSO. *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro – Editor, 1982.

ORNELLAS, Manoelito de. *Gaúchos e Beduínos: A origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul*. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956.

ORTIZ, Renato. *Cultura e Modernidade*. A França no Século XIX. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1991.

ORTIZ, Renato. *Românticos e Folcloristas*. Cultura Popular. São Paulo: Olho D'Água, 1992.

PAVÃO JR., José de Almeida. *Popular e Popularizante*. Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1981.

PORTO, Aline Carvalho. *O Brasil Visto a Partir do Sul: A perspectiva nacionalista de João Simões Lopes Neto*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

RIBEIRO, Francisco. A Colônia do Sacramento e o Rio Grande. *In: CÉSAR, Guilhermino. Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul- 1605 – 1801*. 2. ed. Porto Alegre: URGs, 1981.

RIBEIRO, Luís da Silva. Subsídios para um ensaio sobre a açorianidade: Etnogenia. *In: Açorianidade, Autonomia*. Ponta Delgada: 1989.

ROCCA, Luíza Durán. Açorianos no Rio Grande do Sul: antecedentes e formação do espaço urbano do século XVIII. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ROCHA, Gilberta Pavão (Coord.); FERREIRA, Eduardo, MENDES, Derrick. *Entre Dois Mundos: Emigração e Regresso aos Açores: Angra do Heroísmo: Nova Gráfica Ltd.*, 2011.

ROCHA, Santa Inêze Domingues da. Os Açorianos na Formação do Rio Grande do Sul. *In: II Congresso de Comunidades Açorianas, - ANAIS -*, Angra do Heroísmo: 1986.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Tradução: Adroaldo Mesquita da Costa. Revisão de Moacyr Domingues. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1987.

SILVA, Heraldo Gregório da. *Açorianidade na Prosa de Vitorino Nemésio: Realidade, Poesia e Mito*. Lisboa: Casa da Moeda, Imprensa Portuguesa, 1985.

SIMÕES, Rita Basílio; FACÍOLA, Bianca; RAMOS, Lino Lopes; MARTINS, Tiago Estêvão. Era uma vez na América. *In: Potências Emergentes e Relações Transatlânticas*. II Fórum Açoriano Franklin D. Roosevelt. Ilha Terceira, Açores, 2010., Lisboa: 2012. Coord. Mário Mesquita e Paula Vicente.

SPALDING, Walter. Colonização Açoriana no Rio Grande do Sul: *In: Tradições e Superstições do Brasil Sul*. Coleção “Rex”., Rio de Janeiro: Edição da “Organização Simões, 1955.

TELO, António José. *Os Açores e o Controlo do Atlântico*. (1898/1948). Lisboa: Edições ASA, 1993.

TORRE, Angelo. *Micro/macro; Local/ Global*. El problema de la localidad em uma história espacializada. Italia: Universidade de Piemonte Orientale, 2018.

TRIGUEIRO, José Arlindo Armas. *Do Estado Novo à Autonomia dos Açores*. Memórias (1936 -1980), Horta: publicação do autor {s/d}.

TRIGUEIRO, José Arlindo Armas. *Açores 20 Anos de Autonomia* (contributo histórico) 1976-1996. Horta: Coingra Lda., 2006.

VELLINHO, Moysés. *Letras da Província*. Coleção Província. Porto Alegre: 2ª edição. Editora Globo, 1944.

VELLINHO, Moysés. *Açores 20 Anos de Autonomia* (contributo histórico) 1976-1996. Horta: Coingra Lda., 2006.

VENDRAME, Ines Máira; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (org.). *Ensaio de Micro-História, Trajetórias e Imigração*. São Leopoldo: Oikos Editora Unisinos, 2016.

VINCENT, Gérard; PROIST, Antonie. (org.). Uma História do Segredo. *In: História da Vida Privada: da Primeira Guerra aos nossos Dias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

WEBER, Regina e Glen S. Goodman. Comparada, Conectada, Mundial/global ou Transnacional: A história da imigração entre tantos rótulos. *In: ELMIR, Cláudio Pereira; WITT, Marcos Antônio; TRUZZI, Osvaldo (org.). Imigração nas Américas: estudo de história comparada*. São Leopoldo: OIKOS; Editora Unisinos, 2018.

ZALLA, Joselito. *Simões Lopes Neto e a Fabricação do Rio Grande Gaúcho*. Literatura e Memória Histórica no Sul do Brasil. E-Book. 2ª. Edição. São Leopoldo: Oikos. Coleção AnphuRS, 2022.

**ANEXOS**  
**NOTÍCIAS QUE FORAM NOTÍCIA**

**Entrevista nossa à Rádio RTP Açores, Antena 1 – Programa Inter-Ilhas, de Sidónio Bettencourt, em 2 de novembro de 2021, Ponta Delgada – São Miguel - Açores.**



**Foto da autora**

Nessa entrevista à RTP Açores, Programa Antena 1, conversamos com o jornalista Sidónio Bettencourt, respondendo sobre assuntos do Rio Grande do Sul. Falamos da importância do povoamento açoriano e de como o movimento de açorianidade é expresso hoje pelos gaúchos, da sua extensão por todo o Estado do Rio Grande do Sul, expresso na música, nas festas religiosas e mesmo na Literatura. Reconhecem, gaúchos e açorianos, que após a autonomia político-administrativa dos Açores, um sentimento recíproco de açorianidade (mesmo o termo açorianidade sendo novo), já é admitido em grande escala da população.

Durante o programa de 30 minutos, houve muitos telefonemas dos Açores, do Rio Grande do Sul, de São Paulo, de pessoas que se mostravam surpresas em saber o quanto eram expressivas e intensas as relações entre estes espaços. Destacamos a seguir, algumas notícias, como a guardá-las em arquivos de memória e para a memória, evidenciando a “Redescoberta das Raízes”, ao longo dos últimos 30 anos.

Reportagem veiculada pelo jornal Açoriano Oriental, julho de 1994, p. 3.

AÇORIANO ORIENTAL  
REPORTAGEM  
10 DE JULHO DE 1994

Brasileiros mais sensíveis à cultura açoriana

## SEMINÁRIO SOBRE AÇORIANIDADE TRAZ ESTRANGEIROS A S. MIGUEL

Foto Eduardo Costa



Universidade dos Açores Regada a diaspora açoriana

Já na sua 13ª edição, o "Seminário Portugal Atlântico e Açorianidade" conta este ano com uma presença esmagadora do Brasil. São ao todo 17, dos 27 participantes que esta semana se deslocaram a S. Miguel, onde, no pólo de Ponta Delgada da Universidade dos Açores, o seminário irá decorrer até ao dia 29 de julho. Os restantes são 6 pessoas dos Estados Unidos da América, 3 do Canadá e 1 da Bermuda, e na sua esmagadora maioria os participantes deste são do sexo feminino.

A questão das nacionalidades presentes neste seminário, que ontem teve início com discursos pelo reitor da U.A., Machado Pires e o subsecretário regional para a Cooperação Externa, Lalandia Gonçalves, tem a ver com o próprio âmbito da iniciativa. É que, enquanto que os participantes oriundos da América do Norte são em geral professores que leccionam em escolas de língua portuguesa nas comunidades de emigrantes, os brasileiros não terão uma acção directa

sobre elementos açorianos que vivem noutras paragens. O incremento da sua participação que se verifica desde há dois anos nestes seminários, reflecte sobretudo uma tendência crescente de algumas zonas do Brasil tentarem conhecer determinadas raízes culturais, que se relacionam com os Açores por motivo de um sítio de emigração registada no século XVIII, principalmente para Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que é de onde estes participantes são oriundos — principalmente de Rio Grande do Sul, de onde vieram 16 dos 17 participantes brasileiros.

Ao mesmo tempo, existe um curso de formação de animadores culturais na área do folclore regional, que tem sido objecto de vários estudos por parte de universitários brasileiros. Curiosamente, algum do folclore açoriano que sobreviveu no Brasil, manteve a sua forma original intacta, o que já permite hoje em dia comparações com aquele que cá se pratica.

Apesar de longo dos onze dias que durará este curso sobre açorianidade, serão versados uma série de temas que caracterizam a vivência açoriana sob diversos aspectos. A agropecuária estará a cargo do prof. Dr. Alfredo Borba; a vulcanologia será abordada pelo prof. Dr. Victor Hugo Forjaz; a economia insular pelo prof. Dr. José Manuel Monteiro da Silva; a etnologia dos Açores pelo prof. Dr. Rui Américo de Sousa Martins; a demografia no arquipélago pelo prof. Dr.ª Gilberta Rocha; a sua geografia física e humana pelo Dr. João de Medeiros Constância; a história da sociedade e cultura açorianas estará a cargo pelo Dr. Nestor de Sousa; as instituições autonómicas pelo Dr. Carlos Amaral; a língua portuguesa pelo Dr. Paulo Meneses; a literatura de significação açoriana pelo Dr. Manuel Urbano Machado; a literatura portuguesa pelo Dr. Manuel Urbano Machado; e uma sessão sobre técnicas de expressão do português pela Dr.ª Helena Silva. Em suma, um vasto leque de temas, abordados por especialistas nos respectivos sectores, que será de grande valor para os participantes.

Paralelamente, todos terão oportunidade de contactar pessoalmente com uma parte da actual realidade açoriana, através de uma série de passeios que os levarão a diversos locais de interesse em S. Miguel. A primeira visita terá lugar já hoje à tarde, ao Santuário da Esperança, lugar fundamental na compreensão do culto a Santo Cristo dos Milagres que é um dos mais importantes da ilha. Na quinta-feira visitarão a Escola da Mãe de Deus e na sexta-feira a Escola Secundária da Ribeira Grande. Depois do sábado livre, o domingo será inteiramente dedicado a um passeio às Furnas e Nordeste. Na terça-feira os participantes irão a Vila Franca, onde visitarão o Museu local e a Olaria, depois de terem passado pela fábrica de cerâmica da Lagoa. Na quinta-feira visitarão as Sete Cidades.

A cerimónia de encerramento deste XIII Seminário está marcada para a 17h00 no Anfiteatro "C" da Universidade dos Açores.

por MANUEL MONIZ  
Foto Eduardo Costa



Uma perspectiva da assistência

3

Acervo particular da autora.

## Encontro dos municípios de cultura açoriana do Rio Grande do Sul

16 13 de agosto de 2004 Cultura

# Promovido encontro de cultura açoriana

FOTO: Carlos Leonardo

**SANTO ANTÔNIO** - A Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS), juntamente com o Instituto Histórico e Geográfico de Santo Antônio da Patrulha, com o apoio da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo local, realizou, no último dia 6, o "Encontro de Representantes dos Municípios de Cultura Açoriana", no plenário da Câmara de Vereadores.

O evento teve como objetivo o levantamento de atividades e eventos previstos nos municípios que tenham relação com a cultura açoriana; levantamento de instituições parceiras e de ações e eventos para a elaboração do Calendário Açoriano Estadual, para o ano de 2005.

Fundada em 2003, a CAERGS tem como objetivos principais a divulgação da história, música, dança, folclore,



*Representantes culturais têm por objetivo divulgar história, música, dança e folclore gastronomia, artesanato, costumes e todos os valores culturais e sociais dos Açores. Também visam promover o intercâmbio entre as diferentes áreas dos Açores, com o Rio Grande do Sul e demais Comunidades Açorianas.*

Estiveram presentes o presidente da CAERGS, Regis Albino Marques Gomes, e a coordenadora do Encontro, [REDACTED], além de representantes de Gravataí, Capão da Canoa, Pelotas e Guaíba. Foi coordenadora do evento em Santo Antônio Ana Maria Massulo, do Instituto Histórico e Geográfico do Município.

Fonte: Jornal de Glorinha: Caderno Cultura, 13 de agosto de 2004, p.16.

## Reportagem alusivas às comemorações dos 250 anos do Edital Régio.

Foto: Silvano Lara

O  
R  
E  
S

### 250 Anos do Alistamento Açoriano para o Sul do Brasil



*Pedra com a inscrição "Homenagem da Cidade de Porto Alegre aos 250 Anos da Assinatura do Edital Régio de D. João V", ao lado do Monumento aos Açorianos, no Parque dos Açorianos.*

Os dois estados brasileiros que, a partir da Carta Régia de D. João V, que autorizou fossem espalhados editais de alistamento de casais açorianos pelas nove ilhas dos Açores, foram povoados por esses "casais" enviados pela Coroa Portuguesa, festejaram os 250 anos de presença açoriana no Sul do Brasil: Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

No Rio Grande do Sul, coube ao Governo do Estado, através das Secretarias de Turismo, Cultura e de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais, realizar as comemorações que tiveram a participação do Governo da Região Autónoma dos Açores, através do Ga-

binete de Emigração e das Comunidades Açorianas.

Essas comemorações desenvolveram-se no período de 22 a 31 de agosto de 1996. No dia 22 de agosto, chegou a Porto Alegre o Presidente do Governo da Região Autónoma dos Açores, Dr. Alberto Romão Madruga da Costa e sua comitiva, tendo sido recebido no Aeroporto Internacional Salgado Filho, pelo Sr. Cônsul de Portugal, pelo Sr. Secretário de Estado da Cultura, pelos Presidentes da Casa de Portugal e Instituto Cultural Português e pelos organizadores do evento em nível estadual, representantes das secretarias envolvidas, e pelos represen-

tantes dos municípios das "Salas Açorianas", Taquari, Santo Antônio da Patrulha, Tramandaí, Triunfo, Gravataí e Viamão.

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre participou da homenagem através da colocação de uma inscrição alusiva à data, gravada em granito e incrustada em uma pedra assentada ao lado do Monumento aos Açorianos, no Parque dos Açorianos, inaugurada no dia 22 de agosto, às 16 horas, na presença de autoridades de Portugal, do Estado, da Prefeitura de Porto Alegre e representantes de outros municípios do Estado.

A Casa de Cultura Mário Quintana foi o local que centrali-

28
RG CULTURA, Setembro/Octubre/96

## Continuação anterior

Ato público na Praça Lions Club de Triunfo, da direita para a esquerda: Sr. Alberto Romão Madruga da Costa e Sr. Cônsul Sr. Verônica Madruga da Costa e Presidente do Governo da Região Autónoma dos Açores, Dr. Alberto Romão Madruga da Costa e Sr. Cônsul de Portugal, Dr. Maria Isabel Félix Machado.

zou o maior número de eventos: a I Mostra Cultural e Turística dos Açores, com trabalhos de artesãos açorianos das nove ilhas; a Exposição "Açores - um Elo com o Passado", fotos de Ilka Portes, projeto do Instituto Cultural Português com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas; no Teatro Bruno Kiefer, aconteceu o show do "Cantinho da Terceira", grupo de cantares coordenado por Luiz Bettencourt, dos Açores. O espaço Maurício Roseblat foi o local do ato oficial em que o Instituto Cultural Português fez a entrega de uma "Medalha Comemorativa" ao Presidente do Governo da Região Autôno-

ma dos Açores, à Sr.ª Cônsul de Portugal e aos Secretários de Estado, organizadores do evento. Ainda aconteceram apresentações artísticas como a peça teatral "Os Sonhos do Infante" pelo Grupo "Alpêndre", dirigido por Alamo de Oliveira, de Angra do Heroísmo, Açores, no Teatro da UFRGS, e o Grupo de Cantares "Cantinho da Terceira" apresentou-se na UNISINOS, de São Leopoldo, e na Moenda da Canção Nativa, de Santo Antônio da Patrulha. A Prefeitura Municipal de Triunfo, representando todos os municípios que têm "Salas Açorianas" recepcionou a comitiva açoriana na sede do município, no dia 23 de agosto de 1996. As exposições per-

maneceram abertas ao público até 31 de agosto, inclusive a que esteve patente no Shopping Center Iguatemi, denominada "Festa dos Açores", fotografias enviadas pelo Governo dos Açores.

Dessa maneira, de forma bem significativa, o Rio Grande do Sul assinalou a data de 31 de agosto de 1746, em que o Rei de Portugal, D. João V, com o Conselho Ultramarino, manifestou por este ato político o interesse e possibilitou que a posse das terras da Província do Rio Grande de São Pedro pudesse, pelo povoamento açoriano, vir a ser assegurada, gradativamente, a partir de 1752, para a Coroa Portuguesa.

Fonte: Acervo do Instituto Cultural Português (ICP)

Programação da Feira do Livro de Porto Alegre, de 2016.

FEIRA DO LIVRO 2016

62ª Feira do Livro

# VOCÊ JÁ FOI AOS AÇORES

ARQUIPÉLAGO QUE TEM estreita relação com a história da Capital é homenageado na programação

**É** tempo de açorianos na Praça da Alfândega: o povo do arquipélago dos Açores, que colonizou o Rio Grande do Sul a partir do século 18 e possui forte vínculo histórico com a capital gaúcha, é o grande homenageado na programação da 62ª Feira do Livro de Porto Alegre. Com a finalidade de celebrar a cultura açoriana, o evento promove seminários, exibição de filme, debates, oficinas e contações de histórias folclóricas das ilhas. Também está prevista a presença de escritores dos Açores – como Vasco Pereira da Costa, Madalena San-Bento, Edúardo de Jesus, entre outros.

Uma amostra dessa programação pôde ser conferida ontem na Conferência Açorianidade no sul do Brasil: história, literatura e cultura, realizada no auditório do Memorial do RS. Com mediação de Adriana Ribeiro, vice-cônsul de Portugal em Porto Alegre, o painel contou com apresentação do escritor Luiz Antonio de Assis Brasil, com a historiadora Véra Lucia Maciel Barroso e Célia Silva Juchemet, presidente da Casa dos Açores do Rio Grande do Sul.

Assis Brasil lembrou em sua fala dos 40 anos de seu primeiro livro, *Um quarto de légua em quadro* (1976) – romance histórico ambientado na colonização açoriana no sul do Brasil. A obra surgiu de uma investigação de suas origens familiares que proviam do arquipélago dos Açores.

Quando o romance saiu, acabou sendo uma novidade porque não havia um livro que abordasse ficcionalmente os açorianos no Rio Grande do Sul – lembrou o escritor.

Já Véra Barroso abordou a vinda do povo do arquipélago para o Estado e as dificuldades que eles encontraram por aqui. Segundo a historiadora, os açorianos chegaram ao Rio Grande do Sul para defender o território dos espanhóis e ocupar terras, garantindo os limites territoriais para Portugal.

– Aqui eles foram ilhados nas terras gaúchas. Em Santa Catarina, por estarem no litoral, os açorianos puderam fortalecer suas raízes, enquanto no Rio Grande eles se dispersaram, o que ameaçou sua identidade. Foi uma trajetória difícil, penosa e intranquila. Não tinham sossego em meio às guerras no Estado – explicou.

Véra ainda destacou a herança dos açorianos na cultura brasileira – na língua, ditos populares, culinária, artesanato, brincadeiras de criança, danças, músicas e arquitetura. Por fim, Célia Juchemet leu um manifesto que refletia sobre a necessidade de valorização da cultura açoriana.

## Programação

Confira alguns destaques da programação da feira em homenagem aos açorianos:

**¶ Sexta-feira, 4 de novembro, 16h**  
Auditório Barbosa Lessa CCEV (Andradas, 1223)  
**AÇORES: ESCREVER NOS AÇORES**  
Presença de Paula de Sousa Lima: *Leu/Escrives/Leu*, com mediação de Cintia Moscovich.

**¶ Sábado, 5 de novembro, 18h30min**  
Auditório Barbosa Lessa  
**AÇORES: NOVA LITERATURA AÇORIANA**  
Presença de Nuno Costa Santos: *Açores, novos escritores*, com apresentação de Mária Inês de Lima e Silva.

**¶ Terça-feira, 8 de novembro, 15h50min**  
Auditório do Memorial do RS (Sete de Setembro, 1.020)  
**OFICINA AÇORES: COMO CONSTRUIR**

**UMA GENEALOGIA AÇORIANA COM JORGE FORIAZ**

**¶ Domingo, 13 de novembro, 14h**  
Auditório Barbosa Lessa CCEV  
**AMOSTRAM' ISSE - MOSTRA DE CINEMA CONTEMPORÂNEO DOS AÇORES**  
*O funeral artístico de um projectionista* (2013), *Adormecido* (2012), *Ser Ilhéu* (2013), *Montar a tenda - Carnaval de terceira* (2012)

**¶ Terça-feira, 15 de novembro, 14h**  
Auditório Barbosa Lessa CCEV  
**AMOSTRAM' ISSE - MOSTRA DE CINEMA CONTEMPORÂNEO DOS AÇORES**  
*Alabate* (2015), *Venâncio* (2015), *Tempos de filme* (2014), *Corre Bmanor, corre* (2011) e *Santa Maria connection* (2012)

Programação açoriana completa na feira do livro: [bit.ly/açoresfeira](http://bit.ly/açoresfeira)

Acervo da Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul.

Agenda em comemoração ao 14º Aniversário da Casa dos Açores (2016)



**Programação de Aniversário**

***Agenda em comemoração ao 14º Aniversário da Casa dos Açores/RS***

***Dia 22/03 – Visitação de Alunos (com agendamento)***

***Dia 24/03 – 15horas: Encontro dos Núcleos Açorianos do RS***  
***20 horas: 2º Encontro de Videiros da CAERGS***

***Dia 25/03 – 20 horas: Jantar Beneficente “Arroz Amigo”***

**Ingressos para o jantar estarão disponíveis na secretaria e com a diretoria, as demais atividades serão gratuitas.**

***CONTAMOS COM A PRESENÇA DE ASSOCIADOS E AMIGOS DA CAERGS!***

 Informações: (51) 3490.5868 - [www.casadosacores-rs.org.br](http://www.casadosacores-rs.org.br)  
 Av. Adolfo Inácio Barcellos, 938 - Centro - Gravataí - RS

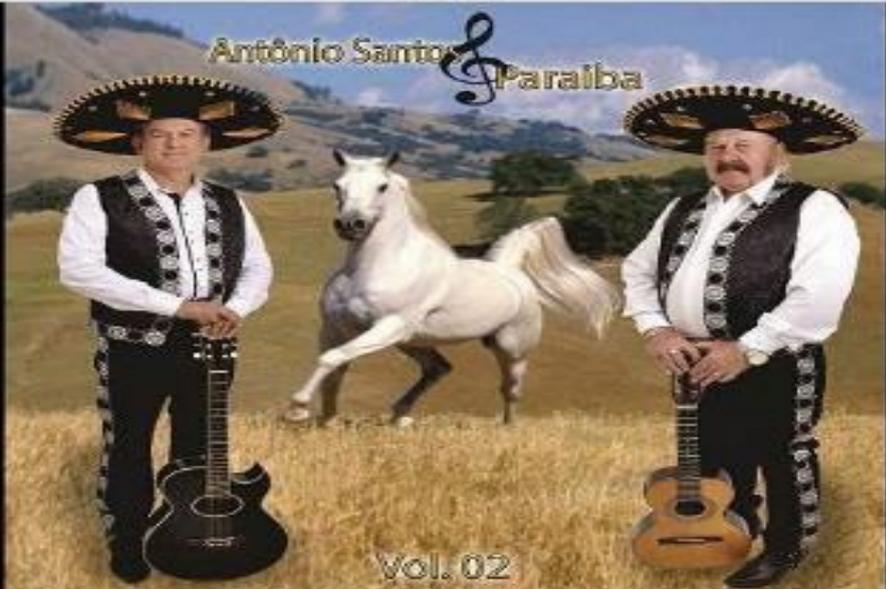
Fonte: Acervo da Casa dos Açores

**Encontro dos Núcleos Açorianos do RS (2013) na CAERGS**

2º Encontro de Violeiros da CAERGS

# Show de Viola

Com



Antônio Santos & Paraíba

Vol. 02

**LOCAL: Casa dos Açores  
Gravataí**

**DATA: 24/03/2017 / 20 Horas**

Contatos:

✉ a.santosparaiba@bol.com.br    📘 Antonio Santos

☎ 051 99984.0447 / 051 99155.0254 - Antonio

☎ 051 99290.8426 / 051 99509.9372    🗨️ - Paraíba

Fonte: Acervo da CAERGS

A Casa dos Açores do RS será agraciada na tarde deste sábado, dia 29/04 na câmara de Vereadores de Porto Alegre.



**Medalha Mérito Cultural**  
**Professora Lilian Argentina**  
 Folclorista Brasileira Emérita  
**CONVITE**  
 29 DE ABRIL DE 2017 – 14 HORAS  
 Câmara de Vereadores de Porto Alegre - Sala 301



*A Comissão Gaúcha de Folclore - CGF, instituição técnica na área de Folclore, celebrando seu 69º aniversário de fundação – 23 de abril e o Dia da Tradição Gaúcha – 24 de abril, tem o prazer e a honra de convidar Vossa Senhoria para a outorga da Medalha Mérito Cultural Professora Lilian Argentina, criada por esta instituição para homenagear a sua ex presidente e folclorista brasileira emérita Professora Lilian Argentina Braga Marques, em reconhecimento a pessoas e instituições por relevante e meritório comprometimento e protagonismo com os fazeres e saberes culturais do Rio Grande do Sul.*

*O prestígio de suas presenças engrandecerá e dará brilho a este reconhecimento.*

Prof. Ivo Benfatto - Presidente da CGF

#### AGRACIADOS

Pedro Marques Ortega - Músico, cantor e compositor missionero, Padre Amadeu Gomes Canelas, religioso tradicionalista, Lorna Benice Gomes Pereira – cantora regionalista, Gilberto Monteiro, músico, gaiteiro e compositor, Sociedade Beneficente e Cultural Floresta Aurora- associação cultural popular tradicional, Antônio Carlos Côrtes - Cultura Popular Tradicional – Carnavel, Colmar Pereira Duarte - Poeta, escritor, pesquisador e compositor, Terno de Reis - Irmãs Fernandes, Luciano Fernandes – arte circoense, Casa do Artista Riograndense e Casa dos Açores do Rio Grande – etnia açoriana.



## Festa do Divino de Gravataí – RS – maio de 2016

[www.revistaevidencia.com.br/noticia/exposicao-sobre-a-festa-do-divino-segura-no-shopping-gravatai-ate-4-de-junho](http://www.revistaevidencia.com.br/noticia/exposicao-sobre-a-festa-do-divino-segura-no-shopping-gravatai-ate-4-de-junho)

## NOTÍCIAS

### Exposição sobre a Festa do Divino segue no Shopping Gravataí até 4 de junho

População pode conferir objetos, fotografias e documentos sobre a celebração, que tem origem açoriana

A Festa do Divino Espírito Santo, promovida pela Paróquia Nossa Senhora dos Anjos em parceria com a Prefeitura, inicia no dia 31 de maio, mas a população já pode conhecer um pouquinho mais sobre a celebração, isto porque até o dia 4 de junho, o Shopping Gravataí (Avenida Centenário, 555) sedia uma exposição de objetos, fotografias e documentos que contam a história de 200 anos do festejo. Um altar aos moldes açorianos foi montado em uma das salas. A visitação pode ser feita das 10h às 22h.

O tríduo (dias que antecedem a festa) acontece de 31 de maio a 2 de junho, sempre a partir das 19h30min. No primeiro dia de programação, Dom Adilson Busin fará uma pregação sobre o tema "Espírito Santo, Deus Comunhão". Na ocasião atividades também serão promovidas no salão paroquial, como janta e apresentação da Orquestra de Músicas Professor Alexius Follmann. Em 1º de junho, o padre Alexandre Silveira Chaves falará sobre "Espírito Santo, Alma e Vida da Igreja". Posteriormente, haverá apresentação do Coral Carlos Binacoglio e a visita dos festeiros de Santo Antônio da Patrulha, além de um jantar. No dia 2 de junho, a pregação sobre "Espírito Santo, Esperança de um Mundo Melhor" será apresentada pelo padre Edomar Danielon. Já no dia 3, estão previstas a missa, às 19h, e uma noite cultural na Casa das Ações (Rua Adolfo Inácio Barcelos, 930), a partir de 19h30min. A programação encerra em 4 de junho, com a missa festiva, às 0h00min, seguida de procissão e almoço no salão paroquial.

comentários (0) [Deixe seu comentário](#)

- nenhum comentário foi encontrado para esta notícia

[Mais comentários](#) [Não há comentários](#)



Crédito: Prefeitura de Gravataí



Link: <https://bit.ly/2tFJqW>



Fonte: Revista Evidência, Gravataí: maio de 2016

Exposição “SALA DO DIVINO”, no Espaço da Comunidade, no Shopping Gravataí, aberta até 04 de junho.

TERÇA-FEIRA, 25.02.2017 / COMUNIDADE / 4

Pela primeira vez fora da Igreja

# SHOPPING RECEBE DIVINO ESPÍRITO SANTO

Programação contará com altar, nos moldes dos Açores, exposto no centro comercial até o mês de junho

**Gravataí** - A tradicional Festa do Divino Espírito Santo 2017, na Paróquia Nossa Senhora dos Anjos, continua com ações em comemoração a data, que é celebrada há mais de 200 anos em Gravataí, e conta com o apoio da Prefeitura, por meio da Fundação Municipal de Arte e Cultura (Fundarc).

Em um espaço amplo, no Shopping Gravataí, será exposto um altar do Divino Espírito Santo, nos moldes dos Açores, além de trazer elementos que contarão a história da tradicional festa no município que, pela primeira vez, é realizada fora da Igreja.

Segundo a diretora-presidente da Fundarc, Fernanda Fraga, “além de ser um ato religioso, é uma festa especial para a comunidade

pela aproximação que cria. Esse espaço é importante pois conta também uma história social e cultural, fortalecendo nossa raiz açoriana” e completa “só assim podemos deixar viva a história até nos mais novos, tornando-os cidadãos mais ativos na sociedade”, comenta.

A montagem do espaço, que contará com a participação da presidente da Casa dos Açores do Rio Grande do Sul, Célia Jachemet, será realizada hoje. Após a conclusão desta etapa, o ambiente será aberto ao público, destinado a todos que queiram conhecer mais sobre a grande festa, sendo a segunda data comemorativa mais importante da Igreja Católica na região.



EM 2016: comemoração na igreja matriz

## Veja a programação

**Lema:** Divino Espírito Santo: Dom de Deus

**Tríduo:**  
**31 de maio** - quarta-feira às 19h30  
 Tema: Espírito Santo, Deus Comunhão  
 Pregador: Dom Adilson Busin  
 Após o Tríduo, atividades no salão, abertas ao público  
 Apresentação da Orquestra de Metais Professor Alexius Folmann  
**Cardápio:** canja, convites no local

**1 de junho** - quinta-feira às 19h30  
 Tema: Espírito Santo, Alma e Vida da Igreja  
 Pregador: Pe. Alexandre Silveira Chaves  
 Após o Tríduo atividades no salão, abertas ao público  
 Apresentação do Coral Carlos Bina

Visita dos festeiros da cidade de Santo Antônio da Patrulha  
**Cardápio:** carreteiro, convites no local

**2 de junho** - sexta-feira às 19h30  
 Tema: Espírito Santo, Esperança de Um Mundo Melhor  
 Pregador: Pe. Ildomar Ambos Danellon  
 Após o Tríduo, atividades no salão abertas ao público  
 Tradicional bingo com muitos prêmios  
**Cardápio:** pastéis feitos na hora

**3 de junho** - sábado - missas às 16h e 18h  
 19h30 - Noite Cultural na Casa dos Açores

**4 de junho** - domingo de Pentecostes  
 9h30 - missa festiva seguida de procissão  
 Tema: Divino Espírito Santo, Dom de Deus  
 12h - almoço - churrasco de integração

JORNAL Correio de Gravataí, de 02 de maio de 2017 – Espaço Comunidades.

## Cartaz da Festa do Divino de Gravataí



*Festa do Divino Espírito Santo*

LEMA:  
DIVINO ESPÍRITO SANTO: DOM DE DEUS  
**GRAVATAÍ - 2017**

**Tríduo:**  
19h30  
31 de maio  
01 e 02 de junho

**Festejos Domingo 4 de junho**  
9h30 - Missa e Procissão  
12h - Almoço com churrasco

Local: Paróquia Nossa Senhora dos Anjos  
Rua Cônego Pedro Wagner, 717 - Centro  
Informações: 3488.1738

Paróquia Nossa Senhora dos Anjos

Festa

Prefeitura de **GRAVATAÍ**

Fonte: Acervo da CAERGS

# Gravataí busca aproximação com Portugal

*Município foi convidado a integrar o projeto de geminação com a cidade portuguesa de Horta*

🕒 11/07/2017 08:46 🔄 11/07/2017 08:46



Em recente visita ao prefeito Marco Alba, a presidente da Casa dos Açores, Célia Jachemet, acompanhada da diretora de Cultura e Folclore Evanir Marcos e de Rancho Folclórico e Relações Institucionais, Régis Albino Gomes, convidou a administração pública a integrar o projeto de geminação das cidades de Gravataí com a cidade portuguesa de Horta, na Ilha do Faial, uma das integrantes do

Fonte: Jornal Informativo da Prefeitura Municipal de Gravataí

**Casa Antero de Quental em Viamão: ampliando o Projeto de Divulgação da Cultura Açoriana nas Escolas. Hoje a palestra-oficina foi no Colégio João XXIII. Os trajes típicos são das Ilhas do Pico e São Miguel. Livro " AÇORES- Nossas origens nas Ilhas de Encanto".**



**Fonte: Foto de Lucélia Adami (coordenadora do grupo de danças açorianas da Escola Estadual Isabel de Espanha, de Viamão)**

**CAERGS participa da confecção dos tapetes para a procissão de Corpus Christi - Gravataí – RS, 2016.**



**Foto da autora.**

**Prêmio Comunidades - ICP**

**Fonte: Acervo do ICP, 2014/2015.**

## Colóquio de Lusofonia recebe gaúchos.

A VOZ DE PORTUGAL | 16 DE SETEMBRO DE 2015 | P. 7

# GRACIOSA RECEBE 18 PAÍSES E REGIÕES PARA O COLÓQUIO DA LUSOFONIA

**S**anta Cruz da Graciosa vai acolher, pela primeira vez, entre 24 e 27 de setembro a AICL (e os Colóquios da Lusofonia na sua 24ª edição).

Os convidados de honra deste 24º colóquio são o Prémio Nobel da Paz Dom Ximenes Belo, o escritor Valter Hugo Mãe e a Dra. Marisa Mendonça, Diretora Executiva do IILP/CPLP (Instituto Internacional da Língua Portuguesa).

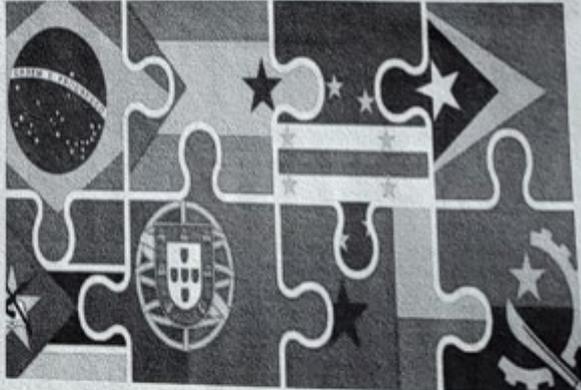
Cinco autores açorianos deslocam-se a Santa Cruz para divulgar a pujante literatura de matriz açoriana, promovida pelos Colóquios desde 2006 (Alamo Oliveira, Brites Araújo, Norberto Ávila, Susana Margarido, Victor Rui Soares).

Realce ainda para o anúncio do vencedor do 3º Prémio AICL Açorianidade, em parceria com a Editora Calendário de Letras.

Com sete dezenas de inscritos, este Colóquio tem uma sessão especial dia 24, na Escola Secundária da Graciosa, para a qual foram convidadas várias personalidades a fim de haver uma interligação entre académicos, escritores, professores e alunos.

Neste colóquio serão abordados temas como a Lusofonia e Língua Portuguesa, Açorianidades e Tradutologia. Haverá – para além das sessões científicas – recitais de Poesia, recitais do Cancioneiro Açoriano e de poetas açorianos musicados pelo Conservatório Regional de Ponta Delgada, Ana Paula Andrade, ao piano, acompanhada ao violino por Carolina Constância, e num recital com o tenor graciosense Francisco Lobão, do Teatro Nacional de São Carlos, que se desloca de propósito para esta intervenção, a atuação do Grupo Folclórico de Guadalupe, espetáculos com o “Grupo Gira Teatro” (de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil) e a companhia local “A Semente”, e ainda surpresas musicais evocativas do passado musical da ilha Graciosa pelo grupo Coro de Câmara MUS&CANTO e alunos do Ensino Artístico EBSGraciosa.

As 18 regiões e países representados são: Alemanha, Açores, Angola, Austrália, Brasil (Estado do Goiás, Estado do Rio Grande do Sul, Estado de Rondônia, Estado de Santa Catarina, Estado de São Paulo), Cabo Verde, Canadá, EUA, Galiza, Luxemburgo, Portugal, Macau, Moçambique e Timor, incluindo 5 representantes das três academias de língua portuguesa.



Fonte: Jornal A Voz de Portugal, 16 de setembro de 2015, p. 07  
Acervo da autora

De volta à terra de origem.

16 **Rumos Cruzados**

COORDENAÇÃO AIPA | TEXTOS JOSEFINA CRUZ | www.aipa.org.br

ACÓRIANO ORIENTAL  
QUINTA-FEIRA, 8 DE SETEMBRO DE 2016

**Mulheres imigrantes visitam a ilha Terceira**

Desempregadas, reformadas ou "donas de casa", um grupo de mulheres imigrantes do "Tu existes, Tu contas" viajou até à ilha Terceira durante 5 dias, numa iniciativa da AIPA para o encerramento da 4ª edição do projeto. A maioria não conhecia mais do que o seu local de residência. Esta foi uma oportunidade para conhecer mais sobre os Açores, a sua história, cultura e tradições

**JULIETA TOVELA**  
MOÇAMBIQUE

"Esta viagem foi construtivo e deu-nos muita aprendizagem. Para mim, calhou-me muito bem, caiu do céu. Gostei de tudo nesta visita à Terceira, porque não conhecia aquilo que vi. Espero que façam mais iniciativas destas e que haja uma próxima viagem. Também, que o projeto continue com mais força, mais determinação, porque ele serve para o bem de todas nós".

**CRISPINA OLIVEIRA**  
BRASIL

"Esta viagem foi uma diversão que há muito tempo eu não tinha. Mas também, uma oportunidade para conhecer pela primeira vez a ilha e a sua cultura. Foi muito bom para mim culturalmente, foi como uma escola. Pretendo continuar no projeto e estarei sempre disponível para trabalhar voluntariamente e sempre que a AIPA precisar para ajudar o "Tu existes, Tu contas" a ir mais além".

**LAURA LEITÃO**  
BRASIL

"A viagem para mim foi maravilhosa, era tudo o que eu estava precisando. A programação foi muito bem trabalhada. Vou para casa livre, leve e solta. Esta foi também uma oportunidade para nos conhecermos melhor, no dia-a-dia. Espero que o projeto progrida cada dia mais, porque é uma reliquia para a mulher imigrante, principalmente para as que não têm uma ocupação".

**FILOMENA DIDUF**  
GUINÉ BISSAU

"O balanço que eu faço desta viagem é ótimo. Eu, em particular, não conhecia outras ilhas e esta foi uma oportunidade para estamos em contacto com diferentes realidades. Nota-se, aqui, o empenho desta Associação, à qual agradeço muito. Espero que a partir de agora seja cada vez melhor e que o projeto consiga se expandir para muito mais".

**ORLEANDIA SILVA**  
BRASIL

"Gostei muito da viagem, foi produtiva, não só pelos passeios, como pelo convívio entre todas nós. Conheci várias pessoas e aprendi coisas novas, outras gastronomias e histórias de ilha. Esta foi a primeira vez que visitei a Terceira, até então conhecia a ilha pela internet e através de amigos. Espero que o projeto continue, que avance e integre mais pessoas".

**SUSAN TRUBEY**  
AMÉRICA

"Gostei muito da ideia de viajar e de estar mais tempo com pessoas de diversos países. Partilhámos as culturas, as comidas e outras coisas do dia-a-dia. Porque é que utiliza pimenta na comida? Porque é que tens este livro? São as perguntas que colocamos umas às outras. Eu gostei muito de conhecer mais uma ilha, mas a coisa mais importante foi a oportunidade de estarmos juntas".

**LEONOR CABRAL**  
LARI VERDE

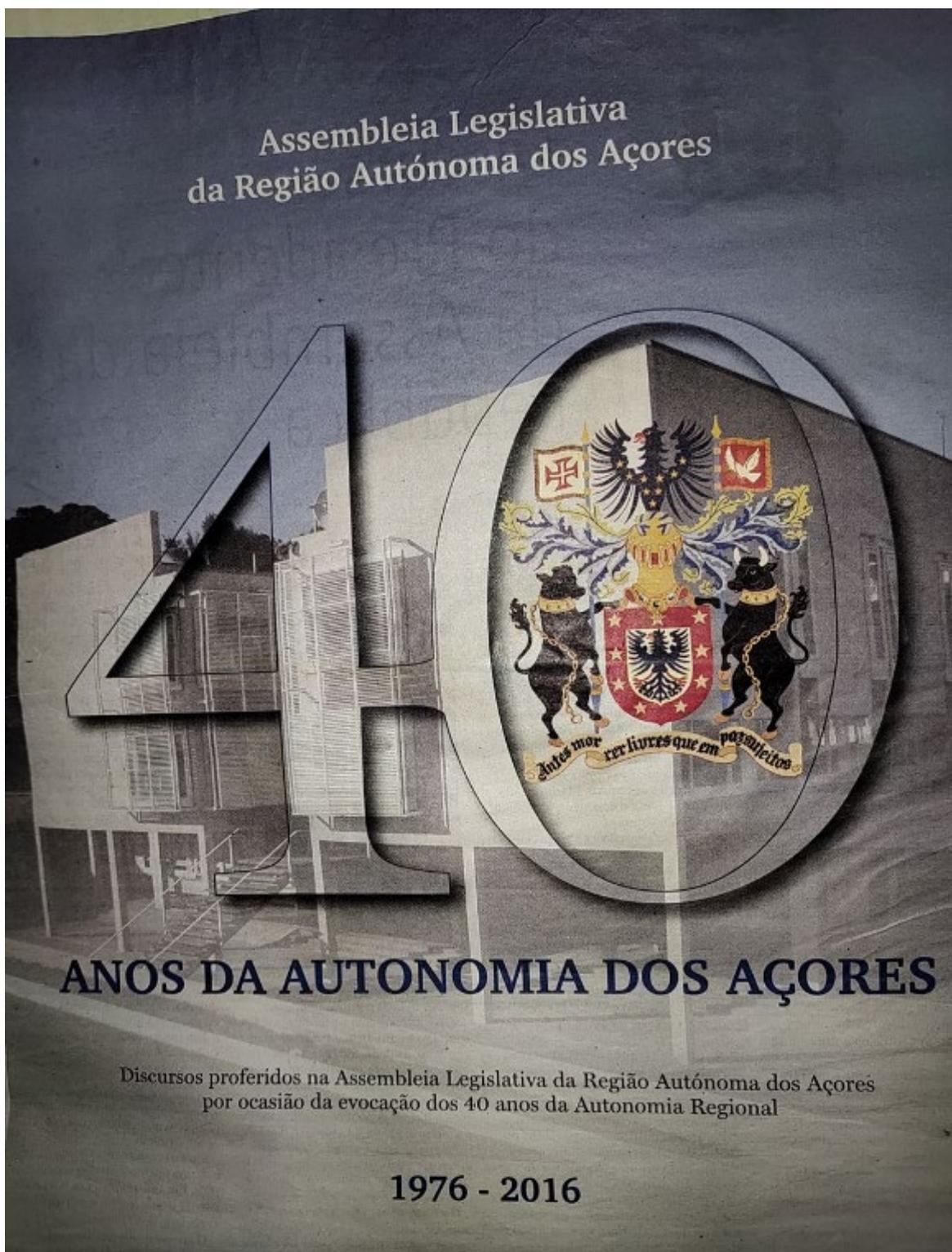
"Para mim esta viagem foi espetacular. Fiz novas amizades e o pouco tempo que estivemos na Terceira foi ótimo, porque deu para conhecer sítios lindos e muito sobre a ilha. Eu nunca tinha visto um touro ao vivo e adorei. Espero que o nosso grupo se mantenha unido, vamos colaborar todas para levar este projeto para a frente e cultivar mais pessoas a integrar o grupo".

**IRACY TELES**  
BRASIL

"Para mim foi muito bom, foram uns dias diferentes. Eu já tinha estado na Terceira, mas agora foi diferente porque tive aquela parte cultural. Não só conhecemos os lugares e vimos lindas paisagens, mas também aprendemos muito sobre a cultura da ilha e a própria cultura açoriana. Eu acho que este projeto das mulheres imigrantes deve crescer e proporcionar outras oportunidades".

Fonte: Jornal Açoriano Oriental, 2 de setembro de 2016, p. 16  
Acervo da autora.

Selo comemorativo: 40 anos de autonomia político-administrativa dos Açores.



Fonte: Acervo da Autora.

### **Depoimento de Flávio Azeredo**

*“Nasci no interior de Montenegro. Comecei a dançar com 10 anos de idade, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Bello Faustino dos Santos, interior de Montenegro, onde fui criado ouvindo terno de reis, cantigas de mutirão, terços cantados etc... nossa família ainda cultiva a tradição de cantar nas portas durante o período Natalino, até o dia dos Reis.*

*Quando pequeno dançava sobre os pés da minha avó. Com 23 anos de idade comecei a dançar em CTGs. Em 1989 criei um grupo de dança chamado Herança-Rancho de Lusos-descendentes e folclore internacional. Comecei a fazer aulas de várias modalidades de danças: alemãs, italianas, danças com boleadeiras de fogo, ballet clássico, contemporâneo, ginástica e, depois, em 1993 foi quando eu comecei com as danças açorianas. Foi quando descobri a história do nosso município sendo povoado pelos açorianos. Fiz estudos sobre a minha originalidade, na Cúria Metropolitana, descobrindo a ascendência açoriana. E dei continuidade a esses estudos montando então o grupo de danças açorianas. Cursei Educação Física, quando fiz um projeto de dança açoriana e posteriormente o mestrado em Lisboa, fazendo um estudo mais aprofundado sobre os rituais coreográficos açorianos, resultando em dois livros publicados: o primeiro em 2003 e o segundo em 2016, ambos estão nas segundas edições, cujos títulos são, respectivamente: Vertentes das Danças Açorianas e Herança Açoriana nas Danças Tradicionais do Rio Grande do Sul.*

*Meu envolvimento com os Açores começou em 1995, no curso de Animadores Culturais na Área do Folclore, com o Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas. Depois, no ano de 1999, fui aos Açores com o grupo Herança, que fundei em 1989 e que até hoje continua em plena atividade, principalmente com as danças açorianas de todas as ilhas. Este grupo representou o Instituto Cultural Português do Rio Grande do Sul durante 19 anos, nos encontros de Comunidades Portuguesas e Luso-descendentes do CONESUL, inclusive em 1995 para a comitiva presidencial da República de Portugal, estando presente o Dr. Mário Soares. O encontro ocorreu em Buenos Aires. Também a convite do ICP-RS, integramos o projeto Missão Cultural RS, Portugal nas festividades alusivas aos 500 anos de descobrimento do Brasil, a convite do Instituto Cultural Português do RS, dançando em todas as regiões do continente e no grupo central de ilhas do Arquipélago dos Açores. Também tive a oportunidade de dançar em solo e com um grupo*

*de descendentes de Açorianos nos teatros das ilhas do grupo Central e fazer pesquisas para publicação dos livros das primeiras e segundas edições, sempre com o apoio da Direção Regional das Comunidades Açorianas. Entre os espetáculos apresentados, destacamos: Dança dos Sentidos: Memórias em Movimento, Danças e Voltas com Sentidos, apresentadas nos Teatros Angrense - Ilha Terceira, Faialense - Ilha do Faial e no Teatros da Ribeira Grande em São Miguel. Posteriormente dancei no Vulcão dos Capelinhos - Faial, o espetáculo Sintonia para um Vulcão.*

*Meu trabalho com os Açores foi sempre de forma dinâmica, sem possuir nenhum vínculo político aqui no Estado do Rio Grande do Sul!*

*O grupo Herança se mantém de forma independente em toda a sua trajetória, os componentes dançarinos, em grande parte são meus familiares, pessoas das cidades da região e arredores, eles dançam voluntariamente e fazem paralelamente dança clássica e dança de salão. Já nos apresentamos nas principais festas do Estado do Rio Grande do Sul, entre elas: EXPOINTER – Exposição Internacional de Agronegócios, FENACHIM – Festa Nacional do chimarrão de Venâncio Aires, Feira do Livro e Festa do Mar de Rio Grande, FENASOJA de Santa Rosa, FENARROZ de Passo Fundo, Festa das Rosas de Sapiranga, Encontro de Açorianidade do RS – Casa de Cultura Mário Quintana em Porto Alegre, Natal Açoriano de Taquari, Festa da Cidade de Rio Pardo, FENADOCE de Pelotas, em universidades da região e da capital, principais Televisões Regionais, FIMA BRASIL, entre outras feiras internacionais. Também manteve intercâmbio com a casa dos Açores do Rio de Janeiro. Gravou um comercial para o Estado do RS, intitulado o RIO GRANDE FAZ, Uruguai – casa de Portugal e na Argentina – Mocidade Portuguesa.*

*Minha formação profissional é graduação em Educação Física com especialização nas Danças Açorianas, com pesquisa de campo no Arquipélago dos Açores pela UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul – RS, mestrado presencial em Dança Rituais Coreográficos Açorianos, FMH – Faculdade de Motricidade Humana Universidade Técnica de Lisboa, com publicação dos livros acima descritos, com parecer técnico aprovado nas Universidades Federais do RS. Fundei, em 27 de setembro de 2003 a Dança & Cia Flávio Azeredo, cuja atividade permanece atualmente, tendo o grupo de danças açorianas o seu destaque por seu pioneirismo e por manter alguns dos dançarinos que iniciaram no grupo.*

*Moro no interior do município e, em meio a esta entrevista, curamos vacas, tomamos chimarrão, carneamos uma galinha caipira, um dia inteiro de boa prosa, trocas de mudas de chás e flores, cafezinho, doces de calda, lembranças, reflexões sobre nossas tradições e enquadramentos de proposições. Enfim, um pequeno contributo – como dizem os açorianos de raiz, para a perpetuação da nossa cultura. Agradeço, Célia, o ilustre convite e te parabeno pelo caráter e forma carinhosa, ao mesmo tempo, condignamente, como trata a cultura dos nossos povoadores; como dizia Borges Fortes em “Os Casais”: BENDITA A SEMENTE, a dos açorianos.*